



---

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FCS)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA (PPGCP)

LUÍZA OLIVEIRA GOMES

**A militarização verde na Amazônia Brasileira e o fortalecimento  
de milícias no Pará durante o governo Bolsonaro**

GOIÂNIA

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

### 2. Nome completo do autor

Luíza Oliveira Gomes

### 3. Título do trabalho

**A MILITARIZAÇÃO VERDE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E O FORTALECIMENTO DE MILÍCIAS NO PARÁ DURANTE O GOVERNO BOLSONARO**

### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Hoffmann Pfrimer, Professor do Magistério Superior**, em 26/05/2025, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luíza Oliveira Gomes, Discente**, em 27/05/2025, às 10:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5378327** e o código CRC **325F07A9**.

LUÍZA OLIVEIRA GOMES

**A militarização verde na Amazônia Brasileira e o fortalecimento  
de milícias no Pará durante o governo Bolsonaro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG) como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

Área de concentração: Estudos Políticos Contemporâneos

Linha de pesquisa: Segurança Internacional

Orientador: Professor Doutor Matheus Hoffmann Pfrimer

GOIÂNIA

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Gomes, Luíza Oliveira

A militarização verde na Amazônia Brasileira e o fortalecimento de milícias no Pará durante o governo Bolsonaro [manuscrito] / Luíza Oliveira Gomes. - 2025.

310 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Matheus Hoffmann Pfrimer.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais, Goiânia, 2025.

Bibliografia. Apêndice.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Militarização Verde. 2. Milícias Amazônicas. 3. Assemblages Globais da (In)segurança. 4. Governo Bolsonaro. 5. Pará. I. Pfrimer, Matheus Hoffmann, orient. II. Título.

CDU 327



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Ata nº **05** da sessão de Defesa de Dissertação de **Luíza Oliveira Gomes**, que confere o título de Mestra em **Ciência Política**, na área de concentração em **Estudos Políticos Contemporâneos**.

Aos **vinte três dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco**, a partir das **10:00 horas**, por meio de webconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "**A MILITARIZAÇÃO VERDE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA E O FORTALECIMENTO DE MILÍCIAS NO PARÁ DURANTE O GOVERNO BOLSONARO**". Os trabalhos foram instalados pela Orientador, Professor Doutor **Matheus Hoffmann Pfrimer (UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Roberto Magno Reis Netto (UFPA)**, membro titular externo; Professor Doutor **Dijaci David de Oliveira (UFG)**; membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Matheus Hoffmann Pfrimer, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Matheus Hoffmann Pfrimer, Professor do Magistério Superior**, em 23/05/2025, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dijaci David De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 23/05/2025, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Magno Reis Netto, Usuário Externo**, em 23/05/2025, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5372332** e o código CRC **432ACE71**.

## RESUMO

A presente pesquisa procura analisar como a tentativa de militarização verde ocorrida ao longo do governo Bolsonaro (2019 a 2022) influenciou a atuação de milícias na Amazônia brasileira. Para isso, por meio de construção factual convergente, realizou-se uma triangulação de dados a partir de entrevistas realizadas nesta pesquisa, fontes hemerográficas, documentais e literatura secundária com o intuito de observar factualmente a relação entre o processo de militarização na Amazônia e a atuação de milícias no estado do Pará. A proposta de estudo partiu de uma perspectiva reflexivista das Relações Internacionais, visando superar os binômios tradicionais da disciplina, como global/local e público/privado. Nesse sentido, mobilizou-se a abordagem teórica dos *assemblages* globais da (in)segurança, compreendendo a atuação das milícias no interior paraense por meio das redes espaciais e das relações precárias que estabelecem. Em síntese, identificou-se que houve um plano de desestruturação ambiental composto por alegações de cobiça e invasão internacional que supostamente ameaçavam o interesse nacional; retóricas antiambientais e discursos de permissividade ao crime; bem como ataques e iniciativas de descredibilização e sucateamento dos órgãos de preservação ambiental. Nesse contexto, foram empregadas GLOs como as principais "alternativas" no combate a criminosos e crimes ambientais no período, acompanhadas da nomeação de diversos militares sem *expertise* na área para altos cargos em órgãos ambientais. Como consequência, as redes criminosas já presentes na região amazônica encontraram um contexto favorável e propício à sua atuação e expansão. Entre esses grupos, observou-se um favorecimento às milícias, também conhecidas, na região, como seguranças armadas, que se configuram como grupos que se utilizam tanto de meios legais e ilegais quanto lícitos e ilícitos para atuar no oferecimento de serviços de segurança a criminosos ambientais. Em particular, a atuação desses grupos se mostra especialmente contraditória no princípio de sua organização, visto que são compostos por funcionários do aparato de segurança pública, o que lhes concede acesso a informações privilegiadas, capacidade de dificultar investigações e estabelecer diversas relações que os beneficiam na busca pelo lucro. Os resultados da pesquisa revelaram que a tentativa de militarização verde na Amazônia, promovida durante o governo Bolsonaro, não somente falhou em conter práticas ilegais associadas ao desmatamento e à grilagem de terras, como também favoreceu a consolidação e a expansão desses grupos na região.

**Palavras-chave:** Militarização Verde; Milícias Amazônicas; *Assemblages* Globais da (In)segurança; Governo Bolsonaro; Pará.

## ABSTRACT

This research seeks to analyze how the attempt of green militarization that occurred throughout Bolsonaro's government (2019 to 2022) influenced the actions of militias in the Brazilian Amazon. To this end, through convergent factual construction, a triangulation of data was carried out from interviews conducted in this research, newspaper sources, documents, and secondary literature in order to factually observe the relationship between the militarization process in the Amazon and the actions of militias in the state of Pará. The study proposal was based on a reflexivist perspective of International Relations, aiming to overcome the traditional binomials of the discipline, such as global/local and public/private. In this sense, the theoretical approach of global assemblages of (in)security was mobilized, understanding the actions of militias in the interior of Pará through the spatial networks and precarious relationships they establish. In summary, it was identified that there was a plan of environmental destructuring composed of allegations of greed and international invasion that supposedly threatened the national interest; anti-environmental rhetoric and discourses of permissiveness towards crime; as well as attacks and initiatives to discredit and dismantle environmental preservation agencies. In this context, GLOs were used as the main "alternatives" in the fight against criminals and environmental crimes during the period, accompanied by the appointment of several military personnel without expertise in the area to high-ranking positions in environmental agencies. As a consequence, the criminal networks already present in the Amazon region found a favorable and propitious context for their action and expansion. Among these groups, there was a favoritism towards militias, also known in the region as armed security forces, which are groups that use both legal and illegal means as well as licit and illicit means to act in the provision of security services to environmental criminals. In particular, the actions of these groups are especially contradictory in the principle of their organization, since they are composed of employees of the public security apparatus, which gives them access to privileged information, the ability to hinder investigations and establish various relationships that benefit them in the search for profit. The results of the research revealed that the attempt at green militarization in the Amazon, promoted during Bolsonaro's government, not only failed to contain illegal practices associated with deforestation and land grabbing, but also favored the consolidation and expansion of these groups in the region.

**Keywords:** Green Militarization; Amazonian Militias; Global Assemblages of (In)security; Bolsonaro government; Pará.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Desmatamento na Terra Indígena Apyterewa (2016-2023).....	52
<b>Figura 2</b> – Evolução da despesa do MMA (2005-2022) .....	54
<b>Figura 3</b> – Despesas discricionárias e obrigatórias do MMA.....	55
<b>Figura 4</b> – Despesa Discricionária liquidada do IBAMA e ICMBio .....	55
<b>Figura 5</b> – Evolução da despesa do Serviço Florestal Brasileiro (SFB).....	56
<b>Figura 6</b> – Rede de códigos .....	116
<b>Figura 7</b> – Primeiro Tronco de Códigos .....	118
<b>Figura 8</b> – Segundo Tronco de Análise dos Códigos .....	122
<b>Figura 9</b> – Terceiro Tronco de Análise dos Códigos.....	124
<b>Figura 10</b> – Códigos Centrais da Análise .....	127

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Principais trabalhos acadêmicos que versam sobre milícias e militarização .....	18
<b>Tabela 2</b> – Categorização dos trabalhos acadêmicos que versam sobre a Amazônia brasileira e grupos criminosos .....	21
<b>Tabela 3</b> – Definição de militarização apresentada nos trabalhos acadêmicos selecionados..	30
<b>Tabela 4</b> – Medidas adotadas ao longo do governo Bolsonaro e suas consequências .....	74

## LISTA DE ABREVIATURAS

Abin	Agência Brasileira de Inteligência
Abra	Associação Brasileira de Reforma Agrária
ALERR	Assembleia Legislativa do Estado de Roraima
ANEVs	Atores Não-estatais Violentos
ASCEMA	Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente
ASCOM	Assessoria de Comunicação Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAQDAS	<i>Computer-assisted Qualitative Data Analysis Software</i>
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CBAG	<i>Community-based Armed Groups</i>
CCA	Comando Classe A
CCOMSOD	Centro de Comunicação Social da Defesa
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CNAL	Conselho Nacional da Amazônia Legal
Cofa	Comitê Orientador do Fundo Amazônia
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CP	Ciência Política
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTFA	Comitê Técnico do Fundo Amazônia
CV	Comando Vermelho
DECA	Delegacia Especializada em Conflitos Agrários
ECS	Estudos Críticos de Segurança
EMC	Estudos Militares Críticos
END	Estratégia Nacional de Defesa
FA	Forças Armadas
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FETAGRI	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará
FIRMS	Fire Information for Resource e Management System
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GAECO	Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GLO	Garantia da Lei e da Ordem
GT	<i>Grounded Theory</i>
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
Interpa	Instituto de Terras do Pará
Mapa	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MD	Ministério de Defesa
MDR	Ministério de Desenvolvimento Regional
Minustah	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MVI	Mortes Violentas Intencionais
NASA	<i>National Aeronautics and Space Administration</i>
ONGs	Organizações Não Governamentais

OSP	Órgãos de Segurança Pública
PADs	Processos Administrativos Disciplinares
PATAM	Patrulhamento Tático Metropolitano
PC	Polícia Civil
PDFF	Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PDN	Política de Defesa Nacional
PF	Polícia Federal
PMs	Policiais Militares
PPCDAm	Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RI	Relações Internacionais
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SICAR	Sistema de Cadastro Ambiental Rural
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISO	Serviço de Inteligência e Segurança Orgânica da Assembleia
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
Sudam	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UDR	União Democrática Ruralista
UE	União Europeia
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2 MILITARIZAÇÃO VERDE NA AMAZÔNIA LEGAL</b> .....	27
<b>2.1 O que é militarização verde?</b> .....	27
<b>2.2 Militarização na Amazônia Legal durante o governo Bolsonaro</b> .....	34
<i>2.2.1 Medidas adotadas ao longo do governo Bolsonaro em favor da militarização da         Amazônia Legal</i> .....	40
<i>2.2.2 Articulações das milícias com o Estado, grupos faccionais e atividades ilegais</i> ....	79
<b>3 AS “MILÍCIAS” NO INTERIOR DO PARÁ</b> .....	87
<b>3.1 Assemblages Globais da (In)segurança</b> .....	87
<b>3.2 Indícios de atuação de milícias no interior do Pará</b> .....	95
<b>4 MILITARIZAÇÃO E AS MILÍCIAS PARAENSES</b> .....	112
<b>4.1 Como definir milícias?</b> .....	132
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	137
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	142
<b>APÊNDICES</b> .....	157
<b>APÊNDICE A: FORMULÁRIOS DE PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS     SEMIESTRUTURADAS</b> .....	157
<b>APÊNDICE B: ENTREVISTAS TRANSCRITAS</b> .....	161

## 1 INTRODUÇÃO

Durante o período que corresponde ao governo Bolsonaro (2019 a 2022), observa-se uma ruptura, em termos retóricos e políticos, no que diz respeito aos compromissos ambientais do Brasil. Enquanto os governos pós-redemocratização adotaram uma postura de defesa – pelo menos discursiva – da agenda ambiental, tanto no plano nacional quanto internacional, o governo Bolsonaro representou uma ruptura desse padrão, promovendo justamente o oposto (Hochstetler, 2021; Penido, Mathias, Barbosa; 2022). Além de uma retórica abertamente desdenhosa, foi notório o empenho deste governo em dismantelar a política ambiental brasileira através de diversas medidas, a exemplo de cortes orçamentários, congelamento de multas ambientais, desestruturações institucionais e reorganizações no aparato de funcionalismo público, além de incentivos à ação de criminosos ambientais (Human Rights Watch, 2019; Hochstetler, 2021; Souza *et al.*, 2021; Pajolla, 2022; Penido, Mathias, Barbosa; 2022; Chade, 2022).

Nesse contexto, ao longo de seus quatro anos, o governo Bolsonaro promoveu o emprego de operações militares na Amazônia Legal, cujo objetivo oficial consistia em combater o desmatamento e as queimadas. Para tanto, destinou altos valores ao Ministério da Defesa (MD), a serem investidos em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em vista de uma suposta proteção da Amazônia; bem como indicou militares a altos cargos de instituições primordiais à proteção ambiental da região (Mota; Phellipe, 2020; Sassine, 2021; Penido; Mathias; Barbosa, 2022). Nesse sentido, entende-se que o governo, por meio dessas medidas e suas consequências, realizou uma tentativa de militarização verde na Amazônia Legal, definição essa que será argumentada e construída ao longo do presente trabalho. Esse processo, de forma geral e partindo de definições sensibilizadoras, é compreendido como uma alternativa empregada pelos Estados contra a degradação ambiental em determinadas localidades, apresentando-se como uma nova arena para a atuação militar em momentos de paz (Duffy, 2014; Massé; Lunstrum; Holterman, 2017).

No entanto, em alguns casos, percebe-se que a suposta proteção concedida em regiões militarizadas é utilizada para exercer controle sobre a população local e sobre os recursos da floresta, categorizando as populações marginalizadas como inimigas da conservação e facilitando a atuação de grupos criminais vinculados a agentes corrompidos do Estado (Duffy *et al.*, 2019; Penido; Mathias; Barbosa, 2022). Portanto, políticas conservacionistas e de militarização podem, na contramão dos discursos que as balizam, justificar e normalizar atos de violência (Dunlap; Fairhead, 2014). Nesse contexto, as práticas de conservação ambiental se

integraram às políticas de segurança global, dando margem para a utilização do que se denomina como *hard green militarization* – práticas que recorrem à violência política perpetrada pela polícia, militares ou forças mercenárias – e *soft green militarization* – incentivo ao desenvolvimento econômico das comunidades locais com o intuito de evitar o seu envolvimento com atividades ilícitas que degradam o meio ambiente, neutralizando ameaças de segurança (Massé; Lunstrum; Holterman, 2017; Williams, 2011).

No caso da Amazônia Brasileira sob o governo Bolsonaro, percebe-se a tentativa de emprego de uma *hard green militarization*, através da mobilização das Forças Armadas. Contudo, a despeito do alto empenho financeiro, percebe-se a ineficiência dessas práticas em tese favoráveis à conservação, na medida que falharam em apresentar resultados concretos e benéficos, conforme analisaremos no decorrer desta pesquisa. Mais agravante, contudo, é a vinculação entre esse fenômeno e o incentivo ao desenvolvimento econômico de grupos que exercem atividades ilegais na região – como as milícias amazônicas –, com o objetivo de supostamente evitar a exploração da região por atores estrangeiros. Essa retórica se vinculou ao debate de preservação da Amazônia, que recebeu crescente destaque na agenda internacional. (Penido; Mathias; Barbosa, 2022; Pajolla, 2021; Ferrante; Fearnside, 2020).

No contexto do período analisado, além do aumento de atividades ilegais na Amazônia Legal, a ação de organizações criminosas na região cresceu substancialmente. De acordo com a Human Rights Watch (2019), há indícios da atuação de grupos que operam como milícias armadas nos estados do Pará e do Mato Grosso, integrando redes criminosas envolvidas com grilagem de terras, mineração, extração e tráfico ilegal de madeira. Esses grupos estariam também associados a serviços de extermínio e à proteção das atividades ilícitas de outros atores, utilizando a violência como forma de dominar ou proteger territórios (Madeiro, 2023). No município de Boca do Acre, no Amazonas, por exemplo, há denúncias de que fazendeiros ocupantes ilegais de terras contrataram policiais estaduais para atuarem como milícia privada no fornecimento de serviços de segurança e de extermínio. Esses policiais, além de agirem uniformizados, utilizavam-se de carros e armamentos da corporação (Human Rights Watch, 2019).

Em Manaus, a Polícia Civil (PC) também apontou a atuação de milícias, formadas por policiais e ex-policiais, atuando em ocupações ilegais de terras, exercendo poder, comercializando lotes de terra ilegais e cobrando taxas de permanência das famílias que adquirem essas terras – além de taxas de segurança, energia e água. Além disso, os milicianos dominam o tráfico de drogas na região, coagindo os moradores sob seu comando a se envolverem no esquema de tráfico – direta ou indiretamente. Além da atuação nas localidades

em que exercem domínio, esses grupos também são contratados para a realização de serviços de segurança privada em outras localidades, como no Arco do Desmatamento (Albuquerque, 2021).

Correlato ao envolvimento de policiais, os grupos milicianos possuem forte proximidade e vínculo com o Estado, utilizando-se do aparato estatal para desenvolverem suas atividades (Human Rights Watch, 2019; Bispo, 2022). A exemplo disso, em 2021, o ex-Ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, além de dez gestores do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) vinculados ao governo, foram acusados de facilitar a exportação de madeira ilegal extraída por grupos criminosos na Amazônia (Alves, 2021), demonstrando o alto grau de capilaridade entre agentes do Estado e as atividades ilegais desenvolvidas na região. Nesse mesmo ano, Samir Freire, secretário executivo de Inteligência do governo do Amazonas, foi preso após acusações de roubar ouro de garimpos clandestinos mediante o emprego da estrutura da Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência (Azevedo, 2024).

Desse modo, observa-se que a atuação e a formação das milícias amazônicas perpassa diversos contextos, constituindo-se a partir de múltiplas relações – como as articulações com o Estado, com outros grupos faccionados, como narcotraficantes, e até mesmo com segmentos do mercado ilegal de extração de madeira e garimpo –, que entremeiam atividades consideradas lícitas-ilícitas, legais-ilegais e globais-locais, impossibilitando estabelecer uma barreira fixa na caracterização das atividades que exercem e/ou das redes que integram. Além disso, tendo em vista a relação desses grupos com o Estado, o que inclui relacionamento com políticos, ocupação de cargos públicos e envolvimento de funcionários do aparato de segurança pública, percebe-se que a divisão entre o público e o privado se encontra comprometida.

Diante dessas evidências, o presente trabalho, partindo dos enfoques reflexivista das RI, busca transpor categorizações tradicionais da área, como guerra/paz, guerras irregulares/tradicionais, periferia/centro, entre outras, estabelecendo reflexões multidimensionais ao compreender esses binômios não como fixos e intransponíveis, mas sim como fluidos e interrelacionados (Gomes; Rodrigues; Pfrimer, 2021). Para isso, parte-se da abordagem dos *assemblages* globais da (in)segurança, compreendendo que as articulações perpetradas por grupos milicianos estão cada vez mais para além do Estado e interconectadas a ele, rearticulando as relações público/privado, legal/ilegal, lícito/ilícito e global/local, o que demonstra a emergência de novas instituições, práticas e formas de segurança governamental (Abrahamsen; Williams, 2009).

Muito embora a degradação da Amazônia e as restrições, em termos de políticas públicas e de funcionamento de órgãos relacionados à preservação da região, tenham ocorrido ao longo de diversos governos no período pós-redemocratização, mediante tensões e disputas ocasionadas pelas diversas redes de atores locais e globais presentes naquela localidade durante outros governos, acreditamos que, entre 2019 e 2022, a Amazônia Legal se tornou um local ainda mais estratégico, já que o governo brasileiro à época passou a desregular várias diretrizes e a dismantelar o arcabouço institucional que, até então, fragilmente estabelecia as “regras do jogo”. Desde então, o mencionado contexto se tornou oportuno para o aprofundamento de um mercado global criminal na região amazônica, mais especificamente com a disputa pela rota do Solimões no tráfico de drogas e o avanço em colusão das atividades ilegais de garimpo e tráfico de madeira ilegal, por exemplo. Nesse sentido, busca-se compreender, de forma sistemática, quais foram os efeitos do processo de militarização verde na Amazônia e de que forma esse fenômeno propiciou e incentivou a atuação de milícias, especificamente, na região do Pará, durante o governo Bolsonaro.

A região paraense foi escolhida para a realização da pesquisa porque, dentre os estados pertencentes à Amazônia Legal, ocupa a segunda posição em relação à área integrada à Floresta Amazônica, possuindo 1.245.870,707 m<sup>2</sup>, ficando atrás apenas do Amazonas, com 1.559.255,883 m<sup>2</sup> em 2022, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2022). Ademais, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023b), em números absolutos, o Pará foi o estado com mais Mortes Violentas Intencionais (MVI) em 2021 e 2022, com 2.964 e 2.997 em números absolutos, respectivamente. Quando observadas as taxas por 100 mil habitantes, o Pará fica em quarta posição em 2021, com 36,8%, e em terceiro lugar em 2022, com 36,9% – ou seja, apresentando uma taxa muito superior à nacional, que foi de 23,9% em 2021 e 23,3% em 2022 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023b). Além disso, 15 municípios da Amazônia Legal apresentaram uma taxa média de violência letal acima de 80 mortes a cada 100 mil habitantes entre 2020 e 2022 – com 8 desses municípios localizados no Pará (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023b). Por fim, a região se encontra em uma posição extremamente estratégica para ações de organizações criminosas, visto que, diante do seu tamanho territorial, possui tanto ligação por terra quanto por rio com várias outras regiões brasileiras e internacionais (Carneiro, 2023). Ainda de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023a), dois fatores contribuem para o aumento da violência letal na região, quais sejam:

presença de facções do crime organizado e de disputas entre elas pelas rotas nacionais e transnacionais de drogas que cruzam a região; e o avanço do desmatamento, garimpos ilegais e a intensificação de conflitos fundiários, que resulta também no crescimento da violência letal (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023a).

Ademais:

a violência da região correlaciona-se com o fato de que as capacidades institucionais das agências encarregadas de aplicar lei e segurança pública são insuficientes e/ou frágeis. Ou seja, na Amazônia, o eixo que estrutura a realidade da segurança pública é aquele que alia a sobreposição de crimes ambientais, violência armada e narcotráfico à difícil tarefa de prover segurança em um contexto de governança complexa e difusa (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023a).

Nesse sentido, é notório que o Pará se insere nesse contexto faccional e de violência, sobretudo ao longo do governo Bolsonaro, que facilitou e propiciou a atuação de diversos grupos, como as milícias, por meio de alterações institucionais e políticas – conforme demonstraremos no decorrer do trabalho.

Já em termos de mapeamento bibliográfico e diálogo com o campo de pesquisa, com o intuito de selecionar os trabalhos acadêmicos que discutissem sobre milícias e militarização, elaborou-se, por meio de pesquisa no Google Acadêmico, Scielo, *Web of Science* e Scopus, a Tabela 1, que ilustra os principais trabalhos encontrados, categorizados por autor/ano, tipo de publicação, título, objetivos e área do trabalho.

**Tabela 1** – Principais trabalhos acadêmicos que versam sobre milícias e militarização

<b>Autor, Ano</b>	<b>Tipo</b>	<b>Título</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Área do Trabalho</b>
Souza <i>et al.</i> , 2021	Artigo	Violence and Illegal Deforestation: the crimes of “environmental militias” in the amazon forest	Apresentar o conceito de “milícias ambientais”, demonstrando o papel do governo Bolsonaro na atuação desses grupos e seu impacto negativo na legislação ambiental brasileira.	Ecologia Política
Oliveira; Silva, 2023	Artigo	Guerras Generalizadas, Capital e Encarceramento no Brasil: o avanço da guerra na Amazônia e os antagonismos nas prisões	Entender como as guerras generalizadas possibilitam o estabelecimento de relações econômicas inter-raciais e de gênero, condicionando a acumulação monetária e as categorias estruturantes do capitalismo; ademais busca demonstrar como o encarceramento é elemento efetivo na máquina de guerra do capital; por fim, analisar as consequências da expansão criminal e	Filosofia

Autor, Ano	Tipo	Título	Objetivos	Área do Trabalho
			das dinâmicas do capitalismo global por meio de grupos faccionais e milícias na região amazônica.	
Loureiro; Guimarães, 2007	Artigo	Reflexões sobre a Pistolagem e a Violência na Amazônia	Compreender a relação da pistolagem com a deterioração da esfera pública amazônica, possibilitando o uso legítimo da força pelos pistoleiros, algo que seria exclusivo do Estado.	Sociologia e Ciências Sociais
Dunlap; Fairhead, 2014	Artigo	The Militarisation and Marketisation of Nature: an alternative lens to 'climate conflict'	Examinar o surgimento da violência estatal e, subsequentemente, das políticas ambientais florestais que fortalecem as relações com os novos mercados de commodities ambientais, evidenciando os mecanismos de legitimação, avanço da militarização e mercantilização da natureza.	Geopolítica
Massé; Lunstrum; Holterman, 2017	Artigo	Linking Green Militarization and Critical Military Studies	Introduzir a <i>green militarization</i> nos Estudos Securitários Críticos e, a partir disso, demonstrar como as abordagens de <i>soft militarization</i> equivalem ao estabelecimento de uma <i>soft</i> contra insurgência em relação à caça furtiva	Geografia
Ballvé, 2012	Artigo	Everyday State Formation: territory, decentralization, and the narco landgrab in Colombia	Demonstrar como a formação do estado em Urabá se dá pela convergência entre estratégias narco-paramilitares, contra insurgências e reformas governamentais que visam reconstruir territorialmente a região por meio da descentralização	Geografia
Mabee; Vucetic, 2018	Artigo	Varieties of Militarism: towards a typology	Demonstrar que existe diferentes tipos de militarismo, acrescentando três tipologias ideais, para além da estabelecida pelos teóricos da escola crítica de segurança, sendo elas: militarismo do estado-nação, militarismo da sociedade civil e militarismo neoliberal	Ciência Política
Duffy <i>et al.</i> , 2019	Artigo	Why We Must Question the Militarisation of Conservation	Sintetizar os principais temas que constituem as críticas sofridas pela <i>militarised conservation</i> , demonstrando a importância de compreender: a definição de caça furtiva; a forma como as comunidades locais vivenciam a militarização; a experiência dos guardas nesse contexto; como a militarização pode contribuir com o aumento da violência em um contexto de conflito armado; e como a militarização reflete determinadas	Ciência Política

Autor, Ano	Tipo	Título	Objetivos	Área do Trabalho
			políticas econômicas	
Penido; Mathias; Barbosa, 2022	Artigo	A defesa da Amazônia e sua militarização	Debater de forma crítica o pensamento militar sobre a Amazônia, partindo dos seguintes pressupostos: soberania; geopolítica; autopercepção dos militares; integração da Amazônia ao Brasil; e fronteira.	Desenvolvimento, Planejamento e Meio Ambiente
Ferrante; Fearnside, 2020	Artigo	Military Forces and COVID-19 as Smokescreens for Amazon Destruction and Violation of Indigenous Rights	Apontar como a pandemia e a militarização da proteção ambiental brasileira foram, na verdade, cortina de fumaça para o enfraquecimento das políticas de proteção ambiental, colocando comunidades indígenas em risco e violando seus direitos	Geografia

Fonte: elaboração própria.

Observa-se que, entre os trabalhos selecionados, nenhum se encontra especificamente na área das Relações Internacionais (RI). Os artigos que versam, particularmente, sobre a militarização verde, são mais abordados pela Ciência Política (CP) e pela Geografia, ao passo que aqueles que versam sobre a militarização da Amazônia ou a respeito do surgimento de organizações criminosas em meio à degradação ambiental da Floresta Amazônica são abordados por campos da Geografia, Sociologia, Filosofia e Ecologia Política. Observa-se também que o último assunto é abordado em uma revista interdisciplinar, que mescla desenvolvimento, planejamento e meio ambiente. Esse panorama demonstra, potencialmente, a reticência da área de RI para com temáticas que sejam consideradas – ao menos pelo *mainstream* da área – como pertencentes ao âmbito da violência criminal, justificando o seu tratamento, portanto, como assunto de arena doméstica e/ou como conflito de baixa intensidade, ou seja, como tema de menor relevância. Diante disso, mostra-se relevante partir de teorias mais reflexivistas ao estudar tanto as milícias amazônicas quanto o processo de militarização verde estruturado durante o governo Bolsonaro.

Dentre os artigos indicados na Tabela 1, separamos aqueles que versam especificamente sobre a Amazônia brasileira, com o intuito de categorizar o grau de proximidade dos grupos criminosos com o Estado (*crime-state relation*), considerando as respectivas perspectivas identificadas em cada um desses estudos. Para isso, partiu-se da tipologia apresentada por Barnes (2017), que estabelece as seguintes categorias: confronto – grupos criminosos que ameaçam diretamente o Estado por meio de violência; *enforcement-evasion* – pouco confronto

direto entre o Estado e as organizações criminosas, com o primeiro utilizando de mecanismos de combate tradicionais e as segundas fugindo de situações confrontacionais; aliança – cooperação tácita ou formal para benefício mútuo entre o Estado e as organizações criminosas, com algum grau de incorporação ou nenhum; e integração – as organizações criminosas influenciam politicamente, têm acesso a informações privilegiadas e possuem um *network* dentro do aparato estatal com o intuito de expandir suas atividades e evitar que a lei seja aplicada a eles. Além disso, os trabalhos foram categorizados pelos seus níveis de análise (glocal, local, nacional ou internacional), conforme a Tabela 2.

**Tabela 2** – Categorização dos trabalhos acadêmicos que versam sobre a Amazônia brasileira e grupos criminosos

	Grau de Estatalidade			
	Confronto	<i>Enforcement-evasion</i>	Aliança	Integração
Escala Glocal				Souza <i>et al.</i> 2021 Oliveira; Silva, 2023
Escala Local			Loureiro; Guimarães, 2007  Ferrante; Fearnside, 2020	
Escala Global		Penido; Mathias; Barbosa, 2022		

Fonte: elaboração própria.

Conforme é possível observar na tabela, a maioria dos trabalhos são analisados localmente, o que fortalece a justificativa da ausência da temática em revistas de RI, conforme demonstrado na Tabela 1. É notório que a maioria trabalhos que compreendem a articulação das organizações criminosas em integração ao Estado apresentam um caráter glocal, o que se justifica tendo em vista que essas pesquisas compreendem que as barreiras entre o legal e o ilegal e entre o público e o privado se mostram tênues nos contextos investigados. Enquanto isso, os trabalhos de caráter local não têm, como foco principal, as relações entre o Estado e as organizações criminosas – a exemplo do estudo de Penido, Mathias e Barbosa (2022) – ou compreendem as relações estabelecidas como benéficas a ambas as partes, mediante algum grau de integração – como no caso do trabalho de Loureiro e Guimarães (2007) e Ferrante e Fearnside (2020).

Por sua vez, destaca-se que o estudo de Souza *et al.* (2021) compreende as milícias como um grupo armado que estabelece conexões com atores transnacionais no exercício de suas atividades ilegais, compostas por atores públicos e privados, legais e ilegais, que estabelecem uma interconexão com cadeias de suprimentos domésticas e globais com o objetivo de comercializar produtos ilegais extraídos da Floresta Amazônica. Nesse sentido, o trabalho apresenta o processo de institucionalização das atividades ilegais perpetradas na Amazônia brasileira durante o governo Bolsonaro por meio do surgimento do que denomina “milícias ambientais” privadas. Apesar do estudo mencionar a militarização na Amazônia como uma das medidas adotadas no período, não investiga esse fenômeno como fator central ao surgimento das “milícias ambientais”.

Já o artigo de Oliveira e Silva (2023) estabelece uma relação entre guerras generalizadas e como elas condicionam a acumulação do capital por meio das políticas de encarceramento em massa. Os autores demonstram como esse fenômeno, que ocorre em várias partes da Amazônia Legal, é observável no processo de migração ocorrido em Altamira, por exemplo, devido à construção da hidrelétrica de Belo Monte, que ocasionou um processo de desterritorialização da população local, bem como um fenômeno de desemprego em massa na região. Esse contexto abriu margem para a atuação de grupos faccionais – como traficantes de drogas e milicianos – que passaram a recrutar a população marginalizada ao empreendimento de atividades ilegais e ilícitas, favorecendo a implementação de políticas securitárias de encarceramento em massa por parte do Estado. Consequentemente, gerou-se um estreitamento de laços desses indivíduos com os grupos faccionais dentro das prisões, produzindo e reproduzindo um círculo vicioso. Nesse estudo, observa-se que os autores consideram a fina barreira existente entre o legal e o ilegal, bem como entre o público e o privado. No entanto, o artigo não enfoca, especificamente, em como esses grupos faccionais se articulam e se expandem na Amazônia Legal. Além disso, as milícias aparecem no estudo como um dos exemplos dentre os vários grupos que atuam na região amazônica.

Enquanto isso, Loureiro e Guimarães (2007) buscam relacionar a violência e a pistolagem que ocorrem na Amazônia com a erosão do poder do Estado, visto que funções anteriormente de responsabilidade pública passam a ser administradas por esses grupos privados. De acordo com os autores, os grupos que atuam na região, dentre eles as milícias privadas, fazem uso da violência com o objetivo de acabar com conflitos locais. Ademais, o trabalho compreende que a atuação desses grupos na Amazônia depende das articulações políticas e alianças estabelecidas no legislativo. Em relação a esse aspecto, o presente projeto de pesquisa diverge da perspectiva dos autores, visto que compreende a atuação dos grupos

faccionais amazônicos, mais especificamente as milícias, como fenômeno que se desenvolve mediante e a partir do Estado.

Ainda em relação ao campo, destaca-se a investigação de Penido, Mathias e Barbosa (2022), que partem do entendimento de que o Brasil tem perdido a sua soberania sob a Amazônia Legal, o que se aprofundou durante o governo Bolsonaro, tendo em vista o aumento da atuação de mineradoras, grupos extrativistas, multinacionais, grileiros e do agronegócio na região, o que aumentou drasticamente o histórico de queimadas e desmatamento da Floresta Amazônica e, conseqüentemente, as pressões internacionais. Nesse contexto, vale salientar que o governo Bolsonaro justificou a utilização da militarização como recurso de proteção da região, transformando a política de defesa em política de segurança pública. No entanto, observa-se que a militarização empreendida dentro das instituições ambientais foi “bem-sucedida” no que diz respeito à ocupação de altos cargos por militares, que ganharam poder e controle orçamentário; mas malsucedida no que diz respeito aos índices de preservação e monitoramento ambiental. Apesar de focar o fracasso da militarização ocorrida na Amazônia durante o governo Bolsonaro, o referido estudo não considera esse fracasso como um possível projeto político, além de não estabelecer uma relação direta entre a militarização e a presença de grupos criminosos na região, entendendo essas organizações como grupos que atuam para além do Estado.

Por fim, a pesquisa de Ferrante e Fearnside (2020) demonstra que a militarização e a pandemia da Covid-19 serviram como pano de fundo/cortina de fumaça, durante o governo Bolsonaro, em prol da flexibilização de políticas ambientais na Amazônia. Nesse contexto contraditório, o governo justificou, no plano retórico, a implementação da militarização como medida de preservação ambiental, tendo em vista o aumento da degradação no meio ambiente durante o período, a falta de monitoramento do desmatamento e a crescente atuação de grupos criminais. O presente projeto de pesquisa também compreende a militarização verde empreendida durante o governo Bolsonaro como uma cortina de fumaça ao enfraquecimento institucional, mas busca, especificamente, estabelecer como esse contexto fomentou a atuação de milícias e suas relações com outros grupos criminosos, especificamente, na região do Pará.

Dada essa breve síntese do campo de pesquisa, percebe-se a relevância deste estudo a partir da perspectiva das RI. Entende-se que a atuação ilegal de grupos milicianos na região amazônica se beneficia das políticas de militarização intensificadas durante o governo Bolsonaro, legitimando a exploração de recursos naturais como forma de supostamente ressaltar a soberania nacional, ao passo que se fortalece a atuação de outros grupos faccionais a partir das próprias instituições estatais. Dessa maneira, é de extrema importância compreender as

formas de atuação desses grupos, bem como as medidas estatais que possibilitam suas articulações, visto que suas ações contribuem consideravelmente para o aumento da degradação ambiental e da violência na região amazônica (Human Rights Watch, 2019).

Nesse contexto, a presente proposta de pesquisa busca analisar as formas de articulação das milícias amazônicas brasileiras a partir da abordagem teórica dos *assemblages* globais da (in)segurança, compreendendo de que forma a militarização, estabelecida na região do Pará durante o governo Bolsonaro (2019 a 2022), impactou na atuação desses grupos. A esses fins, primeiramente, objetivamos observar o processo de militarização com o intuito de entender como ele foi implementado e estruturado, subsidiando um movimento posterior voltado a identificar e delinear as potenciais relações desse processo com a expansão de atividades ilegais de grupos milicianos nas regiões paraenses.

Além disso, pretendemos descrever a forma de atuação e as atividades desenvolvidas pelas milícias que atuam no Pará nesse período — que vão desde a oferta de segurança privada até o envolvimento com garimpo ilegal, narcotráfico, tráfico de madeira, grilagem, entre outras; analisar de que maneira o processo de militarização ocorrido na Amazônia pode ter contribuído para o fortalecimento dessas redes de relações; assim como compreender como esses grupos se articularam, expressando seu caráter de *assemblages*, para alcançarem seus objetivos. Questionamos, assim, se houve e como teria se dado a articulação das milícias amazônicas em relação ou a partir do aparato estatal, com o intuito de analisar as relações entre o público e o privado, bem como compreender de que maneira esses grupos se articulam na promoção de seus interesses — a serem identificados —, com o propósito de observar as dinâmicas entre o legal e o ilegal. Além disso, buscamos investigar quais atores constituem e/ou empregam esses grupos paramilitares. Indagamos, nesse âmbito, se as milícias atuam diretamente nas atividades criminosas perpetradas nas regiões paraenses ou apenas prestam serviços de segurança privada e de extermínio.

Para isso, o presente trabalho parte do princípio da emergência factual e da construção de categorias de pesquisa por meio da análise da empiria, o que implica em claros contornos de uma abordagem *grounded theory*. Ou seja, por meio do método indutivo, será desenvolvido um raciocínio com base na empiria com o intuito de gerar códigos que serão triangulados convergentemente para, posteriormente, empreender uma interpretação factual, a fim de construir categorias de análise que ajudem a explicar o fenômeno observado, subsidiando uma explicação da realidade estudada. A partir dessa metodologia, procura-se entender o fato social por meio da prática da segurança, de seus atores e das suas relações com o objeto por meio da descrição desses fatos a partir da triangulação de informações, visando analisar criticamente os

dados coletados e compreender as (re)significações que os diversos agentes tentam dar às práticas da segurança (Flick, 2018; Bryant; Charmaz, 2019).

Neste contexto, procuramos observar e descrever as articulações e interseções entre o global e o local, o público e o privado, o ilegal e o legal. Essa estratégia processual parte da premissa de que as articulações são responsáveis pela ressignificação das práticas da segurança, visto que possuem uma constituição precária, ou seja, temporária (Balzacq, 2010). Dessa forma, será adotada, durante a pesquisa, uma postura de serendipidade, de criticalidade e de emergência factual, tendo em vista o caráter temporário dos regimes de verdade, principalmente ao se pesquisar uma temática na qual a questão do sigilo está envolvida, a exemplo do crime organizado. Fica evidente que as práticas e construções de significado que permeiam o crime organizado são compostas por uma multiplicidade de fluxos que se fundem e que estão em constante movimento e transformação.

Desse modo, ao estudar as redes do crime organizado, a lógica espacial deixa de ser a tradicionalmente adotada nas Relações Internacionais, isto é, a lógica do espaço contíguo, mais conhecida como topográfica, para dar lugar à lógica espacial das redes, ou seja, aquela na qual o espaço cartesiano é deformado por diferentes experiências do espaço-tempo. Dessa forma, os lugares mais próximos deixam de ser aqueles medidos em virtude de unidades métricas de espaço e se tornam aqueles que possuem conexões mais rápidas e vínculos mais próximos (Tsoukas, 1992). Por fim, partimos da perspectiva relacional – que também é processual – entendendo os agentes a partir de suas próprias interações, possibilitando compreender suas práticas e a formação de suas identidades (Bigo, McCluskey, 2018).

Em vista dos fins apresentados e em termos de organização, o primeiro capítulo do trabalho procura compreender o que se entende por militarização verde e como esse fenômeno se manifestou na Amazônia Legal durante o governo Bolsonaro, levando em consideração suas particularidades. Dessa forma, o capítulo se divide em duas seções: 2.1 “O que é militarização verde?”; e 2.2 “Militarização na Amazônia Legal durante o governo Bolsonaro”. Na primeira, apresentamos os conceitos sensibilizadores de militarização verde no levantamento de como esse fenômeno é compreendido e denominado por diversos autores. Esse tópico é essencial na fundamentação da análise e na posterior emergência do conceito de militarização verde que, no seio deste trabalho, leva em consideração o contexto amazônico no governo Bolsonaro. Na segunda, mostramos como a presença dos militares na Amazônia Legal não é um fenômeno recente, na medida que já era presenciada ao longo de diversos governos, apesar de ter se intensificado nesse período em relação aos demais governos pós-redemocratização. A dinâmica dessa intensificação é demonstrada na subseção 2.2.1, intitulada “Medidas adotadas

ao longo do governo Bolsonaro em favor da militarização da Amazônia Legal”, que busca descrever as políticas públicas implementadas e as alterações institucionais estabelecidas no período e que, em nossa interpretação, compuseram o processo de militarização, essencial à atuação de milícias. Já na subseção 2.2.2, intitulada “Articulações das milícias com o Estado, grupos faccionais e atividades ilegais”, procuramos apresentar de que forma as milícias se articularam nesse período, evidenciando como as medidas que compõem a militarização verde favoreceram esse processo.

Posteriormente, no capítulo dois, focamos em compreender a forma de atuação das milícias que atuam no interior paraense, tendo como base a abordagem teórica dos *assemblages* globais da (in)segurança, evidenciando os aspectos globais-locais, lícitos-ilícitos, legais-ilegais e públicos-privados. Para isso, observamos os padrões que podem ser traçados entre as milícias que atuam no interior do Pará, bem como as limitações diante da impossibilidade de se determinar uma única forma de atuação desses grupos, tendo em vista a diversidade de atividades que empreendem na região. Na primeira seção do capítulo, intitulada “Assemblagens Globais da (In)segurança”, refletimos a respeito da abordagem em relação ao objeto de pesquisa; na segunda, intitulada “Indícios de atuação de milícias no interior do Pará”, apresentamos e discutimos casos emblemáticos que indicam a atuação desses grupos na região.

Finalmente, no capítulo três, é apresentada a análise de conteúdo dos dados coletados em entrevistas semiestruturadas, fontes hemerográficas, literatura secundária e fontes documentais, levando em consideração os múltiplos níveis de análise que possibilitam desvelar a complexidade do fenômeno observado em vista de compreender como a militarização verde fortaleceu a atuação de milícias no interior do Pará durante o governo Bolsonaro. Assim, apresentamos os códigos refinados e categorizados, por meio do *software* Atlas.ti, a partir dos dados coletados após triangulação convergente das fontes de pesquisa, possibilitando compreender e explicar o fenômeno analisado, levando em consideração fatores sócio-históricos, a intenção e o contexto em que esses dados foram emitidos, de maneira a apresentar uma explicação da realidade estudada. A partir dessa análise, é possível definir o que de fato a presente pesquisa entende como militarização verde no contexto do governo Bolsonaro, bem como de que forma ela impactou a atuação de milícias no interior do Pará. Por fim, na seção 4.1, única neste capítulo, retomamos a definição de milícias de forma geral, justificando a nomenclatura a partir da análise de outros determinados conceitos que, em vista da investigação realizada, foram considerados inadequados ao contexto paraense, ressaltando também, novamente, a pertinência analítica oferecida pela abordagem dos *assemblages*.

## **2 MILITARIZAÇÃO VERDE NA AMAZÔNIA LEGAL**

Neste capítulo, objetivamos delinear um panorama do processo de militarização verde estruturado no período analisado, apresentando as medidas tomadas no campo executivo e legislativo; bem como as articulações desses grupos com o aparato estatal. A esse fim, inicialmente, na seção 2.1, apresentamos os conceitos sensibilizadores relativos à militarização verde que motivam esta pesquisa, traçando uma compreensão das bases teóricas e contextuais que influenciarão, direta ou indiretamente, a emergência da definição de militarização verde no contexto amazônico durante o governo Bolsonaro. Esses conceitos sensibilizadores são importantes para situar o conceito emergente frente às demais definições de militarização na literatura, sendo possível opô-las, complementá-las ou associá-las. Posteriormente, na seção 2.2, objetivamos compreender as ameaças que perpassam o imaginário militar em relação à Amazônia Legal, o que supostamente justificaria a atuação das forças naquela região. Especificamente, na subseção 2.2.1, procura-se descrever como se deu o processo de militarização na Amazônia Legal durante o governo Bolsonaro, apontando quais foram as políticas públicas adotadas e as alterações institucionais observadas. Por fim, na subseção 2.2.2, buscamos observar como essas medidas favoreceram a articulação de milícias na Amazônia Legal, apontando as relações que se desenvolveram nesse contexto.

### **2.1 O que é militarização verde?**

No campo dos Estudos Críticos de Segurança (ECS), observa-se uma maior preponderância de temáticas que se distanciam dos estudos mais tradicionais de segurança, tendo em vista a grande repercussão de outros fenômenos, como as novas guerras e as novas guerras tecnológicas, por exemplo. Esse fenômeno se deve também ao enfoque teórico e analítico dos ECS, que, com o intuito de compreender as formas de violência que ocorrem para além das arenas tradicionalmente militares, dando atenção a outros agentes sociais presentes na agenda de pesquisa mais contemporânea, acabou preterindo os estudos sobre militarização (Mabee; Vucetic, 2018). No entanto, na perspectiva de Mabee e Vucetic (2018), observar a militarização como um fenômeno global pode trazer contribuições para o campo, tendo em vista que o binarismo civil/militar mascara as maneiras que o militarismo influencia a sociedade. Por essa razão, o presente estudo se propõe a compreender as dimensões do militarismo que estão além das formas clássicas presentes nos estudos sobre relações civis e militares (Huntington, 1985; Janowitz, 1966).

Diante disso, o campo dos Estudos Militares Críticos (EMC) tem ganhado notoriedade. Apesar de seguirem a mesma perspectiva crítica dos ECS às correntes *mainstream*, os EMC enfocam o estudo dos aspectos militares (Mabee; Vucetic, 2018), dando espaço para trabalhos como o de Lunstrum (2014), responsável por cunhar o termo *green militarization* – ou militarização verde. A autora entende essa militarização como um fenômeno já conhecido, mas que tem se intensificado no que diz respeito ao uso de atores, parcerias, tecnologias e técnicas militares, ressaltando a intensificação da relação entre conservação e militarização e a produção de consequências que normalmente são invisibilizadas.

Historicamente, os Estados criam áreas de preservação ambiental por meio da atuação violenta das forças armadas sobre a população local, a fim de controlar os recursos naturais dessas localidades (Lunstrum, 2014). De acordo com Duffy (2014), Lunstrum (2014), Massé, Lunstrum e Holterman (2017), essa prática, de forma geral, é compreendida como uma alternativa empregada pelos Estados contra a degradação ambiental, apresentando-se como uma nova arena para a atuação militar em momentos de paz e justificando a contínua existência e relevância das Forças Armadas, mesmo em países que, a princípio, não possuem motivações à expansão dos gastos com defesa. No entanto, conforme apontado por Duffy *et al.* (2019) e Penido, Mathias e Barbosa, (2022) em alguns casos, percebe-se que a suposta proteção concedida em regiões militarizadas é utilizada para exercer controle sobre a população local e sobre os recursos da floresta, constituindo não apenas uma soberania territorial, mas o que Foucault (2012) denominou de soberania populacional instrumentalizada por meio do biopoder, isto é, pelo uso da vitalidade populacional a fim de assegurar os interesses estatais.

Nesse sentido, difundir discursos que caracterizam as populações marginalizadas como inimigas da conservação impõe restrições aos seus modos e possibilidades de vida, na medida em que não são introduzidas a elas alternativas de produção e exploração sustentável nas localidades em que vivem. Ao mesmo tempo, esse tipo de categorização possibilita a atuação de grupos criminais vinculados a agentes corrompidos do Estado e a elites locais – associadas aos grandes negócios agroextrativistas – que se aproveitam desses espaços para corromper essas populações e incorporá-las aos seus negócios (Duffy *et al.*, 2019; Penido; Mathias; Barbosa, 2022). De acordo com Dunlap e Fairhead (2014), políticas conservacionistas podem empregar o discurso da militarização a fim de justificar e normalizar atos de violência.

Em essência, a noção de conflito no estado e no discurso acadêmico dominante foi esculpida sub-repticiamente para excluir, ou é cega em relação à violência estrutural cotidiana e o conflito que decorre do estado e das forças econômicas que protegem e facilitam o aumento do crescimento econômico e [...] alterações climáticas. Tais conflitos devem ser reconhecidos como parte do debate clima-conflito, pois ações para

mitigar as mudanças climáticas por meio de mecanismos de mercado agem direta e indiretamente para tornar politicamente viáveis processos econômicos que contribuam e difundam conflitos de baixa e alta intensidade em torno de 'recursos naturais' (Dunlap; Fairhead, 2014, p. 11)<sup>1</sup>.

Portanto, o pensamento de Dunlap e Fairhead (2014) manifesta a lógica de que políticas que dizem respeito à mudança climática transformam o acesso à terra, às florestas e até mesmo à água, gerando insegurança e conflitos. Além disso, favorecem a exploração econômica dos recursos naturais e a não preservação do meio ambiente. Transpondo e adaptando essa compreensão para a realidade brasileira, observamos que essa lógica possui relações com o processo de militarização desencadeado na Amazônia Legal, tendo em vista que a pensamento militar brasileiro, recorrentemente, esteve às voltas de uma noção de exploração econômica dos recursos naturais da região em favor do desenvolvimentismo nacional, sobretudo em consideração da dimensão do território amazônico (Barreto, 1995; Machado, 2023). Nesse contexto, de acordo com a perspectiva preponderante no imaginário militar brasileiro, seria possível preservar e, ao mesmo tempo, explorar (Barreto, 1995; Machado, 2023). Durante o governo Bolsonaro, essa retórica foi constantemente evocada e, na prática, implementada em práticas políticas manifestadas na militarização, justificadas em um discurso de preservação.

De forma geral, as práticas de conservação ambiental se integraram às políticas de segurança global, dando margem para a utilização do que se denomina, de acordo com Massé, Lunstrum e Holterman (2017) e Williams (2011), como *hard green militarization* e *soft green militarization*. A primeira denominação designa práticas que recorrem à violência política perpetrada pela polícia, militares ou forças mercenárias, enquanto a segunda se refere ao incentivo ao desenvolvimento econômico das comunidades locais com o intuito de evitar o seu envolvimento com atividades ilícitas que degradam o meio ambiente, neutralizando ameaças de segurança.

No caso da Amazônia Brasileira sob o governo Bolsonaro, percebe-se a notória tentativa de emprego da *hard green militarization*, mediante instrumentalização das Forças Armadas (FA) em questões ambientais. Contudo, como será possível observar ao longo deste trabalho, observa-se, na execução dessa política, não há efetivação de práticas favoráveis à conservação, mas, sobretudo, incentivos ao desenvolvimento econômico de grupos que exercem atividades

---

<sup>1</sup> In essence, the notion of conflict in state and mainstream academic discourse has either been sculpted surreptitiously to exclude or is blind to the everyday structural violence and conflict stemming from state and economic forces that protect and facilitate the progress of economic growth and its [...] climate change. Such conflicts must be acknowledged as part of the climate-conflict debate, because actions to mitigate climate change through market mechanisms act directly and indirectly to make politically feasible economic processes that contribute to, and spread low- and high-intensity conflict around 'natural resources'.

ilegais na região – como as milícias amazônicas -, com o objetivo de supostamente evitar a exploração por atores estrangeiros (Penido; Mathias; Barbosa, 2022).

Ademais, no âmbito dos debates de segurança nacional, inserem-se outras questões que demandam atenção, como a própria atuação desses grupos em atividades transfronteiriças ilícitas. Nesse sentido, o próprio sistema internacional<sup>2</sup> demandou do governo Bolsonaro, “o cuidado com a Amazônia enquanto ecossistema de importância planetária” (Penido; Mathias; Barbosa, 2022, p. 121) – pressão que foi instrumentalizada pelo governo para reforçar ainda mais a militarização da região. Nesse cenário, observa-se que o discurso de defesa da Amazônia nesse período é utilizado com o intuito de gerar “agitação política, já que, na realidade, os mecanismos práticos para a resolução de conflitos, inclusive entre Estados da região, e para o enfrentamento aos crimes transnacionais, estão sendo desmontados” (Penido; Mathias; Barbosa, 2022, p. 113).

Diante do que foi apresentado, podemos observar a mobilização de diversos conceitos sensibilizadores que contribuem com a investigação do presente trabalho na compreensão e descrição do fenômeno da militarização verde ocorrido na Amazônia Legal durante o governo Bolsonaro. A fim de melhor compreender as definições já existentes de militarização dentro do contexto de preservação ambiental, organizamos a Tabela 3, a seguir, que descreve os conceitos utilizados nos trabalhos que, apresentados na Tabela 1, concernem ao tema.

**Tabela 3 – Definição de militarização apresentada nos trabalhos acadêmicos selecionados**

Autor, ano	Definição
Lunstrum, 2014	Define militarização verde como sendo o “[...] o uso de atores, técnicas, tecnologias e parcerias militares e paramilitares (semelhantes a militares) na busca pela conservação” <sup>3</sup> (p. 817).
Dunlap; Fairhead, 2014	Entendem que “a relação entre deslocamento induzido pela conservação, controle, e a mercantilização só é reforçada e legitimada pela militarização e policiamento ambiental, pois facilitam e gerenciam o processo legal de produção industrial e consumo do ambiente natural e seu clima” <sup>4</sup> (p. 16).
Massé; Lunstrum; Holterman, 2017	Compreendem a militarização verde como sendo um fenômeno em “que a natureza não humana e os espaços em que ela é

<sup>2</sup> “O Sistema Internacional refere-se à estrutura global que define como os países e outros atores internacionais, como organizações internacionais e empresas multinacionais, interagem uns com os outros. Ele é moldado por um complexo conjunto de leis internacionais, tratados, convenções, e práticas diplomáticas” (Revista Relações Exteriores, 2024).

<sup>3</sup> “[...] the use of military and paramilitary (military-like) actors, techniques, technologies, and partnerships in the pursuit of conservation”.

<sup>4</sup> “The relationship of conservation-induced displacement, control, and marketisation is only reinforced and legitimised by militarisation and environmental policing as they facilitate and manage the legal process of industrial production and consumption of the natural environment and its climate”.

protegida são militarizados imediatamente em nome da segurança [...] [fornecendo] novas lógicas que autorizam intervenções militares e expandem a população de ‘sujeitos vulneráveis’ que merecem proteção militar”<sup>5</sup> (p. 12)

Duffy <i>et al.</i> , 2019	Denomina o fenômeno de militarização da conservação e entende que a “[...] militarização variará nos seus detalhes de lugar para lugar [e] [...] que a conservação militarizada como modelo, mesmo quando possa resultar na conservação de alguns animais e no reforço de algumas áreas protegidas, é fundamentalmente injusta” <sup>6</sup> (p. 67).
Penido; Mathias; Barbosa, 2022	Entendem a militarização como sendo composta por 5 dimensões, sendo elas a “[...] presença física intensiva de militares” (p. 116), “a ocupação de cargos nos organismos políticos...” (p. 117), a transposição de “[...] doutrinas formuladas pelos militares para outras arenas de atuação das políticas governamentais” (p. 118), a transferência de “[...] valores castrenses para a administração, impondo um determinado <i>ethos</i> ” (p. 118) e a militarização de “[...] qualquer problema, empregando as FFAA <sup>7</sup> em questões ou temas que são de outras esferas do Estado, e não militares...” (p. 119).

Fonte: elaboração própria.

Conforme consta, Lunstrum (2014) foi a responsável por cunhar o termo *green militarization*, empregando-o na análise da resposta militar à caça de hipopótamos no parque nacional Kruger, na África do Sul. A autora entende a militarização verde como um fenômeno já conhecido, mas que tem se intensificado no que diz respeito ao uso de atores, parcerias, tecnologias e técnicas militares, ressaltando a intensificação da relação entre conservação e militarização e a produção de consequências que normalmente são invisibilizadas. Ao aproximar o conceito sensibilizador da autora com a realidade amazônica brasileira, observamos que, ao empregar práticas de militarização da região, o objetivo oficial do governo Bolsonaro foi a preservação – política essa que surge mediante pressão internacional diante das queimadas e do desmatamento na Amazônia durante o mandato de Jair Bolsonaro, conforme discutiremos mais adiante neste trabalho –, mediante uma principal justificativa: realizar “repressão a delitos ambientais, em especial queimadas” (Secretaria Geral, 2021).

Já Dunlap e Fairhead (2014) entendem a militarização como um mecanismo legitimador de um processo de mercantilização dos recursos naturais florestais, visto que influencia a

<sup>5</sup> “[...] that non-human nature and the spaces in which it is protected are militarized at once in the name of security [...] [providing] new logics that authorize military interventions and expands the population of ‘vulnerable subjects’ that deserve military protection”.

<sup>6</sup> “[...] militarisation will be varied in its details from place to place [and] [...] that militarised conservation as a model, even when it might result in conserving some animals and enforcing some protected areas, is fundamentally unjust”.

<sup>7</sup> Sigla para Forças Armadas no Brasil.

transformação no acesso a florestas, terra e água, levando à criação de políticas ambientais e, ao mesmo tempo, à violência estatal. Esse entendimento mobiliza reflexões ao presente trabalho à medida em que o discurso principal do governo Bolsonaro, no que tange à Amazônia, é predominantemente o desenvolvimentista, ou seja, que visa explorar os recursos naturais abundantes da região com o intuito de desenvolver o país economicamente, conforme discurso do então chefe do executivo no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):

Estamos trabalhando para criar empregos, produtos e serviços que utilizem de modo sustentável os recursos da floresta [...] queremos que esse esforço resulte na geração de ganhos e benefícios tangíveis para as 34 milhões de pessoas que moram na região amazônica, tanto no Brasil quanto nos países vizinhos em 2021 (CNN, 2021).

Por sua vez, Massé, Lunstrum e Holterman (2017) partem, em seu estudo, do nexo conservação-segurança-desenvolvimento para compreender como a implementação de uma abordagem de *soft militarization*, ao se observar a militarização verde, gera práticas de *soft counter-insurgency*. Ou seja, ressaltam como determinadas comunidades que vivem em regiões de floresta, por exemplo, são inseridas em um contexto de desenvolvimento “sustentável” com o intuito de evitar que façam parte de grupos que cometem crimes ambientais, neutralizando, assim, ameaças de segurança. No presente trabalho, esse conceito sensibilizador contribui ao entendimento da maneira como temas relacionados ao meio ambiente evocam a militarização em nome da segurança.

Enquanto isso, a abordagem de Duffy *et al.* (2019) ressalta a importância de se observar criticamente o que os autores chamam de “militarização da conservação”, levando em consideração os problemas gerados pela militarização ao meio ambiente, às pessoas que vivem na região e àqueles que implementam as estratégias de militarização. Dessa forma, os autores buscam compreender como a militarização contribui na geração de violência nos locais em que há conflito armado e como esse fenômeno reflete dinâmicas político econômicas mais amplas. Ademais, compreendem que não olhar a militarização de forma crítica contribui à manutenção de contextos de violência local, com preservação ambiental ínfima. O conceito crítico dos autores sensibiliza análises que contribuem com o presente trabalho, pois, apesar de não presenciarmos um contexto de conflito armado entre militares e traficantes ilegais de recursos naturais na promoção da conservação, observa-se que a militarização na Amazônia Legal, durante o governo Bolsonaro, apesar de seus pressupostos oficiais, possibilita a manutenção de grupos faccionais que operam de forma ilegal na região.

Por fim, Penido, Mathias e Barbosa (2022) buscam refletir de forma crítica como os militares pensam a região amazônica brasileira partindo de cinco pressupostos, a mencionar: a visão de soberania nacional; a geopolítica; o entendimento de que apenas militares se preocupam com questões que envolvem a defesa da região amazônica; a percepção que os militares possuem em relação à integração da Amazônia ao Brasil; e a atenção que dispõem às fronteiras, evidenciando a desconfiança em relação aos países vizinhos. A partir disso, os autores buscam demonstrar como, a partir desses elementos, surge “uma tendência para a militarização das formulações sobre a realidade amazônica...” (Penido; Mathias; Barbosa, 2022, p. 1), estabelecendo um conceito que mobiliza e sensibiliza análises essenciais à perspectiva crítica da presente pesquisa em relação à militarização verde da Amazônia brasileira.

Tendo em vista a abordagem teórico-metodológica da presente pesquisa, não partiremos de um conceito pré-definido de militarização verde em vista da análise dos objetos em estudo. No entanto, de acordo com Charmaz (2009), o pesquisador já inicia seu estudo com determinados interesses, partindo de alguns conceitos de análise gerais, denominados conceitos sensibilizadores, que fornecem ideias a serem investigadas, operando, portanto, como “ferramentas provisórias para desenvolverem as suas ideias sobre os processos definidos em seus dados”, de modo a fornecer “um ponto para começar, não para concluir”.

Portanto, os conceitos sensibilizadores apresentados mobilizam algumas reflexões iniciais, tendo em vista que, durante o governo Bolsonaro, o discurso oficial afirma ter empregado as forças armadas na região com o intuito de preservar os recursos da floresta e de manter a soberania nacional. No entanto, conforme a análise das políticas estabelecidas no período, foi possível observar, conforme argumentaremos ao longo da pesquisa, como a militarização verde foi utilizada, na realidade, em prol da manutenção de interesses privados, ligados a uma visão puramente desenvolvimentistas, em relação à mercantilização dos recursos da floresta.

Em termos de contextualização, vale ressaltar que o referido pensamento predominante nas Forças Armadas reverbera o entendimento norte-americano de desenvolvimento, estabelecido pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo, na figura de Truman<sup>8</sup>. Nessa doutrina, seria preciso, aos países do sul, desenvolverem-se – afastando as conotações negativas que

---

<sup>8</sup> Harry S. Truman foi presidente dos Estados Unidos de 1945 a 1953. Sendo assim, Truman assumiu o país no ano final da Segunda Guerra Mundial e implementou uma série de práticas na política externa americana durante o período da Guerra Fria, conhecidas como Doutrina Truman, que buscavam conter o avanço comunista em prol do sistema capitalista.

ligavam desenvolvimento ao colonialismo perpetrados nas décadas anteriores e incorporando elementos do modelo de desenvolvimento dos países do norte (Esteva, 2010). No entanto, o processo que perpassa o sul global se assemelha mais à ideia de redesenvolvimento da região, alavancada nos anos 1990, com o intuito de desenvolver o que foi “mal desenvolvido” em décadas anteriores ou o que ficou obsoleto (Esteva, 2010).

Não sem razão, o então presidente da República, no período analisado, expressou, em diversas ocasiões, a ideia de um “desenvolvimento sustentável” (CNN, 2021), que constituiria uma estratégia para sustentar o desenvolvimento de maneira supostamente responsável, mas sem deixar de lado os preceitos capitalistas vigentes (Esteva, 2010). Ademais, durante o período analisado, verificamos uma tendência à militarização da Amazônia e ao desmonte dos órgãos ambientais. Esse processo da militarização verde, em vez de alcançar resultados favoráveis à preservação ambiental, restou por exacerbar a violência na região ao favorecer a atuação de grupos criminosos como as milícias (Comissão Arns, 2023).

Desse modo, ao compreender a militarização verde como uma “alternativa” empregada pelo governo, oficialmente, em prol da preservação da Amazônia Brasileira, o presente trabalho buscará demonstrar como essa lógica se subverte na manutenção da violência na região, produzindo contextos de insegurança no fortalecimento da atuação de milícias.

## **2.2 Militarização na Amazônia Legal durante o governo Bolsonaro**

Na seção anterior, apresentamos conceitos mobilizadores que estimulam pensamentos e interpretações à observação do presente objeto de pesquisa. Esses conceitos serão mobilizados na posterior produção de categorias de análise, estruturadas mediante análise dos dados levantados no que diz respeito ao contexto em investigação. Nesta seção, por sua vez, apresentaremos, de forma sucinta, as ameaças que perpassam o imaginário do exército brasileiro no que tange à Amazônia Legal e que, em termos discursivos e oficiais, justificariam sua atuação no território amazônico, auxiliando na compreensão do que, supostamente, motivaria a atuação dos militares na região durante o governo Bolsonaro. Ademais, buscamos demonstrar, por meio de um breve aparato histórico, que a presença do exército brasileiro na Amazônia Legal não é um fenômeno recente, visto que a presença militar na região pode ser identificada ao longo de diversos governos desde o período da “marcha para o Oeste”. Nesse sentido, embora o processo de militarização tenha se intensificado no governo Bolsonaro, sobretudo no recorte do período pós-democratização, demonstraremos que parte dessa filosofia sempre esteve presente no imaginário geopolítico da caserna.

O pensamento de que a colonização e a ocupação da Amazônia constituiria o melhor mecanismo para a defesa da região esteve presente no imaginário militar brasileiro ao longo dos séculos, configurando-se, na realidade, como uma das heranças dos colonizadores portugueses, que também empregaram essa filosofia com o intuito de justificar a manutenção e expansão do território de sua colônia na América do Sul (Marques, 2007). Assim, os militares ecoaram a percepção e a preocupação de que a região se caracteriza por um suposto vazio demográfico e pela ausência do Estado, o que favoreceria o desenvolvimento de conflitos entre grandes latifundiários, defensores ambientais e trabalhadores que não possuem terras, além da atuação de grupos criminosos, como garimpeiros ilegais; contrabandistas de madeira, minérios e armas; e até mesmo criminosos envolvidos com biopirataria. Esses aspectos, somados às riquezas existentes na região, deixariam a localidade, na visão dos militares, ainda mais vulnerável à cobiça internacional e ao aliciamento dos habitantes locais, justificando a presença do Exército brasileiro como essencial para garantir a segurança e a soberania brasileira na região (Marques, 2007).

Indiretamente, esse imaginário persistente nas forças armadas entende que os povos originários que habitam a Amazônia Legal não seriam comprometidos com a manutenção da soberania nacional, estando, portanto, sujeitos a um processo de cooptação por outras nações (Marques, 2007). Ademais, para os militares, outras ameaças à soberania nacional incluiriam: os atores transnacionais não públicos, ou seja, atores que atuam territorialmente na região, mas que não respeitam normas nacionais ou internacionais, como narcotraficantes ou contrabandistas; os atores transnacionais públicos não estatais, ou seja, atores que atuam por meio e através das normas nacionais, além de estabelecerem, muitas vezes, relações de parceria com o Estado, a exemplo de ONGs e missionários religiosos; e os atores não estatais, como as guerrilhas, que buscam independência estatal em algumas regiões da Amazônia, ultrapassando, portanto, o que se compreende como Amazônia Legal (Marques, 2007).

No caso particular das ONGs e missões religiosas, a filosofia preponderante das FA os encarou, historicamente, como atores que estariam favorecendo os direitos indígenas e pregando a proteção da Floresta Amazônica, contribuindo à desnacionalização da região, já que as denúncias de desrespeito aos povos indígenas e de não preservação poderiam, em tese, favorecer pretextos para grandes nações interferirem na Amazônia brasileira. Já no caso dos demais atores, a ameaça em relação à desnacionalização se consolidaria diante de uma eventual incapacidade do Estado em contê-los (Marques, 2007).

A presença militar na região também é justificada pelo medo de conflitos na fronteira. O exército brasileiro apresentou, ao longo de sua história, uma forte visão de que os países que

se dizem preocupados com questões humanitárias e ecológicas, em realidade, escondem interesses econômicos que se materializaram através da exploração das riquezas amazônicas. Ademais, essa linha de pensamento militar associa, de forma direta, a atuação de ONGs na região com a presença dos países aos quais essas organizações são pertencentes, alegando que os discursos de preservação dessas instituições operam, na realidade, a favor de processos que possibilitem que outros Estados explorem as riquezas da região (Marques, 2007).

Em relação à perspectiva ideológica predominante entre os militares, vale destacar a obra “*A Farsa Ianomâmi*”, de autoria do coronel brasileiro Carlos Alberto Lima Menna Barreto. A obra é de amplo conhecimento e adesão por setores das Forças Armadas e respalda os pontos apresentados, configurando-se como sintomática da filosofia das forças armadas em relação à região (Marques, 2007). Ao analisar o conteúdo da obra, observa-se, de forma geral, que o entendimento é de que o Brasil sofre uma constante ameaça à soberania nacional, tendo em vista os interesses de outros países nas riquezas locais. Partindo dessa visão, os países do norte global teriam como objetivo evitar a exploração dos ricos recursos amazônicos pelos próprios brasileiros, com o intuito de boicotar o desenvolvimento econômico do país e evitar que o Brasil se tornasse um concorrente no mercado global (Barreto, 1995).

Nessa concepção, notória e amplamente refletida na referida obra, a estratégia desses países englobaria fomentar discursos de preservação, de demarcação de terras indígenas e de catequização, reduzindo cada vez mais o controle do Governo Federal na região e concedendo uma autonomia crescente a estrangeiros, como Organizações Não Governamentais (ONGs), ativistas de direitos humanos e padres da igreja católica, por exemplo (Barreto, 1995). Diante disso, a estratégia defendida pelos militares seria a desenvolvimentista, pois apenas assim, conforme essa perspectiva, seria possível proporcionar, na região amazônica, trabalho e desenvolvimento, mediante uma presença militar que assegurasse esse processo (Barreto, 1995; Machado, 2023). De certa forma, essa perspectiva contrasta com a ideia de desenvolvimento sustentável difundida globalmente. Em vez de apoiar o enraizamento da diversidade natural e social, a concepção militarista busca, na prática, apenas a continuidade do desenvolvimento econômico, a despeito das limitações dos recursos naturais (Esteva, 2010).

Nesse sentido, o golpe militar de 1964, fundamentalmente, deu início a um período de políticas desenvolvimentistas no que diz respeito à região amazônica (Machado, 2023). Como exemplo dessas políticas, destaca-se a chamada Operação Amazônia, que tinha como objetivo alterar a economia da região, aumentar o fortalecimento fronteiriço e integrar a região ao território nacional por meio da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Os objetivos da Sudam incluíam “planejar, coordenar, promover a execução e

controlar a ação federal na Amazônia Legal, tendo em vista o desenvolvimento regional” (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, 2020).

Nesse mesmo período, foi criada a Lei nº 5.174, que oferecia isenção de impostos de renda, taxas federais, atividades industriais, agrícolas, pecuárias e de serviços básicos a quem estabelecesse empreendimento econômico na região amazônica, bem como proporcionava a isenção de impostos e taxas para importação de máquinas e equipamentos (Brasil, 1966). Ou seja, o desenvolvimento almejado para a Amazônia durante os governos militares baseava-se no princípio de ocupar a região para explorá-la, incentivando o desmatamento, a expansão das atividades agropecuárias e de mineração, entre outras atividades econômicas que se consolidaram ao longo do tempo. Para isso, foram desenvolvidas estruturas administrativas, como as mencionadas, nas quais militares eram majoritariamente empregados, fortalecendo o avanço da militarização na região. Nesse sentido, a militarização estava relacionada “à implementação de projetos de infraestrutura e à expansão das políticas de ocupação territorial” (Machado, 2023, p. 11).

Nesse contexto da ditadura militar e do incentivo econômico para o “desenvolvimento” da região, propiciou-se o estabelecimento de múltiplos arranjos de poder em diversas cidades no interior da Amazônia Legal (Araujo, 2023). A exemplo, destaca-se a cidade de Rondon do Pará, que demonstra o modo como grandes latifundiários, como Josélio Carneiro e Décio Nunes – mais conhecido como o Rei da Madeira –, exercem poder desde a época da ditadura até os dias de hoje em regiões remotas do Pará, fazendo uso do aparato estatal em benefício próprio, dificultando denúncias, investigações e favorecendo a atuação de pistoleiros<sup>9</sup> – muitas vezes policiais militares – que, a mando desses atores, prestam serviços de extermínio contra trabalhadores locais que “sabem demais”<sup>10</sup> ou que se posicionam contra os interesses dessa elite local. De acordo com Araujo (2023), em muitas ocasiões, os próprios familiares desses grandes latifundiários passam a ocupar cargos políticos e até mesmo cargos em órgãos da justiça, com o intuito de atrapalhar processos e favorecer ações. A título de exemplificação, cita-se o caso das filhas de Josélio: uma delas, Shirley Cristina, torna-se prefeita de Rondon do Pará; e a outra, Joselia Leontina, promotora de justiça (Araujo, 2023).

Além disso, a imagem desses grandes latifundiários se mostra extremamente ambígua, visto que parte da população local os exalta, considerando-os os principais geradores de emprego e, conseqüentemente, propiciadores de um certo “desenvolvimento” na região,

---

<sup>9</sup> “Bandido ou capanga, matador profissional” (Dicio, 2024).

<sup>10</sup> Expressão utilizada para demonstrar que as pessoas mencionadas possuem muita informação sobre algum assunto.

enquanto outros os acusam pelos crimes que cometem, como contratar trabalhadores em condições análogas à escravidão, encomendar assassinatos de pessoas que questionam as atividades ou que exercem um certo ativismo contra as ações desses fazendeiros, posicionando-se em favor da preservação. A exemplo dessas relações estabelecidas e desses contextos de violência, observa-se o estabelecimento de ambientes de (in)segurança que se perpetuam até os dias de hoje em várias regiões remotas da Amazônia Legal.

Durante o processo de redemocratização, as políticas de militarização da Amazônia foram mantidas na mesma medida, tendo em vista que a região se manteve como prioridade estratégica das Forças Armadas (Marques, 2007). Por exemplo, já em 1985, durante o governo de José Sarney, o Projeto Calha Norte surge influenciado pela Doutrina de Segurança Nacional<sup>11</sup>. O objetivo principal do projeto era promover a integração da região ao restante do país, além do aumento da presença dos militares na região. Ambientalistas, antropólogos e a Igreja Católica viam no programa uma tentativa de militarização da região com o objetivo de promover segurança e, ao mesmo tempo, desenvolvimento (Marques, 2007).

Já em 1990, durante o governo Collor, o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), foi implementado, contando com uma infraestrutura de vigilância e análise denominada SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), cujo objetivo era proteger territorialmente e patrimonialmente a Amazônia, promover uma defesa nacional soberana e melhorar as ações governamentais dos órgãos que atuam na região (Becker, 2002; Marques, 2007). Já no ano de 1996, durante o governo Fernando Henrique, ocorre a criação da Política de Defesa Nacional (PND), que objetivava estabelecer as diretrizes em relação à segurança e defesa brasileira. No PND, determinou-se que a proteção da Amazônia ocorreria com o apoio da sociedade e da presença militar, com o objetivo de desenvolver e vivificar a região. Ainda durante esse governo, em 1999, foi criado o Ministério da Defesa, com o objetivo de “racionalizar o preparo e o emprego das Forças Armadas brasileiras, através de uma maior integração estratégica e operacional das Forças singulares” (Marques, 2007, p. 168).

---

<sup>11</sup> A Doutrina de Segurança Nacional foi implementada no Brasil no contexto da Guerra Fria e alterava a concepção de guerra que se pautava na suposta “ameaça comunista”. Sendo assim, foi proclamada “uma guerra ‘total e não declarada’, redefinindo as noções de inimigo, fronteira, nacionalismo e defesa. Assim, se nos períodos anteriores a ‘guerra’ era externa e declarada, o comunismo teria passado a promover uma guerra silenciosa no interior dos países capitalistas e os inimigos não eram mais declarados ou facilmente identificáveis. Por isso, a noção de ‘inimigo’ se estendeu para qualquer um que supostamente ameaçasse a estabilidade capitalista [...]. Era a ideologia dos ‘inimigos internos’, que estariam infiltrados e misturados aos cidadãos do país. Como potencialmente todos eram inimigos, a doutrina promovia um clima permanente de medo. Nesse sentido, as fronteiras não eram mais territoriais, como no passado: eram ideológicas e fluídas. O front de batalha não era mais localizado na concretude das trincheiras, mas nos espaços em que o ‘inimigo interno’ atuava...” (Memórias da Ditadura, 2024).

Há relativa continuidade do paradigma militar mesmo quando Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), assume a presidência, entre 2003 a 2010. Vale destacar que, nesses dois governos, os militares voltaram a ganhar certa proeminência política no Brasil, com a liderança, pelo exército brasileiro, do braço militar da contraditória Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah). Ademais, nesse período, a Política de Defesa Nacional (PDN) foi reformulada, prevendo o emprego de esforços militares contra ameaças à floresta, junto ao lançamento da Estratégia Nacional de Defesa (END), que previa a presença de militares na fronteira da Amazônia brasileira, bem como a defesa da região em direção ao desenvolvimento sustentável e à regularização fundiária (Machado, 2023). No entanto, apesar de parcial continuidade, a relação com os países vizinhos foi aperfeiçoada e alianças de cooperação foram estabelecidas no que diz respeito a questões econômicas e de desenvolvimento da Amazônia, dando origem ao Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), que conta com a participação de países que fazem fronteira com o Brasil e possuem vegetação de floresta Amazônica em seus territórios. O objetivo do PDFF é promover o desenvolvimento sustentável, bem como a integração sul-americana (Machado, 2023).

Apesar disso, em 2005, incorpora-se ao PDN referências à cobiça internacional no que diz respeito a “disputas por áreas marítimas, pelo domínio aeroespacial e por fontes de água doce e de energia, cada vez mais escassas” (Brasil, 2005), de modo a compreender que a Amazônia brasileira possuiria um “grande potencial de riquezas e de biodiversidade... [sendo] foco de atenção internacional” (Brasil, 2005). Por fim, menciona-se a preocupação com zonas instáveis de movimentação transnacional de bens ilícitos. Para resolução dessas medidas, entre as medidas propostas, foi apontada a necessidade de aumento da presença militar na região amazônica.

Posteriormente, dando continuidade aos governos do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff assumiu a presidência do Brasil (2011 a 2016), aumentando consideravelmente o orçamento do Ministério da Defesa e estabelecendo a defesa da Amazônia para o desenvolvimento do país como a função primordial dos militares, bem como a manutenção dos interesses nacionais na região diante de ação estrangeira (Machado, 2023). É importante mencionar que o uso de operações de Garantia da Lei e da Ordem<sup>12</sup> (GLO) como política de governo se tornou frequente durante o mandato de Dilma, abrindo margem para os governos subsequentes. Além disso, durante o governo Dilma, ocorreu um aumento da concessão de

---

<sup>12</sup> As missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) ocorrem por ordem exclusiva do(a) Presidente da República em momentos de grave perturbação da ordem onde as forças tradicionais de segurança pública são esgotadas (Ministério da Defesa, 2014b).

vagas para militares dentro do Ministério da Defesa em detrimento de funcionários civis (Mathias *et al.*, 2019; Machado, 2023). Após o controverso processo de *impeachment* da ex-presidente, assume seu vice, Michel Temer, que prosseguiu aumentando os gastos orçamentários com o setor militar. Ademais, pela primeira vez desde a redemocratização, militares assumiram cargos de liderança em órgãos estratégicos do Governo Federal, antes ocupados por civis, como o de ministro do Ministério da Defesa, a de presidência da Funai, a de diretoria-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), bem como cargos na Casa Civil (Valente; Uribe, 2018; Machado, 2023).

Ao longo do governo Bolsonaro (2019 a 2022), observa-se, portanto, uma intensificação da militarização, não apenas em relação à Amazônia, mas em diversas áreas do governo, acompanhado de um processo de desmonte no MMA e em vários órgãos ligados ao meio ambiente. Vale ressaltar que o enfoque do presente trabalho não se restringe apenas ao processo de militarização ocorrido na Amazônia Legal nesse período, abrangendo também o entendimento de como essas medidas institucionais e legais, que culminaram com o aumento da degradação na Amazônia Legal, propiciaram a atuação de milícias na região, conforme será discutido na Seção 2.2.1. De modo geral, durante o governo Bolsonaro, observa-se que grupos milicianos tiveram maior possibilidade de se articular através do estado e a partir dele, bem como com diversas outras organizações criminosas, conforme demonstraremos na seção 2.2.2 apresentando indícios do modo como esses grupos se articularam no interior paraense.

### *2.2.1 Medidas adotadas ao longo do governo Bolsonaro em favor da militarização da Amazônia Legal*

Entre 2019 e 2022, percebe-se uma ruptura retórica por parte do governo Bolsonaro no que diz respeito aos compromissos ambientais assumidos pelo Brasil ao longo de governos anteriores (Hochstetler, 2021; Souza *et al.*, 2021). Ainda durante as campanhas presidenciais de 2018, Bolsonaro defendia abertamente a diminuição das proteções ambientais existentes, além de rejeitar veementemente a ideia de conservação ambiental, enfatizando, no lugar, a proposta de promover a exploração econômica dos recursos da Amazônia Legal, o que, de acordo com o ex-presidente e sua equipe, geraria dinamismo econômico e traria desenvolvimento à região (Souza *et al.*, 2021). O projeto para a Amazônia, conforme o ex-presidente sustentava à época, era de soberania na gestão e proteção dos recursos naturais da Amazônia, garantindo o direito do Brasil de explorar os recursos da floresta de acordo com suas

políticas ambientais, ressaltando também que o papel do agronegócio no impacto ambiental seria insignificante (Farias, 2020).

Ademais, em manifestações públicas e discursos, integrantes do governo Bolsonaro descredibilizaram dados emitidos por órgãos de pesquisa, como o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), após esses evidenciarem o aumento do desmatamento já no primeiro semestre de 2019 (Hochstetler, 2021). O desmantelamento do INPE e de outras instituições que monitoram atividades ilegais e de desmatamento na Amazônia ocorreu, justamente, com o intuito de fomentar informações imprecisas, negar o conhecimento científico e diminuir a transparência dos dados relativos à região, facilitando a atuação de grupos criminosos (Souza *et al.*, 2021). Em campo similar, os discursos emitidos pelo presidente e por outros membros do governo, constantemente, atacavam cientistas e ONGs, descredibilizando os estudos dos primeiros e acusando os segundos de provocarem queimadas e apoiarem interesses internacionais contrários aos do Brasil, evidenciando um discurso negacionista que permeia e favorece as ações perpetradas por grupos criminosos na Amazônia Legal (Hochstetler, 2021). Adicionalmente, além de uma retórica abertamente desdenhosa, foi possível observar um aceleramento no desmantelamento das políticas ambientais brasileiras através de diversas medidas que garantiriam o aumento da exploração dos recursos florestais, na medida em que diminuiria os esforços pela preservação e enfraqueceria as leis ambientais (Hochstetler, 2021).

De acordo com uma funcionária do Ibama em entrevista a esta pesquisa, esses discursos desdenhosos em relação à preservação do meio ambiente fazem parte de uma tentativa de estabelecer uma “cortina de fumaça”, visto que:

Tira o foco, realmente, do maior problema, porque aí a gente não tá mais questionando da onde que tá vindo o incêndio, a gente tá questionando: “Esse cara é louco, esse cara não vai pra ciência, esse cara...”. A gente tira quem que tá financiando isso? Quem que tá ganhando com esse incêndio? Tá indo pra onde? Sabe? Quais são as consequências desse incêndio? A gente não falou mais sobre isso, a gente falou: “Cara, que absurdo isso que ele está falando”, entendeu? É cortina de fumaça (Kátia<sup>13</sup>, funcionária 1, 2025, apêndice B).

De acordo com levantamento da Política Por Inteiro (2021a), entre 2019 e 2021, foram publicados 1.415 atos executivos que representavam retrocessos na proteção ambiental, somando 141 atos de reforma institucional, 65 de desregulamentação, 64 de flexibilização, 33 de revogação e 39 de revisão. De certa maneira, essas medidas deram seguimento a uma tendência observada desde o início do governo. Assim que Bolsonaro assume o cargo de

---

<sup>13</sup> Nome fictício.

presidente, adota a medida provisória nº 870 de janeiro de 2019, posteriormente convertida na Lei 13.844, cujo objetivo geral era organizar os órgãos da presidência e os ministérios. A organização ministerial inicial estabeleceu que as questões relacionadas à Amazônia Legal e às terras indígenas e quilombolas, função desempenhada anteriormente pelo MMA, passariam à competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Ademais, a medida colocou a cargo do Ministério da Defesa a operacionalização do Sistema de Proteção da Amazônia e a cargo do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) o estabelecimento das normas, diretrizes e prioridades do Fundo de Investimento da Amazônia, funções anteriormente também desempenhadas pelo MMA (Brasil, 2019b).

Essas medidas iniciais apresentavam um claro intuito de desestruturar o MMA, retirando do órgão algumas de suas principais atribuições, agora transferidas a órgãos sem *expertise* na área. Além disso, em um notório contexto de desavenças históricas entre os povos originários/quilombolas e os latifundiários, é evidente que o governo, ao atribuir ao Mapa a demarcação de terras, privilegiou politicamente os segundos. Como resultado dessa política, ocorreu a titulação de apenas 19 territórios quilombolas durante todo o governo Bolsonaro (Nunes; Oliveira, 2023), bem como uma omissão e morosidade na regularização de 403 terras indígenas pertencentes à Amazônia Legal em 2022 (CIMI, 2022).

Ainda sobre o início do mandato, vale ressaltar que, além da destituição de funções do MMA, chegou-se a propor a extinção deste Ministério e a incorporação total de suas funções ao Mapa, o que, segundo o governo, garantiria tanto o desenvolvimento por meio da exploração de recursos naturais quanto a preservação ambiental. Porém, além da pressão dos ambientalistas, a medida não foi bem vista pelos próprios representantes do agronegócio, visto que dificultaria o acesso dos produtores ao mercado internacional, o que impossibilitou sua implementação (Hochstetler, 2021; Sampaio, 2018). Apesar disso, ao longo do governo, foi possível estabelecer o que o então presidente chamou de “casamento da Agricultura com o Meio Ambiente”, compreendendo-o como “um casamento quase que perfeito”, ao elogiar a administração do Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, acusado hoje de envolvimento em crimes ambientais e tráfico de madeira (Matoso; Gomes, 2021).

Nesse contexto, imediatamente após Salles assumir o ministério, concedeu-se a autarquia da Agência Nacional de Águas para o MDR, bem como o Serviço Florestal Brasileiro, responsável pelo monitoramento do uso da terra e, conseqüentemente, pelo monitoramento do seu desmatamento e uso irregular. Com a integração desses órgãos ao MDR, dificultou-se a

identificação de grupos que atuam ilegalmente ou de forma ilegal<sup>14</sup> na Amazônia. Não obstante, diversos órgãos voltados às questões climáticas foram extintos dentro do MMA e do Ministério das Relações Exteriores (MRE); o Plano de Prevenção e Controle de Desmatamento (PPCDAm) – programa que, entre 2003 e 2012, alcançou uma queda anual no desmatamento na Amazônia de 83% (Prizibiszki, 2023; Dantas, 2022a) – foi revogado; e, além disso, diversos órgãos e comitês ligados ao meio ambiente, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, sofreram cortes orçamentários e restrições em suas equipes (Hochstetler, 2021; Observatório do Clima, 2023).

Ao todo, mais de 20 colegiados relacionados ao meio ambiente foram extintos, como o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa) e o Comitê Técnico do Fundo Amazônia (CTFA). Posteriormente, Salles propôs reformar e reativar a Cofa e o CTFA, porém, sem a participação da sociedade civil, o que não foi aceito por Alemanha e Noruega, países doadores majoritários do fundo, ocasionando o congelamento de R\$ 3,2 bilhões em recursos (Observatório do Clima, 2023). Não obstante, a Secretaria de Mudança do Clima e Florestas, extinta em janeiro de 2019, é restabelecida após pressões internacionais, mas com o nome de Secretaria de Clima e Relações Internacionais, mediante exclusão dos departamentos de “Florestas e de Combate ao Desmatamento” e de “Monitoramento, Apoio e Fomento de Ações em Mudança do Clima”. Nesse cenário, órgãos como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), além de demissões, sofreram com a incorporação impositiva de militares – principalmente nos cargos de gestão. Em consequência, esses órgãos receberam dezenas de pedidos de demissão de seus funcionários de carreira, em protesto contra o desmantelamento das instituições ambientais (Hochstetler, 2021). Soma-se a esse contexto o fato de que os funcionários de ambos os órgãos foram proibidos internamente de conceder declarações à imprensa (Observatório do Clima, 2023).

Em relação à participação desses órgãos ambientais com a sociedade civil, conforme mencionado, houve uma notória tentativa de barrar e diminuir o diálogo. De acordo com um dos moradores entrevistados por esta pesquisa, a atuação de ONGs e instituições ambientais governamentais junto à sociedade civil era comum em governos anteriores, no entanto, já no governo Temer e, posteriormente, no de Bolsonaro, as atuações deixaram de ocorrer (Arthur<sup>15</sup>, morador 4, 2025, apêndice B). Além disso, de acordo com outra entrevistada:

---

<sup>14</sup> A distinção entre os dois termos é necessária. Isso porque, embora alguns atores hajam dentro da legalidade, em determinados contextos, as atividades que empreendem são ilegais.

<sup>15</sup> Nome fictício.

Na verdade, o que eles puderam podar, digamos assim, cortar, cortaram. Não houve, não deram a mínima chance, não ouviram. Sem contar que as pessoas ainda que procuraram, digamos assim, foram humilhadas, né, ou então a gente nem se sentia no direito de procurar por causa da repressão do governo. [...] Mas ficou tudo parado, parou tudo, tudo, tudo, tudo. Até as nossas vendas nas feiras [de artesanato de biojóias, apoiada por órgãos como Embrapa, Indeflor-bio e Ibama] de artesanato de biojóias, elas foi adormecida... (Nathália<sup>16</sup>, moradora 2, 2025, apêndice B)

Reforçando essa percepção, Mariana, funcionária do ICMBio em entrevista nesta pesquisa, afirma que houve tentativa de apagar as políticas sociais desenvolvidas pelo órgão nas regiões amazônicas. De acordo com ela:

Especialmente as políticas sociais, como reservas extrativistas, o acesso à atualização de cadastro pra acesso às políticas públicas, cortou o Bolsa Verde. Então assim, a área social que o ICMBio atua, muito em articulação com outros órgãos, foi totalmente limada. Colocou pessoas que não conheciam absolutamente nada do tema (Nathália, moradora 2, 2025, apêndice B).

Outro órgão extremamente prejudicado durante o governo foi o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que passou a ser vinculado ao MAPA em 2020 (Brasil, 2020a). Contudo, ainda antes da vinculação, em 2019, um general do exército sem qualquer experiência na área foi nomeado por Bolsonaro para a presidência do órgão (Uol, 2019). Adicionalmente, em 2022, foram concedidos dois cargos de chefia para pessoas ligadas ao chamado “centrão”, com o objetivo de angariar apoio no congresso para evitar um processo de impeachment (Gimenes, 2020). Nesse contexto, é importante ressaltar que, durante o governo Bolsonaro, ocorreu uma paralisia na atuação do Incra em 2022, mediante reformas institucionais que impuseram obstáculos burocráticos à criação e regularização de assentamentos de reforma agrária em terras da União.

De acordo com um morador entrevistado, residente na região de Marajó, no Pará – localidade que possui diversos assentamentos –, não houve atuação do Incra durante o governo Bolsonaro (Ricardo<sup>17</sup>, morador 1, 2025, apêndice B). Além disso, ainda segundo o entrevistado, participantes do sindicato dos trabalhadores de agricultura familiar ficaram impossibilitados de adentrar a sede do órgão, que fica na capital Belém, para usar o banheiro:

eles não deixaram nós usar o banheiro, imagina nós entrar na superintendência. [...] A gente não podia reunir com o Incra, porque o Incra... quem era o presidente do Incra Belém era um coronel, entendeu? (Ricardo<sup>18</sup>, morador 1, 2025, apêndice B).

---

<sup>16</sup> Nome fictício.

<sup>17</sup> Nome fictício.

<sup>18</sup> Nome fictício.

Ainda nesse sentido, de acordo com outro entrevistado, o “Inkra foi abandonado. Não há outro órgão no Brasil que trata de reforma... de terras rurais do Brasil. Foi abandonado, esquecido e jogado às traças” (Carlos<sup>19</sup>, morador 5, 2025, apêndice B).

Somado a esse contexto, houve liberação para que empreendimentos do ramo da mineração ocorressem em regiões de assentamento (Comissão Arns, 2023). Ademais, ao longo do governo Bolsonaro, cerca de trezentos títulos de assentamento foram emitidos sem que antes fosse realizada as etapas de políticas complementares – que devem ser asseguradas pelo governo aos pequenos proprietários –, como habitação e crédito, o que, conseqüentemente, fez com que ex-assentados adquirissem dívidas no processo de regularização fundiária, facilitando a aquisição das suas novas terras por grandes latifundiários (Comissão Arns, 2023).

Durante o governo Temer e Bolsonaro, o Mapa Regional do Conflito Fundiário da Ouvidoria Agrária Nacional foi completamente desmontado, embora fosse essencial no mapeamento de conflitos agrários na região. Ainda nesses governos, ocorreu uma regularização fundiária notoriamente enviesada, que beneficiou grileiros e fraudadores de títulos de ocupação de terra (Comissão Arns, 2023). De acordo com o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC, 2020), o decreto nº 20.252 de 2020, implementado durante o governo Bolsonaro no âmbito da regularização fundiária, alterou a estrutura regimental e de cargos do Incra, além de modificar suas competências. Nesse sentido, “toda a política agrária fica subordinada à formulação do Mapa, em especial a destinação das terras públicas, a seleção de famílias para assentamentos de Reforma Agrária e a normatização e formação de grupos para elaboração de estudos de identificação e demarcação de terras remanescentes de quilombos” (FONEC, 2020), ou seja, a reforma agrária restou a cargo de um Ministério que não possuía interesse em efetivar essa política, justamente pelo fato do Mapa se alinhar aos interesses do agronegócio.

Conseqüentemente, de 2019 até o ano de 2022, de acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2025), apenas dezessete assentamentos de reforma agrária foram criados na Amazônia Legal pelo Incra – nove no Pará, um no Mato Grosso e sete no Maranhão. Dentre eles, cinco tiveram seus territórios adquiridos durante o governo Bolsonaro, oito não possuíam território e quatro já possuíam territórios obtidos em anos anteriores. Além disso, apenas dois assentamentos na região passaram para o processo de instalação – um no Amazonas e outro no Tocantins –, um deles com território adquirido em 2022 e o outro em anos anteriores (INCRA, 2025).

---

<sup>19</sup> Nome fictício.

Ainda a respeito da desmobilização dos órgãos, em 2019, observa-se uma queda de 24,23% na quantidade de fiscais atuando no IBAMA (Carvalho, 2020), momento em que os dados do INPE (2025) indicam um aumento paralelo das queimadas na região amazônica. Além disso, em 2021, funcionários responsáveis pela área de aplicação de multas entregaram seus cargos como ato de protesto contra a exoneração de Halisson Peixoto Barreto, na época dirigente desse setor no Ibama. Não obstante, os funcionários denunciaram que, além de já atuarem com equipe reduzida, passaram a enfrentar novos entraves impostos por Ricardo Salles, visto que antes de aplicar qualquer multa, tornou-se preciso realizar reuniões de conciliação entre os fiscais e os infratores (Shalders, 2021), medida que estabelece uma barreira no processo e favorece contextos de ameaça e perseguição contra funcionários do órgão por parte dos infratores. Em 2020, a quantidade de fiscais aumentou em cerca de 17,42% em relação ao ano anterior, mas ainda se encontrava abaixo do montante observado em anos anteriores ao governo Bolsonaro (Carvalho, 2020).

O ICMBio também foi atingido em seu quadro de fiscais, com uma redução de 15% entre o início do governo Bolsonaro e janeiro de 2021 (Shalders, 2021). Nesse sentido, de acordo com uma funcionária do ICMBio em entrevista a esta pesquisa, houve

um fechar de olhos, né, para o crime ambiental. Então, facilitou com que o crime organizado se expandisse. Entendeu? O próprio Bolsonaro falava que tinha que garimpar nas áreas indígenas, que a Amazônia é nossa e economicamente ela está ali pra ser explorada, né? E o próprio ministro do meio ambiente tinha o discurso anti meio-ambiente” (Mariana<sup>20</sup>, funcionária 2, 2025, apêndice B).

De forma geral, de acordo com os entrevistados nesta pesquisa, foi possível observar o sucateamento de órgãos como o Ibama e o ICMBio (Ricardo, morador 1, 2025, apêndice B; Rita<sup>21</sup>, moradora 3, 2025, apêndice B; Arthur, morador 4, 2025, apêndice B; Carlos, morador 5, 2025, apêndice B). Apesar disso, esses órgãos tentavam atuar e apresentar certa resistência em relação às medidas de entrave. Contudo, de acordo com uma entrevistada, os agentes não contavam com uma ampla adesão da população, tendo em vista que

a pessoa mais importante do país tá validando aquele discurso de ódio de que tem que derrubar, de que tem que garimpar, de que garimpo é legal e então se você tem essa pessoa te validando, aí a pessoa não vai ter mais pudor nas atitudes dela não. Igual, antes, o ICMBio e o Imaflora era recebido nas fazendas, nos espaços, depois ele passou a não ser mais, porque: ‘Não, o cara tá lá falando, palanque em rede nacional, de que ambientalista tá querendo é vender a nossa Amazônia pra fora’ (Rita, moradora 3, 2025, apêndice B).

---

<sup>20</sup> Nome fictício.

<sup>21</sup> Nome fictício.

Não obstante, é notório, nas falas de alguns dos entrevistados, o entendimento de que houve um plano de desestruturação e sucateamento das instituições ambientais ao longo do governo Bolsonaro (Ricardo, morador 1, 2025, apêndice B; Rita, moradora 3, 2025, apêndice B; Carlos, morador 5, 2025, apêndice B). De acordo com um residente da região:

eu tenho muitas formas de sucatear essas instituições. Eu vou com ataque direto. É um ataque direto, tá? Eu vou sucatear isso através de: cortar recursos, vou contingenciar recurso desses... orçamentários pra esses órgãos. Que sem eles, eles não conseguem sobreviver. Eu vou limitar a condição de multa, porque as multas você percebe... a percepção que você tem é que no governo Bolsonaro nunca se recebeu nenhuma multa por questões agrárias. [...] Esse sucateamento, ele atingiu, inclusive, outras... porque você tem, por exemplo, no próprio meio rural, né? As instituições... tipo Emater (Carlos, morador 5, 2025, apêndice B).

Alguns dos entrevistados apontam que o processo de sucateamento ocorreu, principalmente, após a ocupação de altos cargos por militares nessas instituições (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B; Kátia, funcionária 1, 2025, apêndice B). A esse respeito, há indícios de que atuações do Ibama em diversas regiões no Pará foram sinalizadas com antecedência aos criminosos ambientais, conforme apontado por Ricardo (morador 1, 2025, apêndice B): “toda a ação que aconteceu em Portel, por exemplo, que é o município que tem muita extração de madeira, a empresa madeireira sabia muito antes da ação. Então, quando chegava a equipe da Polícia Federal ou do Ibama, a empresa nem tava mais na área, entendeu?”; e por Kátia, funcionária do Ibama:

Eles começaram a fazer os recrutamentos [dos funcionários que iriam participar de determinadas ações de fiscalização] falando data e pra onde a gente ia. Chamando o Ibama inteiro pra participar. Ou seja, abrindo margem pra informação sigilosa, formações de estratégias irem assim... Tipo: “Ai, perdi o controle dessa informação”, entendeu? [Inaudível] que falou, pode ser qualquer pessoa porque agora todo mundo tem acesso. Assim, era uma coisa restrita. Agora o Ibama inteiro tinha acesso, então assim... E aí nisso, as nossas operações, pra onde a gente ia, todo mundo sabia que a gente já estava indo. E teve até o grupo especializado do GEF [Grupo Especializado de Fiscalização] que, assim, ninguém, só entre eles sabe que vai acontecer operação. Eles não usam pessoas... outras pessoas de outros setores e tal pra ir em operações. Só eles. Só que eles, o coordenador geral e o diretor, sabem dessas operações. Então eles [coordenador geral e diretor] sempre conseguiu, assim, ou porque precisa usar o helicóptero de apoio do exército, ou precisa não sei o que. Sempre conseguia informações, assim, tipo, sabe? O pessoal do GEF precisava, assim, tipo falar que ia em quatro ou cinco lugares mais ou menos próximos e dizer, assim, que ia pra A pro chefe lá, que ia pro A e aí na hora: “Não eu vou pro E aqui, pro outro lado”. Porque se ele fosse pro A, já tava todo mundo sabendo ali e não ia encontrar ninguém e tal (Kátia, funcionária 1, 2025, apêndice B).

Não obstante, de acordo com a funcionária, “esses poucos que a gente conseguia atuar, que a gente... umas duas, três vezes conseguiram carona dentro do avião da FAB pra ir conversar direto com Ricardo Salles” (Kátia, funcionária, 2025, apêndice B). A afirmação da entrevistada pode ser comprovada factualmente – e ocorreu em agosto de 2020, durante a operação Munduruku, no Pará. O Ibama atuava na região com o objetivo de combater o garimpo ilegal na reserva indígena e aviões da FAB auxiliavam a operação, sobretudo no abastecimento de helicópteros (G1, 2020). Nesse contexto, transportou-se, em um avião da FAB, um pequeno grupo de indígenas, contraditoriamente composto por garimpeiros ilegais e defensores do garimpo na terra indígena – e que, conseqüentemente, discordavam da atuação do Ibama na região –, para conversar com Ricardo Salles, então ministro do MMA (G1, 2020). Alguns dias antes, Salles esteve na região e conversou com o grupo, que estava insatisfeito com a atuação do Ibama na terra indígena, defendendo o garimpo na região (G1, 2020). O MPF abriu investigação para apurar “a ocorrência de improbidade administrativa por parte de autoridades responsáveis por evitar a invasão garimpeira, e sobre a ocorrência de dano coletivo aos indígenas” (MPF, 2021), visto que:

a União, que tem o dever de preservar o meio ambiente, após o encontro do Ministro com os indígenas, interrompeu a Operação Pajé Brabo 2 na TI Munduruku e ainda levou os infratores confessos em seu avião para Brasília, onde participaram de reunião para discutir a possibilidade de realização de prática vedada na Constituição Federal (Brasil, 2020d, p. 11).

Em nota, o MD afirmou que as operações foram suspensas por apenas um dia para atender à solicitação dos indígenas e que transportou, em seu avião, representantes da tribo para conversa no MMA (Brasil, 2020c). No entanto, representantes dos Munduruku afirmaram que:

apoiam a fiscalização do Ibama e que não viajaram para Brasília no avião da FAB para o encontro no Ministério Público e que o avião transportou um pequeno grupo de indígenas que defendem interesses de garimpeiros que fazem a exploração ilegal de minérios no interior da terra indígena (G1, 2020).

Ainda a respeito da atuação dos órgãos ambientais, destacamos dois relatos de entrevistados a respeito de uma dinâmica de possível sabotagem em relação às ações de apreensão de materiais ilegais, como maquinários e madeiras, realizadas pelos órgãos ambientais, como o Ibama. Em um dos casos relatados, o material apreendido teria sido entregue às prefeituras, contudo, teria ocorrido desvio por parte do prefeito; em outro, os maquinários apreendidos teriam sido devolvidos aos donos originais (Arthur, morador 4, 2025,

apêndice B; Carlos, morador 5, 2025, apêndice B). Nesse sentido, é evidente que as atuações não ocorreram de forma efetiva (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B).

Ainda de acordo com um morador entrevistado, quando Bolsonaro assumiu a presidência, houve um tensionamento ocasionado pelo medo de “voltar aquele período antigo onde todo mundo poderia derrubar, garimpar” (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B). Para ele, “houve uma empolgação e o pessoal começou a ir pra outras áreas, então pegar área de reserva indígena, pegar área de fazenda que é próximo à mata de preservação, quer dizer, foram avançando” (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B). Ou seja, na percepção do morador, foi possível notar um aumento do desmatamento e da grilagem na região. Outra questão recorrentemente levantada pelos entrevistados, no que diz respeito às fiscalizações realizadas pelas instituições ambientais, é o fenômeno de que, muitas vezes, quando se chega em uma área desmatada, encontram-se apenas “laranjas” ou encarregados, não os mandantes dos crimes cometidos (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B; Kátia, funcionária 1, 2025, apêndice B; Mariana, funcionária 2, 2025, apêndice B).

Quanto à coação dos agentes ambientais, destaca-se que, ao longo do governo, houve um recorde na quantidade de processos administrativos disciplinares (PADs) contra servidores públicos. A exemplo disso, de acordo com o CGU, no ano de 2021, foram abertos 71 PADs contra servidores do Ibama (Borges, 2021). O que, a princípio, deveria refletir punições contra condutas irregulares, na realidade, tornou-se uma ferramenta de perseguição conduzida ao longo do governo Bolsonaro contra funcionários de órgãos como Ibama, ICMBio e MMA, conforme relato apurado por esta pesquisa. De acordo com Kátia, funcionária do Ibama entrevistada, tudo que estava em desacordo com a forma de atuação que os superiores julgavam adequada dentro do órgão era motivo para aplicação de PAD. A esse respeito, a entrevistada relata que, após fiscalizações na região amazônica, era comum, posteriormente, a apresentação de denúncias, através de e-mails, acusando os funcionários de agressão e xingamentos por parte dos indivíduos alvos da fiscalização (Kátia, funcionária 1, 2025, apêndice B). Após a denúncia, os superiores abriam diretamente PADs contra os funcionários, sem passar por etapas de admissibilidade do processo. Esse tipo de acusações e a abertura de PADs de forma indiscriminada, conseqüentemente, desmotivou a atuação de funcionários na região (Kátia, funcionária 1, 2025, apêndice B).

Outra questão que desmotivou a atuação na Amazônia Legal diz respeito aos recrutamentos obrigatórios realizados pelos superiores para operações na região. A funcionária entrevistada explica que, normalmente, as equipes são compostas a partir do entrosamento entre os fiscais, o que garante uma atuação mais efetiva e concatenada, tendo em vista que cada um

sabe como o outro trabalha e qual é a sua função dentro da operação (Kátia, funcionária 1, 2025, apêndice B). A partir do momento em que os superiores passaram a escolher e montar as equipes de atuação, houve um desconforto por parte dos funcionários. Ainda conforme o relato, ao se manifestar contra essa política ou se negar a participar de operações por questões médicas, imediatamente, um PAD era aberto contra o funcionário (Kátia, funcionária 1, 2025, apêndice B).

Nesse contexto, em agosto de 2021, foi entregue ao MPF uma denúncia coletiva de assédio moral pela Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (Ascema Nacional), alegando uma série de práticas irregulares contra funcionários públicos por parte de Bolsonaro e seus auxiliares, incluindo “assédio moral, perseguição, gestão por estresse, *straining*<sup>22</sup>, subaproveitamento da autoestima e retaliações, principalmente quando houve a prática de algum ato administrativo que gerou descontentamento em jurisdicionado questionado em tema ambiental” (ASCEMA, 2021). Ainda de acordo com a ASCEMA, a associação:

levantou, compilou e denunciou inúmeras práticas irregulares de Bolsonaro e dos demais denunciados. Os cargos de gerência nesses órgãos estão largamente ocupados por militares. Apesar desses problemas e apesar do natural embate de ideias divergentes que são direito de uma sociedade democrática, é importante lembrar que o servidor público deve ser tratado com respeito (ASCEMA, 2021).

A denúncia da associação é corroborada pelo relato de Kátia (funcionária do Ibama), que menciona, em entrevista, que o chefe do setor de inteligência do órgão, naquele período, cometia “assédio atrás de assédio” (Kátia, funcionária 1, 2025, apêndice B), o que é reforçado por outra funcionária que atuou, no período, no ICMBio (Mariana, funcionária 2, 2025, apêndice B). Katia ainda relata que metade do salário dos funcionários do órgão depende de gratificação de desempenho, vinculada à avaliação da execução do trabalho por notas fornecidas por superiores (Kátia, funcionária 1, 2025, apêndice B). A partir da nota 3, o funcionário já passa a receber uma parte da gratificação. Nessa época, o responsável pelo órgão de Kátia deu nota 2 para todos os funcionários, o que indicava o não recebimento da gratificação. A funcionária afirma que “Você dar nota dois pra um, pra dois, ok. Agora todo mundo? [...] Sendo que nunca na história da pessoa, ela recebeu nem um três! Como assim? De repente um dois? Todo mundo, sabe?” (Kátia, funcionária 1, 2025, apêndice B).

---

<sup>22</sup> Palavra do inglês que, de acordo com o Cambridge Dictionary (2025), significa se sentir tensionado ou pressionado a fazer algo.

Além disso, de acordo com Mariana, funcionária do ICMBio, com a pandemia, os servidores passaram a trabalhar em casa. No entanto, ela observa que

foi dado um incentivo muito grande pra que as pessoas não aparecessem no ICMBio pra que elas, né, pra que... e que pessoas que eram terceirizados, que desconhecem a agenda fossem, né? E tinham certas ações, como, “Aqui é proibido máscara”, né? Então as pessoas começavam até a ter receio, porque às vezes chegava lá pra trabalhar, pra passar orientação, voltavam doentes pra casa, né? Acontecia isso com muita frequência. Né? Então, eles falavam assim: “Porque nesse governo aqui não se usa máscara”. Então era bizarro, assim [risada]. E a gente via que havia uma intencionalidade de abalar as pessoas psicologicamente pra que elas não tivessem lá presencialmente (Mariana, funcionária 2, 2025, apêndice B).

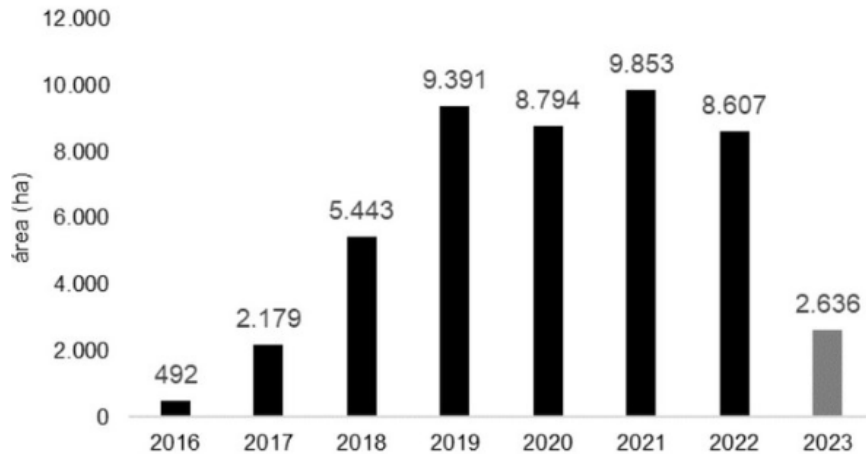
Entre 2019 e 2020, a Funai, o IBAMA e o ICMBio destacaram-se como os órgãos federais de atuação socioambiental com o maior número de cargos de direção e assessoramento ocupados por militares. Nesse período, a Funai contabilizou 33 servidores militares em tais funções, seguida pelo IBAMA, com 19, e pelo ICMBio, com 17 (Seibt, 2020). De forma geral, entre todos os órgãos, foram 99 militares empregados em funções civis (8 da ativa, 1 não identificado e os demais inativos, aposentados ou reformados). Do total, 49% eram originários do Exército e 28% eram ex-policiais militares (Seibt, 2020).

Em entrevista, uma funcionária do Ibama relata uma contínua tentativa, por parte do órgão, de proteger os cargos técnicos para os servidores. O intuito seria evitar que a estrutura do órgão fosse muito alterada com a indicação de novos funcionários por políticos, conforme a presidência se alterna ao longo dos anos. No entanto, ao longo do governo Bolsonaro, buscando contornar esse tipo de entrave, houve uma expressiva indicação de militares para altos cargos em diversas instituições ambientais — movimento facilitado pelo fato de esses profissionais já possuírem vínculos como servidores públicos (Kátia, funcionária 1, 2025, apêndice B). De acordo com Mariana, funcionária do ICMBio, durante o governo Bolsonaro, o cargo de presidente e os de diretoria foram ocupados por policiais militares. Em consequência, a diretoria apresentava despreparo e falta de conhecimento técnico em como atuar na Amazônia brasileira (Mariana, funcionária 2, 2025, apêndice B).

Ademais, de acordo com um morador de São Félix do Xingu, entrevistado por esta pesquisa, na “Funai eles tiraram aqueles técnicos especializado e colocaram também militares aqui. Pra... na coordenação, né? E eu, assim, eu percebia que, conversando com os indígenas, que o pessoal meio que fazia vista grossa pros garimpo” (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B). A esse respeito, destaca-se o caso da terra indígena Apyterewa, frequentemente mencionada ao longo das entrevistas. No período investigado, houve uma intensificação do desmatamento da região, conforme é possível observar no gráfico abaixo (Figura 1) da Funai (2024). Ao todo,

foram 36.645 hectares desmatados entre 2019 e 2022, momento em que houve as maiores altas no desmatamento da região ao longo de toda a série histórica.

**Figura 1** – Desmatamento na Terra Indígena Apyterewa (2016-2023)



Fonte: Funai (2024)

Ademais, além do avanço do desmatamento, nota-se também uma intensificação de invasões ilegais nas terras da reserva, principalmente para atividades como garimpo e extração de madeira (Pajolla, 2024). De acordo com um dos entrevistados, muitas pessoas investiram seu dinheiro comprando terras na região, na esperança de que o governo Bolsonaro iria reduzir a área da reserva indígena (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B).

Quanto a esse contexto, uma funcionária entrevistada descreve como militares e outros funcionários lotados no Ibama, no período, tentaram criar práticas institucionais que prejudicavam as funções do órgão. A primeira delas foi adotada pelo primeiro militar que ocupou o cargo de diretor naquele período, Coronel Olímpio Magalhães. O diretor objetivava criar um mecanismo de proteção às pessoas que compravam madeira ilegal, mas alegavam não ter ciência disso. De acordo com a funcionária, o diretor

foi um policial militar muito ligado a passarinheiro, muito ligado... ele inventou um termo... ai... terceiro de boa fé [risada]. [...] as madeiras na Amazônia são 99,99% ilegais [...] [A pessoa que compra madeira ilegal] sabe que tá comprando muito mais barato e: “ Ai, não sei... tô aqui de boa fé. Aqui comprando mais barato” (Katia, funcionária 1, 2025, apêndice B).

A segunda prática foi adotada pelo então presidente do órgão, Eduardo Bim. De acordo com a funcionária:

por ele ser advogado, acredito eu, colocava palavras e termos muito sutis e muito, né? Ele inventou até uma expressão de um despacho interpretativo pra, justamente, não criar um documento técnico. Foi só um despacho pra tirar o dele da reta, em algumas coisas, porque ele sabia que o que ele tava fazendo tava errado. Mas, assim, ele colocou... ao invés dele fazer uma nota técnica, ele fazia um despacho porque não tem tanto peso assim. Então, talvez... foi uma estratégia, acredito eu, que ele... pra ele não ser acusado de, por exemplo, abuso de poder, alguma coisa assim (Katia, funcionária 1, 2025, apêndice B).

Em outras palavras, o presidente fazia despachos interpretativos, que possuem um caráter mais subjetivo, enquanto um documento técnico requer uma descrição e justificativa detalhada das medidas que estão sendo adotadas, bem como os aspectos técnicos e operacionais necessários para implementação da medida. Nesse sentido, de acordo com a funcionária, Bim implementou um despacho que retroagiu as medidas adotadas pelo Ibama. Ela explica que, quando o órgão autua alguém, essa pessoa tem direito a defesa (Katia, funcionária 1, 2025, apêndice B). Após a defesa, o auto de infração segue de acordo com os procedimentos legais e, posteriormente, a pessoa autuada tem uma chance de defesa final, ocorrendo, para isso, uma notificação que é entregue pelos Correios. No entanto, muitas vezes, as notificações não chegam até os infratores e, nesses casos, são realizadas por edital.

Bim decretou que, a partir daquele momento, todas as notificações teriam que ser entregues pessoalmente. De acordo com a funcionária, como consequência direta desse procedimento, o Ibama deixaria de arrecadar bilhões em multas, visto que não seria possível realizar as notificações nem se todos os funcionários do órgão fossem escalados para a tarefa – o que faria com que os processos prescrevessem (Katia, funcionária 1, 2025, apêndice B). O despacho foi criado em 2022, contudo, em 2023, foi invalidado pelo STJ. A brecha levaria à prescrição de quase 183 mil multas (Em Tempo, 2023).

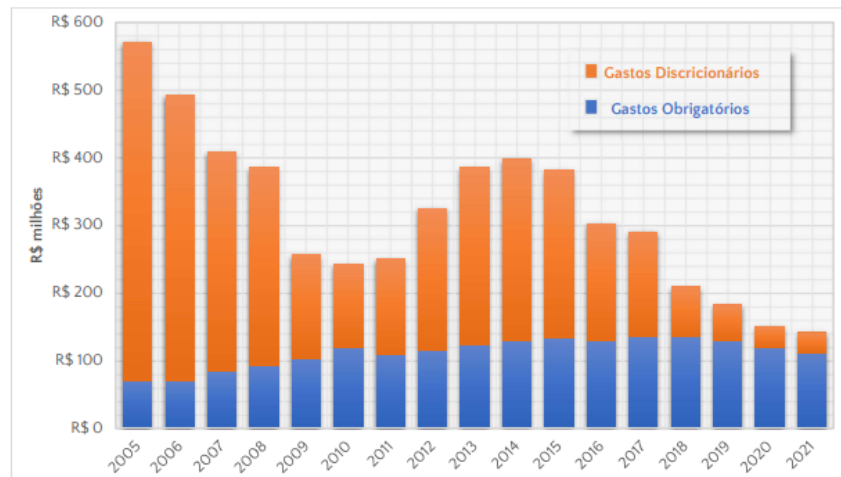
Além disso, ao longo do governo Bolsonaro, instituições essenciais à preservação e ao combate de crimes ambientais foram alvos de redução orçamentária. Sabe-se que o maior desafio desses órgãos é a falta de recursos para lidar com a complexidade do crime organizado e dos crimes ambientais perpetrados na região, bem como a dificuldade de acessar determinadas localidades da Amazônia Legal. De acordo com uma funcionária do ICMBio “não teve incentivo, não teve recurso, se cortou... os recursos orçamentários pra gente ir a campo foram muito cortados, né?” (Mariana, funcionária 2, 2025, apêndice B). Na Figura 2, a seguir, é apresentado um gráfico com a evolução das despesas do MMA ao longo de anos.

**Figura 2** – Evolução da despesa do MMA (2005-2022)

Fonte: Freitas; Carvalho; Oviedo (2022).

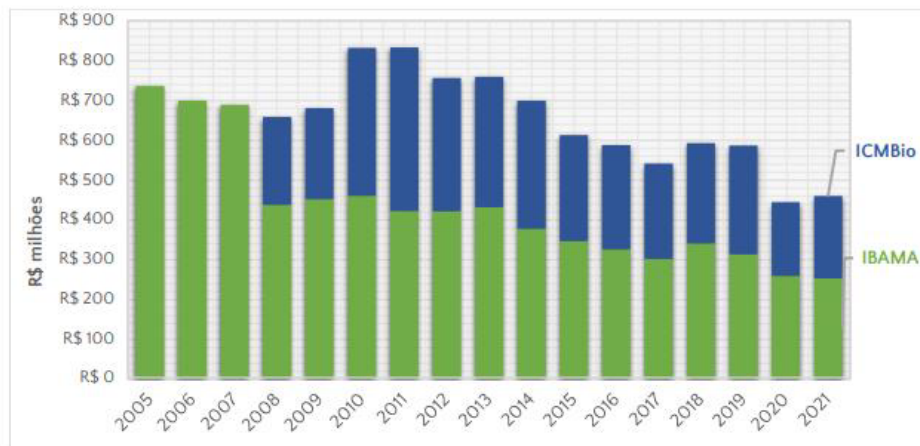
Observa-se, no gráfico, que as dotações orçamentárias iniciais entre 2020 e 2022 são as mais baixas desde 2005. No entanto, ao analisar montante de fato liquidado, observa-se que os valores de 2019 a 2022 são os mais baixos da série histórica. No ano de 2020, observa-se uma quebra de padrão, visto que o valor líquido foi superior à dotação inicial. Contudo, esse foi o ano com o menor orçamento previsto na série histórica, totalizando R\$ 1,76 bilhões, uma redução de quase 60% em comparação ao orçamento de 2019. Nesse caso, houve recomposição orçamentária através de crédito extraordinário devido à pressão sofrida pelo governo para aumentar os recursos destinados ao desmatamento.

Outro gráfico relevante à análise apresenta os gastos discricionários do órgão, ou seja, as “despesa[s] cuja execução está sujeita à avaliação de oportunidade pelo gestor” (Congresso Nacional, 2025). Nesse caso, fica a cargo do governo decidir se o gasto será realizado ou não, visto que não há ato legal que determine a sua utilização (Meira *et al.*, 2022). Os gastos discricionários, também conhecidos como gastos de custeio e investimento, são extremamente importantes por possibilitar, aos gestores dos diversos órgãos de governo, investir em infraestrutura e projetos, por exemplo. Contudo, conforme é possível observar no gráfico a seguir (Figura 3), os gastos discricionários do MMA apresentaram uma tendência de diminuição a partir de 2018.

**Figura 3 – Despesas discricionárias e obrigatórias do MMA**

Fonte: Freitas; Carvalho; Oviedo (2022).

Já no caso do Ibama e do ICMBio, observamos que 2020 e 2021 foram os anos com as menores despesas discricionárias ao longo de toda a série histórica, conforme é possível observar no gráfico abaixo (Figura 4).

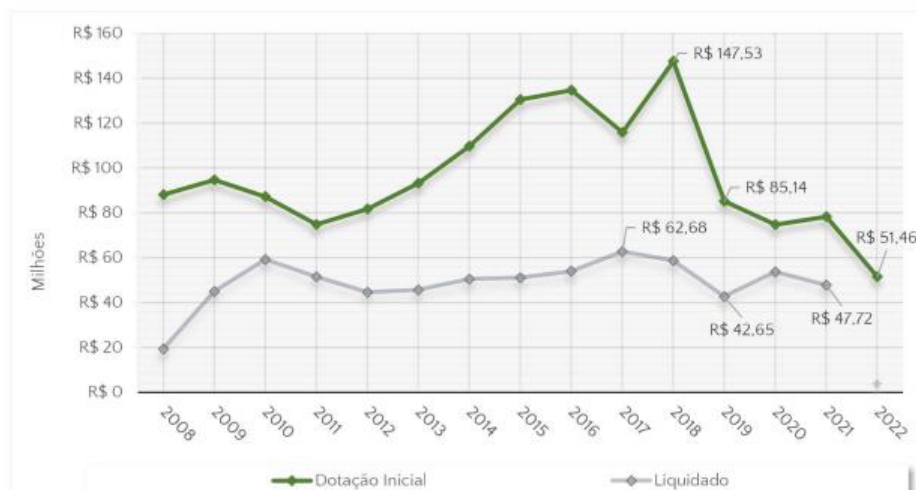
**Figura 4 – Despesa Discricionária liquidada do IBAMA e ICMBio**

Fonte: Freitas; Carvalho; Oviedo (2022).

Tanto o dado observado do MMA quanto o do Ibama e do ICMBio indicam que, nos períodos abordados, houve menor investimento na infraestrutura e nas operações realizadas pelos órgãos, o que condiz com o fato de que as principais operações ligadas ao meio ambiente foram movidas para o Ministério da Defesa, através de GLOs. É importante ressaltar que o bom desempenho desses órgãos, no que diz respeito a apreensões, fiscalização e aplicação de multas, depende de investimento nas operações implementadas.

Ainda a respeito das despesas públicas, destaca-se, por fim, o orçamento do Serviço Florestal Brasileiro, responsável por gerir as florestas públicas na promoção de uso sustentável dos recursos florestais. O órgão apresentou, entre 2019 e 2022, as menores dotações iniciais desde 2013 e as menores liquidações desde 2016, com a maior baixa na série histórica em 2019 (Figura 5), o que se refletiu na redução dos registros do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da validação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), conforme assinalam Freitas, Carvalho e Oviedo (2022).

**Figura 5** – Evolução da despesa do Serviço Florestal Brasileiro (SFB)



Fonte: Freitas; Carvalho; Oviedo (2022).

Em termos de desmonte no campo legislativo, o governo do período, aproveitando a emergência da pandemia de Covid-19, publicou diversos atos legislativos cujo objetivo residia em diminuir as proteções ambientais existentes no país (Hochstetler, 2021). A esse respeito, de acordo com Freitas, Carvalho e Oviedo (2022), metade dos atos legislativos que enfraqueceram a política ambiental brasileira foram movimentados nos primeiros sete meses da pandemia. O então ministro Ricardo Salles chegou a declarar, em uma reunião ministerial<sup>23</sup>, que a pandemia era “a oportunidade que nós temos, que a imprensa está nos dando um pouco de alívio nos outros temas, é passar as reformas infralegais de desregulamentação”, tornando necessário, portanto, “um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas” (G1, 2020<sup>a</sup>). Nesse sentido, observamos um claro desdém com a política ambiental e com as atribuições oficiais do MMA, órgão esse que, nesse contexto,

<sup>23</sup> A reunião ministerial ocorreu em 22 de abril de 2020 e o vídeo com o conteúdo da reunião foi divulgado em maio pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello.

passou a facilitar a expansão do agronegócio em diversas localidades, em especial na Amazônia Legal.

Nesse contexto, é importante mencionar a maior apreensão de madeira ilegal já realizada no Brasil, ocorrida durante a Operação Handroanthus, em 2021, coordenada pelo delegado da PF do Amazonas, Alexandre Saraiva. Além da apreensão, a operação propiciou a queixa-crime de Saraiva contra Ricardo Salles por facilitar, enquanto Ministro, a atuação das madeiras envolvidas no crime. Contudo, a atuação do delegado decorreu, posteriormente, no seu afastamento do cargo que ocupava na Polícia Federal (PF) (Gonçalves; Castro, 2021). Em seguida, a PF de Brasília deflagrou a operação Akunduba, que investigava Ricardo Salles, o então presidente do IBAMA, Eduardo Bim, bem como gestores do Ibama e do MMA, acusados de facilitar exportação ilegal de madeira para os Estados Unidos e Europa, o que ocasionou o afastamento preventivo de todos os envolvidos ainda durante o governo Bolsonaro (Alves, 2021; Gonçalves; Castro, 2021). Além disso, foi descoberto que um assessor especial de Salles atuava no interior do gabinete com o intuito de favorecer infratores ambientais (Observatório do Clima, 2023).

A despeito da atuação da PF e das pressões sobre o governo, cerca de 45 mil autos de infração ambiental foram anulados no período analisado, em conjunto com a suspensão da emissão de multas por desmatamento ilegal (Human Rights Watch, 2019; Pontes, 2023). Dessa forma, percebe-se que “o negacionismo, aliado à negligência e impunidade em casos de grilagem, desmatamento e queimadas, foi um incentivo intencional e organizado para aumentar as práticas criminosas”<sup>24</sup> (Souza *et al.*, 2021, p. 7, tradução nossa). Ou seja, “o acolhimento e o apoio do governo federal às reivindicações das milícias ambientais sinalizam que práticas ilegais”<sup>25</sup> sofreram um esforço pela legalização durante o governo Bolsonaro (Souza *et al.*, 2021, p. 8, tradução nossa). Em entrevista, uma servidora do Ibama alega que o próprio discurso do então presidente e de Ricardo Salles favorecia o entendimento de que o órgão era uma “fábrica de multas” e de que os garimpeiros eram apenas trabalhadores, empoderando os grupos criminosos e fazendo crescer a violência contra os fiscais, bem como a ousadia na execução de crimes (Katia, funcionária, 2025, apêndice B). Mariana, funcionária do ICMBio, corrobora o entendimento de Katia, afirmando que, especialmente em relação ao garimpo ilegal, era:

---

<sup>24</sup> The denialism, coupled with negligence and impunity in cases of land grabbing, deforestation and burning, was an intentional and organized incentive for increasing criminal practices.

<sup>25</sup> The reception and support by the federal government of the environmental militias’ demands signals that illegal practices...

uma época que você sentia... a sociedade local, ela estava muito mais empoderada da atividade dela, como uma atividade que o governo aceitava e que os criminosos éramos nós fiscais que não obedecíamos o Bolsonaro. Era muito engraçado isso. Aí as pessoas, quando você ia meio que abordar um garimpo “Mas o Bolsonaro não sabe que você tá aqui?” [risada]. [...] E aí, assim, a gente tinha isso do infrator tá lá fazendo uma ação que a gente... que é um crime ambiental e a gente ser muito mais confrontado. Então, eles se sentiam com mais poder para responder a uma ação. As ações começaram a ficar mais perigosas, né? Isso aí também é uma outra questão, porque eu participei de operação que teve troca de tiros, entendeu? Então assim, atividades que as pessoas entendiam que a abordagem era aquela a ser feita, começou a ter uma reação, né? (Mariana, funcionária 2, 2025, apêndice B).

Não obstante, o Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL), que existe desde 1995 sob administração do MMA, é reativado em janeiro de 2020, por Bolsonaro, na 26ª Reunião do Conselho de Governo, com suas atribuições repassadas ao vice-presidente da república, general Hamilton Mourão (Serviços e Informações do Brasil, 2020a; Prizibiszki, 2023). De acordo com Adriana Ramos, assessora política do Instituto Socioambiental, esse conselho, na realidade, nunca funcionou. No entanto, para ela, a reformulação, para além de resultados ineficientes, acabou beneficiando políticas de destruição ambiental, na medida em que retirou o foco da responsabilidade do MMA em combater desmatamentos, passando para a CNAL (Prizibiszki, 2023). É importante ressaltar que o decreto do presidente vetou a participação dos governadores dos estados amazônicos no conselho, deteriorando a relação com os órgãos públicos estaduais na criação de políticas públicas eficientes, prejudicando suas execuções, visto que o CNAL não possui recursos próprios para essa atribuição. No primeiro ano após sua criação, o conselho realizou apenas seis reuniões, nas quais se observou um esvaziamento gradativo em relação à participação dos ministros ao longo dos encontros (Dantas, 2022b). As principais atividades desenvolvidas no âmbito do conselho foram as GLOs.

Nesse sentido, além da retórica e das desestruturas institucionais, observa-se que, ao longo de seus quatro anos, o governo Bolsonaro amplamente empregou militares em setores de preservação da Amazônia Legal – não apenas ao nomeá-los para altos cargos em órgãos como o Ibama e o ICMBio, mas também por meio de medidas e operações de suposto combate ao desmatamento, sustentadas pelo discurso de manutenção da soberania brasileira na região. Nesse contexto, valores significativos foram destinados ao MD para a proteção da Amazônia, através de recursos investidos nas operações de GLO (Motta; Phellipe, 2020; Sassine, 2021), o que ocasionou uma centralização da temática nesse órgão. Como consequência:

essa centralização tem reduzido cada vez mais a transparência das informações por meio da interferência direta na comunidade científica brasileira, criando barreiras não

só para a ciência do país, mas também para o controle e fiscalização de crimes ambientais praticados em território amazônico<sup>26</sup> (Souza *et al.*, 2021, tradução nossa).

As operações de GLO constituem um tipo de:

operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos... (Ministério da Defesa, 2014a).

A primeira GLO, posteriormente denominada “Verde Brasil 1”, foi autorizada através do decreto nº 9.985 de agosto de 2019, permitindo o uso das Forças Armadas até outubro de 2019, após prorrogação, em “ações subsidiárias nas áreas de fronteira, nas terras indígenas, em unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas da Amazônia Legal na hipótese de requerimento do Governador do respectivo Estado” (Brasil, 2019a) nos estados do Amazonas, do Mato Grosso, do Pará e de Rondônia. O objetivo seria realizar “ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais,” e “levantamento e combate a focos de incêndio” (Brasil, 2019a). De acordo com o relatório do MD, no ano de 2019, R\$ 86 milhões de reais foram destinados para a Operação Verde Brasil 1. Os números mais expressivos em relação às atuações durante essa operação incluem: o combate a 1.835 focos de incêndio; a aplicação de 352 termos de infração, correspondendo a R\$ 141.935.650,73 em multas; a apreensão de 23.491,01 m<sup>3</sup> de madeira; a destruição de 45 acampamentos clandestinos; a apreensão de 20 dragas; a prisão de 127 pessoas; a apreensão de 112 veículos; e a apreensão de 178 embarcações (Ministério da Defesa, 2019a).

É importante mencionar que, na introdução do relatório da Operação Verde Brasil I, observamos que o documento menciona as diversas notícias que foram veiculadas sobre o aumento de incêndios na Amazônia Legal e a consequente atenção internacional ao tema (Ministério da Defesa, 2019b), o que, logo de início, favorece a percepção de que a GLO foi, antes de tudo, uma resposta à pressão internacional em relação ao desmatamento na Amazônia. Em seguida, o documento apresenta uma justificativa para o aumento das queimadas na região, alegando que se trata de uma situação já esperada e dentro do padrão. Segundo o documento, seria importante destacar que “as queimadas no Brasil são recorrentes no período de seca, que

---

<sup>26</sup> This centralization has increasingly reduced the transparency of information through direct interference on the Brazilian scientific community, creating barriers not only to the country’s science but also to the control and inspection of environmental crimes carried out in Amazon territory.

acontece entre os meses de junho a outubro, tendo o fenômeno atingido a Região da Amazônia Legal, em 2019, de acordo com a média histórica anual” (Ministério da Defesa, 2019b, p. 3).

No entanto, a despeito dessas alegações oficiais, sabe-se que, mesmo com a atuação dos militares na região, os focos de incêndio entre junho e outubro ultrapassaram os registrados no mesmo período de 2018, com um aumento de quase 25,13% de focos, de acordo com dados do INPE (2025). Ademais, o ano de 2019 apresentou 30% mais focos de incêndio do que o ano de 2018 (INPE, 2025), de modo geral, como resultado, por exemplo, de movimentos como “o dia do fogo”, orquestrado por fazendeiros e grileiros no Pará como forma de manifestação em favor dos desmontes ambientais que começavam a ser perpetrados pelo governo Bolsonaro (Greenpeace, 2025). Nesse sentido, de acordo os entrevistados, os incêndios ocorridos naquele período não eram naturais, mas sim provocados por ação humana, esparramando-se de forma desordenada e descontrolada. De acordo com uma das entrevistadas, residente de São Félix do Xingu, as pessoas que tiveram suas terras invadidas pelo fogo tentaram conter os incêndios de forma autônoma – e que, pelo menos na área urbana, não observou a presença de bombeiros (Rita, moradora 3, 2025, apêndice B).

Ainda no relatório da operação, afirma-se que “surgiram indícios de que muitos dos focos de incêndio contabilizados no mês de agosto estavam relacionados ao cometimento de crimes ambientais, que superariam a capacidade dos estados de ampla resposta” (Ministério da Defesa, 2019b, p. 4). Nota-se, portanto, a utilização de uma linguagem pouco incisiva em relação aos fenômenos, visto que, mais do que meros indícios, o “dia do fogo”, ocorrido entre os dias 10 e 11 do mês de agosto, contava com informações e apurações concretas, evidenciadas, inclusive, pelos dados do INPE. De acordo com o órgão, no dia 09 de agosto daquele ano, identificaram-se 101 focos de incêndio na região, enquanto, no dia seguinte, esse número chegou a 715 (INPE, 2025), em um aumento significativo e que denotava evidente ação coordenada. O documento da operação reconhece, em seu parágrafo seguinte, a existência de uma “expressiva tradição de desmatamento, condição importante para a origem dos focos de incêndio, cuja maioria absoluta decorre de ação humana” (Ministério da Defesa, 2019b, p. 5), o que contradiz a afirmação inicial de que as queimadas são recorrentes no período da seca que assola a região – não constituindo fenômeno fora da normalidade.

Quando o documento menciona a atuação da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), o principal destaque é dado para a estratégia utilizada “de se produzir uma matéria positiva, quase que diariamente, com as informações mais recentes da operação para a ocupação da mídia com matérias positivas” (Ministério da Defesa, 2019b, p. 8-9), tendo sido “realizadas diversas reuniões para a identificação de pontos de atenção e propor respostas para a contenção

de pautas com potencial negativo” (Ministério da Defesa, 2019b, p. 9). Esse posicionamento parece demonstrar uma exacerbada preocupação da operação em relação à imagem do governo, das Forças Armadas e do Brasil na imprensa nacional e internacional. Em vários trechos ao longo do relatório, observamos uma menção excessiva à forma como a mídia estava retratando a realidade amazônica. Ainda de acordo com o relatório da Força Nacional, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) no âmbito da operação Verde Brasil 1, “mesmo ante aos discursos e notícias nacionais e estrangeiras distorcidas e antagônicas, o Brasil mostrou sua grandeza assumindo uma postura soberana de país de primeiro mundo, evidenciada no êxito da Operação ‘Verde Brasil’ (Ministério da Defesa, 2019b, p. 58).

Ademais, é importante mencionar que, entre os óbices e as oportunidades de melhorias apresentados no relatório, ressaltou-se a percepção negativa da opinião pública em relação à destruição de materiais irregulares apreendidos, como motosserras e tratores (Ministério da Defesa, 2019b). No texto oficial, o tema é mencionado em mais de uma ocasião, expressando, por exemplo, que “No tocante à destruição de equipamentos, maquinários e meios de transporte destruídos de forma legal, há de se buscar uma solução mais discreta, de forma a evitar o aumento das tensões junto à comunidade local e, dessa forma, minimizar o desgaste da imagem das Forças Armadas” (Ministério da Defesa, 2019b, p. 16).

No entanto, é amplamente sabido que as regiões em que ocorrem crimes ambientais são, em geral, de difícil acesso. Nessas áreas, as instituições responsáveis, muitas vezes, não dispõem de equipamentos adequados para remover/deslocar os equipamentos utilizados nas atividades ilícitas. Diante dessa limitação, uma das principais soluções adotadas consiste na destruição dos equipamentos, a fim de impedir que os criminosos os recuperem e retomem as atividades. Portanto, dado o teor do relatório, observa-se que as Forças Armadas se demonstraram mais preocupadas em relação à imagem pública (nacional e internacional) em relação aos crimes ambientais e a como as ações de combates são vistas do que, necessariamente, com o combate efetivo dessas atividades.

Não obstante, no tópico “Outras observações ou sugestões” do referido relatório, é apresentada a necessidade de “adestramento das Agências e OM participantes para o uso das ferramentas e meios de Comando e Controle (C<sup>2</sup>) durante a Operação” (Ministério da Defesa, 2019b, p. 13). O texto descreve que as agências governamentais não possuíam conhecimento do CENSIPAM (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia), o que gerava dependência das ferramentas do INPE no momento de planejamento das operações. No entanto, de acordo com Katia, funcionária do ICMBio, em realidade, os alvos indicados pelo

CENSIPAM eram fracos, propositadamente ou não (Funcionária 2, 2025, apêndice A), o que justificaria a preferência por outros dados. No relatório fornecido pela CENSIPAM sobre a sua atuação durante a Operação Verde Brasil 1, em contradição com o que é afirmando pelo MD no relatório da operação, afirma-se que o centro gestor dos militares não tinha experiência prévia de atuação nesse tipo de operação, o que gerou, inclusive, apreensão por parte da equipe do CENSIPAM – o texto, aliás, não faz menção às divergências com as agências ambientais. Nesse sentido, a posição apresentada no relatório da operação parece refletir uma tentativa de descredibilizar as instituições que já atuavam na Amazônia, sobretudo diante das escolhas de linguagem do texto, em expressões como “falta de conhecimento” e “dependência excessiva em ferramentas do INPE”.

Ademais, o relatório menciona que “Do ponto de vista da Operação Verde Brasil, acredita-se que a atuação dos países amigos foi caracterizada mais pelo interesse político em se aceitar alguns apoios do que pela necessidade em si” (Ministério da Defesa, 2019b, p. 21). Em nossa análise, a afirmação revela-se contraditória, visto que, sempre que se trata de lidar com o crime organizado e com a devastação da Floresta Amazônica, a justificativa recorrente é a falta de recursos para atuação na região. Ao observar o anexo A da parte SC-4, que diz respeito à cooperação internacional junto à operação, observa-se que o único recurso recusado foi o oferecido pela União Europeia (UE), que ofertou “imagens de satélites e manifestou a disposição de ‘contribuir naquilo que as autoridades brasileiras entendam seja necessário e conveniente’; contribuição financeira no valor de US\$ 100 mil” (Ministério da Defesa, 2019b, p. 26). A recusa, provavelmente, ocorreu devido ao fato de que as maiores pressões internacionais quanto à região se originavam de países pertencentes à União Europeia, como França, Alemanha e Finlândia (Jornal Nacional, 2019).

Nos resultados, o relatório da operação menciona que “as campanhas ambientais de divulgação institucional e de esclarecimento à população acerca da Operação Verde Brasil foram de grande efetividade para o sucesso na redução das queimadas e outros ilícitos ambientais” (Ministério da Defesa, 2019b, p. 15). No texto, é sugerido que as queimadas e os demais crimes ambientais foram reduzidos por campanhas junto à população – novamente, reforçando a preocupação notória da operação com a imagem do governo e das Forças Armadas. No entanto, sabe-se que a maior parte das atividades ambientais ilícitas que ocorrem na Amazônia, a incluir as queimadas, decorrem de atividades perpetradas por organizações criminosas e grandes latifundiários agroextrativistas. Em outras palavras, a maior parte da população local não é diretamente responsável por essas ilegalidades.

Ainda de acordo com o relatório:

A Operação Verde Brasil demonstrou a versatilidade das Forças Armadas em se articular com a sociedade e de atuar em amplo espectro e em regiões de difícil acesso. Mas, sobretudo, mostrou ao mundo que o nosso país é capaz de garantir a segurança e de conservar nossa Amazônia Legal dentro de padrões aceitáveis (Ministério da Defesa, 2019b, p. 16).

Adicionalmente, um dos resultados incluiria “um aumento da sensação de segurança ambiental nas áreas de realização da Operação, fato que contribuiu para o fortalecimento e a manutenção dos níveis de credibilidade do Estado brasileiro” (Ministério da Defesa, 2019b, p. 15). No entanto, as entrevistas realizadas com residentes de municípios do Pará que constituíram áreas de atuação da operação não corroboram os argumentos apresentados pelo relatório das Forças Armadas. Primeiramente, existem fortes indícios de falta de diálogo com a população, o que já não implica a afirmada versatilidade das FA em se articular com a sociedade. Ademais, ao contrário de promover sensação de segurança, relatos de moradores apontam que a presença das Forças Armadas na região era apenas “de fachada”, percepção reforçada pela ausência de resultados concretos observados (Rita, moradora 3, 2025, apêndice B; Arthur, morador 4, 2025, apêndice B; Carlos, morador 5, 2025, apêndice B; Katia, funcionária 1, 2025, apêndice B).

Já de acordo com o relatório realizado pelo Ibama e pelo ICMBio para o relatório final da operação, houve falta de comunicação em campo, diversidade de fontes de informação, pequena quantidade de viaturas para realizar combates e pouca eficiência no que diz respeito ao uso dos aviões-tanque empregados durante a operação, tendo em vista a distância das pistas de decolagem e pouso das áreas de combate. Entre as observações do Ibama e do ICMBio, encontra-se a sugestão para que o trabalho em conjunto às Forças Armadas seja realizado sem a necessidade de GLO, com o intuito de capacitar e mobilizar os militares nos combates aos incêndios florestais, gerando um suporte às atividades já implementadas pelos órgãos ambientais (Ministério da Defesa, 2019b). Contudo, essa proposta foi deixada de lado, tendo em vista que, no ano seguinte, ocorreu a GLO Verde Brasil 2.

A segunda GLO, denominada “Verde Brasil 2”, foi autorizada por meio do decreto nº 10.341, de maio de 2020, que fornecia anuência ao uso das Forças Armadas em “ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal”, com atuação no Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás (Brasil, 2020b; Serviços e Informações do Brasil, 2020b). Assim como na GLO de 2019, os objetivos eram combater focos de incêndio, mas também realizar “ações preventivas e

repressivas contra delitos ambientais, direcionada ao desmatamento ilegal” (Ministério da Defesa, 2021c). A operação contou com três prorrogações, finalizando-se em abril de 2021. De acordo com o relatório do Ministério da Defesa (2021a), a Operação Verde Brasil 2 apresentou uma duração ininterrupta de 354 dias e empregou:

cerca de 2,5 mil militares e agentes de órgãos de controle ambiental e de segurança pública. No total, houve mais de 105 mil inspeções, patrulhas navais, terrestres e aéreas. Entre os pontos de destaque, estão a apreensão de 506 mil metros cúbicos de madeira, 2.149 embarcações e 990 veículos e tratores. Foram emitidos 337 autos de prisão em flagrante, apreendidos 751 kg de drogas, 123.565 armas e munições. Foram inutilizados 843 veículos, motores de garimpo, balsas, tratores, entre outros maquinários. Ao todo, 5.480 multas e termos de infração foram aplicados, somando R\$ 3,3 bilhões (Ministério da Defesa, 2021a).

No parágrafo que inicia o relatório da operação, é enfatizado que, devido ao aumento de queimadas, desmatamento e garimpo ilegal na região da Amazônia Legal, a mídia nacional e internacional passou a exigir respostas do governo brasileiro (Ministério da Defesa, 2021c). Ou seja, mais uma vez, a primeira e mais imediata preocupação oficial da operação diz respeito à percepção midiática quanto à região. No caso do relatório da segunda operação, destaca-se que consta, na conclusão, entre os resultados positivos da operação, “registrar as ações para dar visibilidade às ações do Estado e das Forças Armadas; e fortalecer a imagem destas” (Ministério da Defesa, 2021c, p. 27), possibilitando uma “visibilidade às ações do Estado, face às retóricas contrárias” (Ministério da Defesa, 2021c, p. 27), o que reforça um enfoque que reside no discurso e na imagem – e não necessariamente na redução dos crimes na região.

No caso específico da segunda operação, o emprego dos militares das forças armadas estava, oficialmente, associado ao “suporte às ações desses órgãos [Ibama e ICMBio], únicos que possuem as competências legais para formalmente identificar os crimes ambientais, autuar e, se for o caso, deter os seus autores” (Ministério da Defesa, 2021c, p. 1). Observa-se, portanto, que o discurso que baliza a operação muda em relação à Verde Brasil 1, dando maior ênfase para a atuação dessas agências. Nesse sentido, ainda, o relatório afirma que as “As principais atividades empreendidas pelas forças [armadas] empregadas foram de caráter preventivo” (Ministério da Defesa, 2021c, p. 4), produzindo “resultados intangíveis” (Ministério da Defesa, 2021c, p. 4).

Dada essa dimensão da operação, cabe questionar se, de fato, era necessária uma GLO para realizar atividade de prevenção, já que as agências teriam capacidade e competência de atuar no combate dos crimes ambientais – sobretudo anteriormente ao contexto de desestruturação desses órgãos. Todavia, os residentes entrevistados por esta pesquisa relataram

que não observaram atividades de prevenção durante a atuação das GLOs no Pará (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B; Carlos, morador 5, 2025, apêndice B). Nesse sentido, vale destacar que o relatório afirma que “As atividades de apoio logístico aos Órgãos de Segurança Pública (OSP) e agências ambientais foram menos prevalentes”, justamente “pelo fato das mesmas [agências ambientais] terem plenas competências para atuar nas esferas administrativa e penal” (Ministério da Defesa, 2021c, p. 4).

No entanto, apesar de possuírem plena capacidade legal para atuar, essas agências careciam de recursos para isso, principalmente no referido contexto de desestruturação. Nesse sentido, podemos observar o caráter contraditório das GLOs, na medida que, conforme apontado por Kátia (Servidora 2, 2025, Apêndice A), essas operações se tornaram os únicos mecanismos para estabelecer relações de parceria entre as instituições ambientais e as Forças Armadas. Apesar disso, o relatório da operação apresenta um cenário de desarticulação com os órgãos, reforçando a “plena competência” desses, a despeito de um contrastante cenário de crescente investimento nas GLOs e paralelo sucateamento das instituições ambientais.

O próprio relatório reconhece, em outro ponto, que tanto o Ibama quanto o ICMBio possuem estrutura limitada em termos de estrutura e pessoal (Ministério da Defesa, 2021c). Deixa de mencionar, contudo, que a falta de pessoal se tornou um problema agravante no período tanto pelos massivos pedidos de demissão dos funcionários que trabalhavam nesses órgãos (Shalders, 2021), ocorridos em manifestação contra as medidas que eram adotadas pelo governo e pelo esvaziamento proposital realizado por Bolsonaro nesses órgãos, quanto como parte do projeto de militarizar essas instituições e sucateá-las.

Quanto aos órgãos ambientais, o relatório descreve que, em relação ao Ibama, ocorreram “falhas de comunicação interna com escalões superiores<sup>27</sup>” (Ministério da Defesa, 2021c, p. 7), o que constituiriam

fatores dificultadores para o melhor apoio [das forças armadas] no âmbito da Operação. Ressalta-se que, sempre que demandado em tempo hábil para atendimento, os CCj planejaram e atenderam às solicitações advindas do órgão em questão, entretanto, as solicitações feitas por nossas tropas tiveram o seu atendimento dificultado e, por vezes, não atendido” (Ministério da Defesa, 2021c, p. 7).

Ainda de acordo com o relatório, o Ibama alegava não possuir orçamento suficiente para cobrir as horas extras demandadas pela GLO - que pode ser justificado pela falta de recursos destinados a esses órgãos pelo governo - e que, em certo momento, servidores demonstraram

---

<sup>27</sup> O relatório também relata problemas de comunicação com o ICMBio.

“descontentamento em trabalhar com militares, principalmente aqueles que estavam mais ligados à Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente (ASCEMA)” (Ministério da Defesa, 2021c, p. 7), deixando, inclusive, de solicitar apoio ao CCJ e ao Gabinete de Gerenciamento de Crise do Governo Estadual, o que teria dificultado “a obtenção de melhores resultados pelas ações da Operação Verde Brasil 2” (Ministério da Defesa, 2021c, p. 8). Nesse sentido:

Foi observado que o rodízio das equipes das agências causou, em algumas ocasiões, dificuldade de comunicação com os agentes envolvidos, visto que estes iniciavam os trabalhos de forma independente, sem contato prévio com as OM apoiadoras. Esta situação gerou, por vezes, o subemprego das aeronaves de asa rotativa, que permaneciam ociosas no interior das OM. Visando evitar situações desse gênero, deve-se tentar junto às agências a realização de um contato prévio com a OM apoiadora, o que proporcionaria um melhor planejamento e emprego dos meios disponíveis (Ministério da Defesa, 2021c, p. 15).

O descontentamento em atuar com militares pode ser justificado pelo processo de militarização que diminuiu o orçamento de agências ambientais, bem como em função da nomeação de militares sem *expertise* para atuar em cargos centrais dessas instituições. Mesmo assim, em entrevista concedida por uma funcionária do Ibama, foram negadas as alegações de que o órgão teria se recusado ao diálogo e à cooperação com outras instituições durante a execução das GLOs:

Olha, às vezes até tem mesmo algumas divergências técnicas, assim... normal! Não é porque é outro órgão, né? Às vezes colegas, entre pares, a gente tem divergência, mas, normalmente, a gente trabalha muito em conjunto. Normalmente, principalmente a fiscalização, assim, a gente trabalha sempre em parceria, a gente tem um alinhamento bem prático mesmo, sabe? Não vou dizer que: “Nossa, 100%, não sei o que”, por óbvio, né? Mas nunca, sabe assim, tipo num nível pra atrapalhar a apreensão, num nível pra não ter resultado por conta disso, sabe? Pontualmente, talvez, não fosse ter uma destruição, pontualmente, não fosse ter alguma coisa assim, mas não um nível, assim, uma apuração inteira ser atrapalhada, entendeu? Por conta disso. Isso aí não existe. A gente trabalha junto sempre (Katia, funcionária 1, 2025, apêndice B).

Ademais, assim como na Verde Brasil 1, o relatório tece críticas ao *modus operandi* do Ibama e ICMBio no que tange à “destruição de materiais apreendidos. Mesmo amparados pela lei, o modo de os agentes do Ibama e do ICMBio destruírem os referidos materiais apreendidos (colocação de fogo e danificação exagerada de máquinas) provocou reflexos negativos na imagem da operação perante a população local impactada pela fiscalização” (Ministério da Defesa, 2021c, p. 8), o que demonstra uma certa divergência entre as agências especializadas e as operações balizadas pelas GLOs na região.

Nessa segunda operação, o Centro de Comunicação Social da Defesa (CCOMSOD) ficou responsável, mais uma vez, por produzir matérias com o intuito de “abastecer a mídia e redes sociais com matérias positivas” (Ministério da Defesa, 2021c, p. 7), bem como realizar “reuniões para a identificação de pontos de atenção e propor respostas para a contenção de pautas com potencial negativo” (Ministério da Defesa, 2021c, p. 7).

Outro ponto de destaque no relatório diz respeito à alegada ausência de estado na região, destacada, sobretudo, nos trechos a seguir:

A ocupação de bases operacionais por parte dos componentes dos CCj teve impacto positivo às operações, uma vez que a região onde se estabeleciam as bases, apresentava imediatamente uma queda extremamente acentuada nos índices de ocorrência de delitos ambientais pela simples presença estatal na região [...] O emprego em larga escala de Aeronaves do EB e MB permitiu atuar com surpresa, rapidez, ação de choque e realizar demonstrações de força e controle sobre áreas carentes de presença estatal, contribuindo para o sucesso das operações e segurança dos militares empregados” (Ministério da Defesa, 2021c, p. 14).

A despeito dessa perspectiva, podemos dizer que, na realidade, não há uma ausência do Estado na região amazônica, mas, sim, a atuação de agentes estatais que fornecem anuência e contribuem para a atuação de organizações criminosas e para crimes ambientais, conforme buscaremos demonstrar mais adiante neste estudo.

Ainda de acordo com o relatório, “falácias [foram] divulgadas na dimensão informacional, tais como a de que o desmatamento na Amazônia cresceu nos últimos 2 anos por causa da militarização da preservação ambiental”, reforçando, novamente, preocupações quanto à imagem do país na contínua justificativa da operação. Ademais, contrariando a afirmação do relatório, de acordo com o Alencar *et al.* (2022), o desmatamento na Amazônia entre 2019 e 2021 de fato aumentou 56,6% em relação à média anual de 2016 a 2018. Ainda segundo Alencar *et al.* (2022),

favoreceram o aumento do desmatamento na Amazônia medidas como: o enfraquecimento da governança ambiental, decorrente dos cortes orçamentários nas instituições responsáveis pela fiscalização; as substituições de diretores e de chefes de operação exitosas do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); as alterações no processo de atuação e de flexibilização das penalidades aos infratores ambientais; a desmobilização das instâncias de governança e de participação social nas políticas públicas; e a desarticulação institucional nas operações de comando e controle decorrentes do empoderamento do Exército Brasileiro para realizar a fiscalização (Alencar *et al.*, 2022, p. 2)

Por fim, observemos a terceira GLO executada na região durante o período investigado, denominada “Operação Samaúma”, autorizada pelo decreto nº 10.730 de junho de 2021, que

autorizou o uso das Forças Armadas até agosto de 2021 “nas terras indígenas, em unidades federais de conservação ambiental, em áreas de propriedade ou sob posse da União e, por requerimento do respectivo Governador, em outras áreas dos Estados abrangidos” (Brasil, 2021) nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia, com objetivo de “realizar ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, em especial o desmatamento ilegal” (Brasil, 2021). De acordo com relatório do Ministério da Defesa (2021a), durante a Operação Samaúma, foram realizadas:

705 escoltas, reconhecimentos e patrulhas; 17.005 hectares embargados; 191 ações preventivas e repressivas realizadas contra delitos ambientais; 309 inspeções, vistorias e revistas por patrulhamento naval e terrestre; oito focos de incêndio combatidos; entre outras ações. As principais apreensões foram de 8.536,56 metros cúbicos de madeira; 34.396 litros de combustíveis; 50 tratores, escavadeiras, caminhões, veículos diversos e embarcações; 28 armas e 137 maquinários de serraria e mineração. Durante toda a ação, foram aplicadas 189 multas, que totalizaram em mais de R\$ 270 milhões (Ministério da Defesa, 2021b, p. 29-30).

Novamente, é válido questionar a necessidade de uma GLO para a realização de ações preventivas, visto que as Forças Armadas já poderiam atuar de forma conjunta às agências ambientais responsáveis.

É interessante observar que o relatório dessa terceira operação menciona a utilização do sistema FIRMS (*Fire Information for Resource e Management System*) da *National Aeronautics and Space Administration* (NASA), afirmando que esse “apresenta limitações significativas, não sendo rara a constatação de que não havia queimada/incêndio em pontos relatados ou mesmo que tais eventos estavam de fato a quilômetros de distância” (Ministério da Defesa, 2021b, p. 11). Contudo, durante a Verde Brasil 2, esse mesmo sistema já havia sido utilizado, com observação das mesmas limitações (Ministério da Defesa, 2021c). Dessa forma, observa-se uma persistência na utilização desse sistema, considerando sua ineficácia já evidenciada em GLO anterior. Nesse mesmo sentido, o relatório aponta como problema a não existência de “um sistema seguro de troca de informações entre os diversos órgãos que possam ser processados e compilados, de forma a se obter um produto de inteligência de qualidade (Ministério da Defesa, 2021b, p. 17)”, o que também já havia sido apontado como um problema no relatório da Verde Brasil 2. Sob comparação, essas alegações revelam uma incongruência entre as GLOs, embora tenham sido executadas pelos mesmos agentes institucionais, mantendo-se falhas recorrentes e possibilitando dúvidas em relação a real efetividade dessas operações.

Outra reincidência do relatório diz respeito ao descontentamento da opinião pública em relação à forma como ocorre a destruição de materiais irregulares apreendidos durante as operações, novamente, sem proposições a alternativas (Ministério da Defesa, 2021b). Ainda nesse sentido, observa-se que o relatório concede grande importância à imagem das Forças Armadas entre a população e a mídia, constituindo questão central assim como nos relatórios das GLOs anteriores. Particularmente, dentre os resultados da terceira operação, consta que “A realização de Ação Cívico Social permitiu uma aproximação e aumento da credibilidade das Forças Armadas junto à população local, minimizando a possibilidade de matérias negativas ao emprego da Tropa” (Ministério da Defesa, 2021b, p. 19). O documento também destaca, como aspecto positivo, que a mídia local possuía “viés favorável à Operação com reportagem positivas em maior número que as negativas” (Ministério da Defesa, 2021b, p. 19). Por fim, afirma-se a necessidade de “registrar as ações para dar visibilidade às ações do Estado e das Forças Armadas, respeitando o estrito amparo legal; e fortalecer a imagem destas” (Ministério da Defesa, 2021b, p. 22), em alinhamento aos propósitos retóricos das operações antecessoras.

O documento também menciona que “O emprego conjugado dos helicópteros com os meios de Reconhecimento Aeroespacial da FAB permitiu atuar com surpresa, rapidez e ação de choque, além de realizar demonstrações de força e controle sobre áreas carentes de presença estatal” (Ministério da Defesa, 2021b, p. 18)”. De acordo com entrevistas, em realidade a presença de helicópteros em determinados momentos dificultaram as atuações, visto que as operações de reconhecimento sinalizavam a presença das FA e, conseqüentemente, propiciava o esvaziamento dos locais em que estavam sendo realizadas atividades ilegais (Katia, funcionária 1, 2025, apêndice B). Novamente, faz-se uso do recurso discursivo de ausência estatal nas regiões amazônicas. Por fim, o documento também menciona que a “atuação dos CCj na Operação Samaúma, da mesma forma que as Operações de ‘GLO ambientais’ anteriores, contribuiu tanto para o enfrentamento do problema ambiental quanto para fortalecer a defesa da soberania nacional” (Ministério da Defesa, 2021b, p. 22). De modo geral, ao longo dos três relatórios, observamos recorrentes menções à defesa da soberania nacional, refletindo uma retórica muito presente nas Forças Armadas, que pressupõe um inimigo externo a ser combatido – muito embora, na realidade, tenha sido a própria atuação das instituições nacionais, especialmente durante o governo Bolsonaro, que falhou em estabelecer mecanismos eficazes de enfrentamento às organizações criminosas na região, ao desmatamento e aos incêndios.

Por fim, é importante mencionar que o relatório apresenta, entre as suas observações, um suposto desafio informacional na identificação de quais desmatamentos seriam “legítimos”, principalmente em assentamentos de reforma agrária e propriedades privadas, onde a prática

não seria vedada, o que favoreceu “narrativas de que todo o desmatamento é ilegítimo” (Ministério da Defesa, 2021b, p. 20). Observa-se, nesse trecho, tanto a retomada da temática da “narrativa” e do conflito informacional (relativo à imagem do país e do governo) quanto a associação explícita entre o desmatamento e a noção de legitimidade, aspecto que se mostra problemático uma vez que, na realidade, não há desmatamento legítimo. Em seguida, o texto atribui aos moradores de assentamentos de reforma agrária parte da responsabilidade pelos desmatamentos, ao passo que se legitimam as práticas predatórias realizadas em propriedades privadas, sob o argumento de que o desmatamento, nesse contexto, não seria vedado. No entanto, sabe-se que, naquela região, a propriedade privada está, majoritariamente, vinculada a fazendeiros agroextrativistas e latifundiários – também associados à grilagem.

De forma geral, apesar do alto investimento aplicado nas GLOs, essa política ambiental, além de não apresentar resultados concretos, pode ser de fato interpretada como uma “cortina de fumaça” ao desmatamento na Amazônia, tendo em vista que a atuação de grupos ilegais em áreas de preservação aumentou, conforme evidenciaremos neste estudo (Parjolla, 2021; Ferrante; Fearnside, 2020), e que os locais nos quais as forças militares concentraram seus esforços não eram os epicentros do desmatamento, de queimadas ou de mineração ilegal (Souza *et al.*, 2021). De acordo com a Política por Inteiro (2021b), “a GLO não é política pública e não pode ser tratada como tal, trata-se de uma medida emergencial garantida pela Constituição, de apoio pontual ao restabelecimento da normalidade”. A esse respeito, vale mencionar que, de acordo com a constituição:

A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem [...] ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (Brasil, 1999).

Quanto à eficácia das operações, vale também ressaltar que o próprio vice-presidente do governo Bolsonaro, Hamilton Mourão, admitiu não ter conseguido integrar e coordenar as forças e os recursos ao seu dispor no efetivo combate ao desmatamento na região, que aumentou 22%, entre 2020 e 2021, em relação ao período anterior (Holanda, 2021).

De acordo com os entrevistados, de forma geral, a percepção é de que as GLOs não foram eficazes. Apesar do alto investimento, resta uma percepção significativa de que as operações foram “para inglês ver” (Carlos, morador 5, 2025, apêndice B; Katia, funcionária 1, 2025, apêndice B) ou que constituiriam ações “de fachada” (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B). Embora alguns dos entrevistados tenham de fato observado a presença das Forças Armadas

na região em que moram, a percepção era de uma atuação inócua: “era mais só pra falar: ‘Não, nós tá fazendo o trabalho’. Quer dizer... mas não vi eficiência naquilo” (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B). Outro morador, que participou diretamente de uma GLO em São Félix do Xingu, quando questionado sobre a eficácia das operações no combate aos incêndios na região, menciona que “na verdade, esse combate ao incêndio, ele é bem complexo de você compreender, porque, de fato, são surte efeito. Porque uma coisa é certa, Luíza e Matheus, o fogo quando pega na Amazônia aqui, meu irmão, não sobra nada. É incombátível” (Carlos, morador 5, 2025, apêndice B).

Outro morador reforça essa perspectiva, afirmando que “muitas vezes as operações eram agora no período de chuva. Em vez de ser assim, na... com a... de forma preventiva, elas eram meio que depois que as coisas já aconteceram, entendeu?”, além de não ter coibido crimes ou resolvido o problema. Outra crítica desse residente diz respeito ao uso de helicópteros em áreas de queimada “quando tá queimando não tem como você, principalmente helicóptero... Como que você vai visitar as áreas se não tem como voar? Não tem visão” (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B).

Ainda nesse sentido, de acordo com uma funcionária do Ibama, as operações tiveram um gasto significativo, ao passo que o Ibama:

perdeu o controle de escolher lugar pra ir, de escolher os alvos, de fazer um... né, [informação ocultada por questões de sigilo]. A gente faz muito análise multitemporal das imagens, a gente faz... tem inteligência pra fazer uns levantamentos do alvo. Então a gente levanta muita informação pra dizer: “A gente vem aqui, vai ali, vamos primeiro dar prioridade nos lugares”, né? O exército, assim, colocava... a gente continuou fazendo alguns levantamentos sim e tal, mas o Exército que ficava a frente na hora de escolher. A gente falava: “Ó, aqui é uma região que tá quente, tá começando o desmatamento, ainda não tem muito, então a gente pode ir pra, justamente, estancar e não aumentar, não sei o que e tal”. O exército: “Hum, não sei... acho que eu vou pra lá”. Ia pra um lugar que já tinha tudo desmatado, não tinha ninguém, não encontrava nem laranja (Katia, funcionária 1, 2025, apêndice, A).

A funcionária ainda menciona que algumas ações do Exército dificultavam a atuação do Ibama durante as operações:

a gente foi pra Cujubim [...] pra fazer madeireira, fazer levantamento de madeireira e tudo mais, porque já tinha uma equipe lá, não sei o que... cara, só que assim, a gente tava num lugar, numa base do exército e a gente ia sair dessa base do exército pra ir pro interior. Antes da gente ir, foi um helicóptero circular a cidade [risada] (Katia, funcionária 1, 2025, apêndice B).

Outro dado que corrobora o entendimento de que as atuações do exército não foram eficazes fica evidente na fala do morador que atuou em uma das GLOs realizadas em São Félix do Xingu. De acordo com ele:

eu tive uma época lá na GLO seis mil e setecentos gado, cabeça de boi na minha responsabilidade pela prefeitura, né? E o que que foi que aconteceu com isso? Depois, esse gado, nós fomos obrigados a devolver todo. Porque a gente pensava em fazer um grande leilão pra mudar alguma coisa. Tivemos que devolver cabeça por cabeça. Né? Pros proprietários, né? [...] Eles [ICMBio, Ibama, PF e exército] foram para cumprir uma determinada ação, mas sabendo que aquilo ia se ser desfeito. Aquilo era o que todo mundo falava nos bastidores, né? Sabendo que aquilo tudo ia ser desfeito, né? Então o que que acontece com essa situação? Essas ações de GLO nem sempre surte efeito necessário que precisa. Enquanto pra uns eles tem um efeito, aquilo parece que já é um jogo de carta marcada. Né? Porque o juiz federal, do nada ele surge, o juiz federal da décima, sétima, quarta vara e péi, tá! Tira! Acabou! Acabou! O assunto encerrou! A gente sabe de bastidor: “Ô, o cara pagou um milhão, pagou setecentos mil, pagou isso e aquilo outro”. Né? Nos bastidores. Então esse sucateamento provocou tudo isso por quê? Com a garantia da própria justiça. A justiça garantia esse sucateamento (Carlos, morador 5, 2025, apêndice B).

Os relatos de Kátia e Carlos apontam que a ineficiência das GLOs em relação ao seu propósito oficial se vinculava, de modo mais agravante, a iniciativas propositadas de desestruturação da política ambiental – notórias em ações de possível sabotagem ou imposição de dificuldades ao exercício dos órgãos anteriormente consolidados. Ainda de acordo com Katia, servidora do ICMBio, existia um certo desconforto dos órgãos ambientais com os militares que coordenaram as operações de GLO, justamente por eles não contarem com o conhecimento necessário para atuar naquela região no combate ao crime ambiental. Muitas vezes, de acordo com ela, o CENSIPAM indicava alvos fracos e que os servidores demoraram para “perceber que os alvos eram ruins e eu não consigo lhe dizer se eram ruins por má intenção da gente ir nos melhores alvos ou porque era um grupo fraco mesmo tecnicamente”. Nesse sentido, ela afirma que as GLOs:

eram desorganizadas. Eles não sabiam muito o que eles estavam fazendo. Então, no início, nos primeiros meses, eles queriam coordenar operações e alvos e aí dava ruim, tipo, a gente brincava [risada] que era tipo batalha naval. Deu água no alvo deles, então eles começaram a aceitar que a gente indicasse alvos e aí a gente começou a puxar e a gente começou a coordenar. Então foi um processo, no início, meio difícil, mas que com o tempo eles só queriam uns relatórios pra mostrar o que eles estavam fazendo. E aí eles ficavam mais, né? Na retaguarda e a gente puxando” (Mariana, funcionária 2, 2025, apêndice).

Além disso, na percepção de Mariana, o Governo Federal, naquele período, queria fortalecer o poder “do exército e dos militares, né, e a Polícia Rodoviária Federal também, trazendo atribuições” (Mariana, funcionária 2, 2025, apêndice B). Nesse sentido, a entrevistada

ironiza ao afirmar que, na sua visão, as GLOs foram implementadas com o seguinte pensamento: “Não, o combate ao crime ambiental tem que ser coordenado pelo exército e pelas forças policiais locais com o apoio técnico dessa turma aí que conhece a legislação ambiental” (Mariana, funcionária 2, 2025, apêndice B). Por fim, quando questionada se a implementação das GLOs era realmente necessárias, Mariana aponta que os órgãos ambientais, normalmente, já recebem poucos recursos orçamentários e que, naquele contexto, os recursos eram ainda menores, o que, conseqüentemente, diminuiu a autonomia de atuação daqueles órgãos, dando a entender que as GLOs surgiam como a alternativa naquele momento (Mariana, funcionária 2, 2025, apêndice B).

Em oposição, quando questionamos Katia, funcionária do Ibama, se de fato era preciso ter implementado GLOs na região, ela responde:

Olha, pra gente teria sido bem mais barato cuidar do desmatamento. [...] só comparar, assim, o orçamento do Ibama com o que foi dado pra GLO, o resultado que a gente tem e o resultado que a GLO teve. Assim, sabe? É um gasto, assim, muito desnecessário e, assim, na época que o exército tava comandando, realmente a gente não tinha... a gente era escanteado assim, tipo o órgão que sempre cuidou de tudo, que sempre... não é uma coisa assim do tipo: “Ai, ego. Ah porque...”. Não é isso! Porque a gente podia ter continuado escanteado, mas assim, se minimamente tivesse ouvido os mapas que a gente fez, as análises que a gente fez, falado: “Não vai de helicóptero pra tal lugar antes da gente chegar” [risada]. E assim, não é que eles iam, assim, pra fazer uma coisa: “Nossa! Precisava ir pra fazer um levantamento”. Não tinha essa necessidade, sabe? Então assim, parecia que tinha boicote interno, assim... parecia que era proposital. A sensação que eu tive, né? [...] E meus colegas também. Que era proposital isso. (Katia, funcionária 1, 2025, apêndice B)

Diante do apresentado, observa-se que o processo de militarização verde ocorrido na Amazônia Legal durante o governo Bolsonaro possui três características singulares: retóricas não favoráveis à preservação da região; desestruturações em instituições essenciais à preservação da Amazônia; e, por fim, militarização das instituições ambientais. Em relação à primeira característica, observamos que, em diversos momentos, o então presidente negou o desmatamento na Amazônia Legal brasileira, fazendo menção às riquezas a serem exploradas na região, perspectiva corroborada pelo ministro do MMA. Essa retórica vai ao encontro do discurso desenvolvimentista que faz parte do arcabouço das Forças Armadas brasileiras. O emprego desse discurso foi encontrado em diversos momentos ao longo dos relatórios das GLOs, principalmente nos trechos que fazem menção à manutenção da soberania brasileira e à imagem das Forças Armadas.

Já em relação à segunda característica, observamos que diversas unidades essenciais à preservação ambiental foram retiradas da pasta do MMA e passadas ao Mapa; uma alta de

demissões em instituições centrais à preservação e, conseqüentemente, ao monitoramento de atividades ilegais e ilícitas; perseguições a servidores públicos que discordavam das políticas que passaram a ser adotadas dentro das instituições ambientais; e por fim, a suspensão de atividades essenciais à atuação efetiva desses órgãos. Essas medidas, muito além de meras reformulações institucionais, favoreceram o processo de militarização das instituições, que constitui a terceira característica, mediante a incorporação de militares em altos cargos de unidades de preservação, como o Ibama e o ICMBio, somada ao emprego das GLOs como política pública “alternativa” para conter desmatamentos, incêndios e ações criminosas na região amazônica brasileira. Com o intuito de resumir as principais medidas adotadas ao longo do governo Bolsonaro e suas conseqüências, elaboramos a Tabela 4.

**Tabela 4** – Medidas adotadas ao longo do governo Bolsonaro e suas conseqüências

Medida	Assunto	Conseqüência
Medida provisória nº 870 de janeiro de 2019, que se transformou, posteriormente, em lei nº 13.844	<p>Ao organizar os órgãos da presidência e os ministérios, o governo estabeleceu que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Questões relacionadas à Amazônia Legal e às terras indígenas e quilombolas seriam repassadas do MMA para o Mapa;</li> <li>- A operacionalização do SIPAM ficaria a cargo do MD;</li> <li>- Estabelecimento de normas, diretrizes e prioridades do Fundo de Investimento da Amazônia passaram do MMA para o MDR.</li> </ul>	<p>Desestruturação do MMA ao retirar suas principais atribuições, transferindo-as para ministérios sem <i>expertise</i> na área ou interesse em preservar o meio ambiente ou proteger comunidades tradicionais da região (o que culminou em apenas 19 territórios quilombolas titulados ao longo do governo, bem como na morosidade e omissão para regularizar terras indígenas).</p>
Concessão da autarquia da Agência Nacional de Águas e do Serviço Florestal Brasileiro ao MDR	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A autarquia que gere os recursos hídricos, promovendo seu uso de forma sustentável, é cedida por Salles do MMA ao MDR.</li> <li>- O Serviço Florestal Brasileiro gere e monitora áreas florestais promovendo o uso sustentável dos recursos florestais, é cedida por Salles do MMA ao MDR.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em conformidade com os objetivos do governo Bolsonaro, ao destinar a autarquia e o órgão ao MDR, evidencia-se o objetivo oficial de explorar as riquezas naturais da região para o desenvolvimento regional.</li> <li>- Ministério sem <i>expertise</i> ou interesse na gestão ambiental incorpora uma autarquia que é primordial na identificação de mineração ilegal e um órgão que identifica grupos, muitas vezes criminosos, que agem em inconformidade com o uso sustentável dos recursos naturais.</li> </ul>
Reformas institucionais e desestruturação do MMA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Extinção de órgãos voltados a questões climáticas.</li> <li>- Restrição orçamentária.</li> <li>- Aplicação de PADs de forma indiscriminada.</li> </ul>	<p>O ministro Ricardo Salles demonstrava não se importar com a preservação do meio ambiente, extinguindo diversos órgãos do ministério que se empenhavam em questões de ordem climática. Além disso, o ministério sofreu com restrições de orçamento e alguns de seus funcionários sofreram perseguição por meio da aplicação de PADs de maneira indiscriminada - sobretudo quando não agiam de acordo com o esperado.</p>

Medida	Assunto	Consequência
Revogação do PPCDAm	Programa importante na prevenção do desmatamento na região amazônica, tendo alcançado uma queda anual do desmatamento de 83% entre 2003 e 2012.	Governo Bolsonaro revoga um programa que possui histórico positivo em relação ao desmatamento, mesmo com a alta nas taxas de desmatamento sendo um dos principais desafios ao longo do mandato, evidenciando o claro desdém em relação ao assunto.
Cortes orçamentários e restrições nas equipes do CONAMA e do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O CONAMA assessora, estuda e propõe mecanismos de proteção ao meio ambiente.</li> <li>- O Comitê coordena ações entre ministérios e monitora as políticas que se relacionam à questão climática.</li> </ul>	Ao realizar cortes orçamentários e restrições nas equipes, o governo Bolsonaro manifesta seu claro desinteresse à questão ambiental, intensificando seu plano de desestruturação ambiental.
Extinção de colegiados relacionados ao meio ambiente, como o COFA e o CTFA	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O COFA define a aplicação dos recursos do Fundo Amazônia.</li> <li>- O CTFA atesta os dados emitidos pelo MMA em relação à emissão de carbono na Amazônia Brasileira.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A existência do COFA é uma condição ao Fundo Amazônia. Assim, essa ação resultou no congelamento do fundo pelos países doadores. O fundo era essencial à preservação da região.</li> <li>- Com a extinção do CTFA, as reuniões anuais e extraordinárias do comitê deixaram de acontecer, reduzindo, conseqüentemente, a pressão em relação às taxas de emissão de carbono, que dobraram ao longo do período analisado.</li> </ul>
Secretaria de Mudança do Clima e Florestas é extinta, mas posteriormente restabelecida com o nome de Secretaria de Clima e Relações Internacionais	Secretaria responsável pela implementação de políticas que versam sobre mudanças climáticas e sobre a proteção ambiental.	Diante de pressões internacionais, a secretaria é restabelecida, no entanto, excluindo departamentos importantes no combate ao desmatamento e às mudanças do clima.
Desmontes no ICMBio	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Demissões no ICMBio.</li> <li>- Incorporação impositiva de militares em cargos de gestão.</li> <li>- Diminuição da relação com a sociedade civil e da implementação de políticas sociais.</li> <li>- Cortes orçamentários.</li> <li>- Aplicação de PADs de forma indiscriminada.</li> </ul>	O instituto sofreu com desestruturações em sua equipe de trabalho por meio de demissões e incorporações de militares, sem <i>expertise</i> na área, em cargos fundamentais ao funcionamento do órgão. Assim como outros órgãos ambientais, sofreu com restrições orçamentárias, o que dificultou a atuação em campo por meio das operações de fiscalização. Ademais, mesmo quando atuava, o órgão sofria com uma baixa adesão entre a população, já que o governo disseminava discursos contra a atuação desses órgãos. Os funcionários do instituto também sofreram com a aplicação indiscriminada de PADs, o que também desincentivou a atuação em campo. Essas medidas facilitaram a expansão do crime organizado, do desmatamento e dos crimes ambientais na região amazônica.

Medida	Assunto	Consequência
Desmontes no Ibama	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Demissões no órgão.</li> <li>- Cortes orçamentários.</li> <li>- Incorporação impositiva de militares em cargos de gestão.</li> <li>- Diminuição da relação com a sociedade civil e da implementação de políticas sociais.</li> <li>- Redução na quantidade de multas aplicadas, visto que antes da aplicação era preciso realizar reuniões de conciliação entre fiscais e infratores.</li> <li>- Despachos interpretativos, como o “terceiro de boa fé”.</li> <li>- Aplicação de PADs de forma indiscriminada.</li> <li>- Denúncia de assédio moral de gestores contra funcionários pela Ascema Nacional.</li> </ul>	<p>As demissões no órgão ocasionaram queda na quantidade de fiscais em campo, ao passo que os cortes no orçamento dificultaram a atuação em si. Militares sem <i>expertise</i> na área foram alocados em cargos de gestão e tentaram alterar o <i>modus operandi</i> do órgão. Devido aos discursos emitidos ao longo do governo Bolsonaro, a recepção dos fiscais na região piorou, o que também dificultou a interação com a sociedade civil. As reuniões de conciliação estabeleceram uma barreira no processo, favorecendo contextos de ameaça e perseguição contra funcionários dos órgãos por parte dos infratores e reduzindo de forma significativa a quantidade de multas emitidas. Ademais, as notificações de defesa final referentes a autuações deveriam ser entregues pessoalmente aos infratores e não mais através de edital, o que impossibilitou a arrecadação de bilhões em multas. Despachos interpretativos, como o “terceiro de boa fé”, também contribuíram para a redução de multas aplicadas, ao retirar a responsabilidade daqueles que compram produtos ilegais oriundos de desmatamento. Os funcionários que não agiam de acordo com o esperado recebiam PADs, às vezes, sem passar pelo processo de admissibilidade, o que se tornou um mecanismo de perseguição aos funcionários do órgão e gerou desmotivação, por parte dos funcionários, para atuar na região amazônica. Diante disso e das constantes pressões sofridas pelos funcionários, a Ascema abriu uma denúncia de assédio moral contra os gestores do Ibama. Essas desestruturações afetaram a capacidade de plena atuação do órgão, reduzindo sua eficácia na preservação da Amazônia e no combate ao crime organizado.</p>
Desestruturações no Incra	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituto vinculado ao Mapa.</li> <li>- General do exército nomeado presidente do instituto.</li> <li>- Paralisia na atuação da instituição por meio de reformas institucionais que impuseram obstáculos burocráticos à criação e regularização de assentamentos de reforma agrária.</li> <li>- Liberação para que mineradores atuassem em assentamentos.</li> <li>- Não realização de políticas complementares ao processo de assentamento.</li> <li>- Decreto nº 20.252 de 2020, que alterou a estrutura regimental e de cargos do Incra, modificando sua competência.</li> </ul>	<p>Com o instituto associado ao Mapa, ministério sem qualquer interesse na preservação ambiental, as demarcações de terra diminuíram ao longo do governo Bolsonaro. A presidência do órgão também foi ocupada por um militar sem <i>expertise</i> na área e sofreu com uma série de reformas institucionais que dificultaram a regularização de assentamentos, facilitaram a atuação de mineradores em regiões de assentamento. Ademais, sem as políticas complementares aplicadas a pequenos proprietários em terras de assentamento, esses acabavam adquirindo dívida, o que facilitou a aquisição de suas terras por grandes latifundiários. Observou-se uma regularização fundiária enviesada, beneficiando grileiros e fraudadores de títulos.</p>

Medida	Assunto	Consequência
Desmonte e abandono da Ouvidoria Agrária Nacional	A Ouvidoria Agrária Nacional, espaço utilizado principalmente pela agricultura familiar na denúncia de conflitos agrários e na mediação desses conflitos, era essencial na construção do Mapa Regional do Conflito Fundiário.	O objetivo era inviabilizar denúncias e, conseqüentemente, dificultar o mapeamento dos conflitos fundiários, o que favoreceu grandes fazendeiros e a atuação de milícias que fornecem serviços de segurança a esses fazendeiros.
Serviço Florestal Brasileiro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Redução orçamentária.</li> <li>- Redução da promoção de uso sustentável dos recursos florestais.</li> <li>- Redução dos CAR.</li> <li>- Redução da validação do SICAR.</li> </ul>	Com a redução dos CAR e das validações do SICAR, o registro público que controla e monitora áreas de APP, de uso restrito e de reserva legal, é reduzido, o que impossibilita ações de preservação ambiental e de combate ao desmatamento.
Operação Handroanthus	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior apreensão de madeira ilegal ocorrida no Brasil.</li> <li>- Propiciou a queixa-crime contra Ricardo Salles por facilitar, quando ministro, a atuação de madeireiras ilegais.</li> </ul>	Demonstra como o próprio ministro do Meio Ambiente coadunava com o crime organizado na Amazônia, o que justifica os desmontes realizados no ministério.
Operação Akuanduba	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Investigou Ricardo Salles, Eduardo Bim (presidente do Ibama), gestores do Ibama e do MMA por facilitarem exportação ilegal de madeira.</li> <li>- Constatou-se que o assessor especial de Salles atuava no gabinete favorecendo infratores ambientais.</li> </ul>	Demonstra como o próprio ministro do Meio Ambiente, seu assessor e gestores, bem como o presidente e gestores do Ibama, coadunavam com o crime organizado na Amazônia, o que justifica os desmontes realizados no ministério e no órgão.
Reativação do CNAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As atribuições do conselho foram repassadas à vice-presidência da república.</li> <li>- A responsabilidade em combater desmatamentos passou ao conselho.</li> <li>- Vetou, gradativamente, a participação de governadores dos estados amazônicos no conselho.</li> </ul>	O conselho apresentou resultados ineficientes e beneficiou políticas de destruição ambiental, na medida em que retirou do MMA a responsabilidade de combater desmatamentos. Além disso, prejudicou a criação e a execução de políticas públicas eficientes ao deteriorar a relação com órgãos públicos estaduais.
Aumento dos recursos concedidos ao MD para a proteção da Amazônia Legal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Altos valores concedidos para serem investidos nas operações de GLO.</li> </ul>	Centralização do tema no MD e, conseqüentemente, uma redução da transparência das informações.

Medida	Assunto	Consequência
Operação Verde Brasil 1 pelo decreto nº 9.985 de 2019	<p>- Uso das Forças Armadas em áreas de fronteira, terras indígenas e unidades federais de conservação ambiental no Amazonas, Pará e Rondônia.</p> <p>- Oficialmente, objetivava realizar ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, além de realizar levantamentos e combate a focos de incêndio.</p>	<p>A despeito da operação, houve aumento da quantidade de incêndios na região amazônica. Nos relatórios, observou-se que um dos principais objetivos das GLOs era produzir matérias de viés positivo no que diz respeito à operação na mídia nacional e internacional. Havia também uma preocupação excessiva com a imagem das forças armadas em relação à sociedade. Além disso, é preciso destacar a falta de experiência dos militares que estavam no comando em relação à forma de atuação no combate ao desmatamento e ao crime organizado na região, bem como a falta de coordenação entre os órgãos que atuavam durante a operação. Há indícios de que os alvos escolhidos para atuação pelos militares eram fracos, além da ausência de resultados concretos, o que gerou, para alguns moradores locais, uma percepção de que as operações não passaram de ações de “fachada”.</p>
Operação Verde Brasil 2 autorizada pelo decreto nº 10.341 de 2020.	<p>Anuência ao uso das FA em ações em faixa de fronteira, terras indígenas, unidades federais e de conservações e outras áreas federais nos Estados pertencentes à Amazônia Legal, com atuação no Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Oficialmente, objetivava combater focos de incêndio e realizar ações de prevenção e repressão contra delitos ambientais que se direcionavam ao desmatamento.</p>	<p>O relatório evidencia que uma das principais preocupações era manter uma percepção positiva da mídia nacional e internacional em relação à GLO, demonstrando uma preocupação excessiva com o fortalecimento da imagem das forças armadas. No entanto, observa-se uma maior ênfase na atuação de agências, como Ibama e ICMBio, diante da evidente competência dos órgãos em identificar crimes ambientais, autuar e deter criminosos ambientais. A atuação das FA era descrita como de caráter preventivo, gerando, conseqüentemente, resultados intangíveis. No entanto, moradores não observaram atividades de prevenção. As GLOs se tornaram o único mecanismo de atuação das agências, tendo em vista as constantes desestruturas dos respectivos órgãos. Não obstante, houve falhas de comunicação das FA com o Ibama, o que aconteceu diante do evidente descontentamento dos servidores em atuar com os militares. Apesar das GLOs, houve um aumento no desmatamento na região amazônica no período.</p>
Operação Samaúma pelo decreto nº 10.730 de 2021	<p>Autorizou o uso das FA em terras indígenas, unidades federais de conservação e em áreas da União por requerimento do Estado, atuando no Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia com o objetivo de realizar ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, como o desmatamento.</p>	<p>A GLO persistiu em utilizar o FIRMS, mesmo com suas limitações significativas na constatação e identificação de queimadas e incêndios – limitações essas já apontadas durante a Verde Brasil 2. Novamente, observa-se uma preocupação com a imagem das FA em relação à população e à mídia. Ademais, a Operação apresentou dificuldade em identificar quais desmatamentos seriam legítimos, principalmente em propriedades privadas e assentamentos, reforçando a baixa eficiência.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Dado esse cenário, a política ambiental do governo Bolsonaro permitiu o aumento de diversas atividades ilegais na região, como grilagem de terras, extração de madeira, garimpo e até mesmo narcotráfico (Human Rights Watch, 2019; Prizibiszki, 2022). Percebe-se, assim, uma abertura ao estabelecimento de alianças criminais que incluem grandes latifundiários, madeireiros, garimpeiros, investidores, milicianos e políticos. Nesse contexto, é notório que grupos que atuam na Amazônia recorrem a todo tipo de violência, entrelaçando-se entre si de formas variadas, visto que

diversos atores legais e ilegais estão interligados por cadeias produtivas domésticas e globais, organizadas em diferentes escalas geográficas, com o objetivo de comercializar produtos ilegais obtidos na Floresta Amazônica. [...] Espalham-se por uma rede complexa para além das áreas de extração ilegal de recursos naturais, envolvendo apoio operacional e logístico em áreas urbanas, atores engajados nos processos de escoamento e comercialização em nível global, bem como agentes públicos e não públicos que utilizam de suas posições sociais e econômicas para influenciar diretamente as decisões políticas nas esferas públicas locais e federais<sup>28</sup> (Souza *et al.*, 2021, p. 4).

Portanto, durante o governo Bolsonaro, esses grupos milicianos aproveitaram para estreitar relações em diversas instâncias do aparato estatal, em paralelo aos desmantelamentos institucionais observados e às alterações de práticas ambientais já consolidadas (Souza *et al.*, 2021), conforme discutiremos na seção a seguir.

### 2.2.2 Articulações das milícias com o Estado, grupos faccionais e atividades ilegais

Diante das medidas adotadas ao longo do governo Bolsonaro, que facilitaram a atuação de diversos grupos faccionais na Amazônia Legal, conforme discutido, observou-se um aumento substancial de atividades ilegais na região e, conseqüentemente, um incremento na ação de milícias. De acordo com a Human Rights Watch (2019, p. 3, 38-39, 41-43), nos estados do Pará, Mato Grosso e Acre, há registro de milícias armadas ou milícias rurais que compõem redes criminosas de extração e tráfico ilegal de madeira, grilagem e mineração, prestando serviços de extermínio, protegendo as atividades ilegais perpetradas pelos grupos aos quais pertencem e dominando territórios através da violência. O relatório compreende as milícias

---

<sup>28</sup> A variety of legal and illegal actors are interconnected by domestic and global supply chains, organized in different geographical scales, with the purpose of commercializing illegal products obtained in the Amazon Forest. [...] They spread over a complex network beyond the areas of illegal extraction of natural resources, involving operational and logistical support in urban areas, actors engaged in the flow and commercialization processes at the global level, as well as public and nonpublic agents who use their social and economic positions to directly influence political decisions in the local and federal public spheres.

como constituídas de “homens armados que protegem suas atividades ilegais” (Human Rights Watch, 2019, p. 38) e como “redes criminosas [que] possuem um poder econômico considerável, que usam para influenciar ou controlar a política local” (Human Rights Watch, 2019, p. 39). Dessa forma, visando a lucratividade, as milícias têm utilizado do seu poder econômico para se articular cada vez mais em diversas atividades criminosas e com diferentes organizações faccionais, a fim de expandir e exercer mais poder sobre os territórios nos quais atuam e, conseqüentemente, sobre a política local.

De acordo com Mariana, funcionária do ICMBio, no período do governo Bolsonaro, houve:

um avanço do crime organizado que se concentrava muito nas grandes capitais e na fronteira, nas cidades de fronteira, pra dentro da Amazônia Legal cooptando as pessoas para o crime ambiental, como a lavagem de dinheiro. Então, isso a gente viu muito e a gente vê muito comunidades serem cooptados pra trabalhar no tráfico ou eles, no caso traficantes, comprando áreas, grilando terras, fazendo dinheiro por meio de recursos da Amazônia, seja desmatando, seja comprando e vendendo terras, né, ilegais. Então a gente teve, realmente, um avanço. A Polícia Federal hoje tá precisando se reestruturar, porque hoje o crime ambiental, ele, em muitos lugares, ele tá muito atrelado de forma muito arriscada com o crime organizado (Mariana, funcionária 2, 2025, apêndice B).

Nesse sentido, observamos que as milícias têm fortalecido relações com narcotraficantes na região, atuando de maneira sobreposta através do fornecimento de segurança privada, armas, munições e serviços de extermínio, por exemplo, beneficiando-se financeiramente das atividades perpetradas pelos narcotraficantes que atuam na região amazônica (Oliveira Neto, 2024). A esse respeito, vale destacar que aproximadamente 40% da droga produzida no mundo em 2021 passou pela Amazônia, de acordo com dados da PF e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Segundo o diretor-executivo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o lucro gerado com o narcotráfico na região potencializa a atuação de grupos que cometem crimes ambientais e outras práticas ilegais (Prizibiszki, 2022), evidenciando a relação desses atores com redes de atuação global. Nesse âmbito, é importante ressaltar que, entre 2018 e 2022, as apreensões de cocaína pelas polícias federais e estaduais caíram 23% em relação a anos anteriores, com a mais significativa queda, de 50,8%, ocorrendo entre 2021 e 2022 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023c). Ainda de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, “uma vez que não parece haver um padrão nos dados de apreensões da PF e Polícia Rodoviária Federal (PRF), novamente, o que parece impactar a queda total das apreensões (tanto do total de drogas quanto de cocaína) é a atuação das forças estaduais”, não uma diminuição do tráfico e, conseqüentemente, da atuação

de grupos faccionados (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023c, p. 11), indicando, portanto, um envolvimento das forças policiais com o narcotráfico.

A rota do narcotráfico na América Latina perpassa diversos países, entre eles o Brasil. Devido à fronteira, a região da Amazônia Legal é a principal entrada de drogas no país. O Pará, dentre os estados pertencentes à Amazônia brasileira, é passagem obrigatória nesse contexto, visto que atua como a principal rota de transporte, armazenamento, distribuição e comércio, tendo em vista a sua extensão territorial e suas ligações por terra e rio com diversas regiões do Brasil e do mundo (Carneiro, 2023). As quatro principais rotas de cocaína – Solimões, Caipira, Suriname-Amapá e Acreano-Rondoniense – culminam no centro do Pará, a partir do qual são redistribuídas. Vale destacar que as principais facções que atuam na região são o Comando Vermelho (CV) e o Comando Classe A (CCA) (Carneiro, 2023).

De acordo com Roberto Magno, as rotas interligam narcotraficantes faccionados e criminosos independentes. Para Magno, na Amazônia, existe uma rede criminosa que se relaciona com o narcotráfico e também com crimes ambientais, o que fragilizaria as políticas de segurança pública. De acordo com o autor, a PF não consegue lidar de forma efetiva com o tráfico de drogas na região amazônica, tendo em vista o efetivo e a estrutura disponíveis (Carneiro, 2023). No entanto, conforme o que foi apresentado anteriormente, há indícios de que, em alguns casos, existe conluio de policiais com narcotraficantes e até mesmo apreensões irregulares, nas quais a polícia se apropria da droga para revender.

No trabalho de Oliveira e Silva (2023), analisa-se como o encarceramento e a criminalização como política securitária do Estado impacta a dinâmica capitalista na medida em que realiza uma criminalização seletiva, excluindo do mercado de trabalho uma determinada parcela da população, ao passo que propicia, em consequência, uma maior articulação de mercados ilegais altamente lucrativos e ávidos por cooptar essa mão de obra, a exemplo do narcotráfico, tráfico de armas, garimpo, extração de madeira, entre outras atividades. Nesse sentido, abre-se margem para a expansão de diversos grupos faccionais, como as milícias, que disputam espaço nesse contexto a partir do Estado. Ao se referir à Amazônia Legal, as autoras afirmam que:

a situação atual do garimpo, grilagem de terra e comércio de madeira em território Yanomami faz parte desse processo, encontrando no encarceramento em massa um importante mecanismo para a reprodução da acumulação do capital por espoliação e de expansão do domínio armado das relações econômicas [...]. Tais mercados ilegais, que operam sempre na fronteira porosa do legal e do ilegal, envolvem agentes muito distintos: forças Estatais, corporações transnacionais, empresas locais de transporte aéreo, terrestre e fluvial, empresas de poços artesanais, postos de gasolinas, elite política local e, mais recentemente, as milícias e as facções, sobretudo o PCC e o CV,

articulando os mercados ilegais do garimpo, de madeira e grilagem de terra com o mercado de drogas (Oliveira; Silva, 2023, p. 62).

Assim, conforme apontado por Albuquerque (2021), em Manaus, a PF identificou a ação de milícias, compostas por policiais e ex-policiais, atuando em ocupações ilegais de terras. Os criminosos exercem poder nessas regiões comercializando lotes ilegais e cobrando taxas de permanência das famílias que os comprem, bem como taxas de segurança, energia e água. Além disso, os milicianos comandam o tráfico de drogas na região, incentivando os moradores sob seu comando a participarem do esquema de tráfico, tendo em vista a inexistência de outras oportunidades. Caso as famílias deixem de pagar alguma das taxas, são ameaçadas e sofrem atentados violentos, como incêndio em suas casas ou roubo de bens. Esses grupos também são contratados para serviços de segurança privada em várias localidades, como no Arco do Desmatamento, expulsando posseiros e extrativistas de terras públicas, além de realizarem a segurança dos trabalhadores e dos equipamentos utilizados para práticas ilegais correlatas ao desmatamento (Albuquerque, 2021).

Além dessas formas de atuação, destaca-se que, em 2021, Samir Freire, secretário executivo de Inteligência do governo do Amazonas, foi preso após acusações de roubar ouro de garimpos clandestinos, utilizando-se da estrutura da Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência. Nesse sentido, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) tem investigado diversos funcionários de segurança pública suspeitos de utilizar da estrutura do Estado e de informações privilegiadas para extorquir membros de organizações criminosas que atuam, principalmente, nos rios amazônicos, escoando mercadorias, como drogas e ouro, para fora do Brasil. Ademais, outra estratégia que esses funcionários têm utilizado consiste em reduzir a quantidade de drogas apreendidas nos documentos oficiais, possibilitando o desvio da mercadoria restante (Azevedo, 2024).

Diante desse contexto, é possível observar, conforme apontado pelo relatório da Humans Rights Watch (2019), que as milícias que atuam na Amazônia têm como objetivo principal o lucro e, devido ao grande poder capital, exercem influência e controle político nos seus locais de atuação. No município de Boca do Acre, no Amazonas, por exemplo, é possível observar o entrelaçamento desses grupos com agentes do Estado, mediante denúncias de que fazendeiros que ocupam terras ilegalmente contratam policiais estaduais para que atuem como milícia privada. Esses policiais, além de realizarem serviços paralelos uniformizados, utilizam carro e armamento da polícia (Human Rights Watch, 2019). Assim, depreende-se desse entrelaçamento a dificuldade de estabelecer fronteiras entre o público e o privado, além de evidenciar a atuação direta de agentes estatais no interior desses grupos milicianos,

configuração que incide diretamente na capacidade de influenciar políticas e expandir o uso irregular do aparato estatal ao desenvolvimento de suas atividades criminosas (Human Rights Watch, 2019; Bispo, 2022).

Conforme apontado por Madeiro (2023), a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns produziu um relatório técnico após visitar cinco municípios da Amazônia Legal, relatando que, nessas regiões, os crimes de ameaça e de homicídios não são investigados adequadamente – e que a ausência do Estado dificulta as investigações pelo medo de represálias (Madeiro, 2023). No entanto, diante da evidente participação de forças policiais no âmbito desses grupos criminosos, bem como as facilidades institucionais observadas ao longo do governo Bolsonaro, não haveria ausência do Estado, mas a apropriação de suas forças e instituições em prol de outros fins que não os oficiais previstos constitucionalmente, o que dificulta ainda mais a alteração da lógica da política de segurança nessas regiões mais remotas.

Não obstante, de acordo com Belisário dos Santos, advogado e fundador da Comissão, “as forças começaram a se organizar longe do velho jaguncismo. Há um poder de fogo maior que pistolagem tradicional, quando um minerador, um fazendeiro contratava alguém [para ameaçar ou matar]. Essas milícias começam a se organizar como um 'player'...” na região do Pará (Madeiro, 2023). Ou seja, as milícias, para além da prestação de serviço de proteção para grandes latifundiários e empresas na região, criaram negócios próprios, passando a atuar em várias frentes na defesa de seus interesses, grilando terras, desmatando, realizando garimpo ilegal, extração ilegal de madeira, além de repressão à população local. Ademais, dos Santos afirma que, devido ao forte incentivo ao armamento durante o governo Bolsonaro, esses grupos se encontram mais fortes (Madeiro, 2023). Nesse sentido, apesar da forte presença das Forças Armadas na região, agentes do governo apreenderam apenas 41 armas de fogo em 2022. Portanto, nota-se que os militares não empreenderam uma fiscalização e um controle de armas de fogo eficiente, sobretudo ao considerar que esses recursos estavam em posse de grupos faccionais, como as milícias, que atuam na Amazônia Legal (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023c).

Nesse sentido, é importante ressaltar que denúncias de crimes cometidos na Amazônia Legal perpassam o medo e a insegurança. Um consenso entre os residentes entrevistados é de que a denúncia não é facilitada nas delegacias ou que as pessoas não denunciam por medo de represálias, “principalmente porque as instituições públicas também tem pessoas conhecidas, então não dá pra você chegar lá na prefeitura, numa secretaria de meio ambiente ou pra vim fazer uma denúncia aqui. Tem gente que faz, tem gente que é corajosa” (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B). A forma mais segura de denunciar, nesses contextos, é a nível federal. No

entanto, entre 2019 e 2022, de acordo com o relato de morador, as pessoas tinham medo de denunciar até a nível federal, pois o governo vigente apoiava “o movimento [se referindo aos crimes de desmatamento cometidos na região]” (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B). Outra questão apontada pelo morador, é que, às vezes, apesar da denúncia ser realizada a nível federal, ela acaba sendo encaminhada, posteriormente, ao nível municipal, para que seja realizado um levantamento dos fatos. Nesse contato, “o pessoal faz a maquiagem e engaveta aquilo [se referindo à ordem federal]” (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B). Outro morador entrevistado reforça essa percepção de desconfiança na polícia local, afirmando que “quando você vai fazer uma denúncia, o primeiro suspeito é você. Você acaba revertendo. De vítima, você passa a ser suspeito” (Carlos, morador 5, 2025, apêndice B).

Não obstante, um dos entrevistados menciona que, no que diz respeito ao desmatamento, é comum que os pequenos produtores sejam punidos, mas os grandes latifundiários não, devido às ligações políticas que favorecem o crime ambiental. Além disso, afirma que o crime

envolve a polícia também. Às vezes vai lá e recebe uma propina pra manter, fazer vista grossa, não vê. A madeira mesmo aqui é assim, a madeira o pessoal vai lá tira, quando passa na balsa ali, que entra na rua, vai lá a polícia militar cerca o caminhão, pega uma grana e libera (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B).

Ainda no contexto da presença do Estado na constituição de milícias, a Infoamazônia teve acesso a documentos sigilosos da Operação Pulitzer, realizada pela Polícia Civil de Roraima, que denuncia a atuação do deputado estadual Jalser Renier por formação de milícia. Renier era o comandante do grupo composto por Policiais Militares, que incluía três coronéis e um major. Concomitantemente, tanto Renier quanto os militares de elite compunham o Serviço de Inteligência e Segurança Orgânica da Assembleia (SISO), órgão criado por Renier em 2016, quando atuava como presidente da ALERR, que tinha como objetivo oficial apurar acontecimentos ligados ao parlamento do estado. No entanto, constatou-se que, na verdade, o órgão foi utilizado pelo deputado para formação de milícia e, conseqüentemente, para utilizá-lo de acordo com suas necessidades, inclusive no planejamento e execução do sequestro do jornalista Romano dos Anjos em 2020, e, posteriormente, para realizar interferências na investigação do caso. Jalser, os militares de elite e mais seis pessoas foram presas (Bispo, 2022).

Ademais, é importante destacar o assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips nas proximidades do Vale Javari, na Amazônia. Bruno, que conhecia muito bem a região, por realizar um trabalho de orientação às populações do Vale do Javari

com o objetivo de incentivá-las a denunciar invasões em terras indígenas e atividades criminosas, acompanhava Dom na coleta de dados para o livro que escrevia sobre desmatamento e crimes ambientais na Amazônia (G1, 2022). Nove pessoas foram indiciadas pelos assassinatos, entre elas o mandante do crime, Rubens Dario, conhecido como Colômbia, chefe de um grupo de pesca ilegal da região. A Polícia Federal, na investigação do caso, considerou a existência de uma potencial relação entre políticos da região e Dario, com a suspeita de que Colômbia utilizava parte do dinheiro da pesca ilegal para impulsionar campanhas políticas na região do Vale Javari. No entanto, o delegado responsável pelo inquérito foi trocado no início de 2024, o que resultou na sua finalização sem avançar nos esclarecimentos que dizem respeito a potenciais relações políticas (Alcântara; Rodrigues, 2024). Apesar disso, o presidente e o vice-presidente da Funai durante o governo Bolsonaro, o delegado da PF Marcelo Xavier e Alcir Amaral, respectivamente, foram indiciados por omissão, visto que, na ata de uma reunião realizada após a morte de um indigenista, Maxciel dos Santos, os funcionários e demais indigenistas do órgão solicitaram à Xavier proteção e investigação dos riscos que sofriam, o que não foi realizado e, conseqüentemente, caracterizou omissão diante dos riscos anteriormente reportados (Portela, 2023).

Diante do ocorrido com Bruno e Dom Phillip, a Carta Capital publicou uma notícia denunciando que “a situação escancarou o que especialistas há muito vêm alertando, que parte da Amazônia está nas mãos de milícias” (Carta Capital, 2022). Na mesma matéria, o professor historiador Francisco Teixeira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirmou ao jornal que, a partir do momento que órgãos do governo, como a Funai, têm suas funções comprometidas, abre-se margem para a ação de mineradoras, madeiras, narcotraficantes e invasores de terras atuarem ilicitamente, reforçando que:

não podemos permitir que nenhuma parte do território brasileiro, seja na Baixada Fluminense, seja no Vale do Javari, se torne território de milícias. É vergonhoso que o governo federal saiba disso e não tome nenhuma providência. E que ainda autoridades da República do Brasil venham a público dizer que aquela área é muito difícil porque é dominada por bandidos e se aceite isso (Carta Capital, 2022).

Diante do exposto, observa-se que a lógica operacional das milícias na Amazônia Legal tende a se basear, inicialmente, no oferecimento de um serviço de segurança privada para grupos faccionais que já atuam na região. Posteriormente, esses grupos passam a ganhar espaço e a assumir parcialmente o exercício de potenciais atividades ilegais e lucrativas da região. Nesse contexto, integrantes desses grupos, na maioria das vezes compostos por policiais civis e militares, inserem-se em cargos legislativos, executivos e até mesmo judiciários, visando

influenciar e exercer políticas benéficas à manutenção de suas práticas. A esse respeito, a Procuradora da República Ana Carolina Bragança ressalta que, ao contrário do crime organizado, que possui uma estrutura de atuação piramidal, os grupos envolvidos com crimes ambientais, apesar de organizados, possuem estruturas de atuação horizontalizadas. Ou seja, vários grupos diferentes atuam de forma regionalizada em toda a Amazônia Legal (Barbosa, 2020).

Assim, mostra-se difícil estabelecer um *modus operandi* comum entre os grupos, visto que há uma ausência de fontes que mencionam de forma clara como esses grupos atuam na região e com quais atividades estão diretamente envolvidos, a despeito de amplas evidências das suas atuações. Apesar dessa limitação, conforme evidenciaremos no Capítulo 4, é possível observar que, durante o governo Bolsonaro, diante dos discursos e ações antiambientais adotadas, entre elas os desmontes de órgãos ambientais e a implementação de políticas de militarização da região, fortaleceu-se e empoderou-se a atuação de grupos criminosos que se articulam através da realização de crimes ambientais na Amazônia brasileira. Afinal, as fiscalizações foram reduzidas; a aplicação de multas foi suspensa; defendeu-se a atuação de garimpeiros ilegais; nomearam-se militares sem *expertise* para cargos centrais em órgãos ambientais; e implementou-se GLOs que foram ineficientes no combate aos incêndios e crimes na região, criando um sentimento de impunidade aos crimes ambientais e um incentivo às suas atuações. Nesse contexto, grupos denominados ora como “milícias”, ora como “segurança armada”, passaram a atuar de forma menos desinibida. Em vista de compreender com mais profundidade a atuação desses grupos na região investigada, abordaremos, no próximo capítulo, as especificidades das “milícias” paraenses.

### 3 AS “MILÍCIAS” NO INTERIOR DO PARÁ

No presente capítulo, buscamos demonstrar as formas de atuação das milícias – ou, como são frequentemente denominadas por moradores locais, grupos de segurança armada – que atuam no interior paraense, considerando seu caráter de *assemblage* global da (in)segurança. Para isso, apresentamos, na seção 3.1, o que seria a abordagem dos *assemblages*, explicitando as razões que justificam essa abordagem na compreensão das articulações estabelecidas pelas milícias. Por fim, na seção 3.2, demonstramos as formas de atuação desses grupos no interior do Pará, ressaltando suas particularidades em relação às milícias que operam na capital do estado.

#### 3.1 *Assemblages* Globais da (In)segurança

A abordagem dos *Assemblages* Globais da Segurança é relevante à realização da presente pesquisa, especialmente porque não se partiu de um conceito específico de milícias, a assumir que esses grupos se articulam de formas distintas nos locais em que atuam. Assim, levaremos em consideração a forma de atuação e as relações que as milícias amazônicas desenvolvem no contexto paraense. Para isso, a abordagem dos *assemblages* se mostra pertinente justamente por entender a formação desses grupos pela forma como se articulam com outros *assemblages*. O termo, estabelecido primeiramente pelos filósofos Deleuze e Guattari, refere-se a “composições cujos elementos trabalham juntos, mas não de maneira organicamente coordenada, em constante mudança de seus papéis relacionais, que requerem um tipo específico de atenção e sensibilidade para serem observados” (Franco, 2019, p. 22).

De acordo com Deleuze e Guattari (1987), um *assemblage* não é constituído por partes pré-determinadas ou por um conjunto de partes aleatórias que são colocadas em ordem ou em uma estrutura, mas sim por um todo que expressa alguma identidade e clama um território (Wise, 2011). Esse todo não é um bloco concreto, visto que está em constante união e afastamento. Em outras palavras, é uma coleção de elementos heterogêneos que se movimentam (Deleuze; Guattari, 1987). Esses elementos são constituídos por uma multiplicidade de coisas, ações, signos, discursos e significados que se reúnem e estabelecem relações particulares, bem como efeitos (Deleuze; Guattari, 1987; Wise, 2011). Para os autores:

As regras concretas do *assemblage* operam, portanto, ao longo destes dois eixos: por um lado, qual é a territorialidade do *assemblage*, qual é o regime de signos e o sistema pragmático? Por outro lado, quais são as arestas de corte da desterritorialização e que

máquinas abstratas elas efetuam? O *assemblage* é tetravalente: (1) conteúdo e expressão; (2) territorialidade e desterritorialização (Deuze; Guattari, 1987, p. 505, nossa tradução)<sup>29</sup>.

Assim, o primeiro eixo define os diversos papéis que os componentes de um *assemblage* podem desenvolver, podendo desempenhar um papel material, expressivo ou uma mistura de ambos. Já o segundo eixo define os diversos processos que envolvem esses componentes e que compõem a identidade do *assemblage*, podendo ser processos de territorialização – em que ocorre uma estabilização interna – ou processos de desterritorialização – em que ocorre uma desestabilização interna. Esses processos podem ser constituídos tanto de componentes que geram estabilização da identidade quanto de componentes que forçam uma mudança ou até mesmo uma transformação do *assemblage* (DeLanda, 2019).

Nesse sentido, para DeLanda (2019), *assemblages* seriam “todos caracterizados pelas relações de exterioridade”<sup>30</sup>. O autor utiliza e esquematiza o entendimento de *assemblages* de Deleuze e Guattari na tentativa de criar uma abordagem não reducionista, em que “cada entidade social emerge das interações entre entidades que operam em uma escala menor. [...] Cada nível de escala retém uma autonomia relativa e pode, portanto, ser uma unidade legítima de análise”<sup>31</sup>. Nesse sentido, DeLanda (2019) critica a percepção da realidade social que se baseia no nível micro e macro, justamente por considerá-la reducionista. Ele caracteriza essa percepção da realidade como baseada em uma metodologia individualista, oriunda do pensamento da microeconomia, que se baseia nas “decisões racionais tomadas por pessoas individuais isoladas umas das outras”<sup>32</sup> (DeLanda, 2019, p. 4, tradução nossa).

De igual forma, critica também o reducionismo do construtivismo social, visto que a sua visão do micro se baseia “nas rotinas e categorias que estruturam a experiência individual”<sup>33</sup> (DeLanda, 2019, p. 4, tradução nossa). Dessa forma, nenhum dos dois concebe uma sociedade existindo como um todo, mas sim “como um mero agregado, isto é, como um todo sem propriedades que sejam mais do que a soma de suas partes”<sup>34</sup> (DeLanda, 2019, p. 4, tradução nossa).

---

<sup>29</sup> “The concrete rules of assemblage thus operate along these two axes: On the one hand, what is the territoriality of the assemblage, what is the regime of signs and the pragmatic system? On the other hand, what are the cutting edges of deterritorialization, and what abstract machines do they effectuate? The assemblage is tetravalent: (1) content and expression; (2) territoriality and deterritorialization.”

<sup>30</sup> “[...] wholes characterized by relations of exteriority”.

<sup>31</sup> “[...] every social entity is shown to emerge from the interactions among entities operating at a smaller scale.[...] Each level of scale retains a relative autonomy and can therefore be a legitimate unit of analysis”.

<sup>32</sup> “[...] rational decisions made by individual persons in isolation from one another.”

<sup>33</sup> “[...] on individual rationality but on the routines and categories that structure individual experience.”

<sup>34</sup> “[...] as a mere aggregate, that is, as a whole without properties that are more than the sum of its parts”.

Outra visão criticada por DeLanda (2019) se refere às perspectivas que consideram a estrutura social como existente e os indivíduos como meros produtos da sociedade, na medida que são “socializados pela família e pela escola”<sup>35</sup>, internalizando “valores da sociedade e as classes sociais às quais pertencem”<sup>36</sup> (DeLanda, 2019, p. 4, tradução nossa), levando a uma visão macro-reducionista. Por fim, o autor se opõe à visão que articula o micro e o macro chegando a um nível intermediário que seria a práxis, “o verdadeiro núcleo da realidade social, com tanto a agência individual quanto a estrutura social sendo subprodutos desse nível fundamental”<sup>37</sup> (DeLanda, 2019, p. 5, tradução nossa), o que seria uma visão meso-reducionista. Ao analisar essas perspectivas, observa-se que há uma grande quantidade de níveis intermediários entre o micro e o macro. Nesse contexto, DeLanda (2019) acredita que a perspectiva dos *assemblages* teria muito a contribuir na explicação dessas entre-conexões, ressaltando a complexidade social que caracteriza o mundo contemporâneo, visto que os *assemblages*:

sendo um todo em que as propriedades emergem das interações entre as partes, podem ser usados para modelar qualquer uma dessas entidades intermediárias: redes interpessoais e organizações institucionais são *assemblages* de pessoas; movimentos de justiça social são *assemblages* de diversas comunidades em rede; governos centrais são *assemblages* de diversas organizações; cidades são *assemblages* de pessoas, redes, organizações, bem como de uma variedade de componentes de infraestrutura, de edifícios e ruas a conduítes para fluxos de matéria e energia; estados-nação são *assemblages* de cidades, das regiões geográficas organizadas por cidades e das províncias que diversas dessas regiões formam<sup>38</sup> (DeLanda, 2019, p. 5, tradução nossa).

O termo foi incorporado por diversas áreas, sobretudo na geografia, de modo que foi ganhando forma dentro de seus contextos, sendo compreendido “como arranjos relacionais heterogêneos, pois [...] a expressão consegue transmitir a noção de elementos assimétricos que possuem relações efêmeras manifestas em uma localização limitada do espaço-tempo” (Silva, 2024). A filósofa Bennet (2010) complementa o entendimento do termo com a incorporação

---

<sup>35</sup> “[...] socialized by the family and the school”.

<sup>36</sup> “[...] values of the societies or the social classes to which they belong”.

<sup>37</sup> “[...] the true core of social reality, with both individual agency and social structure being byproducts of this fundamental level”.

<sup>38</sup> “[...] being wholes whose properties emerge from the interactions between parts, can be used to model any of these intermediate entities: interpersonal networks and institutional organizations are assemblages of people; social justice movements are assemblages of several networked communities; central governments are assemblages of several organizations; cities are assemblages of people, networks, organizations, as well as of a variety of infrastructural components, from buildings and streets to conduits for matter and energy flows; nation-states are assemblages of cities, the geographical regions organized by cities, and the provinces that several such regions form”.

das relações entre agentes humanos e não humanos na análise. Nesse sentido, para Franco (2019):

a percepção desse tipo de agência pulverizada, que destitui o sujeito ocidental de sua centralidade nos processos de tomada de decisão (e retira este privilégio da própria espécie humana em suas interações com o ambiente), tem implicações no que se refere à atribuição de culpas e a responsabilidades nos processos que envolvem múltiplos agentes, além de tornar a interação entre o humano e o não humano destituída de uma diferença qualitativa fundamental entre ambos (Franco, 2019, p. 22).

Ainda na geografia, Dittmer (2014) busca pensar a geopolítica de forma crítica utilizando a perspectiva dos *assemblages*. Para ele, *assemblages* “são totalidades emergentes definidas por suas propriedades, tendências e capacidades”<sup>39</sup> (Dittmer, 2014, p. 392), sendo importante lembrar que “cada *assemblage* tem sua própria trajetória histórica particular, com relação tanto à sua própria composição e surgimento, quanto às suas interações com outros *assemblages*”<sup>40</sup> (Dittmer, 2014, p. 396). Nesse sentido, é extremamente importante e essencial “investigar as particularidades de cada um, para entender ambos os padrões que podem ser replicados através de populações de *assemblages* e resultados mutantes atípicos que podem, igualmente, reaparecer em outros lugares e épocas”<sup>41</sup> (Dittmer, 2014, p. 396).

Trazendo para o campo das Relações Internacionais, entendemos que se faz necessário uma abordagem multidimensional das formas visíveis e invisíveis de violência, tornando-se importante analisar as diversas formas de articulação das milícias com outros atores para entender como se inserem nas redes de violência (Gomes; Rodrigues; Pfrimer, 2021). Nesse panorama, os enfoques reflexivistas das RI buscam superar os binômios tradicionais da disciplina – como guerra/paz, guerras irregulares/tradicionais, periferia/centro, local/global, entre outros –, estabelecendo reflexões multidimensionais e desenvolvendo estratégias epistêmicas transfronteiriças ao compreender esses binômios não como fixos e intransponíveis, mas como fluidos e interrelacionados (Gomes; Rodrigues; Pfrimer, 2021).

Nesse sentido, Abrahamsen e Williams (2009) cunham o termo *assemblages* globais da segurança com o intuito de compreender, especificamente, as articulações de empresas de segurança privada e os seus impactos no contexto de segurança em que estão inseridos. Os referidos autores argumentam que esses atores de segurança privada não são comumente

<sup>39</sup> “[...] are emergent wholes defined by their properties, tendencies, and capacities”.

<sup>40</sup> “[...] each assemblage has its own particular historical trajectory, with regard to both its own composition and emergence and its interactions with other assemblages”.

<sup>41</sup> “[...] investigate the particularities of each, to understand both patterns that might be replicated through populations of assemblages and the mutant outlier outcomes that might likewise reappear in other places and times”.

abordados pela literatura acadêmica, visto que muitos estudiosos tendem a compreender a “privatização da segurança como separada e até mesmo em oposição às transformações mais ‘legítimas’ nas estruturas de autoridade e governança no sistema internacional”<sup>42</sup> (Abrahamsen; Williams, 2009, p. 13).

Em contrapartida, os autores evidenciam que a segurança privada vem se estruturando como um fenômeno global desde o pós-Guerra Fria, observando que,

ao situar a privatização da segurança dentro de transformações mais amplas na relação entre o poder público e privado e a autoridade, demonstramos a emergência do que chamamos de *assemblages* globais da segurança; configurações onde uma gama de diferentes agentes e normatividades globais e locais, públicas e privadas de segurança interagem, cooperam e competem para produzir novas instituições, práticas e formas de governança de segurança. Assim, o que está em jogo na “privatização da segurança” é muito mais do que uma simples transferência de funções anteriormente públicas para atores privados. Em vez disso, esses desdobramentos indicam desenvolvimentos importantes na relação entre a segurança e o estado soberano, estruturas de poder e autoridade política e as operações do capital global. Nesse sentido, a governança da segurança está cada vez mais além do estado e está entrelaçada com uma rearticulação mais ampla das relações público-privadas e globais-locais (Abrahamsen; Williams, 2009, p. 3, tradução nossa)<sup>43</sup>.

Partindo disso, percebe-se que os *assemblages* são analisados a partir das relações que estabelecem, visto que não podem ser estudados de forma independente. Nesse sentido, torna-se necessário compreender os outros atores e estruturas – ou seja, os outros *assemblages* – com os quais se relacionam. Ademais, parte-se do princípio de que esses atores não são estáticos, estando, portanto, sempre em constante transformação. Cada elemento de interação forma o *assemblage* através de práticas, relações e de uma expressividade tanto material quanto simbólica. Além disso, Abrahamsen e Williams (2009) demonstram a inexistência de uma barreira fixa entre o público e o privado ou entre o global e o local.

Abrahamsen e Williams (2009) partem de Saskia Sassen ao entender que a globalização deve ser analisada através do processo de *disassembling* e, conseqüentemente, do desenvolvimento de novos *assemblages* nas estruturas nacionais. Em outras palavras, esse

---

<sup>42</sup> “[...] private security actors have been largely excluded from this literature. A major reason for this neglect lies in the tendency to treat security privatization as separate from and even in opposition to more “legitimate” transformations in structures of authority and governance in the international system.”

<sup>43</sup> “By situating security privatization within broader transformations in the relationship between public and private power and authority, we demonstrate the emergence of what we call *global security assemblages*; settings where a range of different global and local, public and private security agents and normativities interact, cooperate and compete to produce new institutions, practices, and forms of security governance. As such, what is at stake in “security privatization” is much more than a simple transfer of previously public functions to private actors. Instead, these developments indicate important developments in the relationship between security and the sovereign state, structures of political power and authority, and the operations of global capital. In this sense, security governance is increasingly beyond the state, and is entwined with a broader rearticulation of public-private and global-local relations.”

processo não reflete uma erosão do Estado pelo surgimento de empresas privadas que ofertam segurança, mas sim a consolidação de novas estruturas por meio do *disassembly* estatal. Nesse caso, o Estado não tem a sua autoridade ameaçada, visto que esse processo está integrado ao aparato estatal e ocorre dentro de suas estruturas. No caso dos *assemblages* globais da segurança, isso se deve, de acordo com Abrahamsen e Williams (2009), à predominância de governos de cunho neoliberal pós-década de 1970, visto que o fortalecimento de grupos que fornecem segurança privada está associado a transformações dentro do aparato estatal, contando, até mesmo, com o incentivo do Estado – embora, em algumas situações, a segurança privada seja considerada um indicativo de fraqueza estatal ou até mesmo de ameaça ao Estado (Abrahamsen; Williams, 2009).

Ainda segundo os autores, a privatização da segurança ocorrida na contemporaneidade está permeada por contradições e questionamentos, de modo que essas atividades, por vezes, são consideradas ilícitas, visto que violam normas tanto nacionais quanto internacionais. Apesar disso, observa-se também que as ações perpetradas por esses grupos estão comumente relacionadas com alterações em práticas de governança de segurança aceitas internacionalmente. Ou seja, muitas vezes, esses grupos operam a partir de alterações que ocorrem tanto na governança nacional quanto na internacional, baseando-se nas estruturas contemporâneas de segurança pública e nas normas globais, gerando o que se entende por *assemblage* global da segurança (Abrahamsen; Williams, 2009).

Assim, o Estado passa a ter cada vez menos monopólio sobre a segurança pública, atuando apenas como um dos atores na rede de poder e autoridade que se estende, gradativamente, para além do território nacional. Ainda para os autores, apesar da possibilidade da presença de atores de segurança privada ser legitimada por meio de práticas globais, compondo a estrutura nacional dos Estados, isso não significa que suas ações e atividades serão reconhecidas como legítimas ou benéficas no contexto local em que atuam, visto que alguns grupos podem obter efeitos mais benéficos ao desestabilizar determinados locais do que estabilizá-los (Abrahamsen; Williams, 2009; Ranito, 2020).

De fato, é possível observar os reflexos dessas alterações ao levar em consideração a privatização da segurança no Brasil, regulamentada pelas Lei nº 7.102 de junho de 1983, Lei nº 8.863 de março de 1994 e Lei nº 9.017 de março de 1995, bem como por diversos decretos, portarias e medidas. Nesse sentido, a referida privatização é legal no que diz respeito às atividades desenvolvidas com o intuito de “proceder à vigilância patrimonial das instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de

pessoas físicas” e a realização de “transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga” (Brasil, 1994).

Contudo, o ato de privatizar a segurança vai muito além da transferência de funções, conforme apontam Abrahamsen e Williams (2009). Os autores indicam o surgimento de uma nova relação entre segurança e Estado soberano, em que a primeira passa a sobrepassar o segundo. Ao analisar o contexto brasileiro, observa-se que, ao alterar o que se entende como segurança, bem como a forma como deve ser promovida, ocorre um incentivo à emergência de novos ou ao fortalecimento de *assemblages* já existentes, como as milícias. Esses grupos atuam de forma ilegal, mesmo que a partir de estruturas lícitas. Nesse sentido, grupos da sociedade e até mesmo agentes do Estado entendem, em alguns contextos, a atuação das milícias como um mal menor em comparação a outras atividades criminosas – criando relações com outros *assemblages*, como grandes latifundiários, garimpeiros, extratores de madeira e até narcotraficantes, a exemplo do caso da Amazônia.

Nesse sentido, no contexto brasileiro, observamos que há empresas de segurança privada que atuam com o *modus operandi* de milícias, ou seja, de forma ilegal, assim como grupos milicianos que, apesar de não constituírem empresas de segurança privada legalizadas, agem como tal, contando, inclusive, com pontual anuência estatal. De forma geral, avalia-se que as alterações das práticas ocasionadas pela legalização das empresas de segurança privada geraram transformações na concepção de segurança e perigo, influenciando a atuação de milícias, que aproveitam a falta de assistência do Estado e a consequente vulnerabilidade ocasionada em determinadas regiões marginalizadas para exercer poder e expandir suas atuações. Ou seja, a legalidade e a ilegalidade de suas atuações se mesclam, expressando um fenômeno que ocorre globalmente. Não obstante, esses grupos (legalizados ou não) constantemente são formados por policiais e ex-policiais, ou seja, oferecem soluções de segurança para determinados grupos e comunidades diante da sua própria ineficiência e da (in)segurança que ocasionam, em determinadas localidades, enquanto agentes do aparato de segurança pública.

Nesse cenário, percebemos o estabelecimento de relações nas quais se torna difícil distinguir o legal do ilegal ou o lícito do ilícito<sup>44</sup>, por exemplo, visto que as atividades perpetradas por esses grupos faccionais, como as milícias, não estão claras. Portanto, deve-se considerar que esses binômios perpassam espaços opacos, ou seja, interconectam-se e sobrepõem-se por meio de práticas sociais, econômicas e políticas, tornando-se inegável que

---

<sup>44</sup> Aqui, o lícito e o ilícito é entendido como o que é socialmente aceito, independentemente da legalidade.

suas atividades fazem parte da economia global contemporânea (Hall, 2013). Desse modo, conforme observado na seção anterior, esses grupos se articulam por meio do Estado, bem como para com outros grupos faccionais, empresas e grandes latifundiários, gerando lucro por meio de atividades que esbarram no ilegal e legal, no lícito e ilícito, estabelecendo relações que tornam difícil distinguir o público do privado.

A divisão entre o global e o local também se mostra irrelevante, visto que, conforme apontado por Khondker (2018), não existe uma homogeneidade na globalização, na medida que esse fenômeno é vivido localmente, ou seja, é experienciado e absorvido de acordo com o local, o que justifica a utilização do termo “glocalização”, tendo em vista essa sobreposição do global com o local. No caso brasileiro, isso se reflete por meio da incorporação das alterações ocorridas na governança da segurança global que possibilitaram a articulação das empresas de segurança privada, bem como o favorecimento da atuação de milícias. Ademais, expressa-se também por meio das relações que esses grupos milicianos estabelecem com outros grupos faccionais que atuam globalmente, para além da incorporação de práticas e até mesmo o uso de tecnologias que favorecem a atuação glocal desses grupos.

Nesse sentido, pretende-se analisar a (re)construção das redes dos *assemblages* da (in)segurança que se vinculam ao território amazônico, em especial aqueles que se conectam às milícias no interior paraenses. Contudo, ao estudar as redes do crime organizado, a lógica espacial deixa de ser a tradicionalmente adotada nas relações internacionais, isto é, a lógica do espaço contíguo, mais conhecidamente como topográfica, para dar lugar à lógica espacial das redes, ou seja, aquela na qual o espaço cartesiano é deformado por diferentes experiências do espaço-tempo. Dessa forma, os lugares mais próximos deixam de ser aqueles medidos em virtude de unidades métricas de espaço e se tornam aqueles que possuem conexões mais rápidas e vínculos mais próximos (Tsoukas, 1992).

Em suma, visamos aplicar as estratégias de pesquisa da Sociologia Política Internacional, que recorre a uma perspectiva relacional e processual, possibilitando uma análise que considera a formação de *assemblages* complexos (Bigo; McCluskey, 2018). Neste contexto, procura-se observar e descrever as articulações e interseções entre o global e o local, o público e o privado, e o ilegal e legal. Essa estratégia processual parte da premissa de que as articulações são responsáveis pela ressignificação das práticas da segurança, visto que possuem uma constituição precária, ou seja, temporária (Balzacq, 2010). Fica evidente que as práticas e construções de significado que permeiam o crime organizado são compostas de uma multiplicidade de fluxos que se fundem e que estão em constante movimento e transformação. Por fim, parte-se da perspectiva relacional – que também é processual, entendendo os agentes

a partir de suas próprias interações, possibilitando compreender suas práticas e a formação de suas identidades (Bigo, McCluskey, 2018).

Diante disso, observa-se que a abordagem dos *assemblages* globais da segurança se mostra adequada para analisar as milícias que atuam no interior do Pará, visto que, por meio dessa perspectiva, é possível observar como esses grupos se articulam formando um *assemblage* complexo, que interage com outros *assemblages*, estabelecendo relações precárias não homogêneas que se interconectam, colocando em jogo os referidos binômios (global/local, público/privado, lícito/ilícito e legal/ilegal). No entanto, em distinção ao termo utilizado pelos autores, empregaremos o termo *assemblages* globais da (in)segurança, visto que a promoção de segurança por esses grupos, conforme demonstraremos a seguir, mostra-se altamente relativa.

### 3.2 Indícios de atuação de milícias no interior do Pará

Conforme já discutido, diversos países da América Latina, como o Brasil, são atravessados pela rota do narcotráfico. Nesse sentido, devido a sua localidade, a fronteira da Amazônia Legal constitui um dos mais significativos pontos de entrada de drogas no país. Justamente por isso, o estado do Pará, dentre os diversos outros pertencentes à Amazônia brasileira, tornou-se uma passagem obrigatória em diversas cadeias da droga. Diante da sua magnitude territorial e sua localidade privilegiada, com vias de transporte por terra e rio que se conectam com várias regiões brasileiras e internacionais, a região se tornou a principal rota de transporte, armazenamento, distribuição e comércio (Carneiro, 2023). Nesse contexto, as principais rotas de cocaína – Solimões, Caipira, Suriname-Amapá e Acreano-Rondoniense – culminam no centro do estado, sendo, posteriormente, redistribuídas. O Comando Vermelho (CV) e o Comando Classe A (CCA) são as principais facções que atuam na região (Carneiro, 2023).

Nesse contexto, as milícias que atuam especificamente no interior do Belém, capital do Pará, surgem a partir de grupos de extermínio que atuavam na região no final dos anos 1980, especialmente o grupo formado por um batalhão da PM denominado de Patrulhamento Tático Metropolitano (PATAM), popularmente conhecido como “Mata Pivete”. Nessa época, o PATAM era considerado um grupo de extermínio devido ao seu *modus operandi*. Embora o grupo tenha sido desmantelado em 1992, esse modo de atuação não deixou de existir. Progressivamente, o termo “milícias” passou a ser empregado por grupos narcotraficantes e, posteriormente, pelos próprios milicianos, que passaram a se autointitular dessa forma (Couto, 2018, p. 6). O fortalecimento da atuação das milícias se deu quando passaram a vender serviços

de segurança privada para comerciantes da periferia de Belém. Nesse contexto, as milícias foram “ocupando espaços, ganhando forma e conteúdo e estabelecendo relações de poder, condicionando territorialidades” (Couto, 2018, p. 6). Assim, para além do serviço de segurança privada, esses grupos começaram a fornecer transportes alternativos para a comunidade, além de serviços de “gatonet” e gás, ao passo que se emponderavam do discurso de combate à criminalidade (Couto, 2018).

Além desses mecanismos e atividades, empregadas com o intuito auferir lucro, existe, de acordo com Couto (2018), na periferia de Belém, uma associação entre as milícias e o narcotráfico, visto que os grupos milicianos se sobrepõem aos territórios de narcotraficantes com o objetivo de lucrarem com a atividade. Ou seja, as milícias se incorporam ao circuito econômico do tráfico. Nesse sentido, esses grupos utilizam das táticas de treinamento da polícia e do corporativismo militar, já que são compostos majoritariamente por policiais e ex-policiais, com o intuito de obterem informações privilegiadas que possibilitem a extorsão de traficantes e que facilitem a execução dos serviços que prestam a esses grupos, como execução, transporte e distribuição de drogas (Couto, 2018).

Conforme apontado por Costa (2018) no que diz respeito às narcomilícias:

A territorialidade deste grupo implica em uma ampla e articulada relação entre os sujeitos e, pode-se até dizer, que a sua existência ocorre em função do seu funcionamento em redes, sobretudo, redes de relações sociais; ou melhor, conjuntos de relações que levam ao exercício do poder em sua essência (Couto, 2018, p. 12).

A citação acima leva em consideração a manutenção de uma rede milicianiana que seria fundamental na preservação do grupo. Essa rede, de acordo Costa (2018), é composta pelo chefe da milícia, soldados, policiais e comerciantes. O entendimento do autor é de grande interesse e dialoga com a abordagem dos *assemblages*. No entanto, consideramos essas relações de forma ainda mais ampla, visto que as milícias, em especial as amazônicas, podem estabelecer uma série de outras relações fluidas e precárias, estabelecendo associações com políticos, fazendeiros, garimpeiros e traficantes de madeira.

A forma de atuação especificada por Costa (2018) aplica-se, sobretudo, à atuação de milícias na capital paraense. Nesse sentido, conforme discutiremos ainda nesta seção, a atuação das milícias ou dos grupos de segurança armada no interior do Estado se difere do que chamaremos, a partir de agora, de milícias urbanas – aquelas que atuam na capital do estado. No caso das milícias que agem no interior, não há indicativo de uma constituição tão hierarquizada como a apresentada por Costa (2018), além da presença de uma série de outras

relações. Afinal, as milícias que atuam no interior do Pará agem a mando de determinados fazendeiros ou de organizações criminosas que possuem interesses de exploração dos recursos da floresta e de dominação fundiária, garantindo a proteção e a presença desses grupos nessas localidades, conforme discutiremos a seguir.

No contexto do interior do Pará, uma série de despejos ilegais foram perpetrados, no período analisado nesta pesquisa, mediante ação de grupos que foram denominados, pelos meios de comunicação, de “milícias rurais”. Foi o que ocorreu, por exemplo, no acampamento São Vinícius, no município de Nova Ipixuna, no Pará, que ficava em uma região sobreposta a uma área da União (Neto, 2021; Camargos, 2024). Cerca de trinta homens encapuzados torturaram e expulsaram da localidade diversas famílias, fazendo uso de arma de fogo, fazendo reféns e incendiando barracos e motocicletas. De acordo com os moradores, esse ataque foi promovido por fazendeiros da região que possuem um consórcio com Carlos Abílio Tinelli (Neto, 2021). Dezesete dias antes do atentado, o MPF do Pará recomendou ao órgão destinar a região para reforma agrária, já que se tratava de área da União. Ressalta-se que a família Tinelli já havia tentado uma regularização fundiária da terra, porém, foram encontradas irregularidades no processo. Diante desse cenário, além dos milicianos, os moradores culpam o Incra, órgão que teve sua atuação reduzida ao longo do governo Bolsonaro, pela demora em regularizar a terra. Ademais, os moradores do acampamento já haviam sido ameaçados pelo próprio Carlos Tinelli, na presença de homens armados (Neto, 2021). Nesse contexto, fica evidente como o processo de militarização implementado ao longo do governo Bolsonaro, nesse caso, aplicado ao Incra, favoreceu a atuação desses grupos, conforme apontado no subtópico 2.2.1. A falta da regularização fundiária, favorecida nesse período, promoveu, como no exemplo, luta por terra e, conseqüentemente, o desfavorecimento dos assentados em detrimento dos grandes fazendeiros.

Além disso, após a invasão, os moradores tiveram dificuldades em registrar e denunciar o atentado cometido pela milícia, visto que não encontraram delegado ou escrivão quando foram até a Diretoria de Conflitos Agrários (DECA) de Marabá (Neto, 2021). É importante ressaltar que a DECA, nesse período, era comandada pelo delegado Ivan Pinto da Silva, conhecido por decretar invasões de terra em acampamentos sem mandato em diversas regiões paraenses, e também por estar de conluio com diversos fazendeiros na região (Camargos, 2022). Observa-se, portanto, uma certa convivência com a atuação de fazendeiros que se utilizam de milícias para desocupar terras, visto que a denúncia não é facilitada e o próprio chefe da DECA, criada para gerir esses conflitos, possui relações com grandes fazendeiros daquela região do Pará. Corroborando essa perspectiva, destaca-se um relato de um dos moradores do

acampamento São Vinícius “Eu não chamo aquilo de fazendeiro, aquilo ali é miliciano. Milicianos que estão fazendo essas coisas dentro do Pará. Antes existia muito pistoleiro aqui, mas agora é milícia mesmo” (Neto, 2021). Podemos observar, na fala do morador, que, nesse contexto, as milícias possuem muito mais articulações do que os chamados pistoleiros, já que encontram favorecimento dentro e a partir da própria delegacia (instituição estatal), fortalecendo sua atuação na região.

É importante ressaltar que, ao longo das entrevistas realizadas por esta pesquisa, quando questionados em relação à atuação de milícias na região, os moradores associavam o termo ao *modus operandi* das milícias fluminenses – mais conhecidas e referenciadas midiaticamente. Como consequência, negavam a atuação desses grupos na região do Pará. Alguns dos entrevistados, por exemplo, afirmaram que, na região, na realidade, há atuação de pistoleiros. No entanto, no desenvolvimento das conversas, observamos que esses grupos de pistoleiros sempre estão associados a questões fundiárias. Além disso, os entrevistados, quando questionados, confirmavam o envolvimento de policiais ou ex-policiais nesses “grupos de pistoleiros”.

Finalmente, conforme investigação desta pesquisa, observamos que esses grupos, usualmente denominados como “pistoleiros”, em realidade, compõem uma espécie de segurança armada rural que atua ao prestar serviços de segurança para grandes fazendeiros. Ao questionar uma moradora sobre a diferença dos pistoleiros e da chamada segurança rural, fomos informados de que pistoleiro “é contratado pra ele ir lá e matar alguém. Aí essa coisa da segurança rural, normalmente, eles querem dizer que é pra evitar invasores. Porque as pessoas aqui invadem as terras dos outros, que eles chamam de grilagem, né?” (Rita, moradora 3, 2025, apêndice B). Outro morador, quando questionado sobre os pistoleiros, afirma que “[n]esse período que eu te falei de abertura de terras e antes, também, tinha a época dos pistoleiros mesmo. Isso aí a maioria já morreu. Assim, executaram a maioria” (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B), o que reforça o nosso entendimento os grupos armados que atuam na região atualmente se diferem dos antigos pistoleiros. Mais adiante, o entrevistado esclarece essa distinção:

Mas igual você falou, tinha os pistoleiros... a profissão deles se acabou aqui, não tem mais, justamente por não ter mais tanta confusão de terra igual tinha. Mas ainda tem o tal do... aquela figura do coronel ainda. Que é aquele fazendeiro mais rico, que tem forte influência, influência com os políticos, influência com o estado, com o município, com o governo... assim... ele é bem... interage com todo mundo. Então às vezes ele precisa de alguma coisa e, como não tem mais a... ele usava aquela figura do pistoleiro, ele vai usar do, como é que fala? Do especializado, né? Aí já vai pra o militar, o civil, quer dizer, tem alguém mais especializado pra executar, pra fazer isso.

Mas assim, a gente não pode... quando é o especializado, ele é diferente do pistoleiro. O pistoleiro muitas vezes ele ia na cara limpa mesmo. Ele não tinha hora nem dia. O especializado não, ele tem a... ele é mais discreto, então ele usa... tampa o rosto ou é à noite ou é no lugar isolado, quer dizer, é uma coisa... as pessoas só sabem por causa da... como é que fala? Da movimentação, das casca de bala que sobra, alguma coisa. As pessoas deduzem (Morador 4).

O morador ainda reforça que, apesar desses grupos já existirem, pode-se dizer que, durante o governo Bolsonaro, houve uma menor coerção à atuação, favorecendo as ações desses grupos. Outra questão que chamou a atenção ao longo das entrevistas refere-se à percepção dos entrevistados sobre o nível de atuação de milícias ou seguranças rurais durante o governo Bolsonaro – se teriam diminuído, aumentado ou se mantido idênticas durante o período. De forma geral, os entrevistados mencionaram que esse tipo de atuação sempre existiu na região, não percebendo de fato um aumento concreto. No entanto, relativizam essa perspectiva ao afirmar que foi possível observar que o discurso empregado pelo governo fortaleceu a atuação desses grupos, bem como a facilitação ao porte de armas. Assim, de acordo com um morador, “aconteceu de ter um super armamento” (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B), além de uma menor coerção à atuação.

De acordo com uma entrevista concedida por uma moradora oriunda do projeto de assentamento agroextrativista Praialta e Piranha, em Nova Ipixuna, esse tipo de ataque em função de regularização fundiária sempre existiu, a exemplo do caso de José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo<sup>45</sup>, contudo, se tornou mais frequente durante o governo Bolsonaro. De acordo com a entrevistada, os moradores da região têm consciência de que, por trás dos fazendeiros que ordenam os ataques na região, existem pessoas de “alta classe”, referindo-se a policiais e delegados, por exemplo. Para ela, esses grupos que atuam a mando de fazendeiros agem em benefício próprio (Nathália, moradora 2, 2025, apêndice B). Ao ser questionada se, durante o governo Bolsonaro, foi possível observar alguma atuação por parte do Estado em prol da região, a entrevistada respondeu que, em sua opinião, o governo apadrinhou as altas milícias:

favorecendo né, e incentivando o desmatamento, a destruição, os garimpos ilegais, dando poderes pra esses tipos de pessoas continuar nessa atuação. Esse foi o meu ponto de vista. Não favoreceu nada a classe dos trabalhadores rurais. Não fortaleceu as mulheres. Não fortaleceu os movimentos sociais. Pelo contrário, ele usou de todas as armas que pôde para prejudicar esse tipo de movimento e esse tipo de classe (Nathália, moradora 2, 2025, apêndice B).

---

<sup>45</sup> José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo eram castanheiros e ambientalistas, moradores de Nova Ipixuna. O casal foi vítima de uma emboscada fatal em 2011 por dois pistoleiros que agiram a mando de um consórcio composto por dois fazendeiros que grilavam terras na região (Milanez, 2021).

Despejos como os de Nova Ipixuna, de acordo com José Afonso, advogado da Comissão Pastoral da Terra (CPT), tornaram-se comuns em várias regiões do Pará, principalmente no sul e sudeste do estado, funcionando como mecanismos utilizados por grandes latifundiários para expulsar pequenos agricultores que lutam pela reforma agrária. As ações se tornaram mais frequentes, ocorrendo, inclusive, à luz do dia e contando com a participação de policiais (Camargos, 2024). Nesse contexto, observamos a atuação de grupos milicianos em nome de determinados fazendeiros, expulsando famílias de terras do governo federal através de coerção e mediante o envolvimento de funcionários do aparato de segurança pública do estado. Ademais, é possível observar que, de acordo com Camargos (2024), esses ataques se intensificaram e não havia preocupação em esconder as investidas desses grupos na região. Essa intensificação e a falta de preocupação em esconder a atuação demonstram como as milícias encontraram campo fértil durante o governo Bolsonaro que, além de promover políticas em prol desses grupos, realizava discursos que os fomentavam.

Nesse contexto, em São Félix do Xingu, por exemplo, dois moradores entrevistados apontam para uma dinâmica distinta em relação à apropriação de terras. Para Arthur (morador 4, 2025, apêndice B), a região não experimenta mais a abertura de terras como no passado, visto que elas já estariam designadas, reduzindo os conflitos por propriedade. O que acontece, no entanto, seriam conflitos por terras da União, comumente transformadas legalmente em assentamentos para o MST, reservas indígenas ou APAs (que também podem ser territórios estaduais ou municipais). Nesses casos, os grileiros não enxergariam as posses como um direito legítimo, visto que, de acordo com suas percepções, essas “concessões” precisariam acabar. De acordo com Carlos, para esses grupos e para o próprio governo vigente na época, o “MST tem que estar preso. Já dizia o Bolsonaro, né?” (Carlos, morador 5, 2025, apêndice B).

Sobretudo, é importante ressaltar que os grandes latifundiários têm utilizado o WhatsApp para mobilizar e articular a promoção de “patrulhas rurais armadas”, conforme denominadas por meios de comunicação (Camargos, 2024). "Ou seja, assim que ocorre uma ocupação, ela é rapidamente comunicada em grupos de conversa, mobilizando uma reação das “patrulhas rurais” em vista da expulsão dos ocupantes da localidade. A exemplo disso, destaca-se o caso da fazenda Santa Tereza, que, em 2014, foi ocupada por famílias pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no município de Marabá, formando o acampamento Hugo Chávez. O grupo alegava que a área era improdutiva, além de constituir terra pertencente à União (Camargos, 2024). Em 2017, as famílias saíram da localidade depois que os latifundiários da fazenda Santa Tereza conseguiram uma liminar judicial para reintegração de posse, ou seja, a partir de um processo burocrático que se desenrolou ao longo

de 3 anos até a desocupação. Posteriormente, no ano de 2018, as famílias novamente ocuparam a região, contudo, dessa vez, a desocupação ocorreu rapidamente, depois de apenas duas semanas, mediante atuação de grupos armados (Camargos, 2024).

Nesse caso, vale destacar que, em semanas anteriores, o então candidato à presidência Jair Bolsonaro estava na região, mais especificamente em um trecho da BR-155 do Pará, conhecida como Curva do S. Em cima de um caminhão, defendeu policiais condenados pelo assassinato de 19 pessoas do MST em 1996, no Massacre de Eldorado dos Carajás, afirmando que “Quem tinha que estar preso era o pessoal do MST, gente canalha e vagabunda. Os policiais reagiram para não morrer” (Camargos, 2024). Na época, Luiz Antonio Nabhan, que se tornaria secretário de assuntos fundiários durante todo o governo Bolsonaro, à época dirigente da União Democrática Ruralista (UDR), acompanhava Bolsonaro no ato e mencionou que os interesses deles, como classe produtora, era ter um presidente que não atrapalhasse seus negócios ou os perseguisse. Nesse mesmo episódio, Nabhan acrescentou à fala do então candidato à presidência, pedindo para que Bolsonaro pensasse no que faria “com essa gente da Funai, do Ibama, do Ministério Público, que não respeita a propriedade privada” (Camargos, 2024). Já durante o governo de Bolsonaro, em uma das *lives* realizadas pelo então presidente em 2020, Nabhan disse que eles estavam “vivendo um período de invasão zero nesses dois anos de governo”, referindo-se ao MST (Camargos, 2024). Portanto, observa-se que a presença de Bolsonaro na região e o início de sua campanha política já possivelmente fortalecia o discurso que já era empregado por esses fazendeiros, fomentando suas ações.

Ademais, Nabhan possibilitou que políticos e grandes latifundiários ganhassem espaço durante todo o governo Bolsonaro, abrindo seu gabinete para discutir interesses de latifundiários com uma série de indivíduos, a incluir fazendeiros acusados de atacar pequenos agricultores e de trabalho escravo; que possuem multas por desmatamento; que são investigados por financiamento à tentativa de golpe em 8 de janeiro; e até mesmo um fazendeiro de Anapu, investigado por ter escondido o assassino de Dorothy Stang, em 2005 (Repórter Brasil, 2019). O então secretário de assuntos fundiários possuía o Incra sob seu controle, deixando-o a serviço do Mapa, o que havia ocorrido, anteriormente, apenas durante a Ditadura Militar e no governo de José Sarney (Repórter Brasil, 2019), favorecendo, conseqüentemente, o avanço da fronteira agrícola e a redução da regularização fundiária na região.

Vale mencionar que o congelamento dos processos de compra e desapropriação de terras e a redução de orçamento durante o seu mandato agravou os conflitos no campo, visto que, no lugar de assentamentos, foram distribuídos títulos de propriedade, facilitando a concentração fundiária no país, de acordo com Yamila Goldfarb, presidente da Associação Brasileira de

Reforma Agrária (Abra) (Repórter Brasil, 2019). Ademais, Nabhan afirmou, em reportagem à Repórter Brasil, em 2019, que não iria “aceitar viés ideológico de quem invade propriedade. O Brasil não é uma republiqueta. Quem invade propriedade comete crime”. Além disso, declarou que o “O produtor rural é quem paga a conta de tudo, quem paga a conta do governo”, demonstrando o alinhamento da sua atuação na pasta fundiária (Repórter Brasil, 2019).

Por meio desse exemplo, fica claro que o processo de contratação de pistoleiros, muito comum nas décadas de 1980 e 1990, evoluiu para a contratação de empresas de segurança privada, compostas majoritariamente por policiais aposentados e até mesmo da ativa. Ainda de acordo com José Afonso, advogado da CPT, com a legalização da atuação de empresas de segurança privada e com a legalização de armamentos – de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023a), o registro de armas de fogo no Pará aumentou em 2012% entre 2017 e 2022 –, investigar os crimes cometidos por essas empresas ou por agentes correlatos a elas se tornou ainda mais difícil, já que muitas vezes elas forjam conflitos com o objetivo de descaracterizar ataques (Camargos, 2024). Nesse sentido, para Camargos (2024), as DECA no Pará se tornaram delegacias de defesa dos grandes latifundiários. Em entrevista, uma servidora do ICMBio, Mariana (funcionária 2, 2025, apêndice B), menciona que colegas de trabalho que atuam no Pará dizem não confiar e, portanto, não trabalhar com a PM local. Ainda a esse respeito, Mariana afirma que havia uma preocupação muito grande por parte do ICMBio em entregar a proteção de líderes comunitários ameaçados à polícia.

De acordo com Matias de Souza, morador do acampamento Hugo Chávez, “É polícia, é pistoleiro, é fazendeiro tudo misturado. Você não sabe dizer quem é pior” (Camargos, 2024). Pelo relato, observa-se que existe uma falta de compreensão relativa a respeito de como esses grupos se constituem na região, tendo em vista os múltiplos atores envolvidos. Observa-se a presença de agentes do estado que, conforme poderemos observar ao longo do trabalho, passam a atuar criminalmente a serviço de determinados fazendeiros. Nesse cenário, é notório que a barreira entre o que é público e privado não está definida, justamente pelo fato desses agentes transitarem entre o lícito/ilícito e entre o legal/ilegal. Nesses contextos, observamos a constituição de *assemblage* das milícias. Em outras palavras, observamos que esses grupos são compostos por diversos tipos de agentes que, ao se relacionarem, formam um todo composto por diversas interrelações precárias.

Nesse mesmo sentido de mescla de funções e do que seria legal/ilegal, observa-se o ataque ocorrido em maio de 2022 contra pequenos agricultores no lote 96 em Anapu. A ação apresentava certas similaridades em relação a um ataque perpetrado nesse mesmo assentamento em fevereiro daquele mesmo ano, pelo delegado da DECA de Altamira, o já mencionado Ivan

Pinto da Silva<sup>46</sup>. No entanto, antes de ser transferido para Anapu, o delegado já possuía um histórico de atuações ilegais no município de Marabá, já que era investigado por suspeita de ser responsável, ao longo de dois anos, pela condução de ao menos sete despejos em assentamentos na região, sem qualquer determinação judicial e mediante o uso da violência, sob alegação de reintegração de posse (Camargos, 2022).

As investigações foram abertas em 2021, depois que a sociedade civil organizada, por meio de oito entidades – entre elas o CPT e o MST –, denunciaram, através de nota, os ataques perpetrados por Silva em Marabá, acusando-o de agir de forma a favorecer grandes latifundiários da região que, por sua vez, o procuravam e planejavam, de forma conjunta, as operações (Camargos, 2022). Na ação de fevereiro em Anapu, defensores públicos do estado enviaram ao secretário de Segurança Pública e ao delegado Silva um documento solicitando que ele desse fim às reintegrações de posse ilegais. Silva declarou que o fazia, mas se justificou dizendo que, em realidade, as ações não tratavam de reintegração de posse, mas de uma tentativa de estabelecer a segurança pública na região (Camargos, 2022), evidenciando, mais uma vez, como a barreira entre o público e privado se transpõem mediante a análise da atuação dessas milícias.

Nessa conjuntura, outro exemplo em que a barreira entre o legal/ilegal foi suplantada ocorreu em 2021, quando a PF, após recomendação do MPF, em 2019, abriu um procedimento administrativo contra a empresa Marca Vigilância e Segurança, cancelando sua autorização de funcionamento e aplicando multas, visto que atuava como milícia armada para determinados fazendeiros, ameaçando e expulsando moradores ribeirinhos de Marabá e Itupiranga que já possuíam títulos de uso da terra ou que já estavam passando pela fase de autorização pela União (Ze Dudu, 2021). A empresa foi contratada para substituir outro grupo de milicianos que atuava anteriormente em prol dos fazendeiros na localidade, mas que foi desarticulado pela DECA de Marabá. Vale acrescentar que, em 2019, a atuação da empresa Marca Vigilância e Segurança já havia sido suspensa no município de Lago dos Macacos devido a mesma ocorrência. Na ocasião, os funcionários da empresa agiram com coerção e expulsaram a população, após levantar uma barreira na avenida principal, de modo a impedir a entrada e a saída dos moradores da comunidade, ao passo que os fazendeiros utilizavam tratores de esteira para abrir pastos, destruindo a vegetação nativa e as plantações (Ze Dudu, 2021).

Nesse contexto, foram emitidos, pelo MPF, mandados de prisão contra os fazendeiros Marcos Antônio Fachetti e Marcos Antônio Fachetti Filho – o primeiro encontra-se foragido e

---

<sup>46</sup> Preso por determinação de Alexandre de Moraes por divulgar vídeos de ameaças contra Lula (Walendorff, 2022).

o segundo foi preso, mas depois solto após pedido de liberdade provisória (G1, 2020b). Além disso, ambos foram alvos de mandados de busca e apreensão juntamente com a empresa de segurança Marca Vigilância e o fazendeiro Rafael Bemerguy Sefer (Ze Dudu, 2019). Portanto, embora as empresas de segurança privada sejam legalizadas no Brasil, muitas vezes, atuam de forma ilegal e ilícita. Além disso, empregam funcionários que também atuam no setor de segurança pública, comprometendo não somente a barreira entre o público e privado, mas também possibilitando que a empresa tenha acesso à informações privilegiadas e sigilosas, sobrepondo os interesses privados sobre os coletivos.

A respeito das intersecções entre público-privado, um dos residentes de São Félix do Xingu, entrevistado por esta pesquisa, afirma que existem:

muitas empresas de segurança armada. Isso é milícia, né? [...] Que elas são especializadas em fazer desocupação de áreas rurais. Então é aquela coisa... é aquela... você está tirando a força. Não é por ordem judicial. É a justiça deles [...] Então, essas empresas de segurança armada, se você for dar uma olhada, todas essas fazendas grandes têm. Se você for ver uma Santa Bárbara é tudo segurança armada e pesada. Armas que talvez a polícia nem tenha, sabe? (Carlos, morador 5, 2025, apêndice B).

Quando questionamos o morador se, nessas empresas de segurança, há atuação de policiais ou ex-policiais, Carlos responde que, na maioria das vezes, sim, e que “aqui é uma prática bem comum policiais da ativa, ex-policiais fazerem esse serviço de segurança, de limpeza, sabe? Dessas fazendas” (Carlos, morador 5, 2025, apêndice B). Ao interrogá-lo se essas milícias atuavam para outros grupos, além dos fazendeiros, o morador responde que:

Não, eles atuam pra grandes fazendeiros e... pra fazendeiros e para, também, mineradoras. Se tudo isso que você for pensar... colocar a mineradora também, esse impacto pro pequeno é muito grande. Se você for olhar a Vale, ninguém... não há mais colono em torno da Vale porque eles compram na marra as propriedades. E aquilo tudo é vigiado por segurança armada, são milícias, não tem como. Sabe? As mineradoras, elas disputam palmo a palmo esses grupos milicianos. [...] aqui é muito comum... [...] São caminhões de... que vêm com minério, que não é da Vale, não é de grandes empresas, são desses que ficam aventurando na terra de um e de outro aí. E eles vêm com um caminhão só com dois carros com segurança armada, de grosso calibre. [...] Aquele caminhão gigantesco e na frente vai um batedor e atrás vem outro batedor. Mas na verdade não são batedores de trânsito. Eles são polícia, eles são seguranças armadas, desce do carro tudo fardado, como se fosse polícia. Mas na verdade são seguranças armadas (Carlos, morador 5, 2025, apêndice B).

No entanto, no caso dos garimpeiros, o morador declara que “a segurança deles, ela é clandestina mesmo. Eles não vem como essas empresas que contratam empresas legais, né?” (Carlos, morador 5, 2025, apêndice B). Após perguntarmos se, durante o governo Bolsonaro,

ele observou uma redução, uma continuidade ou até mesmo um incentivo para a atuação desses grupos, o entrevistado afirmou que:

Na verdade, acabou se institucionalizando esse serviço de milícia. Seja através de empresas de segurança, seja através da regularização da posse de arma, da autorização, né, disso aí, e seja através mesmo da ação policial, que ela é mais contundente, né? Essa polícia, em vez de defender a maioria, ela defende a minoria, ou seja, a unicidade de um proprietário, né? Ele tem dinheiro, ele tem, ele pode fazer isso. É dele. Né? O resto não tem direito a isso (Carlos, morador 5, 2025, apêndice B).

Um acontecimento em comum mencionado pelos entrevistados em São Félix do Xingu é o assassinato do casal Zé do Lago, Márcia Lisboa e da filha de Márcia, Joane Lisboa, na região paraense de São Félix do Xingu em janeiro de 2022. O casal desenvolvia um projeto ambiental de reprodução de tartarugas trajaá e morava na APA do Triunfo. A família foi alvejada dentro de sua residência (CPT, 2025). Devido a quantidade de disparos e por não haver indícios de furto, a principal suspeita é de que o homicídio foi encomendado, configurando-se como execução. A região, notoriamente, é palco de diversos conflitos fundiários. No período do governo Bolsonaro, a extração de madeira ilegal, bem como a pecuária extensiva, aumentaram na região, colocando diversas famílias que ali vivem em risco (CPT, 2025). Entre 2018 e 2020, a APA do Triunfo foi a mais prejudicada com as queimadas em toda a Amazônia Legal (Sarraf, 2022). No caso da família de Zé do Lago, houve uma série de negligências na investigação policial e os corpos foram enterrados antes da polícia científica estadual ser chamada, o que exigiu exumação (Sarraf, 2022).

Aproximadamente um mês após a chacina, o delegado Cláudio Galeno levantou a possibilidade de que Zé do Lago poderia ter envolvimento com crimes fundiários, com base no testemunho do filho da vítima. No entanto, em depoimento, o filho apenas afirmou que o pai trabalhou, há muito tempo, como gerente de uma fazenda, negando qualquer envolvimento com crimes. Os demais familiares, também negam a relação (Sarraf, 2022). De acordo com Maisonnave e Santos (2022), a família morava em uma área reivindicada por Francisco Torres, irmão do pecuarista João Cleber Torres, então prefeito de São Félix. Portanto, a terra da família estava situada entre as terras de João Cleber e de Francisco. Ambos já foram alvos de investigação por trabalho análogo à escravidão, desvio de recursos públicos e lavagem de dinheiro (Maisonnave; Santos, 2022). Além disso, de acordo com relatório do Greenpeace (2022), Francisco realizou uma tentativa de gerar um CAR cujo terreno envolvia a área ocupada por Zé do Lago, o que foi motivo de recusa por parte da Secretaria de Meio Ambiente do Pará. Em janeiro de 2025, completou-se três anos dessa chacina e, até o momento, não há

identificação nem dos executores, nem dos mandantes do crime. De acordo com nota da CPT, “executores e mandantes estão sendo beneficiados pela inoperância da polícia e pela conivência das autoridades de Segurança Pública do Estado do Pará” (CPT, 2025).

Em entrevista realizada por esta pesquisa, uma moradora local ressalta o trabalho ambiental desempenhado por Zé do Largo na região, relatando que a família tinha

um pedacinho de terra que tava entre um... dois fazendeiros muito grande. E esses fazendeiros tinha interesse na terra dele, já tinha tentado comprar e ele não queria abrir mão. Esse fazendeiro até era o prefeito passado da cidade. E todo mundo sabe que foi ele. Ele matou ele [Zé do Lago], matou a filha, matou a esposa (Rita, moradora 3, 2025, apêndice B).

Outro entrevistado afirma que há muitas versões da história. Na região, há quem diz que a vítima cometeu um crime no passado e se refugiou no local – e que o assassinato teria se dado em decorrência desse episódio anterior. A versão que correlaciona o assassinato a questões de interesse fundiário, contudo, mostra-se mais provável, conforme apontamos. De acordo com o entrevistado,

o pessoal comenta que na cena tinham balas de trezentos e oitenta. E quem usa trezentos e oitenta, geralmente, é típico de polícia. Então, a mando de fazendeiros. Então... posso dizer assim, se você quer dizer, quer perguntar se tem uma milícia, quer dizer, tem um grupo organizado no nível de uma milícia poderia ser entre policiais e fazendeiros nesse sentido, entendeu? (Arthur, morador 4, 2025, apêndice B)

Ainda a respeito do contexto da região, em 2024, a PF acabou com um esquema de garimpo ilegal de ouro com lavras no Amazonas, em Mato Grosso, em Roraima e, principalmente, no Pará, sobretudo nas terras indígenas Kayapó. O líder da organização era Pedro Lima dos Santos, sócio da Mineradora Dente Di Leone, supervisor na secretaria de obras da prefeitura de Redenção, além de ter sido vereador de 2013 a 2017, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); suplente, em 2016, pelo Partido Social Cristão (PSC); e, em 2020 e 2024, pelo Democrata – atualmente União Brasil (Harari; Camargos, 2024). A empresa de Santos já era investigada por possíveis relações com um esquema internacional de contrabando de ouro da terra indígena Munduruku, no Pará, em 2020 (Harari; Camargos, 2024). Entre 2021 e 2023, foram comercializadas mais de três toneladas de ouro ilegal, supostamente extraídos de um garimpo fantasma. Dois policiais militares, dois civis e um delegado foram presos, acusados como responsáveis pelo comando do garimpo ilegal das terras Kayapó (Harari; Camargos, 2024).

Além disso, os policiais presos foram investigados por envolvimento com corrupção e homicídio. Anteriormente, a terra Kayapó já havia sido alvo de investigação devido à extração de ouro ilegal para uma refinaria italiana que destinava o produto para empresas como *Apple*, *Google*, *Microsoft* e *Amazon* (Harari; Camargos, 2024). Em 2023, o garimpeiro Raí Souza Lima foi assassinado em Redenção no Pará pela milícia que atuava nas terras indígenas Kayapó a mando de Santos, com o crime sendo atribuído a uma disputa pelo garimpo Maria Bonita, culminando na prisão dos quatro policiais anteriormente citados, que compunham a milícia (Camargos; Harari, 2024).

É possível observar, ao analisar esse caso nas terras Kayapó, como as milícias manifestam seu caráter de *assemblage* global da (in)segurança, tendo em vista as conexões glocais que estabelecem ao favorecer o comércio ilegal internacional, a intersecção entre o público e o privado diante da fusão entre a atuação como Policiais Militares (PMs) e como milicianos, bem como o legal e o ilegal manifestado na coadunação entre a atuação de garimpos fantasmas supostamente legais e garimpos ilegais em terras indígenas. Fica em evidência, justamente, como essas milícias atuam de acordo com seus interesses financeiros, estabelecendo uma série de relações precárias com diversos outros *assemblages*, formando uma rede de atuação de larga escala.

De acordo com Ricardo (morador 1, 2025, apêndice B), em Portel, região em que vive, a principal questão vivenciada são as concessões a empresas de crédito de carbono. Em 2023, foi denunciada uma fraude que ocorria na região, em que empresas internacionais utilizavam terras públicas da união para a venda de créditos de carbono a multinacionais, como Air France, Boeing, Bayer e Liverpool (Carneiro; Seta; Voccio; 2023). As vendas eram legais, visto que a Verra, a principal certificadora de vendas de crédito de carbono do mundo, intermediou as negociações. No entanto, as empresas eram acusadas de grilagem de terras públicas, já que utilizaram documentos falsos. Ademais, algumas áreas do projeto se sobrepõem a assentamentos. De oito empresas, cinco são de propriedade do norte-americano Michael Greene; e uma pertence ao inglês Kevin Tremain (Carneiro; Seta; Voccio; 2023). De acordo com Gracionice Silva, em entrevista ao G1, o fluxo de estrangeiros na região aumentou em 2017, mas foi em 2018 e 2019 que as empresas passaram a atuar em campo, abordando as famílias localizadas nos assentamentos (Carneiro; Seta; Voccio; 2023). De acordo com Ricardo, em 2020, as empresas realizavam atividades topográficas e exerciam pressão nos moradores para que solicitassem o Cadastro Ambiental Rural (CAR). De acordo com o morador:

a gente, em 2020, numa reunião de um assentamento, eles chegaram com um barco grande, né? Um barco cheio de funcionários, tinha, inclusive, engenheiro ambiental, florestal, tinha policial militar, né? Armado, andava com pistola no bolso, no cós, e aí a gente começou a perceber... que negócio é esse, né? E eles diziam para as comunidades que era uma atividade ligada ao estado, ao estado do Pará. [...] Eles levavam cesta básica, levavam fogãozinho, que eu acho que você já deve ter visto em alguma reportagem, para ir levando pras comunidades dizendo: “Olha, esse fogão aqui tá salvando a vida daquelas pessoas que estão lá. Essa cesta básica aqui. Aquele pessoal estava morrendo de fome, e nós, né? Salvamos essa família com cesta básica”. [...] E nós chamamos eles aqui, nós conversamos, questionamos: “Olha, o que que tá acontecendo, vocês são de onde? Quem paga vocês?”. Uma das engenheiras ambientais é de São Paulo, né? Na reunião foram cinco pessoas. Três profissionais ligados à engenharia ambiental, florestal e um topógrafo, né? E doze eram seguranças, dois militares de São Paulo, que faziam a segurança armada, inclusive entraram na nossa sala armado com o revólver na cintura. [...] E tinha também ex-funcionários do estado da Secretaria de Meio Ambiente. Ex-funcionários. Todos... todos do estado... do estado do Pará. Que conheciam os territórios, entendeu? Tinha gente do INDEFLOR-Bio junto com eles. [...] Tinha gente que cuidava do banco de dados do estado, pediu demissão pra assumir uma empresa particular de Crédito de Carbono. Ou seja, ele não é... não era só ele que ia no jogo. Era o banco de dado todo do estado, que pra nós era isso que interessava pra eles, entendeu? (Ricardo, morador 1, 2025, apêndice B).

Conforme outra reportagem, entre 2020 e 2021, outras duas empresas chegaram às regiões do Pará, Portel e Camutá do Pucuruí, denominadas Redda+ e Pará Redd. Essas companhias, assim como as anteriormente mencionadas, buscavam empreender projetos de crédito de carbono utilizando-se de terras públicas e manipulando assentados nas regiões, ofertando pagamento de R\$ 130,00 mensais para as famílias por três anos (Melino; Peres, 2024). Há indícios de que o dono dessas duas empresas também seria Kevin Tremain, empresário inglês da empresa *Avoided Deforestation Project*. Quem coordenava a atuação em campo, apresentando-se como representante das empresas e contatando as famílias, porém, era o ex-Policial Militar Bruno Tavares, sócio da Redda+ e da Pará Redd. Em uma troca de e-mails realizada em 2023, entre Bruno e Andrew Fox, outro sócio das empresas, Fox afirma que as comunidades – referindo-se aos moradores das regiões paraenses – afirmavam que a empresa Redda+ as intimida e que conta com o apoio da Polícia Federal (Melino; Peres, 2024). Bruno responde dizendo que, em sua equipe de atuação, há um ex-policial e que ele, juntamente com outros funcionários da empresa, foram até a casa de alguns representantes das comunidades para apenas conversar, negando intimidações (Melino; Peres, 2024). De acordo com Bruno:

Os militares e eu somos os maiores alvos porque não aceitamos a corrupção e endureci meu discurso com eles. [...] os únicos que permanecem comigo, trabalhando todos os dias e lutando pela validação e contra mentiras, são os que estão lá hoje. Parentes, militares ou funcionários são todos capazes e honestos (Melino; Peres, 2024).

Nesse caso, é importante observar como a atuação de policiais em atividades irregulares e ilegais se mostra corriqueira e diversificada. Conforme é possível observar na resposta acima, há indícios de que policiais militares e ex-policiais armados acompanhavam esses grupos em campo ao dialogar com assentados e com o próprio sindicato local dos trabalhadores de agricultura familiar. Embora as investigações ainda estejam em andamento, é possível observar, a partir da fala do entrevistado, bem como das declarações de Bruno e Fox, que esses policiais atuavam como se tivessem a anuência do Estado, vinculando-se à Polícia Militar, conduzindo suas ações de forma a levar as comunidades a associá-los a representantes estatais. Nesse caso, não há provas que comprovem a formação de milícia, no entanto, é importante ressaltar que esses policiais e ex-policiais potencialmente se apropriavam de algum símbolo verbal ou não verbal, vinculado ao cargo público, para se impor nas regiões, gerando confusão na comunidade em relação à legitimidade da atuação.

Não obstante, de acordo com a Comissão Arns (2023), a região sul e sudeste do Pará, que inclui municípios como São Félix do Xingu, Rio Maria, Xinguara, Redenção, Eldorado de Carajás, Marabá, Nova Ipixuna, Tucuruí, Novo Repartimento, Anapu, Altamira, Novo Progresso e Castelo dos Sonhos, “tem sido palco, há décadas, de graves episódios de violência contra trabalhadores rurais e defensores de direitos humanos” (Comissão Arns, 2023, p. 9). Ainda de acordo com a Comissão Arns (2023), a presença de uma violência privada comandada por “pistoleiros que andam em bandos” e oprimem pequenos agricultores a pedido de grandes fazendeiros é constante (Comissão Arns, 2023). Nas entrevistas realizadas pelo Comissão Arns (2023), várias pessoas relataram a existência de grupos ou milícias que atuam ilegalmente e oprimem a população vulnerável, estabelecendo articulações para a prática de ilícitos ambientais, grilagem, desmatamento, garimpo ilegal e extração de madeira. Esses grupos, inicialmente, eram formados para exercer segurança privada a grandes fazendeiros da região, mas, com o tempo, estruturaram-se e passaram a defender seus próprios interesses econômicos, associando-se a outras atividades ilegais. Esses grupos são constituídos por policiais e ex-policiais aposentados ou expulsos da instituição. De acordo com o relatório, essa mobilização “foi facilitada pelo laxismo da política que incentivou a compra de armas e facilitou seu trânsito para clubes de tiro, tendendo a uma organização paramilitar” (Comissão Arns, 2023, p. 22).

Nesse sentido, entende-se que o governo Bolsonaro insuflou “o ódio e a intolerância, e assim açulou os instintos mais violentos. Isso potencializou um perigo de violência que já era grave na região” (Comissão Arns, 2023, p. 10). Além disso, “serviu de estímulo a atividades ilegais. Madeiros, garimpeiros, grileiros e milícias sentiram-se encorajados a ameaçar lavradores e indígenas, incendiar suas casas e práticas de homicídios ainda impunes” (Comissão

Arns, 2023, p. 10-11). Assim, observa-se a escalada da impunidade na região, já que muitos casos não são devidamente investigados, resultando na constante falta de responsabilização dos autores. Além disso, quando são responsabilizados, muitas vezes não cumprem a pena, o que faz com que os oprimidos se sintam constantemente ameaçados. Nesse contexto, impera a lei do silêncio, devido a um temor por represálias (Comissão Arns, 2023).

Ainda de acordo com o relatório, “a associação criminosa viceja à margem, mas próxima, da força estatal, e estende seus tentáculos para a política, elegendo representantes em todos os níveis. Segundo se relata, movimenta uma lucrativa economia clandestina” (Comissão Arns, 2023, p. 22). Nesses contextos, os moradores e vítimas das violências perpetradas por esses grupos “desconfiam das autoridades policiais, que julgam não atuar com eficiência, isenção e imparcialidade” (Comissão Arns, 2023, p. 22). Para eles, “os assassinatos de aluguel, executados por pistoleiros que há muito delinquem por aquelas bandas, desdobram-se em nova forma de organização política da violência privada, em clara afronta ao poder público legalmente constituído” (Comissão Arns, 2023, p. 23). Diversos retrocessos nas políticas de segurança pública se relacionam ao avanço dessa violência, a incluir as mencionadas medidas tomadas durante o governo Bolsonaro e que afetaram diretamente a dinâmica da região, favorecendo a atuação desses grupos, conforme mencionado na seção 2.2.

É importante mencionar que a maioria dos conflitos na região se relaciona à questão fundiária. Nesse sentido, a região:

é permeada por diversos tipos de conflito, como os que opõem assentados da reforma agrária e grileiros, ambos reclamando predomínio sobre a área em disputa; ou que envolvem empresas com interesses econômicos nas regiões ocupadas por habitantes tradicionais, como é o caso de indígenas, quilombolas e ribeirinhos (Comissão Arns, 2023, p. 26).

As incertezas geradas devido a questões de posse de terra na região, que são de responsabilidade do Incra e do Instituto de Terras do Pará (Interpa), bem como a questão das terras indígenas e das unidades de conservação, geram conflitos possessórios e favorecem a grilagem (Comissão Arns, 2023). O relatório menciona que o “perigo se acentuou nos últimos anos pela retração radical do Estado, com o consequente estímulo ao avanço da ocupação desordenada e insustentável do solo amazônico” (Comissão Arns, 2023, p. 24). Sem a atuação devida dos órgãos destinados à regularização fundiária e dos procuradores lotados nas superintendências do Incra, fomentou-se a ocupação ilegal, já que se criou a expectativa de que o ilícito se tornará lícito (Comissão Arns, 2023), percepção também expressa pelo entrevistado Arthur.

A comissão também menciona que a região vive uma questão de insegurança pública com um poder paralelo que atua de forma violenta e de forma ilegal, oprimindo sujeitos em situação de vulnerabilidade e que se encontram desprotegidos pelo Estado (Comissão Arns, 2023). No entanto, na visão do presente trabalho, na medida que esses grupos são constituídos majoritariamente por funcionários ou ex-funcionários do aparato de segurança pública, além de contarem, muitas vezes, com o apoio de funcionário de instituições-chave do Estado e eleger políticos que defendem seus interesses na região, não é possível falar de uma ausência de Estado, mas, sim, de relações constituídas a partir do aparato estatal, demonstrando o seu caráter de *assemblage*. Em outras palavras, a atuação desses grupos se dá num plano político que se desenvolve com o intuito de produzir ou aumentar a insegurança e a desproteção na região, aspecto evidente no período analisado, no qual se percebeu uma série de desestruturações em instituições importantes à preservação da Amazônia e à proteção de seus moradores em situação de vulnerabilidade, além de alterações em leis e o reforço de retóricas que incentivaram práticas violentas na região.

#### 4 MILITARIZAÇÃO E AS MILÍCIAS PARAENSES

Diante do que foi apresentado nos dois capítulos anteriores, inferimos que, ao longo do governo Bolsonaro, ocorreu uma intensificação na atuação de militares em assuntos que dizem respeito à região amazônica. Nesse sentido, militares ocuparam cargos de gestão em órgãos essenciais à preservação ambiental, apesar da falta de *expertise* no assunto. Além disso, foram implementadas GLOs que apresentaram, em última análise, resultados ínfimos no combate a incêndios e ao crime organizado na região – embora esses constituíssem os objetivos oficiais das operações. Paralelamente, observou-se uma série de desestruturações em órgãos ambientais, bem como o fortalecimento de discursos contra a preservação ambiental e que deslegitimavam a atuação de servidores ambientais na região amazônica. Assim, incentivou-se, direta e indiretamente, a atuação de grupos criminosos na região, como as milícias. Diante das grandes dimensões da Amazônia brasileira, o presente estudo se atém, especificamente, às milícias que atuam no interior paraense. Para isso, identificamos que, normalmente, esses grupos são compostos por policiais e ex-policiais que se articulam com diversos outros grupos, como fazendeiros, garimpeiros e madeireiras, oferecendo serviços de segurança privada e propiciando o aumento de atividades ilegais na região.

A pesquisa proposta partiu do princípio da emergência factual e da construção de categorias de pesquisa por meio da análise da empiria, buscando empreender uma abordagem *grounded theory* (GT). Ou seja, por meio de método indutivo, desenvolvemos um raciocínio de base empírica com o intuito de gerar códigos que foram refinados e triangulados convergentemente para, posteriormente, empreender uma interpretação factual a fim de construir categorias de análise, visando compreender e explicar o fenômeno observado e, assim, apresentar uma potencial explicação da realidade estudada. Nesse sentido, buscamos descrever os fatos observados por meio da triangulação de informações, em vista de analisar criticamente os dados coletados e compreender as (re)significações que os diversos agentes tentam dar às práticas da segurança (Flick, 2018; Bryant; Charmaz, 2019).

Para isso, realizamos dois ciclos de análise de dados. No primeiro, os dados foram codificados por meio do método *in vivo*, ou seja, foram utilizados termos e conceitos retirados das próprias palavras dos entrevistados, bem como das informações contidas nas fontes documentais, secundárias e hemerográficas, capturando comportamentos ou processos que possam explicar se a militarização verde fortaleceu o surgimento de milícias no interior do Pará durante o governo Bolsonaro (Adu, 2019). Em relação às fontes documentais, foram selecionados os relatórios das operações de GLO Verde Brasil, Verde Brasil II e Samaúma,

documentos expressivos do processo de militarização que ocorreu na Amazônia Legal. Idealmente, adianta-se que a inserção de relatórios policiais e de investigações criminais seria de grande valia para a pesquisa, no entanto, as tentativas de acesso a esses documentos não foram bem sucedidas – em decorrência, muito provavelmente, de uma realidade empírica que emerge nos dados codificados, conforme argumentaremos adiante.

Em relação a fontes secundárias, foram selecionadas aquelas que versam sobre a atuação de milícias na Amazônia entre 2019 e 2022, como o artigo de Souza et al. (2021), intitulado “Violência e Desmatamento Ilegal: os crimes das ‘milícias ambientais’ na Floresta Amazônica” (tradução nossa); o relatório da Human Rights Watch (2019), denominado “Máfias do Ipê: como a violência e a impunidade impulsionam o desmatamento na Amazônia brasileira”, bem como fontes que tivessem como tema a tentativa de militarização da Amazônia ocorrida durante o governo Bolsonaro, como o artigo de Ferrante e Fearnside (2020), intitulado “Forças Militares e COVID-19 como Cortinas de Fumaça para a Destruição da Amazônia e a Violação dos Direitos Indígenas”. Em vista da seleção de fontes, foram utilizadas plataformas on-line como Google Scholar, Web of Science, Scielo e Scopus.

Já em relação às fontes hemerográficas, que consistem na maior base de dados da pesquisa, foi possível reunir 29 matérias de veículos como InfoAmazônia, Uol, Folha de São Paulo e Estadão. Empreendemos uma busca por matérias publicadas no período de 2019 a 2022 e que versavam ou faziam menção à atuação de milícias no Pará, bem como ao processo de militarização perpetrado na região amazônica, por meio de palavras-chave, como “militarização”, “militar”, “milícias” e “grupos armados”. A decisão de encerrar a coleta de dados de fontes hemerográficas se deu devido ao esgotamento das informações encontradas, uma vez que as matérias passaram a se repetir e/ou a apresentar os mesmos dados.

Por fim, nossa última fonte de dados englobou as entrevistas semiestruturadas realizadas no âmbito desta pesquisa. Ao todo, foram sete entrevistas: cinco com moradores locais no interior paraense e duas com servidores do Ibama e do ICMBio. Esta pesquisa encontrou certa resistência, por parte dos servidores, na concessão dessas entrevistas – provavelmente, mais uma vez, em virtude do próprio contexto que cerca a conjuntura já discutida em capítulos anteriores.

Inicialmente, o modelo de entrevista em “bola de neve”, em que um entrevistado indica uma nova pessoa a ser entrevistada, seria empregado com o objetivo de encontrar novos possíveis contatos, tendo em vista que, devido à periculosidade do tema, potenciais entrevistados poderiam se mostrar reticentes em compartilhar informações ou opiniões. Para iniciar esse processo, realizamos o primeiro contato com alguns moradores locais por meio de

redes sociais. Dois aceitaram conceder entrevista. Para estabelecer esses contatos, utilizamos o perfil do *Instagram* da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará (FETAGRI). No entanto, as indicações que ambos os entrevistados concederam não foram bem-sucedidas.

Para encontrar novos entrevistados, recorremos a conhecidos que moravam na região paraense. Nesse contexto, conseguimos mais uma indicação de entrevistado e empreendemos, a partir de então, o modelo “bola de neve” para as duas últimas entrevistas. Em relação aos servidores em órgãos ambientais, conseguimos o contato de diversos funcionários do Ibama e do MMA, no entanto, apenas um aceitou conceder entrevista. Empreendemos o modelo “bola de neve” e conseguimos a última indicação. Tanto o projeto de pesquisa, quanto o formulário de perguntas<sup>47</sup> elaborado para as entrevistas semiestruturadas foram submetidos na Plataforma Brasil e aprovados pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Goiás (UFG). Cada entrevista foi realizada após assinatura do TCLE, garantindo sigilo, confidencialidade e anonimato. As entrevistas foram realizadas de forma on-line, por meio do Google Meet, utilizando a ferramenta de gravação oCam<sup>48</sup>. Essa estratégia foi adotada por se tratar de uma proposição de pesquisa que envolve várias regiões do interior paraense.

Após a coleta de dados, partimos para a codificação das informações, realizada a partir do programa ATLAS.ti – programa de “*Computer-assisted qualitative data analysis software*” (CAQDAS) – com o intuito de simplificar as informações, reduzindo os dados coletados em conceitos significativos que os representassem adequadamente e capturassem o que os indicadores empíricos expressam. Finalizamos esse processo com a codificação de 46 documentos e 452 códigos *in vivo*. Utilizamos, posteriormente, o método de “*Process Coding*”, em que informações significantes foram identificadas nos dados, gerando-se códigos que representassem ou explicassem essas informações, com o intuito de codificar os fenômenos que emergiram, alteram-se ou foram implementados de forma estratégica (Saldaña, 2016).

Posteriormente, realizamos uma checagem das inferências codificadas por meio de triangulação convergente, a partir da técnica de análise de conteúdo dos dados coletados, na medida que essa metodologia permite utilizar variadas perspectivas de compreensão da realidade para análise do objeto de pesquisa (Santos *et al.*, 2020). Esse método se faz vantajoso ao considerar múltiplos níveis de análise, desvelando a complexidade do fenômeno observado, possibilitando potenciais avanços em relação à pergunta de pesquisa (Flick, 2011). Assim, os códigos foram comparados entre si em vista de que fossem ajustados ou reforçados. Quanto

---

<sup>47</sup> O formulário de perguntas pode ser consultado no apêndice A.

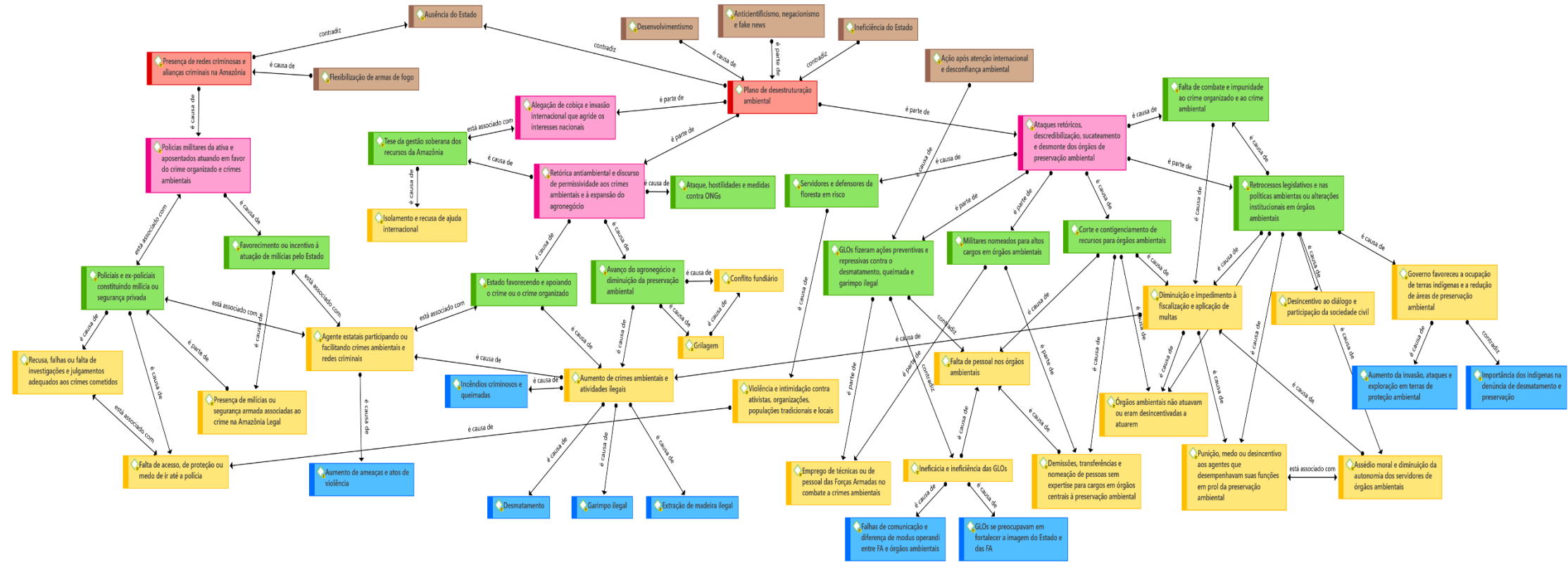
<sup>48</sup> Software de gravação de tela que possibilita gravar vídeos e áudio.

mais evidências são identificadas nos dados, mais suporte temos para os códigos criados, o que não seria possível com uma abordagem que se baseia em um único tipo de dado. O foco principal, assim, é encontrar complementaridade nos dados, bem como aumentar o conhecimento disponível sobre o fenômeno e desenvolvê-lo (Adu, 2019). Após a realização desse processo de triangulação e ajuste, restaram em torno de 273 códigos.

Já no segundo ciclo de codificação, os códigos foram recodificados em categorias por meio do método de “Focused Coding”, ou seja, de acordo com a similaridade entre eles. Após esse processo, restaram 103 códigos e 858 citações. Além disso, os documentos foram reduzidos a 42, pois, em análise posterior, decidimos limitar as fontes hemerográficas apenas às matérias que discorriam sobre o Pará, especificamente. Ademais, os códigos que tinham entre uma e quatro citações vinculadas foram descartados, visto que aqueles pouco expressivos dificilmente dimensionariam o problema analisado – considerando que a base da codificação é, justamente, a sobreposição de dados. Ao fim desse ciclo, a pesquisa contava com 52 códigos e 796 citações extraídas de 42 documentos.

Posteriormente, utilizamos o método de “Axial Coding” com o intuito de entender como essas categorias identificadas se relacionam, levando em consideração fatores sócio-históricos, a intenção e o contexto em que esses dados foram emitidos. Como resultado, geramos uma rede de códigos, conforme o esquema a seguir (Figura 6).

Figura 6 – Rede de códigos

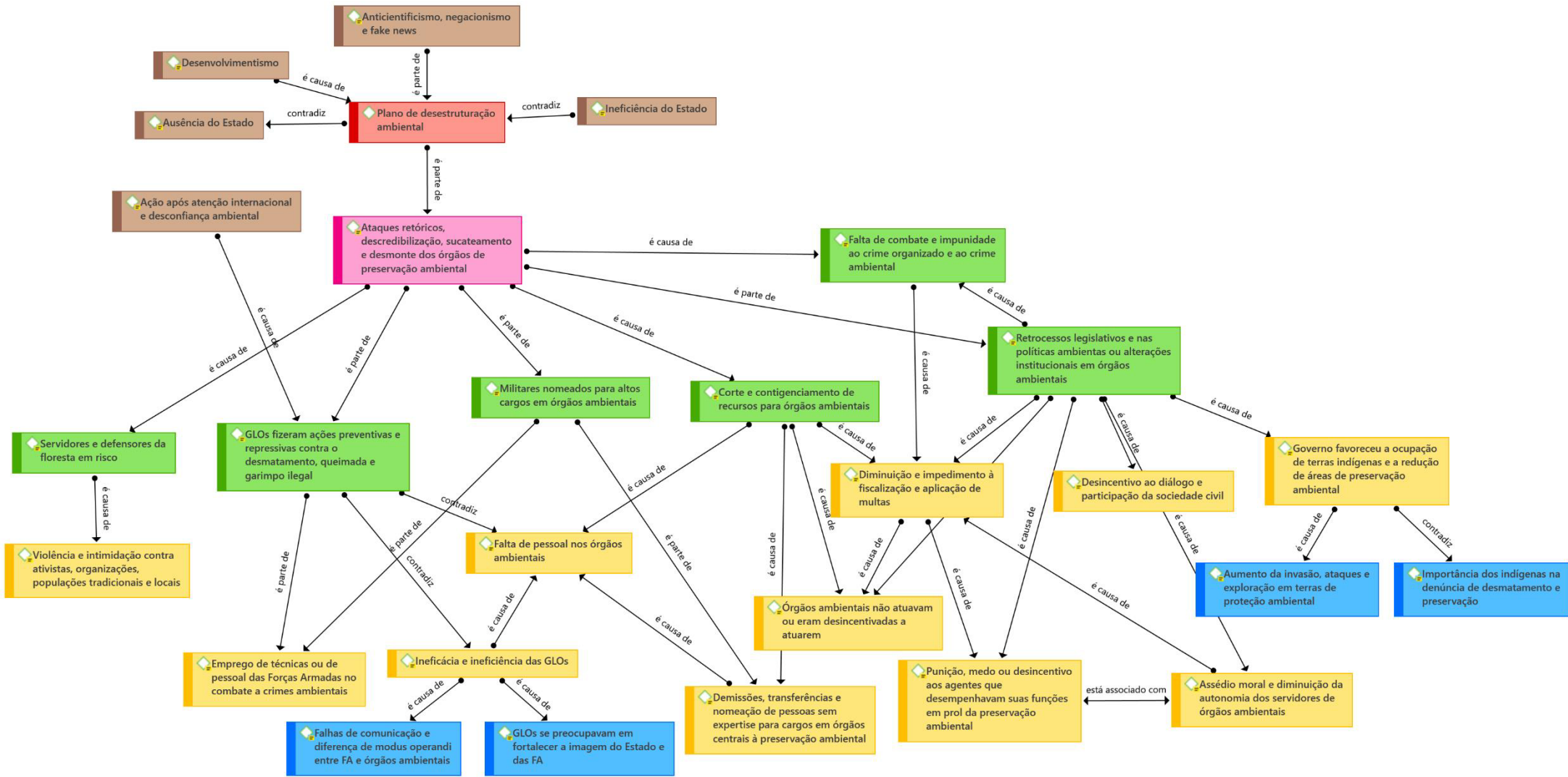


Fonte: Elaboração própria.

Os códigos em vermelho se ramificam para os em rosa – com ambas as cores correspondentes aos códigos centrais da análise. Por sua vez, ramificam-se dos rosas os códigos verdes. Dos códigos verdes, os amarelos. Dos amarelos, ramificam-se os azuis. Finalmente, os códigos em marrom são aqueles externos à rede, mas que a influenciam de alguma forma. Em vista de facilitar a leitura, a descrição e a análise dos códigos, a rede em totalidade foi dividida em três troncos (Figuras 7, 8 e 9).

O primeiro e o segundo tronco compartilham um mesmo código central, o “Plano de desestruturação ambiental”. Na rede completa, esse código origina outros três: “Ataques retóricos, descredibilização, sucateamento e desmonte dos órgãos de preservação ambiental”, “Retórica antiambiental e discurso de permissividade aos crimes ambientais e à expansão do agronegócio” e “Alegação de cobiça e invasão internacional que agride os interesses nacionais”. Para viabilizar a análise, isolou-se esse primeiro código no tronco um, na medida que ele apresenta uma ramificação de relações mais amplas. No tronco dois, permaneceram as relações dos outros dois códigos, com menos ramificações. Essa divisão permite visualizar, de maneira ampliada, as relações particulares estabelecidas a partir desses três códigos – que derivam do código referido central. Por fim, o tronco três se origina do código em cor vermelha “Presença de redes criminosas e alianças criminais na Amazônia”. Dele, ramifica-se o código rosa “Policiais militares da ativa e aposentados atuando em favor do crime organizado e crimes ambientais”.

Figura 7 – Primeiro Tronco de Códigos



Fonte: Elaboração própria.

O primeiro tronco (Figura 7) diz respeito aos ataques retóricos e à desacreditização dos órgãos ambientais promovidos ao longo do governo Bolsonaro, bem como ao sucateamento e ao desmonte desses órgãos que fizeram parte do plano de desestruturação ambiental empreendido pelo governo. Partem dele, em verde, seis outros códigos. O primeiro deles diz respeito aos “Servidores e defensores da floresta em risco”. Os códigos indicam que, diante dos constantes ataques retóricos realizados pelo próprio presidente e pelo ministro do MMA contra órgãos de preservação, ONGs, populações indígenas e pequenos agricultores, esses grupos passaram a ser intimidados e tratados com violência em determinadas localidades da Amazônia Legal e, especificamente, no interior do Pará. No caso dos servidores, conforme relatos em entrevistas e pela sistematização dos códigos, percebeu-se a existência de um empoderamento discursivo por parte do governo que incentivava a rejeição à atuação dos funcionários de órgãos ambientais, por vezes mediante violência. Essa rejeição ocorre, muitas vezes, a partir da própria comunidade local, pois, apesar das péssimas condições de trabalho, muitas vezes, a atividade ilegal ou a agropecuária extensiva é o que movimenta a economia local.

O segundo código verde versa sobre o modo como as “GLOs fizeram ações preventivas e repressivas contra o desmatamento, queimada e garimpo ilegal”. Nesse contexto, os códigos demonstram o emprego oficial dos militares das FA no combate a crimes ambientais, dando indícios de que, entre as políticas adotadas pelo governo naquele período, uma delas foi a militarização da Amazônia Legal. O terceiro código verde, denominado “Militares nomeados para altos cargos em órgão ambientais”, reforça o código amarelo que ressalta o emprego de técnicas das FA no combate ao crime ambiental, assim como o código relativo às demissões e transferências, visto que muitos servidores precisaram deixar seus cargos para que militares assumissem funções de direção e gestão em órgãos como o Ibama e o ICMBio, ainda que sem *expertise* para o cargo.

Identificamos, entretanto, uma contradição no emprego das Forças Armadas, visto que os códigos demonstram que, na realidade, houve ineficácia e ineficiência por parte das operações de GLO, tanto no combate aos incêndios e aos crimes ambientais, tendo em vista as diversas falhas de comunicação e as diferenças entre o *modus operandi* das FA e dos órgãos ambientais que atuaram em conjunto, quanto em função das FA, aparentemente, preocuparem-se mais em fortalecer a imagem do Estado e do próprio exército por meio das operações do que efetivamente combater a criminalidade na região. Afinal, os relatórios das operações Verde Brasil 1, Verde Brasil 2 e Samaúma apresentam constante menção às repercussões positivas nos meios de comunicação das ações empreendidas naquele contexto.

Os códigos também indicam uma falta de pessoal para atuar nas operações executadas pelos órgãos ambientais, o que é reconhecido, inclusive, no relatório da Verde Brasil 2. A esse respeito, os códigos também demonstram que a falta de pessoal decorre da relação estabelecida com o quarto código verde, “Corte e contingenciamento de recursos para órgãos ambientais”, que culminou na consequência do código amarelo que versa sobre as demissões e transferências de servidores nesse período. Esse mesmo código verde ainda indica que os órgãos ambientais não contavam com recursos suficientes à atuação, em função desses cortes, o que, conseqüentemente, diminuiu e/ou impediu a fiscalização e a aplicação de multas aos crimes ambientais cometidos no período. Nesse sentido, o desincentivo à atuação desses órgãos, bem como os retrocessos legislativos que culminaram na redução de multas e fiscalizações, também se relacionam com o quinto código verde: “Retrocessos legislativos e nas políticas ambientais ou alterações institucionais em órgãos ambientais”.

Esse código evidencia como as mudanças internas que alteravam o *modus operandi* dos órgãos, mediante a utilização excessiva de decretos, geraram desconforto nos servidores, diminuindo a autonomia nas operações de atuação. Além disso, os gestores incentivavam e pressionavam os servidores a agirem de acordo com seus alinhamentos, o que resultou, conforme os códigos demonstram, em situações de assédio moral que foram, inclusive, denunciadas pela ASCEMA. Não obstante, os códigos indicam um claro desincentivo ao diálogo e à participação da sociedade civil nos assuntos que dizem respeito ao meio ambiente. Além disso, os códigos mostram que o governo favoreceu, por meio das políticas adotadas, ocupação de terras indígenas e a redução de APAs, apesar da importância desses povos e dessas áreas na denúncia do desmatamento e na preservação ambiental, respectivamente. Nesse contexto, verificou-se aumento das invasões, de ataques e da exploração de recursos em terras de proteção ambiental, incentivando, conseqüentemente, crimes ambientais na região.

Já em relação ao quinto código verde, que menciona a “Falta de combate e impunidade ao crime organizado e ao crime ambiental”, é possível observar o estabelecimento de uma relação direta com o código verde que expressa como essa falta de combate se dá em função dos diversos retrocessos experienciados dentro dos órgãos ambientais no que diz respeito à legislação e políticas institucionais, dificultando, ao longo do governo, a fiscalização, aplicação de multas e incentivando a proliferação do crime organizado – que encontrou, nesse contexto, impunidade e, por vezes, incentivo à atuação.

Por fim, observamos, no topo do tronco, cinco códigos em marrom, que influenciam, de forma externa, o código central vermelho e um código verde. O que se liga ao código em verde, mencionando a implementação das GLOs, faz referência à adoção dessas operações como um

mecanismo de demonstrar ação por parte do governo em função da atenção e desconfiança internacional que se voltava à degradação da Amazônia brasileira naquele período. Por sua vez, encontra-se diretamente ligado ao plano de desestruturação ambiental o código que indica anticientificismo e negacionismo, elementos que se fizeram presentes em diversas áreas do governo Bolsonaro, na medida que serviam como ferramentas eficientes à imagem da administração, a exemplo da tentativa de negar os números que indicavam o aumento do desmatamento ambiental e das queimadas na região amazônica ao longo do mandato. Associado a isso, observamos as *fake news* como mecanismo imprescindível na propagação de “informações” deslocadas da realidade concreta e científica.

Ademais, é importante observar que alguns códigos, como a ineficiência do Estado e a ausência do Estado, aparecem na rede em contradição com o código de plano de desestruturação ambiental. Ao analisar o contexto, entendemos que, na realidade, não é possível falar em ineficiência ou ausência de estado, justamente pela natureza planejada presente na desestruturação das instituições ambientais e na construção retórica de incentivo a crimes na região – além da ação de agentes ou ex-agentes do estado como participantes diretos de atividades criminosas na região. Por fim, é possível observar que o código marrom denominado “desenvolvimentismo” se conecta ao código em vermelho, o que demonstra como o pensamento militar constituiu de fato a ideologia política do governo em questão, apresentando-se como ponto-chave ao plano desestruturação ambiental, na medida em que incentiva a exploração dos recursos naturais em prol do suposto desenvolvimento do país.

Figura 8 – Segundo Tronco de Análise dos Códigos



Fonte: Elaboração própria.

O segundo tronco (Figura 8) apresenta dois códigos centrais na cor rosa que, partindo do código em vermelho, expressam medidas de caráter discursivo. O primeiro versa sobre as “Alegações de cobiça e invasão internacional que agride os interesses nacionais”. Parte dele um código que demonstra como a tese da gestão soberana dos recursos amazônicos se fez presente ao longo do governo Bolsonaro, ocasionando o isolamento internacional do país, bem como a recusa de ajuda apresentada por outros países, tendo em vista os supostos interesses escusos do exterior em relação aos recursos naturais da Amazônia. O segundo código em rosa versa sobre a “Retórica antiambiental e discurso de permissividade aos crimes ambientais e à expansão do agronegócio”. Em partes, essa retórica também tem fundamento na tese da gestão soberana, o que se exemplifica no último código em verde (extremidade à direita), que se ramifica do código central de modo a demonstrar que, no período, houve um reforço a ataques, hostilidades e medidas contra ONGs.

Ademais, o segundo código em verde demonstra que o Estado acabou favorecendo e apoiando o crime ambiental ou o crime organizado ao emitir esses discursos, o que fortaleceu os agentes estatais que participavam ou facilitavam crimes ambientais cometidos na região amazônica e, mais especificamente, no interior do Pará. Os códigos demonstram que, conseqüentemente, ocorre um fortalecimento e um estímulo às redes criminais, aumentando ameaças e atos de violência na região. Ademais, os códigos mostram que, em função do discurso e desse estímulo às organizações criminosas, aumenta-se também a quantidade de crimes ambientais e atividades ilegais, como incêndios criminosos, queimadas, desmatamento, garimpo ilegal e extração de madeira ilegal.

Por fim, o terceiro código em verde, denominado “Avanço do agronegócio e diminuição da preservação ambiental”, demonstra como essa retórica antiambiental e de permissividade favoreceu também o agronegócio e, conseqüentemente, o aumento de crimes ambientais e atividades ilegais vinculados ao setor, visto que grandes latifundiários, muitas vezes, beneficiam-se da grilagem, gerando conflitos fundiários com outros grupos, como assentados, por exemplo. Nesse contexto, os códigos indicam que o avanço do agronegócio na região impacta no aumento de crimes ambientais e atividades ilegais, já que os determinados fazendeiros vinculados à expansão, por vezes, envolvem-se com as demais redes, promovendo desmatamentos, incêndios e cedendo espaço para o estabelecimento de garimpos ilegais e para a extração de madeira ilegal.

**Figura 9 – Terceiro Tronco de Análise dos Códigos**



Fonte: Elaboração própria.

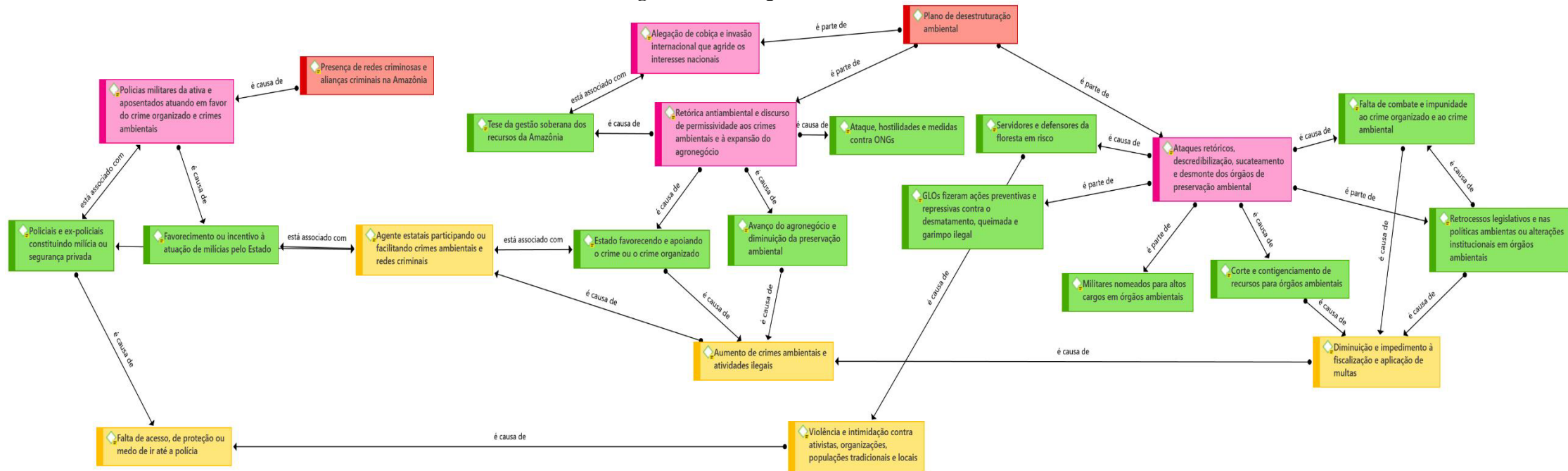
O terceiro tronco (Figura 9) é o que indica, a partir do código em vermelho, a presença de redes criminosas e alianças criminais na Amazônia. Ligado a ele, encontra-se o código central rosa denominado “Policiais militares da ativa e aposentados atuando em favor do crime organizado e crimes ambientais”. Dele, partem dois códigos verdes: o primeiro é aquele que sinaliza a participação de policiais e ex-policiais na constituição de milícia ou segurança privada; já o segundo indica o favorecimento ou incentivo à atuação de milícias pelo Estado através dos discursos que foram emitidos em favor de crimes ambientais. Ligado aos dois, encontra-se um código amarelo que menciona a existência de milícias associadas ao crime ambiental, bem como a presença de segurança armada na Amazônia Legal, mais especificamente no interior do Pará.

Nesse contexto, outro código em amarelo, derivado do primeiro código em verde, destaca a recusa, as falhas e/ou a falta de investigação e julgamentos aos crimes cometidos na região. Os códigos indicam que um dos fatores que contribuem para esse cenário é a participação de policiais em organizações criminosas, como milícias e grupos de segurança armada, o que gera receio por parte das vítimas ou denunciantes em procurar as delegacias, temendo represálias ou o descaso por parte das autoridades. Por fim, liga-se ao segundo código em verde aquele que, em amarelo, indica a participação de agentes estatais em crimes ambientais – que, nesse caso, seriam agentes do aparato de segurança pública ou até mesmo políticos. Essa ligação acaba fortalecendo e estimulando a existências de redes criminais e, conseqüentemente, o aumento de ameaças e atos de violência.

A presença dessas redes e o seu constante desenvolvimento resulta no aparecimento do código que, em marrom, indica a aparente ausência de Estado na região, já que as instituições não funcionam como deveriam. No entanto, esse código, conforme mencionado anteriormente, aparece na rede em contradição com aquele em vermelho, refletindo a contradição identificada na própria realidade, em que o Estado se faz presente, mas não como esperado, ou seja, não em defesa dos pressupostos previstos constitucionalmente e /ou dos interesses coletivos que balizem o direito e a cidadania. Pelo contrário, o cenário reflete a presença de políticos e servidores do aparato de segurança pública do Estado, como policiais, ex-policiais e militares das FA, coadunando com o crime organizado e, conseqüentemente, fortalecendo as redes criminais e os crimes ambientais perpetrados por e a partir delas. Por fim, observamos o código em marrom, “Flexibilização de armas de fogo”, refletindo uma política que foi amplamente adotada, implementada e divulgada ao longo do governo Bolsonaro e que acabou beneficiando diversas organizações criminosas, entre elas as próprias milícias, justamente por facilitar o acesso a esse bem de forma legal.

Após a criação dessa densa rede de códigos, com o intuito de facilitar a visualização dos principais dados que corroboram o nosso problema de pesquisa, aplicamos o ‘*Theoretical Coding*’, seguindo o procedimento metodológico, com o objetivo de descobrir a categoria central que identifica o tema primário e que responde ao problema de pesquisa (Saldaña, 2016). Assim, sintetizamos uma rede com os códigos centrais sinalizados na cor vermelha e rosa (Figura 10). Não foi possível estabelecer apenas um código central, visto que o objetivo da presente pesquisa não residiu em criar uma teoria propriamente dita, mas sim apresentar asserções sobre o período em análise no que diz respeito ao plano de desestruturação ambiental e os consequentes incentivos à atuação de milícias no interior paraense. Na rede sintetizada, também acrescentamos alguns códigos intermediários em verde e amarelo, considerando-os importantes para compreender de que forma os códigos principais se conectam, na medida que a relação estabelecida entre os dados centrais ocorre de forma indireta.

Figura 10 – Códigos Centrais da Análise



Fonte: Elaboração própria.

Portanto, é possível extrair dos códigos, bem como da análise de conteúdo realizada ao longo dessa pesquisa, que, ao longo do governo Bolsonaro, executou-se um plano de desestruturação ambiental. Apesar de poucas citações relacionadas a esse código, observa-se uma densidade expressiva, o que indica que outros fatores corroboram a ele. Nesse sentido, partem dele e o compõem códigos bem expressivos em citações, como “Alegações de cobiça e invasão internacional que agride os interesses nacionais”, “Retórica antiambiental e discurso de permissividade aos crimes ambientais e a expansão do agronegócio” e “Ataques retóricos, descredibilização, sucateamento e desmonte dos órgãos de preservação ambiental”.

Em síntese, o governo empreendeu um discurso antiambientalista, demonstrando permissividade aos crimes ambientais e incentivando a expansão do agronegócio, bem como discursos de descredibilização dos órgãos que combatem o desmatamento e o crime ambiental, incentivando grupos que atuam de forma ilegal e prejudicial à floresta Amazônica a se empoderar de seus atos. Na base dos discursos de permissividade aos crimes ambientais, residia o pensamento desenvolvimentista de que é preciso explorar as riquezas amazônicas e dominar a região em prol da soberania nacional, dados supostos interesses escusos por parte da sociedade internacional em relação a essa região.

Além disso, os códigos demonstram que, além da esfera do discurso, empenhou-se um desmonte ativo das instituições de proteção e fiscalização através de medidas concretas, como a implementação de legislações, medidas institucionais e expressiva militarização mediada pela designação de militares para altos cargos de órgãos ambientais, além de cortes orçamentários e da implementação de GLOs como “alternativa” para combater incêndios criminosos e autuar criminosos ambientais. A esse respeito, os códigos indicam que as GLOs foram ineficazes em relação a seus objetivos oficiais, uma vez que há indícios de que a principal preocupação das operações estava em transmitir à comunidade nacional e internacional a imagem de que o governo estava adotando medidas diante das queimadas e do crime organizado na região, apesar dos dados expressivos que indiquem o contrário.

Apesar da militarização não aparecer como um código central, parte do discurso que se posiciona contra a preservação do meio ambiente tem origem no tropo desenvolvimentista presente nas Forças Armadas, como já mencionamos. Além disso, é notório que parte da desestruturação institucional que ocorreu no governo Bolsonaro contou fortemente com o auxílio dos militares das FA designados a ocupar altos cargos nos órgãos ambientais. Militares esses que, com pouca *expertise* na área, promoveram assédio moral contra os servidores, desmotivam a fiscalização e a aplicação de multas e acabaram com o canal de diálogo desses órgãos com a sociedade civil – de modo geral. Além disso, as operações refletiram falhas de

comunicação entre os órgãos ambientais e as FA devido a diferenças operacionais significativas – reconhecidas nos próprios relatórios das GLOs e nas entrevistas realizadas, conforme já analisado. Além do contexto de ineficiência, conforme mencionado no Capítulo 2, há indícios de que as informações das operações vazavam e que os alvos indicados pelas FA não eram adequados. Além disso, há evidências de que os locais nos quais as GLOs atuavam no combate a queimadas não eram aqueles com maiores focos de incêndio, além da significativa lacuna na atuação voltada à prevenção – mais eficiente, dadas as dificuldades de extinguir queimadas de larga escala após iniciadas (EOS Data Analytics, 2023).

Em conjunto, esses aspectos reforçam a imagem de um governo que favoreceu crimes ambientais e, conseqüentemente, o crime organizado, refletindo no aumento considerável de crimes ambientais e atividades ilegais na região no período. Nesse contexto, ao observar o Pará, especificamente, os códigos indicam a presença de agentes estatais participando ou facilitando crimes ambientais, sejam eles prefeitos dos municípios da região ou o próprio ministro do MMA Ricardo Salles. Portanto, é possível dizer que segmentos do Estado, que deveriam promover a proteção ambiental da região, incentivaram ações perpetradas por garimpos ilegais, extratores de madeira ilegal e grandes latifundiários.

Nesse ponto, é preciso mover a análise aos outros códigos centrais que não se encontram diretamente ligados aos mencionados anteriormente. O primeiro código em vermelho ressalta a presença de redes criminosas e alianças criminais na Amazônia. Sabe-se que a existência desses grupos na região é anterior ao governo Bolsonaro. No entanto, observamos que eles encontraram, no referido período, discursos oficiais e não oficiais que empoderaram sua atuação no que diz respeito aos crimes ambientais. Essas redes criminais, conforme observamos ao longo da pesquisa, envolvem desde garimpeiros, a narcotraficantes, extratores de madeira ilegal e determinados fazendeiros. Destaca-se também a presença de um código expressivo, em rosa, que indica o relacionamento dessas redes criminais com grupos compostos por policiais e ex-policiais que atuam em favor do crime organizado e dos crimes ambientais. Esses grupos oferecem serviços de segurança armada privada e constituem milícias na região, conforme é possível observar em um dos códigos secundários, em verde. A sistematização também identificou outro código secundário, em verde, que indica o favorecimento ou incentivo à atuação de milícias pelo Estado. Ao expandir esse código e analisar suas relações, é possível visualizar mesclas com códigos pré-existentes no primeiro ciclo da codificação, indicando o incentivo de políticos que defendem a atuação de milícias armadas no campo. Ao longo do governo Bolsonaro, é notório que esses grupos se sentiram mais livres para atuar de forma

violenta, respaldados também por favorecimentos e/ou pela inação em relação a suas atividades e formações.

Em análise, observamos que os códigos que ligam essa parte do problema de pesquisa, relativa ao incentivo à atuação de milícias no interior do Pará, à outra parte, que diz respeito ao plano de desestruturação, ocorre por intermédio de códigos que indicam o “Aumento de crimes ambientais e atividades ilegais” na região, a presença de “Agentes estatais participando ou facilitando crimes ambientais”, o “Fortalecimento e estímulo às redes criminais”, a “Violência e intimidação contra ativistas, organizações, populações tradicionais e locais” e a “Diminuição e impedimento à fiscalização e aplicação de multas”.

A compreensão dessas relações, contudo, demanda retomar o contexto da região. De acordo com diversos elementos factuais apresentados ao longo do trabalho, as milícias ou os chamados grupos de segurança armada atuam na região oferecendo serviços de segurança para outros grupos criminosos, como garimpeiros e grandes fazendeiros no Pará. Esses grupos auxiliam na proteção do transporte de mercadorias ilegais e de territórios, bem como na expulsão de moradores locais e assentados de terras. Nesse contexto, a partir dos códigos, observamos que esses grupos são identificados e denominados como “segurança armada” por alguns e como “milícias” por outros. Conforme analisamos ao longo do trabalho, o primeiro termo é mais empregado por moradores locais, enquanto o segundo é amplamente difundido nas fontes hemerográficas. Observamos também que esses grupos possuem um *modus operandi* distinto dos pistoleiros, por contar com força, tática e equipamentos da polícia militar que atua naquele local – além de apoio de políticos e outros atores estatais.

Nesse contexto, os códigos secundários indicam que as delegacias se transformam em locais inóspitos às denúncias dos crimes que ocorrem no interior do Pará, tanto pela relação existente entre policiais e criminosos ambientais quanto pela ausência de delegacias em localidades-chave, marcadas por constantes conflitos por terra e recursos naturais. No entanto, de forma geral, mesmo quando as delegacias existem e as denúncias são formalizadas, os moradores presenciam recusas, falhas ou falta de investigações e julgamentos inadequados aos crimes cometidos na região – o que resulta, acreditamos, na carência de dados em relação aos crimes que acometem o interior paraense.

Ainda de acordo com os códigos secundários, é possível observar que o medo de represálias, a falta de proteção àqueles que denunciam crimes e o receio em relação à polícia propicia contextos de violência e intimidação contra aqueles que defendem as questões ambientais. Nesse momento da análise, observamos o primeiro ponto de encontro entre os códigos que compõem os dois códigos centrais em vermelho, visto que a violência produz,

especificamente, um contexto de atuação inseguro aos servidores dos órgãos ambientais e demais defensores da floresta.

O segundo ponto de encontro diz respeito ao modo como o favorecimento e incentivo à atuação de milícias, bem como o apoio ao crime e/ou ao crime organizado perpetrado em intersecção ao Estado, propiciaram e/ou impulsionaram a participação de agentes estatais em crimes ambientais, o que fortaleceu e estimulou redes criminais na Amazônia e no Pará, especificamente. Nesse contexto, ocorre um aumento de crimes ambientais e atividades ilegais amparadas tanto por incentivos discursivos quanto por medidas concretas, como a diminuição da fiscalização e a redução na quantidade multas, diretamente relacionadas com os retrocessos legislativos e políticos estruturados ao longo do governo Bolsonaro.

Após essa análise, é importante refletir como esses grupos expressam seu caráter de *assemblages* globais da (in)segurança, visto que atuam tanto de forma ilegal, ou seja, de forma independente, como de forma legal, por meio das empresas de segurança privada, estabelecendo relações diversas e precárias com múltiplos outros *assemblages*, de modo a gerar um contexto de insegurança local por meio de um fenômeno que se manifesta globalmente. Esse caráter também é observado ao se analisar as atividades ilícitas e ilegais com as quais esses grupos se envolvem, na medida em que protegem os garimpos e a extração de madeira ilegal, ao passo que expulsam de forma violenta pessoas de determinadas áreas e prestam serviços de extermínio.

Essa forma de atuação contrasta com o fato de que esses grupos apresentam, em sua constituição, agentes do aparato de segurança pública do Estado e, por vezes, apoio de políticos ou de pessoas que ocupam cargos governamentais, facilitando e incentivando o exercício de suas atividades, seja pela contratação dos serviços desses grupos, em sua proteção institucional, ao evitar ou atrapalhar algum tipo de investigação e até mesmo no fornecimento de informações sigilosas. Essas interposições entre o que é legal ou ilegal, entre o que é público e o que é privado, se é uma manifestação local ou global, expressam justamente o caráter de *assemblage* desses grupos, que apresentam uma influência global, mas que agem localmente, tecendo teias de interações extremamente precárias e frágeis. Conforme analisamos, esses grupos produzem uma série de inseguranças nos locais em que atuam, já que sua principal motivação é o lucro, independentemente dos meios utilizados para alcançá-lo.

A partir do que foi apresentado, é importante refletir sobre a melhor forma de denominar esses grupos que atuam no interior do Pará, prestando serviços de segurança para organizações criminosas. Conforme foi possível observar ao longo da coleta de dados e mediante a codificação desses dados, esses grupos normalmente são chamados, na região, de diversos

nomes. O termo “pistoleiros”, categoria histórica amplamente empregada na região, foi utilizado em algumas entrevistas, no entanto, ao questionarmos a percepção dos entrevistados em relação ao *modus operandi* dos grupos referidos, chegou-se à conclusão de que, na realidade, a presença de pistoleiros na região está em baixa, visto que foram substituídos por um grupo mais especializado e que possui um modo de operação mais discreto. Enquanto isso, os termos “segurança armada” e “milícias” são geralmente usados para se referir ao mesmo fenômeno, na medida em que descrevem a atuação de grupos compostos por policiais e ex-policiais que prestam serviços a grupos criminosos. Pelo que foi possível observar, o termo “milícias” é mais utilizado pelos meios de comunicação, enquanto “segurança armada” ou “pistoleiros” são mais comuns entre a população local. Ao longo das entrevistas, quando questionados a respeito da presença de milícias no interior paraense, os entrevistados associavam o termo, quase que diretamente, com as milícias que atuam no Rio de Janeiro. Nesse contexto, observamos negativas em relação à atuação desses grupos. No entanto, quando questionados a respeito da presença de grupos armados compostos por policiais ou ex-policiais que prestavam serviços de segurança na região, a resposta era sempre positiva.

Assim, entre chamar esses grupos de segurança armada ou segurança privada, optamos em chamá-los de milícias, visto que a nomenclatura “segurança armada” ou “segurança privada” reflete uma noção de legalidade ou legitimidade incoerente com nesse contexto. Apesar de, usualmente, o termo milícias ser utilizado para caracterizar grupos paramilitares que se organizam a fim de conter situações emergenciais de ameaça à segurança pública, como invasões externas ou revoltas armadas (Silva, 2007), o que poderia indicar uma tentativa de legitimação desses grupos ao atrelar suas ações a uma suposta motivação pública, compreende-se que, no contexto brasileiro, o termo ganhou dimensões distintas, principalmente em função das milícias fluminenses. Nesse cenário, esses grupos são compostos por agentes do aparato de segurança pública do Estado, que passam a se articular em redes criminais com o objetivo de auferir lucro por meios ilegais e ilícitos. Portanto, a nomenclatura “milícias” de fato parece mais coerente ao contexto estudado. Dado o termo, a seção a seguir busca refletir sobre a definição das milícias a partir do trajeto de pesquisa realizado.

#### **4.1 Como definir milícias?**

Algumas correntes dos Estudos Securitários abordam as milícias a partir do conceito de atores não-estatais violentos (ANEVs), visto que, com a emergência desses e suas relações transnacionais, os Estados deixaram de ser os únicos e principais atores no Sistema

Internacional (Aydinli, 2013). Aydinli (2013), por exemplo, entende que o tradicional enfoque dado ao poder do Estado na política global tem se alternado para o poder dos ANEVs. O autor compreende que esses atores agem cada vez mais para além do Estado, tornando-se, portanto, uma ameaça a ele, além de se constituírem como grupos que não estão sob total controle estatal. Ademais, Aydinli (2013) entende que os ANEVs se articulam transnacionalmente, tornando o sistema cada vez mais anárquico. Para o estudioso, esses grupos podem ser categorizados de formas distintas, apresentando variações em relação ao grau de autoridade, representação, influência e, conseqüentemente, atuação global (Aydinli, 2013).

A esse respeito, autores como Cabrera-Nossa, Suarez e Pimenta (2024) entendem que os ANEVs, em conjunto com o Estado, desenvolvem um modelo de Governança Híbrida, já que as interações ilegais entre organizações criminosas – que podem ser de cooperação ou de competição –, o grau de violência perpetrado e a função desempenhada pelo Estado – que se encontra entre fazer valer sua lei e os esquemas de proteção a essas organizações criminosas – podem influenciar o nível de violência que é presenciado em determinados contextos (Cabrera-Nossa; Suarez; Pimenta 2024). Dessa forma, a “governança híbrida ocorre quando os esquemas de proteção são conduzidos pela relação ilícita entre atores estatais e atores não-estatais” (Cabrera-Nossa; Suarez; Pimenta 2024, p. 302). Enquanto isso, outros autores questionam de que maneira as organizações criminosas coexistem com o Estado mesmo ao combinar forças horizontais entre diversos atores e indivíduos não pertencentes a ele, por meio de mecanismos informais de autoridade e legitimidade; e forças verticais de governança entre o Estado e os ANEVs, desafiando, assim, as estruturas de autoridade tradicionais do Estado (Ferreira, 2022). Nesse contexto, a governança híbrida seria a “autoridade e controle compartilhado entre o Estado e a governança criminal em uma mesma área geográfica” (Ferreira 2022, p.112).

Em outra perspectiva, Schubeth (2015), com o intuito de entender a atuação desses novos grupos que passaram a demandar maior atenção acadêmica e pública, categoriza milícias, gangues e vigílias a partir do conceito de *community-based armed groups* (CBAG), levando em consideração suas dimensões políticas, econômicas e de segurança, bem como evidenciando uma tendência desses grupos em se tornarem ameaças à estabilidade estatal – ao invés de transformá-la. Já outros autores, como Staniland (2015) e Barnes (2017), entendem esses grupos a partir do grau de estatalidade, ou seja, do grau de proximidade das milícias com o Estado, podendo esse agir em relação àquele desde a incorporação até a supressão. De acordo com Staniland (2015), a ideologia do governo de cada Estado constitui fator determinante na forma de atuação do aparato estatal em relação aos grupos milicianos, enquanto que, para

Barnes (2017), as relações entre esses atores com o Estado são extremamente fluidas, dependendo do contexto em que estão inseridas e dos interesses de ambas as partes.

Assim, compreender determinados atores violentos – como as milícias brasileiras – a partir do conceito de ANEVs não se mostra suficiente em certos contextos, visto que esses grupos, apesar de aparentemente independentes e autônomos em relação ao Estado, funcionam, na verdade, a partir dele (Cepik; Borba, 2011). No caso das milícias que atuam no interior do Pará, é possível observar que esses grupos, conforme apontado ao longo da pesquisa, utilizam-se frequentemente do aparato estatal para ter acesso a informações – como é o caso das DECAs, além de serem compostos por policiais e ex-policiais. Ou seja, esses atores, ao invés de possuírem objetivos incompatíveis com a estrutura do Estado (Cepik; Borba, 2011), na verdade, fazem uso direto e indireto do aparato estatal para se articularem. Indo na mesma direção, o conceito de CBAG não é adequado ao caso brasileiro, pois os grupos criminosos são apresentados como uma ameaça ao Estado.

Já no caso do conceito de governança híbrida, apesar de concordamos que podem existir organizações criminosas que estabelecem um tipo de governança criminal nas regiões em que atuam, não acreditamos que, nesse contexto específico, as milícias no interior paraense possuem esse grau de estrutura. Desse modo, parece mais interessante, nesse contexto, analisar esses grupos conforme o grau de estatalidade, ou seja, o quão próximo se encontram em relação ao Estado, conforme apontado por Barnes (2017), compreendendo de que forma o Estado se relaciona com eles. No caso das milícias que atuam no interior do Pará, observamos que existe um grau de integração com o Estado, evidenciado tanto pela omissão da polícia em oferecer auxílio, proteção e conduzir investigações adequadas sobre os crimes cometidos contra moradores locais e assentados, quanto pela atuação de agentes de segurança em consonância com o crime organizado. Ademais, no caso das milícias, como são compostas por agentes de segurança pública, possibilita-se o acesso a informações privilegiadas, a capacidade de interferir em investigações em andamento e o contato com produtos apreendidos.

Pelas informações obtidas ao longo da pesquisa, observamos que as milícias atuantes no interior do Pará não possuem um grupo verticalizado, com nome e domínio de território nos moldes das milícias que atuam na capital Belém, por exemplo. O que se vê, portanto, é a atuação de um *assemblage* que, ao se relacionar com outros *assemblages*, percebe uma oportunidade de ganho mútuo, estabelecendo relações precárias em função desse objetivo. Isso não quer dizer que esses grupos estabelecem uma única relação, mas sim que, toda vez que um determinado *assemblage* precisa dos serviços das milícias, eles atuam em conjunto em prol desse “bem comum”, que consiste no lucro. Não há indícios expressivos, até o momento, de milícias

atuando nessas regiões para dominação territorial, oferecimento de serviços relacionados a bens comuns ou fornecimento de segurança privada para moradores locais, como no caso das milícias atuantes no contexto do Rio de Janeiro. Percebe-se, sobretudo, a atuação das milícias em prol de determinados fazendeiros, garimpos e madeireiras.

Além disso, é essencial destacar que as milícias são compostas, não somente, mas majoritariamente, por membros da segurança pública do Estado (policiais militares, policiais civis, agentes carcerários, entre outros). Não obstante, observa-se cada vez mais a ocupação em cargos no judiciário, legislativo e executivo por membros pertencentes a esses grupos, o que fornece acesso a informações privilegiadas, possibilita a interferência em investigações, bem como o exercício de influência sobre políticas que beneficiam a atuação desses grupos. Conforme demonstrado anteriormente, essa relação entre o estatal e o não estatal se mostrou notória e evidente ao longo do governo Bolsonaro, que empenhou políticas desfavoráveis à preservação ambiental, facilitando a atuação de grupos faccionais na região por meio da redução de sanções, do monitoramento e da circulação de informação, em conjunto com a extinção de leis e do desmantelamento das instituições de preservação ambiental, fenômeno que denominamos de militarização verde. O desenvolvimento dessas articulações demonstra que as barreiras fixas entre o público e o privado são extremamente sensíveis e, na verdade, encontram-se altamente sobrepostas.

Por fim, é de extrema importância levar em consideração a lei nº 12.720 de 2012, sancionada pela ex-presidenta Dilma Rousseff, que tipifica formação de milícias como crime, na medida que o entendimento da legislação vai ao encontro com o conceito das milícias atuantes no interior do Pará que queremos consubstanciar. De antemão, é importante mencionar que a lei só foi possível pelo projeto de lei nº 137 de 2008, que surgiu como desfecho da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou ações criminosas de grupos de extermínio e milícias privadas no nordeste do país. A justificativa de definição para a tipificação, no que diz respeito às milícias no projeto de lei, era:

[...] seja aquele consumado por grupos que se arrogam direitos de fazer justiça ou que se escondem sob outras falsas roupagens de prestação de serviços para angariar certa simpatia junto a sociedade ou a complacência de autoridades públicas, o extermínio de pessoas não pode ser tolerado (Brasília, 2007, p. 6).

Ademais, assim eram compreendidos os crimes cometidos por esses grupos:

Usualmente são crimes praticados por grupos formados e liderados por policiais civis e militares, membros de grupos de vigilância privada e ex-apenados, entre outros, que

agem sob a égide de justiceiros ou protetores informais da sociedade, atuando onde o Estado está ausente ou se confunde com as ações criminosas (Brasília, 2007, p. 6).

Apesar de não concordamos com a concepção de uma ausência de Estado, conforme já exposto ao longo do trabalho, a própria justificativa do projeto de lei aponta que:

No interior do País, principalmente Nordeste, Norte e Centro-Oeste, os proprietários do poder e riquezas têm laços de convivência ou parentescos com Delegados, Secretários de Segurança e, em alguns casos, com membros da Magistratura ou Ministério Públicos. O que pode suscitar beneplácito destas autoridades na apreciação das infrações cometidas por estes segmentos (Brasília, 2007, p. 6).

Nesse sentido, percebe-se a relevância de uma abordagem multidimensional das formas visíveis e invisíveis de violência, fazendo-se importante analisar as articulações das milícias com outros atores para entender como se inserem nas redes de violência (Gomes; Rodrigues; Pfrimer, 2021). Afinal, as milícias que atuam no interior do Pará se aproveitam de contextos ilegais e de violência, ainda mais alavancados com a intensificação da militarização, para oferecer serviços de segurança privada e favorecer a atuação de empresas e organizações criminosas transnacionais, tornando cada vez mais difícil diferenciar o global do local. Ademais, comumente, esses atores atuam também no aparato de segurança pública estatal, comprometendo a divisão entre o público e o privado. Por fim, essa perspectiva de análise vai ao encontro com o objeto de estudo do presente artigo, respaldando a abordagem dos *assemblages* globais da (in)segurança à análise de contextos para além do norte global.

## 5 CONCLUSÃO

Neste trabalho, demonstrou-se que o governo Bolsonaro, de forma geral, adotou, entre 2019 e 2022, uma política ambiental desmanteladora caracterizada pela desestruturação institucional de órgãos ligados ao assunto e por uma ruptura retórica em relação aos compromissos ambientais assumidos pelo Brasil. Como solução alternativa aos problemas ambientais, o governo decretou GLOs para combater a alta no desmatamento e militarizou diversos órgãos ambientais essenciais à preservação ambiental. O resultado dessas ações foi a implementação de políticas insuficientes em termos de resultados concretos ou benéficos, bem como a facilitação à atuação de grupos criminosos que realizam atividades ilegais na região, como as milícias.

Neste contexto, ao longo do presente estudo, buscamos compreender como o fenômeno da militarização verde se manifestou na Amazônia Legal durante o período. Para isso, inicialmente, apresentamos conceitos sensibilizadores sobre o assunto com o intuito de identificar e descrever como ocorreu esse processo na Amazônia brasileira no período. Ademais, com o intuito de compreender o que motiva a atuação de militares naquela localidade, apresentamos as ameaças que ainda hoje perpassam o imaginário do Exército Brasileiro em relação à Amazônia Legal, como o medo constante de uma ameaça externa e a necessidade constante de ocupar e desenvolver a região. Realizamos também uma breve descrição histórica sobre a presença militar na Amazônia brasileira com o intuito de demonstrar como a presença desse grupo na região não constituiu uma exclusividade do governo Bolsonaro, apesar de ter se intensificado no período.

Além disso, o presente trabalho descreveu as políticas públicas que foram implementadas de 2019 a 2022 e as alterações institucionais observadas, com o objetivo de discutir como essas medidas enfraqueceram as políticas ambientais, especialmente na Amazônia Legal, possibilitando um aumento nas atividades ilegais e nos crimes ambientais cometidos na região. Consequentemente, favoreceu-se a articulação de organizações criminosas, como as milícias. Assim, buscamos apresentar as formas de atuação e articulação das milícias paraenses na região, levando em consideração o seu caráter de *assemblage* global da (in)segurança. Diante da incapacidade de realizar um estudo que leva em consideração toda a Amazônia Legal, limitamos a pesquisa ao Pará por ser o segundo maior estado pertencente à região em área, o primeiro em MVI em 2021 e 2022, pela alta taxa de violência letal entre 2020 e 2022, além de ocupar posição estratégica para a ação de organizações criminosas.

Subsequentemente, apresentamos a abordagem dos *assemblages* globais da (in)segurança, ressaltando como a consideração de aspectos multidimensionais se tornam essenciais para o entendimento da emergência de novas instituições, práticas e da própria segurança governamental, sobrepondo binômios que tradicionalmente são compreendidos como fixos e intransponíveis – compreendendo-os como fluidos e interrelacionados. Nesse contexto, a abordagem nos provoca a compreender as barreiras entre o público/privado, o legal/ilegal, o lícito/ilícito e o global/local, levando em consideração as múltiplas relações que se estabelecem e se transpõem. Ou seja, buscamos evidenciar por qual motivo o emprego dessa abordagem é condizente na observação das articulações estabelecidas pelas milícias no contexto paraense. Dessa forma, descrevemos as formas de atuação e articulação das milícias no interior do Pará, diferenciando-as dos grupos que atuam na capital. Esses grupos, normalmente, são compostos por policiais e ex-policiais que prestam algum tipo de serviço a fazendeiros, garimpeiros, madeireiras e até mesmo empresas de crédito de carbono.

Ainda como parte da pesquisa, desenvolvemos uma *Grounded Theory* com o objetivo de compreender o fenômeno em análise de forma aprofundada, através de emergência factual. É importante mencionar que o intuito não foi desenvolver uma teoria, mas sim criar asserções sobre o período do governo Bolsonaro no que diz respeito ao plano de desestruturação ambiental e do modo como essa conjuntura incentivou a atuação de milícias no interior paraense. Para isso, foram gerados diversos códigos a partir de entrevistas, fontes hemerográficas, fontes primárias e secundárias com o auxílio do CAQDAS ATLAS.ti. Posteriormente, os códigos foram triangulados convergentemente e, por meio de interpretação factual, construímos categorias de análise para explicar a realidade estudada.

Portanto, a partir do que foi apresentado, é possível dizer que, ao todo, há seis códigos centrais à análise da presente pesquisa. O primeiro versa sobre o “Plano de desestruturação ambiental”, que culmina nos três outros códigos centrais: “Alegação de cobiça e invasão internacional que agride os interesses nacionais”; “Retórica antiambiental e discurso de permissividade aos crimes ambientais e à expansão do agronegócio”; e “Ataques retóricos, descredibilização, sucateamento e desmonte dos órgãos de preservação ambiental”. O quinto versa sobre a “Presença de redes criminosas e alianças criminais na Amazônia” e culmina no último código, que concerne aos “Policiais militares da ativa e aposentados atuando em favor do crime organizado e crimes ambientais”.

Em síntese, podemos inferir que de fato houve uma tentativa de militarização no que diz respeito às questões ambientais e, especificamente, no que diz respeito à Amazônia brasileira. Foi possível identificar, nesse sentido, um plano de desestruturação ambiental que

contou com retóricas antiambientalistas, permissividade a diversos crimes ambientais que ocorriam na região, incentivo ao avanço do agronegócio enquanto atividade que estabelece relação direta com o crime ambiental, ataques retóricos que buscavam deslegitimar a atuação de órgãos ambientais, bem como ações concretas no desmonte e sucateamento desses órgãos.

Nesse contexto, também foram nomeados militares e policiais militares para altos cargos nesses órgãos ambientais. Além disso, as GLOs foram implementadas como “alternativas” à preservação ambiental, em função da pressão internacional e nacional no que diz respeito à preservação da região. Contudo, as GLOs foram extremamente ineficientes no combate aos incêndios e crimes ambientais perpetrados na região, funcionando, sobretudo, como mero mecanismo de fortalecimento do Estado e dos próprios militares, empoderados tanto em termos discursivos quanto no controle de orçamentos significativos – contrastantes ao contexto de desmonte dos órgãos de preservação. Nesse contexto, observa-se que o crime organizado e, conseqüentemente, o crime ambiental, expandiu-se na região, culminando no aparecimento e/ou no fortalecimento de redes criminais que possuíam, em sua composição, a presença de milícias. Por sua vez, esses grupos, atuantes no interior paraense, são compostos, majoritariamente, por policiais e ex-policiais, apresentando, portanto, um *modus operandi* mais especializado em relação aos antigos pistoleiros que atuavam na região.

As milícias da região, ao que tudo indica, prestam serviços de segurança para grupos criminosos que operam diversos crimes ambientais, a exemplo de grandes fazendeiros, garimpeiros, madeireiras e até mesmo narcotraficantes. No que diz respeito ao interior do Pará, especificamente, observa-se que as milícias se associam principalmente com garimpeiros e grandes fazendeiros. Esses grupos atuam, muitas vezes, com uniforme e equipamentos da polícia, exercendo proteção do transporte de cargas, dos limites territoriais daquele latifúndio e de equipamentos para crimes ambientais – além do cometimento de crimes de extermínio.

A partir dessa análise, é possível definir o que a presente pesquisa entende pela militarização ocorrida durante o governo Bolsonaro, bem como de que forma ela impactou a atuação de milícias no interior do Pará. Esse impacto, conforme pudemos observar na rede de códigos, não ocorre de forma direta, mas indireta, a partir do aumento e empoderamento daqueles que cometiam crimes ambientais naquele período, associado à falta de impunidade. Portanto, os diversos *assemblages* que compõem aquela região tiveram espaço para se desenvolver e se associar. No caso das milícias, elas expressaram seu caráter de *assemblage* global da (in)segurança, visto que empresas privadas e legais de segurança, bem como grupos autônomos e ilegais, passaram a oferecer seus serviços de segurança para grupos específicos envolvidos com crimes ambientais, fortalecendo um contexto de insegurança naquela região.

Dessa forma, pensar as milícias no interior paraense nos demonstra a fragilidade de barreiras pré-estabelecidas, especialmente nas Relações Internacionais, quanto a definições como global-local, público-privado e legal-ilegal. Além disso, demonstra a precariedade das relações que são estabelecidas nesse contexto, tendo em vista que essas interações só serão mantidas na medida em que ambos os lados possuem seus interesses garantidos.

Em suma, o presente estudo procurou observar como a militarização empreendida ao longo do governo Bolsonaro incentivou a atuação de milícias no interior paraense. No entanto, tendo em vista a extensão da região e das relações estabelecidas, reconhece-se que é necessário realizar estudos específicos em determinadas localidades para compreender se existe ou não um padrão na atuação desses grupos, bem como em que medida eles se envolvem diretamente com as atividades ilegais que são contratados para proteger. Consideramos que o presente trabalho suscita mais questionamentos do que oferece respostas quanto às características e ao *modus operandi* dos grupos analisados, justamente em razão da natureza horizontal de sua atuação e dos tipos de relações que estabelecem. Nesse sentido, uma pesquisa de campo mais extensa seria fundamental para uma melhor compreensão dessas dinâmicas, potencialmente identificando melhor essas interações – salvaguardados os riscos dessa iniciativa, dado o contexto de violência da região. No que se refere à militarização, consideramos que seria pertinente ampliar a análise incorporando outras perspectivas, em especial a dos militares que atuaram no referido contexto – sobretudo nas operações analisadas. Todavia, é razoável supor que a anuência à participação seria ainda mais limitada que a observada em relação aos servidores de órgãos ambientais – ainda que por motivos diferentes. No caso dos servidores, acreditamos que as recusas estavam associadas ao temor de eventuais represálias. Já entre os militares, a resistência possivelmente decorria da sensibilidade que envolve o tema.

Acreditamos que a pesquisa, apesar de suas lacunas, contribui ao entendimento de um contexto multifacetado, perpassado por medo e violência. Entende-se que parte dessa lacuna se dá pela falta de informações sobre o *modus operandi* desses grupos, reforçada pela ausência de investigação adequada. Além disso, buscamos empreender uma metodologia que se ativesse aos elementos factuais que compõem esse fenômeno. Em vista do objetivo de estabelecer elementos centrais em relação ao problema de pesquisa, compreendemos que o processo de militarização empreendido ao longo do governo Bolsonaro impactou as políticas ambientais, incentivando crimes ambientais e, conseqüente, a atuação e a integração de redes criminosas que se beneficiaram desse contexto de permissividade, a exemplo das milícias. Nesse contexto, esses grupos expandiram a oferta de serviços de segurança para grupos criminosos na região, fazendo uso do aparato estatal e demonstrando como o Estado, ao contrário do que

frequentemente se supõe, está amplamente presente na região – ainda que de maneira contrária aos princípios que deveriam nortear sua atuação.

Por fim, o presente estudo suscita questionamentos quanto à fragilidade das nossas instituições, na medida em que mudanças de governo possibilitam alterações profundas na estrutura e na composição de órgãos essenciais ao país, viabilizando regressões em agendas que demandaram muito tempo para serem estruturadas. Nesse contexto, vale questionar: quais são os ecos deixados pelo governo Bolsonaro, mesmo após o fim do mandato, nas múltiplas camadas que constituem o Brasil? Até que ponto as medidas adotadas entre 2019 e 2022 foram desmanteladas, recompostas ou mantidas pelo governo que o sucedeu?

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAMSEN, R.; WILLIAMS, M. C. Security Beyond the State: Global Security Assemblages in International Politics. **International Political Sociology**, v. 3, n. 1, p. 1–17, mar. 2009.
- ADU, P. **A Step-by-Step Guide to Qualitative Data Coding**. Nova York: Routledge, 2019.
- ALBUQUERQUE, C. Milícias atuam na área periférica de Manaus. **Toda Hora**, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://todahora.com/milicias-atuam-na-periferia-de-manaus/>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- ALCÂNTARA, T.; RODRIGUES, G. Inquérito do caso Dom e Bruno é concluído sem indicar braço político. **Metrópoles**, 05 nov. 2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/inquerito-do-caso-dom-e-bruno-e-concluido-sem-indicar-braco-politico>. Acesso em: 21 jan. 2025.
- ALENCAR, A *et al.* Amazônia em Chamas: o novo e alarmante patamar do desmatamento na Amazônia. **IPAM Amazônia**, n. 9, p. 1-21, 2022. Disponível em: [https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Amaz%C3%B4nia-em-Chamas-9-pt\\_vers%C3%A3o-final-2.pdf](https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2022/02/Amaz%C3%B4nia-em-Chamas-9-pt_vers%C3%A3o-final-2.pdf). Acesso em: 21 jan. 2025.
- ALVES, P. Ricardo Salles é investigado por esquema de exportação ilegal de madeira. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/06/23/ricardo-salles-entenda-operacao-contra-exportacao-ilegal-de-madeira-que-mira-ministro-do-meio-ambiente.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2023.
- ARAUJO, H. **Masters of the Lost Land: the untold story of the Amazon and the violent fight for the World's last frontier**. Nova York/Boston: Mariner Books, 2023.
- ASCEMA. Ascema Nacional denuncia ao MPF e MPT assédio moral cometido contra servidores públicos da área ambiental. **ASCEMA**, 13 ago. 2021. Disponível em: <https://ascemanacional.org.br/2021/08/13/ascema-nacional-denuncia-ao-mpf-e-mpt-assedio-moral-cometido-contra-servidores-publicos-da-area-ambiental/>. Acesso em: 21 jan. 2025.
- AYDINLI, E. Assessing violent non state actorness in global politics: a framework for analysis. **Cambridge Review of International Affairs**, [S.L.], v. 28, n. 3, p. 424-444, out. 2013.
- AZEVEDO, L. F. Facções e Milícias Disputam Controle de Rios da Amazônia para o Tráfico de Drogas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 mar. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2024/03/04/faccoes-e-milicias-disputam-controle-de-rios-da-amazonia-para-o-traffic-de-drogas.ghtml>. Acesso em: 07 ago. 2024.
- BALLVÉ, T. Everyday State Formation: territory, decentralization, and the narco landgrab in colombia. **Environment And Planning D: Society and Space**, v. 30, n. 4, p. 603-622, 1 jan. 2012.

BALZACQ, T. **Securitization Theory**: how security problems emerge and dissolve. Paris: Routledge, 2010.

BARBOSA, C. Impunidade é aliada de grileiros para desmatar florestas. **Brasil de Fato**, Belém, 06 jul. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/06/impunidade-e-aliada-de-grileiros-para-desmatar-florestas>. Acesso em: 07 ago. 2024.

BARNES, N. Criminal Politics: An Integrated Approach to the Study of Organized Crime, Politics, and Violence. **Perspectives on Politics**, v. 15, n. 4, p. 967–987, dez. 2017.

BARRETO, C. A. L. M. **A Farsa Ianomâmi**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

BECKER, B. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 135-159, set. 2001.

BENNETT, J. The Agency of Assemblages. In: BENNETT, J. **Vibrant Matter**: a political ecology of things. Durham: Duke University Press, 2010.

BIGO, S. D. International Political Sociology. In: WILLIAMS, P. D. **Security Studies**. Londres: Routledge, 2008. p. 140-154.

BIGO, D.; MCCLUSKEY, E. What Is a PARIS Approach to (In)securitization? Political Anthropological Research for International Sociology. **The Oxford Handbook Of International Security**, p. 115-130, 15 mar. 2018.

BISPO, F. Deputado instalou milícia dentro da Assembleia de Roraima que espionou e sequestrou adversários. **Infoamazonia**, 16 fev. 2022. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/02/16/deputado-instalou-milicia-dentro-da-assembleia-de-roraima-que-espionou-e-sequestrou-adversarios/>. Acesso em: 5 nov. 2023.

BORGES, A. Demissão de servidores ambientais crescem com Bolsonaro. **Terra**, 09 nov. 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/planeta/sustentabilidade/demissao-de-servidores-ambientais-crescem-com-bolsonaro,2cb9d3006e4a96b9d29f1c5e0bd6445c4xqr0bm7.html>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020a. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. **Decreto Nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10252.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10252.htm). Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 10.341, de 6 de maio de 2020b. Autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal. **Decreto Nº 10.341, de 6 de maio de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10341.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.341%2C%20DE](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10341.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.341%2C%20DE)

%206%20DE%20MAIO%20DE%202020&text=Autoriza%20o%20emprego%20das%20Forças, nos%20Estados%20da%20Amaz%C3%B4nia%20Legal..

BRASIL. Decreto nº 10.730, de 28 de junho de 2021. Autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem nas terras indígenas, em unidades federais de conservação ambiental, em áreas de propriedade ou sob posse da União e, por requerimento do respectivo Governador, em outras áreas dos Estados abrangidos. **Lei Nº 10.730, de 28 de junho de 2021**. Brasília, 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10730.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.730%2C%20DE%2028,outras%20%C3%A1reas%20dos%20Estados%20abrangidos](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10730.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.730%2C%20DE%2028,outras%20%C3%A1reas%20dos%20Estados%20abrangidos). Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. **Lei Nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Brasília, 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm). Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Decreto Nº 9.985, de 23 de agosto de 2019. Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem e para ações subsidiárias nas áreas de fronteira, nas terras indígenas, em unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas da Amazônia Legal na hipótese de requerimento do Governador do respectivo Estado. **Decreto Nº 9.985, de 23 de agosto de 2019**. Brasília, 2019a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/d9985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9985.htm). Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Lei Complementar Nº 97, de 9 de junho de 1999**. Brasília, 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp97.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97.htm). Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. **Lei Nº 13.844, de 18 de Junho de 2019**. Brasília, 2019b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm). Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 5174, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica e dá outras providências. **Lei Nº 5.174, de 27 de Outubro de 1966**. Brasília, 1966. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5174.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5174.htm). Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.863, de 28 de março de 1994. Altera a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983. **Lei Nº 8.863, de 28 de março de 1994**. Brasília, 1994. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8863.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8863.htm). Acesso em: 07 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Nota na íntegra do Ministério da Defesa em relação ao uso de aeronave da FAB para transporte de lideranças indígenas**. Ago. 2020c. Disponível em: [https://www.fab.mil.br/Download/arquivos/Ministerio\\_da\\_Defesa.pdf](https://www.fab.mil.br/Download/arquivos/Ministerio_da_Defesa.pdf). Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Processo nº 1000962-53.2020.4.01.3908**. Santarém: Ministério Público Federal, 10 set. 2020d. Disponível em: [https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2020/agravo\\_mpf\\_urgencia\\_combate\\_garimpo\\_ilegal\\_terras\\_munduru\\_ku\\_sudoeste\\_pa.pdf](https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2020/agravo_mpf_urgencia_combate_garimpo_ilegal_terras_munduru_ku_sudoeste_pa.pdf). Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASÍLIA. Projeto de Lei de 2007. Dispõe sobre o crime de extermínio de seres humanos, e dá outras providências. **Projeto de Lei de 2007**. Brasília, 2007. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=440879&filename=PL%20370/2007](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=440879&filename=PL%20370/2007). Acesso em: 07 ago. 2024.

BRYANT, A.; CHARMAZ, K. (ed.). **Current Developments in Grounded Theory**. Londres: Sage, 2019.

CABRERA-NOSSA, I.; SUAREZ, M. A; PIMENTA, M. Governança híbrida e atores não estatais violentos: examinando o caso do Brasil e da Colômbia. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v. 11, n. 2, p. 301-317, jul./dez. 2024.

CAMARGOS, D. Ataque no Pará segue modus operandi de delegado investigado por despejos ilegais. **Repórter Brasil**, 27 maio 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/ataque-no-para-segue-modus-operandi-de-delegado-investigado-por-despejos-ilegais/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

CAMARGOS, D. Da pistolagem ao 'Invasão Zero': a evolução das milícias rurais no sudeste do Pará. **Repórter Brasil**, 22 ago. 2024. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/08/pistolagem-invasao-zero-milicias-rurais-para/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

CAMARGOS, D.; HARARI, I. Investigação aponta policiais como donos de garimpos de ouro em terra indígena. **Repórter Brasil**, 19 set. 2024. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/09/pf-prende-politico-acusado-garimpar-ouro-terras-indigenas/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

CAMBRIDGE DICTIONARY. Straining. **Cambridge Dictionary**, 2025. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/straining>. Acesso em: 21 jan. 2025.

CARNEIRO, T. Rotas do tráfico pela Amazônia: como o Pará é 'passagem obrigatória' da cocaína para o resto do Brasil. **G1**, 04 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/04/04/rotas-do-traffic-pela-amazonia-como-o-para-e-passagem-obrigatoria-da-cocaina-para-o-resto-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2025.

CARNEIRO, T; SETA, I.; Voccio, G. Fraude na Amazônia: empresas usam terras públicas como se fossem particulares para vender créditos de carbono a gigantes multinacionais. **G1**, 02 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/10/02/fraude-na-amazonia-empresas-usam-terras-publicas-como-se-fossem-particulares-para-vender-creditos-de-carbono-a-gigantes-multinacionais.ghtml>. Acesso em: 17 mar. 2025.

CARTA CAPITAL. Desaparecimento de Dom e Bruno escancara Amazônia dominada por milícias. **Carta Capital**, 14 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/desaparecimento-de-dom-e-bruno-escancara-amazonia-dominada-por-milicias/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CARVALHO, I. De Lula a Bolsonaro: número de fiscais do Ibama chegou a cair até 55%. **BdF**, 08 set. 2020. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2020/09/08/no-governo-bolsonaro-numero-de-fiscais-do-ibama-despencou-e-desmatamento-disparou>. Acesso em: 21 jan. 2025.

CEPIK, M.; BORBA, P. Crime organizado, estado e segurança internacional. **Contexto Internacional**, v. 33, p. 375-405, 2011.

CHADE, J. governo Bolsonaro incentiva “cultura de impunidade” no garimpo, diz ONU. **Uol**, 19 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/08/19/governo-bolsonaro-incentiva-cultura-de-impunidade-no-garimpo-diz-onu.htm>. Acesso em: 07 ago. 2024.

CHARMAZ, K. **A Construção da Teoria Fundamentada**: Guia Prático para Análise Qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CPT. Nota Pública: Quem mandou matar Fernando, Zé do Lago, Márcia e Joane? **CPT**, 26 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/noticias-2/7044-nota-publica-para-2025>. Acesso em: 25 mar. 2025.

CNN. Bolsonaro defende ‘desenvolvimento sustentável’ na Amazônia em discurso no BID. **CNN**, São Paulo, 18 mar. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/bolsonaro-defende-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia-em-discurso-no-bid/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

COMISSÃO DE DEFESA DE DIREITOS HUMANOS D. PAULO EVARISTO ARNS. **Pará**: sem justiça não há paz. 2023. Disponível em: [https://comissaoarns.org/documents/82/Relatorio\\_PAR%C3%81\\_-\\_COMISS%C3%83O\\_ARNS\\_2023.pdf](https://comissaoarns.org/documents/82/Relatorio_PAR%C3%81_-_COMISS%C3%83O_ARNS_2023.pdf). Acesso em: 21 jan. 2025.

CONGRESSO NACIONAL. Termo: Despesa Discricionária. **Glossário de Termos Orçamentários**, 2025. Disponível em: [https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/despesa\\_discricionaria#:~:text=Despesa%20cuja%20execu%C3%A7%C3%A3o%20est%C3%A1%20sujeita%20%C3%A0%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20oportunidade%20pelo%20gestor..](https://www.congressonacional.leg.br/legislacao-e-publicacoes/glossario-orcamentario/-/orcamentario/termo/despesa_discricionaria#:~:text=Despesa%20cuja%20execu%C3%A7%C3%A3o%20est%C3%A1%20sujeita%20%C3%A0%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20oportunidade%20pelo%20gestor..) Acesso em: 21 jan. 2025.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil: Dados de 2022. **Conselho Indigenista Missionário**, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

COUTO, A. A periferia de Belém sob vigilância e controle: o narcotráfico por uma perspectiva miliciana. **Geografares**, v. 27, p. 1-17, 2018.

DANTAS, C. Lula reduziu desmatamento da Amazônia em 70%; aumento em anos de Bolsonaro é de 73%. **Infoamazonia**, 19 out. 2022a. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2022/10/19/lula-reduziu-desmatamento-da-amazonia-em-70-aumento-em-anos-de-bolsonaro-e-de-73/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

DANTAS, D. Conselho da Amazônia Legal completa dois anos em fevereiro sem cumprir suas principais metas de redução do desmatamento. **O Globo**, 16 jan. 2022b. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/conselho-da-amazonia-legal-completa-dois-anos-em-fevereiro-sem-cumprir-suas-principais-metas-de-reducao-do-desmatamento-1-25355878>. Acesso em: 21 jan. 2025.

DELANDA, M. **A New Philosophy of Society: assemblage theory and social complexity**. Londres: Bloomsbury, 2019.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **A Thousand Plateaus: Capitalism and Schizophrenia**. Londres: The University of Minnesota Press, 1987.

DICIO. **Significado de Pistoleiro**. 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pistoleiro/>. Acesso em: 07 ago. 2024.

DITTMER, J. Geopolitical assemblages and complexity. **Progress in Human Geography**, v. 38, n. 3, p. 385-401, 2014.

DUFFY, R. et al. Why we must question the militarisation of conservation. **Biological Conservation**, v. 232, p. 66–73, abr. 2019.

DUFFY, R. Waging a war to save biodiversity: the rise of militarized conservation. **International Affairs**, v. 90, n. 4, p. 819–834, jul. 2014.

DUNLAP, A.; FAIRHEAD, J. The Militarisation and Marketisation of Nature: An Alternative Lens to ‘Climate-Conflict’. **Geopolitics**, v. 19, n. 4, p. 937–961, 2 out. 2014.

EM TEMPO. STJ valida multas do IBAMA canceladas por Eduardo Bim. **Em Tempo**, 26 nov. 2023. Disponível em: <https://emtempo.com.br/196191/politica/stj-valida-multas-do-ibama-canceladas-por-eduardo-bim/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

EOS DATA ANALYTICS. Incêndios Florestais: Dicas de Prevenção e Combate. **EOS Data Analytics**, 08 jun.2023. Disponível em: <https://eos.com/pt/blog/prevencao-de-incendios-florestais/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W. **The Development Dictionary**. 2 ed. Nova York/Londres: Zed Books, 2010.

FARIAS, V. Bolsonaro defende 'gestão soberana' dos recursos naturais e diz que impacto do agronegócio no meio ambiente é 'irrisório'. **O Globo**, 30 set. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/bolsonaro-defende-gestao-soberana-dos-recursos-naturais-diz-que-impacto-do-agronegocio-no-meio-ambiente-irrisorio-24669079>. Acesso em: 07 ago. 2024.

FERRANTE, L.; FEARNSIDE, P. M. Military forces and COVID-19 as smokescreens for Amazon destruction and violation of indigenous rights. **Die ERDE**, n. 4, p. 1, 2020.

FERREIRA, M. A. Organizações Criminosas e Governança Híbrida na América do Sul: O contexto da COVID-19. **Revista Relaciones Internacionales**, v. 2, n. 95, p. 117-138, jul./dez. 2022.

FLICK, U. **Introducing Research Methodology: A Beginner's Guide to Doing a Research Project**. Londres: Sage, 2011.

FLICK, U. **Doing Grounded Theory**. Londres: Sage, 2018.

FONEC. Em defesa do Pronera e do Direito à Educação do Campo. **Contag**, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/em-defesa-do-pronera-e-do-direito-a-educacao-do-campo-20200227>. Acesso em: 21 jan. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023a. Disponível em: <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/b8f1896e-8bd9-4809-a9ee-85b82245dcf2/content>. Acesso em: 29 out. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da Violência na Amazônia**. São Paulo: FBSP, 2023b. Disponível em: <https://apidspace.forumseguranca.org.br/server/api/core/bitstreams/22fbb4d8-4f91-49f6-9a2a-5b8440da21b7/content>. Acesso em: 29 out. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Segurança Pública e Crime Organizado na Amazônia Legal**. São Paulo: 2023c. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/06/informe-especial-seguranca-publica-e-crime-organizado-na-amazonia-legal.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.

FRANCO, G. N. Complexidade e cotidiano acadêmico: práticas de leitura, escrita e presença. In: SIQUEIRA, I. R. *et al* (org.). **Metodologia e Relações Internacionais: Debates Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2019.

FREITAS, C. R.; CARVALHO, R. A.; OVIEDO, A. O Financiamento da Gestão Ambiental no Brasil: uma avaliação a partir do orçamento público federal (2005-2022). **Instituto Socioambiental**, 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/t3d00048.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

FUNAI. Desmatamento na Terra Indígena Apyterewa (PA) cai 97% no primeiro semestre de 2024 com ações do Governo Federal. **Gov.br**, 12 set. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/desmatamento-na-terra-indigena-apyterewa-pa-cai-96-7-no-primeiro-semester-de-2024-com-aco-es-do-governo-federal>. Acesso em: 25 mar. 2025.

G1. Bruno Pereira e Dom Phillips: a cronologia do caso, desde o início da viagem. **G1**, 15 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2022/06/15/bruno->

pereira-e-dom-phillips-a-cronologia-do-caso-desde-o-inicio-da-viagem.ghtml. Acesso em: 07 ago. 2024.

G1. Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. **G1**, 22 maio 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/22/ministro-do-meio-ambiente-defende-passar-a-boiada-e-mudar-regramento-e-simplificar-normas.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2023.

G1. PF prende fazendeiro acusado de formação de milícia rural armada em Marabá, no Pará. **G1**, 13 fev. 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/02/13/pf-prende-fazendeiro-acusado-de-formacao-de-milicia-rural-armada-em-maraba-no-para.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2025.

G1. Procuradores investigam por que FAB levou garimpeiros ilegais para reunião com Salles. **G1**, 21 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/08/21/procuradores-investigam-por-que-fab-levou-garimpeiros-ilegais-para-reuniao-com-salles.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2025.

GIMENES, E. Bolsonaro dá cargos no Incri para o "centrão" em ação nociva à reforma agrária. **BdF**, 06 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/06/bolsonaro-da-cargos-no-incra-para-o-centrao-em-acao-nociva-a-reforma-agraria>. Acesso em: 21 jan. 2025.

GOMES, L.; RODRIGUES, D.; PFRIMER, M. Milícias e Relações Internacionais: Revisão e balanço socioepistêmico em tempos de transnacionalização da violência. **Revista R:I**, v. 69, p. 143–161, mar. 2021.

GONÇALVES, E.; CASTRO, J. Delegado deixa inquérito sobre apreensão recorde de madeiras na Amazônia. **Veja**, 27 maio 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/delegado-deixa-inquerito-sobre-apreensao-recorde-de-madeiras-na-amazonia>. Acesso em: 07 ago. 2024.

GREENPEACE. Dia do fogo completa um ano, com legado de impunidade. **Greenpeace**, 2025. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/florestas/dia-do-fogo-completa-um-ano-com-legado-de-impunidade/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

HALL, T. Geographies of the illicit: Globalization and organized crime. **Progress in Human Geography**, v. 3, n. 37, p. 366-385, 2012.

HARARI, I; CARMARGOS, D. PF prende político acusado de garimpar 3 toneladas de ouro em terras indígenas. **Repórter Brasil**, 19 set. 2024. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/09/pf-prende-politico-acusado-garimpar-ouro-terras-indigenas/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

HOCHSTETLER, K. O meio ambiente no governo Bolsonaro. In: AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Eds.). **governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 217–285.

HOLANDA, M. Mourão admite ser o culpado por falta de coordenação no combate ao desmatamento. **Folha de São Paulo**, Brasília, 23 nov. 2021. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/11/mourao-admite-ser-o-culpado-por-falta-de-coordenacao-no-combate-ao-desmatamento.shtml>. Acesso em: 21 jan. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Máfias do Ipê: Como a Violência e a Impunidade Impulsionam o Desmatamento na Amazônia Brasileira**. [S.I]: Human Rights Watch, 2019.

HUNTINGTON, S. **The Soldier and the State: the Theory and Politics of Civil-Military Relations**. Massachusetts: Belknap, 1985.

IBGE. Municípios da Amazônia Legal. **IBGE**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html>. Acesso em: 29 out. 2024.

INCRA. Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação. **MAPA**, 07 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2025.

INPE. Monitoramento dos Focos Ativos por Estado. **Programa Queimadas**, 2025. Disponível em: [https://terrabilis.dpi.inpe.br/queimadas/situacao-atual/estatisticas/estatisticas\\_estados/](https://terrabilis.dpi.inpe.br/queimadas/situacao-atual/estatisticas/estatisticas_estados/). Acesso em: 21 jan. 2025.

JANOWITZ, M. **The Professional Soldier: a social and political portrait**. Nova York: The Free Press, 1966.

JORNAL NACIONAL. Europa ameaça retaliações comerciais por conta de queimadas na Amazônia. **G1**, 23 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/08/23/europa-ameaca-retaliacoes-comerciais-por-conta-de-queimadas-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2025.

Khondker, H. 2018. Glocalization. In Juergensmeyer, M. & Sassen, S. & Steger, M. B. & Faessel, V.. *The Oxford Handbook of Global Studies*. New York: Oxford University Press, pp.72-92.

LOUREIRO, V.; GUIMARÃES, E. Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia. **Revista Direito FGV**, v. 3, n. 1, 1 jan. 2007.

LUNSTRUM, E. Green Militarization: anti-poaching efforts and the spatial contours of kruger national park. **Annals Of The Association Of American Geographers**, v. 104, n. 4, p. 816-832, 4 jun. 2014.

MABEE, B.; VUCETIC, S. Varieties of militarism: Towards a typology. **Security Dialogue**, v. 49, n. 1–2, p. 96–108, fev. 2018.

MACHADO, V. **A escalada militar ao governo e suas consequências para a Amazônia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Böll, 2023.

MADEIRO, C. Sede da próxima COP, Pará troca jagunços por milícias rurais na Amazônia. **Uol**, [S.L.], 01 jun. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/06/01/na-era-das-armas-guerra-por-terra-no-pa-troca-jaguncos-por-milicias-rurais.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 jul. 2023.

- MAISONNAVE, F.; SANTOS, B. Família de ribeirinhos morta morava em área reivindicada por irmão de prefeito no PA. **Folha de São Paulo**, São Félix do Xingu, 14 fev. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/02/familia-de-ribeirinhos-morta-morava-em-area-reivindicada-por-irmao-de-prefeito-no-pa.shtml>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- MARQUES, A. A. **Amazônia**: pensamento e presença militar. 2007. 233 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MASSÉ, F.; LUNSTRUM, E.; HOLTERMAN, D. Linking green militarization and critical military studies. **Critical Military Studies**, v. 4, n. 2, p. 201–221, 2017.
- MATHIAS, S. K. *et al.* A política militar brasileira no governo Dilma Rousseff: o discurso e a ação. **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, p. 136-168, abr. 2019.
- MATOSO, F.; GOMES, P. H. Cai o ministro Ricardo Salles, do Meio Ambiente. **G1**, Brasília, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/23/bolsonaro-exonera-salles-do-cargo-de-ministro-do-meio-ambiente.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- MEIRA, L. *et al.* Despesas Obrigatórias e Discricionárias no Brasil. **Boletim Economia Empírica**, v. 3, n. 11, p. 54-60, 2022.
- MEMÓRIAS DA DITADURA. Doutrina de Segurança Nacional nas Escolas. **Memórias da Ditadura**, 2024. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/doutrina-de-seguranca-nacional-nas-escolas/>. Acesso em: 30 out. 2024.
- MERLINO, T; PERES, J. Caubóis do carbono da Inglaterra dirigem projetos com ameaças e controle de terras na Amazônia. **O Joio e o Trigo**, Gurupá, 20 jun. 2024. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2024/06/cowboys-carbono-policial-fazendeiros/>. Acesso em: 17 mar. 2025.
- MILANEZ, F. A coragem e a ousadia de Zé Cláudio e Maria, mortos há 10 anos, ainda ecoam. **Carta Capital**, 24 maio 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/dez-anos-depois-a-coragem-e-a-ousadia-de-ze-claudio-e-maria-ainda-eco/>. Acesso em: 25 jan. 2025.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. **Garantia da lei e da ordem**. Brasília: 2014a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/2014/mes02/md33-m-10-garantia-da-lei-e-da-ordem-2a-ed-2014-31-jan.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Operação Verde Brasil 2 encerra com queda no desmatamento. **Gov.br**, 30 abr. 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/operacao-verde-brasil-2-encerra-com-queda-no-desmatamento>. Acesso em: 07 ago. 2024.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa nº 186, de 31 de janeiro de 2014b. Dispõe sobre a publicação “Garantia da Lei e da Ordem”. **Garantia da Lei e da Ordem**. Brasília,

Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/2014/mes02/md33a\\_ma\\_10a\\_gloa\\_2eda\\_2014.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ajuste-01/2014/mes02/md33a_ma_10a_gloa_2eda_2014.pdf). Acesso em: 07 ago. 2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Relatório de Gestão**: Ministério da Defesa 2019a. Brasília: 2019. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/acao-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao/arquivos-relatorio-2018/relatorio\\_de\\_gestao.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/acao-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao/arquivos-relatorio-2018/relatorio_de_gestao.pdf). Acesso em: 20 jul. 2023.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Relatório Final Operação Samaúma**. Brasília: Ministério da Defesa, 2021b.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Relatório Final Operação Verde Brasil 2**. Brasília: Ministério da Defesa, 2021c.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Relatório Final Operação Verde Brasil**. Brasília: Ministério da Defesa, 2019b.

MOTA, E.; PHELLIPE, A. Governo nega militarização ambiental, mas mostra efetivo militar na Amazônia. **Oeco**, 09 set. 2020. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/governo-nega-militarizacao-ambiental-mas-mostra-efetivo-militar-na-amazonia/>. Acesso em: 31 out. 2023.

MPF. MPF e mulheres Munduruku lançam campanha após garimpeiros ilegais atacarem sede de associação no Pará. **MPF**, 30 mar. 2021. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-e-mulheres-munduruku-lancam-campanha-apos-garimpeiros-ilegais-atacarem-sede-de-associacao-no-para>. Acesso em: 20 mar. 2025.

NETO, C. N. Como uma milícia rural aterrorizou os sem-terra no Pará. **Amazônia Real**, 23 nov. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/milicia-rural/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

NUNES, C.; OLIVEIRA, V. Com Bolsonaro, apenas 19 comunidades quilombolas da Amazônia Legal foram tituladas. **Amazônia Real**, 05 jan. 2023. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/especiais/com-bolsonaro-apenas-19-comunidades-quilombolas-da-amazonia-legal-foram-tituladas/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Nunca Mais Outra Vez**: 4 anos de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. [S.L.]: 2023. Disponível em: [https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/AF\\_reduzido\\_20220323\\_individuais\\_nunca-mais-outra-vez-1.pdf](https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2023/03/AF_reduzido_20220323_individuais_nunca-mais-outra-vez-1.pdf). Acesso em: 20 jul. 2023.

OLIVEIRA, A. D.; SILVA, G. D. A. Guerras generalizadas, capital e encarceramento no Brasil: o avanço da guerra na Amazônia e os antagonismos nas prisões. **Profanações**, v. 10, p. 31–67, 22 mar. 2023.

OLIVEIRA NETO, S. B. de. Milícias Low Profile: economia de violência, proteção restrita a clientes especiais e crescente envolvimento no tráfico de drogas ilícitas. **Fonte Segura**, 02 out. 2024. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/milicias-low-profile-economia-de-violencia-protecao-restrita-a-clientes-especiais-e-crescente-envolvimento-no-traffic-de-drogas-ilicitas/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

OLIVEIRA, A.; SILVA, G. A. Guerras generalizadas, capital e encarceramento no Brasil. **Profanações**, [S.L.], v. 10, p. 31-67, 22 mar. 2023.

PAJOLLA, M. Bolsonaro estimulou avanço de garimpeiros sobre os Yanomami; relembre casos e declarações. **Brasil de Fato**, Lábrea, 06 mai. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/06/bolsonaro-estimulou-avanco-de-garimpeiros-sobre-os-yanomami-relembre-casos-e-declaracoes>. Acesso em: 07 ago. 2024.

PAJOLLA, M. Como o governo Lula reverteu a invasão na terra indígena mais desmatada sob Bolsonaro. **Brasil de Fato**, Lábrea, 06 mar. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/06/como-o-governo-lula-reverteu-a-invasao-na-terra-indigena-mais-desmatada-sob-bolsonaro/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

PAJOLLA, M. Militarização da Amazônia é “cortina de fumaça” para desmatamento, diz ambientalista. **Brasil de Fato**, Lábrea, 06 jul. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/06/militarizacao-da-amazonia-e-cortina-de-fumaca-para-desmatamento-diz-ambientalista>. Acesso em: 5 nov. 2023.

PENIDO, A.; MATHIAS, S.; BARBOSA, L. A defesa da Amazônia e sua militarização. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 1, 27 abr. 2022.

POLÍTICA POR INTEIRO. Histórico, Panorama e Análise das Políticas Públicas Federais de 2019 a 2020. Política por Inteiro, 2021a. Disponível em: [https://www.politicaporinteiro.org/wp-content/uploads/2021/08/Amazonia-Por-Inteiro\\_V10-site.pdf?\\_gl=1\\*1703y0b\\*\\_ga\\*NzM1NzEyOTIuMTczNTI5ODc3Nw..\\*\\_ga\\_SRSBT9JQKG\\*MTczNzM3NTMzMS4yLjEuMTczNzM3NTM5My4wLjAuMA...](https://www.politicaporinteiro.org/wp-content/uploads/2021/08/Amazonia-Por-Inteiro_V10-site.pdf?_gl=1*1703y0b*_ga*NzM1NzEyOTIuMTczNTI5ODc3Nw..*_ga_SRSBT9JQKG*MTczNzM3NTMzMS4yLjEuMTczNzM3NTM5My4wLjAuMA...) Acesso em: 21 jan. 2025.

POLÍTICA POR INTEIRO. Operação Samaúma: a última GLO? **Política por Inteiro**, 16 set. 2021b. Disponível em: <https://politicaporinteiro.org/2021/09/16/glo-forcas-armadas-na-amazonia/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

PONTES, F. Governo federal quer cobrar R\$ 29 bilhões em multas ambientais. **Agência Brasil**, Brasília, 21 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/governo-federal-quer-cobrar-r-29-bilhoes-em-multas-ambientais#:~:text=O%20governo%20vai%20insistir%20na,prescri%C3%A7%C3%A3o%20da%20cobran%C3%A7a%20das%20san%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PORTELA, M. E. Ex-presidente da Funai é indiciado pela PF por omissão no caso Bruno e Dom. Metrôpoles, 19 maio 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/ex-presidente-da-funai-e-indiciado-pela-pf-por-omissao-no-caso-bruno-e-dom>. Acesso em: 21 jan. 2025.

PRIZIBISCZKI, C. Cerca de 40% da cocaína traficada através do Brasil passa pela Amazônia. **Oeco**, 2022. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/cerca-de-40-da-cocaina-trafficada-atraves-do-brasil-passa-pela-amazonia/>. Acesso em : 22 maio 2023.

PRIZIBISCZKI, C. Com novo governo, Conselho da Amazônia deixa de existir nos moldes atuais. **Oeco**, 03 jan. 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/com-novo-governo-conselho-da-amazonia-deixa-de-existir-nos-moldes-atuais/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

RANITO, J. J. Assemblages Globais de Segurança: mapeando o campo. **Observare**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 72-86, abr. 2020.

REPÓRTER BRASIL. RB Investiga #6: como o ‘ogronegocio’ tomou a Amazônia com ajuda do bolsonarismo. Repórter Brasil, 28 ago. 2024. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/08/rb-investiga-6-ogronegocio/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SALDAÑA, J. **The Coding Manual for Qualitative Researchers**. 3 ed. Londres: Sage, 2016.

SARRAF, M. Ninguém ainda foi preso pela chacina de ambientalistas em São Félix do Xingu. **Amazônia Real**, Belém, 10 mar. 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/ninguem-presos-chacina-em-sao-felix-do-xingu/>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SILVA, M. B. Milícia, privatização da segurança pública. **Direito Net**, 2007. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3747/Milicia-privatizacao-da-seguranca-publica>. Acesso em: 20 maio 2021.

REVISTA RELAÇÕES EXTERIORES. Sistema Internacional. **Relações Exteriores**, 24 fev. 2024. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/glossario/sistema-internacional/#:~:text=O%20Sistema%20Internacional%20%C3%A9%20um,os%20atores%20no%20palco%20mundial>. Acesso em: 07 ago. 2024.

SAMPAIO, C. Bolsonaro divide os ruralistas ao propor extinção do Ministério do Meio Ambiente. **Brasil de Fato**, Brasília, 24 out. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/24/bolsonaro-divide-os-ruralistas-ao-propor-extincao-do-ministerio-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SANTOS, K. S. *et al.* O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 655-664, fev. 2020.

SASSINE, V. Militares na Amazônia custaram R\$ 550 mi e não baixaram desmatamento. **Folha de São Paulo**, 24 out. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/10/militares-na-amazonia-custaram-r-550-mi-e-nao-baixaram-desmatamento.shtml>. Acesso em: 31 out. 2023.

SCHUBERTH, Moritz. The Challenge of Community-based Armed Groups: towards a conceptualization of militias, gangs, and vigilantes. **Contemporary Security Policy**, [S.L.], v. 36, n. 2, p. 1-25, 2015.

SECRETARIA GERAL. Presidente Bolsonaro determina emprego das Forças Armadas na repressão a delitos ambientais na Amazônia. **Gov.br**, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2021/junho/presidente-bolsonaro-determina-emprego-das-forcas-armadas-na-repressao-a-delitos-ambientais-na-amazonia>. Acesso em: 07 ago. 2024.

SEIBT, T. governo Bolsonaro tem 99 militares comissionados na gestão socioambiental. **Fiquem Sabendo**, 22 out. 2020. Disponível em: <https://fiquemsabendo.com.br/meio-ambiente/militares-gestao-socioambiental>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL. Governo anuncia a criação do Conselho da Amazônia. **Gov.br**, 22 jan. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2020/01/governo-anuncia-a-criacao-do-conselho-da-amazonia>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL. Operação Verde Brasil 2 evidencia a importância do combate aos crimes ambientais. **Gov.br**, 20 nov. 2020b. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2020/11/operacao-verde-brasil-2-evidencia-a-importancia-do-combate-aos-crimes-ambientais#:~:text=Nesse%20contexto%2C%202.244%20militares%20e,unidades%20federais%20de%20conserva%C3%A7%C3%A3o%20ambiental..> Acesso em: 21 jan. 2025.

SHALDERS. Com Bolsonaro, área ambiental do governo já perdeu 10% dos servidores. **BBC**, Brasília, 5 fev. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55849937>. Acesso em: 07 ago. 2024.

SILVA, L. L. S. Sobre o uso dos *Assemblages* nas abordagens relacionais geográficas. **Geographia Meridionalis**, v. 07, p. 1-20, 2024.

SOUZA, L. E. V. *et al.* Violence and Illegal Deforestation: The Crimes of “Environmental Militias” in the Amazon Forest. **Capitalism Nature Socialism**, v. 33, n. 2, p. 5-25, nov. 2021.

STANILAND, P. Militias, ideology, and the state. **Journal of Conflict Resolution**, [S.L.], v. 59, n. 5, p. 770-793, 2015.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. Histórico – SUDAM. **Gov.br**, 13 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/sudam/pt-br/aceso-a-informacoes/institucional/historico-sudam>. Acesso em: 07 ago. 2024.

TSOUKAS, H. Ways of seeing: topographic and network representations in organization theory. **Systems Practice**, v. 5, n. 4, p. 441-456, ago. 1992.

Uol. Bolsonaro põe general no comando do Inbra e reforça grupo militar no governo. **Uol**, 09 fev. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-poe-general-no-comando-do-incra-e-reforca-grupo-militar-no-governo/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

UOL. Bolsonaro anuncia general como novo presidente do Inbra. **Uol**, São Paulo, 9 fev. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/02/09/bolsonaro-novo-presidente-incra.htm>. Acesso em: 21 jan. 2025.

VALENTE, R.; URIBE, G. Temer dá a militares controle sobre áreas sensíveis do governo. **Folha de São Paulo**, Brasília, 05 mar. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/03/temer-da-a-militares-controle-sobre-areas-sensiveis-do-governo.shtml>. Acesso em: 07 ago. 2024.

WALENDORFF, R. Ivan Pinto fica em silêncio em depoimento à PF por ameaçar o ex-presidente Lula. **Valor**, Brasília, 23 jul. 2022. Disponível em:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2022/07/23/ivan-pinto-fica-em-silncio-na-audincia-de-custdia-por-ameaar-o-ex-presidente-lula.ghtml>. Acesso em: 08 abr. 2025.

WILLIAMS, K. The other side of the COIN: counterinsurgency and community policing. **Interface**, v. 3, n. 1, p. 81–117, maio 2011.

WISE, J. M. Assemblage. In: STIVALE, C. J. **Gilles Deleuze: Key Concepts**. 2 ed. Londres: Routledge, 2011.

ZE DUDU. Operação cumpre mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão para investigação da atuação de milícia rural no Pará. **Ze Dudu**, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://www.zedudu.com.br/operacao-cumpre-mandados-de-prisao-preventiva-e-de-busca-e-apreensao-para-investigacao-da-atuacao-de-milicia-rural-no-para/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

ZE DUDU. PF cancela autorização de empresa que atuava como milícia rural no Pará. **Ze Dudu**, 18 maio 2021. Disponível em: <https://www.zedudu.com.br/pf-cancela-autorizacao-de-empresa-que-atuava-como-milicia-rural-no-para/>. Acesso em: 21 jan. 2025.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A: FORMULÁRIOS DE PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

#### 1. FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS SERVIDORES

##### Antes da Entrevista

- a. Apresentação da equipe e da pesquisa.
- b. Explicar a ética em pesquisa usada na investigação.
- c. Confirmar se podemos gravar a entrevista [confirmar na gravação + Day&Time].

##### I. Identificação

- a. Você poderia se apresentar?
- b. Onde você trabalhou no período de 2019 a 2022? Há quanto tempo trabalha/trabalhou nesse local?
- c. Ao longo do governo Bolsonaro (2019-2022), você sentiu ou observou em seus colegas de trabalho qual(is) sentimento(s) em relação às medidas adotadas pelo governo federal na Amazônia Legal?

##### II. Militarização na Amazônia Legal

- a. Você observou a presença das Forças Armadas no combate à degradação ambiental na Amazônia durante o governo Bolsonaro (2019-2022)? O que pensa disso?
- b. Você observou a presença de militares ocupando cargos em instituições centrais à preservação da Amazônia durante o governo Bolsonaro (2019-2022)? O que pensa disso?
- c. Você observou se houve a redução da participação da sociedade civil em assuntos que envolvem a Amazônia durante o governo Bolsonaro (2019-2022)? O que pensa disso?
- d. Você observou ou vivenciou alguma proibição de concessão de entrevistas aos meios de comunicação por parte de funcionários de instituições associadas à preservação da Amazônia durante o governo Bolsonaro (2019-2022)? O que pensa disso?
- e. Você observou, em seu meio, a presença de posicionamentos contra dados e pesquisas científicas durante o governo Bolsonaro (2019-2022)? O que pensa disso?

- f. Você observou, em seu meio, a presença de posicionamentos contra ONGs durante o governo Bolsonaro (2019-2022)? O que pensa disso?
- g. Qual(is) foi/foram a(s) política(s) pública(s) e/ou institucional(is) que você observou ser(em) adotada(s) em relação à Amazônia Legal durante o governo Bolsonaro (2019-2022)? Qual(is) consequência(s) você pôde observar?
- h. Você considera que houve um processo de militarização na Amazônia Legal em algum momento durante o governo Bolsonaro (2019-2022)? Se sim, qual(is) consequência(s) você pôde observar?

### **III. Presença de milícias no Pará**

- a. Você tem notícia da atuação de milícias no Pará durante o governo Bolsonaro (2019-2022)? Em qual(is) região(ões)?
- b. Você tem notícia de algum grupo oferecendo serviços de segurança privada no Pará durante o governo Bolsonaro (2019-2022)? Em qual(is) região(ões)?
- c. Você sabe se algum desses grupos ofertam outros tipos de serviços (como gás, transporte clandestino, venda de lotes, etc) às comunidades locais no Pará? Em qual(is) município(s)?
- d. Você sabe se algum desses grupos se envolvem diretamente na realização de atividades ilegais ou ilícitas? Tem alguma outra atividade realizada por esses grupos que eu não perguntei?
- e. Você considera que esses grupos se enfraqueceram, mantiveram-se indiferentes ou se fortaleceram durante o governo Bolsonaro (2019-2022)? Por qual(is) motivo(s)?

### **IV. Militarização e Milícias no Pará**

- a. Na extensão do seu conhecimento, durante o governo Bolsonaro (2019-2022) esses grupos compunham ou possuíam algum tipo de relação com funcionários do Estado (oficiais das forças armadas, policiais, políticos, etc)? Qual(is)?
- b. Você acredita que existe alguma relação, mesmo que indireta, entre a militarização da Amazônia Legal e a presença desses grupos que prestam serviços de segurança privada no Pará durante o governo Bolsonaro?
- c. De que forma você acredita que a militarização pode ter interferido na atuação de milícias na região? Qual(is) a(s) consequência(s) você pôde observar?

### **V. Conclusão**

- a. Tem alguém que você poderia nos indicar para uma próxima entrevista?
- b. Há alguma pergunta sobre algum assunto chave que nós não fizemos?
- c. Há algum material que possa nos fornecer ou nos indicar?
- d. Agradecimentos pela entrevista.

## **2. FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA OS MORADORES LOCAIS**

### **Antes da Entrevista**

- a. Apresentação da equipe e da pesquisa.
- b. Explicar a ética em pesquisa usada na investigação.
- c. Confirmar se podemos gravar a entrevista [confirmar na gravação + Day&Time].

### **I. Identificação**

- a. Você poderia se apresentar?
- b. Em qual cidade/região você mora? Há quanto tempo você mora nessa cidade/região?

### **II. Militarização na Amazônia Legal**

- a. Você viu ou tem notícia de alguma atuação governamental na Amazônia durante o governo Bolsonaro? Para você, o que mudou?
- b. Você viu militares atuando na preservação da Amazônia na sua cidade/região durante o governo Bolsonaro? Para você, o que mudou com a atuação desses militares?
- c. Você já ouviu dizer que é preciso explorar as riquezas amazônicas para o desenvolvimento da região ou do país? Você concorda ou discorda desse pensamento? Você acha que esse pensamento alterou de alguma forma as políticas governamentais implementadas na sua região no período do governo Bolsonaro?
- d. Durante o governo Bolsonaro (2019-2022) você participou ou conhece alguém que participou de reuniões com o governo, representando os direitos ou pensamentos dos moradores das regiões amazônicas? Em outros períodos, também houve essa participação?
- e. Você acha que o desmatamento da Amazônia no local ou perto do local onde você vive aumentou, diminuiu ou permaneceu do mesmo jeito durante o governo Bolsonaro (2019-2022)?

### **III. Presença de milícias no Pará**

- a. Você sabe se na cidade/região em que você mora teve atuação de milícias durante o governo Bolsonaro (2019-2022)?
- b. Você sabe se na sua cidade/região tinha algum grupo que protegia os moradores e cobravam dinheiro por isso durante o governo Bolsonaro (2019-2022)?
- c. Você sabe se na sua cidade/região tinha algum grupo que vendia gás, lotes ou até mesmo cobrava para transportar as pessoas de um lugar a outro durante o governo Bolsonaro (2019-2022)?
- d. Você sabe se algum desses grupos trabalhavam para fazendeiros ou outros grupo(s) criminoso(s) (narcotraficantes, garimpeiros, madeireiros e grileiros) durante o governo Bolsonaro (2019-2022)?
- e. Você conhece qual(is) é/são as atividade(s) realizada(s) por esse(s) grupo(s)?
- f. Você acha que esses grupos se tornaram mais fracos, fortes ou continuaram a mesma coisa durante o governo Bolsonaro (2019-2022)? Por que?

### **IV. Militarização e Milícias no Pará**

- a. Durante o governo Bolsonaro (2019-2022), você saberia dizer se existiu alguma relação entre esses grupos e pessoas que trabalham para o governo (militares, policiais, políticos, etc)? Qual(is)?
- b. Você acha que existe alguma relação entre a presença de militares na sua cidade/região e a presença de milícias (grupos que cobram para proteger a comunidade ou para proteger grupos criminosos) durante o governo Bolsonaro (2019-2022)?
- c. Você acredita que a presença desses militares ajudou ou facilitou a atuação desses grupos na região durante o governo Bolsonaro (2019-2022)? De que modo?

### **V. Conclusão**

- a. Tem alguém que você poderia nos indicar para uma próxima entrevista?
- b. Há alguma pergunta sobre esse assunto que você considera importante e que nós não fizemos?
- c. Há algum material que possa nos fornecer ou nos indicar?
- d. Agradecimentos pela entrevista.

## APÊNDICE B: ENTREVISTAS TRANSCRITAS

### 1. ENTREVISTA MORADOR 1

Arquivo 1 – Tempo de gravação: 59 min

Realizada em 09 de janeiro de 2025

Identificação: Ricardo<sup>49</sup>, homem, Portel na Ilha do Marajó

P: Então, vou iniciar aqui com algumas perguntas, mas fica a vontade. A minha primeira pergunta é a seguinte, Ricardo: durante o período do governo Bolsonaro você viu, teve notícia da atuação de algum... de alguma organização criminosa na sua cidade, na sua região, como que é isso?

Ricardo: É, nós vivenciamos um período... nós vivemos um período em que... pra nós enquanto movimento sindical, pra nós, de Portel, inclusive, de Portel do município que tem vinte e cinco mil quilômetros quadrado, né? Que tem muita floresta, que tem muita terra firme, que tem muita água, que tem uma diversidade natural, né? O que pra nós aconteceu, foi na verdade o avanço do sistema do capital, o avanço do agronegócio e a ideologia de que essa floresta tem que ser derrubada ou tem que ser plantada soja que é o caso de Portel, tem que ter plantado coisas que dê dinheiro né.. que dê dinheiro, mas muito veio pra cima o debate climático, o debate de fazer com que essa floresta gere riqueza, né? Mas riqueza pra quem, né? Então nós sentimos assim um momento muito de pressão, né? Sem saber o que fazer... primeiro que começa naquele período a extinção dos órgãos de combate à grilagem. Aos órgãos de combate, no caso do Ibama, o ICMBio, o sucateamento dessas instituições, né... e ambientais que são prioridade e primordial pra que a gente consiga avançar no debate, na preservação da Amazônia. Então primeiro começa com essas coisas de que agora tu pode derrubar a vontade, entendeu? Agora a casa tá bagunçada. Chegamos a entender... chegamos a sentar no sindicato e dizer olha o negócio tá tão ruim que aqui não tem saída. Entendeu? Não sabe o que fazer. Tá? Então a gente passou por isso, mas muitas coisas melhoraram de lá pra cá.

P: Certo. Bom, você viu... você comentou, né? Dessa questão do Ibama, do ICMBIO, que houveram algumas desestruturações, né? Você conseguiu presenciar mais alguma coisa pra

---

<sup>49</sup> Nome alterado para que não ocorra identificação.

além disso? Você conseguiu, você viu ou tem notícia de, por exemplo, militares atuando na Amazônia, com pretexto de preservação ambiental.

Ricardo: Sim, no nosso caso mais emblemático que eu acredito vocês já terem visto né, a história de Portel, do mercado de carbono, da comercialização do mercado do carbono das florestas públicas de Portel. E em 2008 o sindicato de Portel, ele tem uma luta muito grande, inclusive, Luíza e professor Matheus, vai sair um documentário do sindicato dos cinquenta anos de luta camponesa do sindicato de Portel, vocês inclusive podem assistir depois a publicação... quer dizer, o lançamento dele vai ser agora dia 22 de janeiro, tá? E a partir disso a gente pode disponibilizar pra todo mundo que queira assistir o documentário. Uma das partes do documentário, exatamente cita essa trajetória que nós vivemos no período da pandemia, entendeu? E... o avanço do mercado de carbono. Mas assim, nós aqui em Portel, nós temos mais de dez assentamentos estaduais, né? Temos um federal e três território quilombola, né? Então, que ficam em diversos rios da cidade da zona rural do município e aí tem os territórios. Portel é coberto por floresta, vocês podem ver, inclusive. E aí a ambição, a chegada de empresas... de empresa que surgiu a ideia que tinha vendido o carbono aqui. Foi pra nós uma surpresa. Surpresa pra nós foi, né? Já em 2020, inclusive a gente se deparar com uma empresa que fazia topografia, que fazia cadastro ambiental rural individual em terras de assentamento estaduais, em terras públicas, né? E aí a gente começou a questionar porque que... que está acontecendo, né? A gente conhece Portel, a gente vive na realidade do campo, fazendo atividade com os agricultores, com os neoextrativistas, né? Com os quilombola. E a gente começa a perceber em 2020 que tinha, assim, uma empresa grande, mas sem saber o que entender, de onde vinha essa empresa, né? Quem... quem financiava tudo isso. E a gente, em 2020, numa reunião de um assentamento, eles chegaram com um barco grande, né? Um barco cheio de funcionários, tinha, inclusive, engenheiro ambiental, florestal, tinha policial militar, né? Armado, andava com pistola no bolso, no cós, e aí a gente começou a perceber que negócio é esse, né? E eles diziam para as comunidades que era uma atividade ligada ao estado, ao estado do Pará. Inclusive, ao emitir... o que que eles usavam? Ao emitir o Cadastro Ambiental Rural, saía o CAR, né? E no CAR, individual e o coletivo, também sai a bandeirinha do estado. Então como dizer que não era? Naquele momento, né? A comunidade se sentia... protegida por aquela equipe, né? Disse, poxa, agora sim estou resolvendo meus problema. E como é que a gente aborda tudo isso? Olha, isso não é verdade. Isso é uma tentativa de grilagem. Só que a gente, a gente entendia que era uma tentativa de grilagem e que não era exatamente, né? Isso, já tinha muita coisa acontecendo sem a gente saber. Foi aí que nós chamamos, né? Numa entrevista, numa conversa, numa

reunião nós chamamos o Juliano<sup>50</sup> que é um engenheiro florestal. Que também pesquisa sobre a Amazônia, que mora em Belém, mas que também, geralmente, faz assessoria pra gente. Ele é Mestre já, eu não sei qual é a área de mestre dele, mas faz doutorado na Universidade Federal do Pará e tem muita expertise em relação a isso, né? E aí que ele conheceu a WRM, que é uma... né? Que tem uma atuação nessas questões das florestas e que também tinha gente, pra poder destrinchar o que tava acontecendo. E aí nós passamos as informações iniciais, e aí a WRM fez um levantamento pra gente já, ainda em 2020, de forma on-line, sobre o que que eles achavam que tava acontecendo e que eles achavam que era mercado de carbono que tava no jogo. Só que a gente imaginava, ainda imaginava, que seria um projeto pra ser projetado em cima das florestas e não uma atualização de um projeto que começou em 2008. Então a gente ficou mais preocupado ainda. E aí, em algum momento a nossa presidenta na época era uma mulher, Carla<sup>51</sup>, Carla uma moradora do assentamento Aculti-Pereira e a Joana<sup>52</sup>, também uma liderança nossa sindical, na época vice-presidente, elas chamaram né? Junto com a gente essa equipe pra uma reunião no sindicato, né? Pra gente entender o que que estava acontecendo naquele momento, e assim, ainda em 2020, entendeu? Ainda em 2020. Aí a gente... eles vieram, assim, todo mundo querendo se salvar da Covid-19 e eles tavam no rio de Portel com uma equipe enorme, um barco grande, pra nós... para esse tipo de atividade no município de Portel. Óbvio que todo mundo vai entender que aqui tem alguma coisa diferente, né? E era muita gente mandando mensagem, né? Mandando mensagem. Eles levavam cesta básica, levavam fogãozinho, que eu acho que você já deve ter visto em alguma reportagem, para ir levando pras comunidades dizendo olha esse fogão aqui tá salvando a vida daquelas pessoas que estão lá. Essa cesta básica aqui. aquele pessoal estava morrendo de fome, e nós, né? Salvamos essa família com cesta básica. E nós chamamos eles aqui, nós conversamos, questionamos, olha o que que tá acontecendo, vocês são de onde? Quem paga vocês? Uma das engenheiras ambientais é de São Paulo, né? Na reunião foram cinco pessoas. Três profissionais ligados à engenharia ambiental, florestal e um topógrafo, né? E doze eram seguranças, dois militares de São Paulo, que faziam a segurança armada, inclusive entraram na nossa sala armado com o revólver na cintura. Aqui no sindicato. E aí nós começamos a questionar, dizer “quem é que paga vocês?”. Se eu trabalho pra alguém, eu no mínimo sei quem tá me pagando. Aí eles começaram a dizer “Não, não tem nada. A gente não sabe quem paga nós”. Eu falei então tem coisa estranha nisso. A Joana, que era a nossa liderança, começou a questionar isso. E aí nesse

---

<sup>50</sup> Nome alterado para que não ocorra identificação.

<sup>51</sup> Nome alterado para que não ocorra identificação.

<sup>52</sup> Nome alterado para que não ocorra identificação.

questionamento eles falaram assim “Olha, nós queremos é contribuir com a comunidade, com os territórios, nós estamos salvando a floresta aqui. O que nós queremos é ajudar o sindicato, a gente pode ajudar hoje, inclusive, com quinhentos mil reais. Pra vocês ajudarem a gente a fazer o projeto ou a continuar o projeto”. Aí perguntamos “Mas que projeto é esse?”. Ele também não falava o nome. Ou seja, muitas coisas que foram sendo feita e a gente começou a entender: isso é fraude das braba, né? É fraude das braba. O que que nós sentamos numa outra semana dizendo o seguinte “A gente não concorda com essa atuação da empresa aqui”, na época era uma outra prefeitura, eles procuraram a prefeitura e a prefeitura também não abriu brecha, né... nesse período. E aí eles ficaram preocupados porque tinha que ter uma associação ou um sindicato que pudesse dar respaldo pra eles. Que fosse uma instituição local. Aí eles procuraram o sindicato dos produtores, que são... é um outro sindicato que é ligado a FAEPA, a Federação é... ligado ao agronegócio, né? E esse sindicato tava parado aí uns vinte anos. Ou seja, a Receita Federal tudo, eles foram lá pagaram todas as dívidas, revitalizaram o sindicato, colocaram um presidente e andavam com esse sindicato no Rio de Portel. E aí ficou mais difícil ainda. Porque o sindicato conhecido na cidade, no município, quem é? É o sindicato nosso. Só que o nome é sindicato, também que... andava com eles. Aí como chegar pra comunidade e dizer “Olha, quem tá com a gente é o sindicato”, eles diziam isso. Aí todo mundo chegava aqui “Ah! O pessoal mandou buscar meu documento da minha terra. O documento. Ah! A cesta básica. Vocês que estão distribuindo?”. E nós tentava explicar. Cara como é que nós sai disso? Porque a gente tá sendo usado também, né, por essa empresa. E aí eles também criaram uma associação, que foi a Associação dos Ribeirinhos de Portel, mas que a presidente era de São Paulo, né? Mora em São Paulo, inclusive. E aí a gente começou a descobrir quem era que tava por trás de tudo isso, que era o Michael Greene, né? O norte-americano dos Estados Unidos e num dia chuvoso [inaudível], um dia chuvoso, numa agenda... nós ia pra campo, ele... nós encontramos ele num posto de combustível. Ele abastecendo, saindo de barco maior, né? E nós saímos de voadeira. E ele adentrou pro rio que a gente foi. Começou a gerar um negócio assim também de medo, né? Não só nas famílias, mas também nas lideranças que atuavam. E aí a gente ficou sem saber o que fazer... sem sabe o que fazer, até que um certo momento nós sentamos e dissemos assim “Cara, nós precisamos responsabilizar o estado, porque não é justo que a gente faça toda a luta e essas coisa tá acontecendo. Bora chamar o estado... o estado pra que a gente possa conversar”. E aí nós chamamos uma grande reunião, uma audiência pública e nós convocamos, né... o Sindicato entrou com o pedido da audiência pública junto com o Ministério Público, doutora Ione Nakamura, doutor André Barreto, que é do Ministério Público, da defensoria, né? E entramos também com o pedido da participação da Secretaria de Estado de

Meio Ambiente, da [inaudível], com a INDEFLOR-Bio do estado do Pará. Entramos com o pedido da participação nessa audiência do INTERPA, que é o órgão responsável de terra do estado do Pará pra que a gente pudesse pegar e colocar numa mesa e dizer assim “Alguém precisa cuidar disso”. Alguém precisa... essas pessoas estão sendo lesadas no campo, as pessoas estão sendo, né, enganadas e a gente não vai fazer nada? E também encaminhamos a demanda para a... para os vereadores de Portel e também para a prefeitura. Aí aconteceu... eu tenho a ata, inclusive, posso mandar. Essa audiência pública começou dez da manhã e terminou meia noite, né? Era no dia 24 de janeiro de 2022, no aniversário da cidade, inclusive, e a nossa audiência terminou meia noite, né? Porque é muita coisa que aconteceu. E nessa audiência foi importante porque foi aí pra nós o passo importante e crucial pra gente começar a encaminhar juridicamente a denúncia contra essas fraudes, né? E aí o Ministério Público tomou de conta dessa agenda, né? A gente encaminhou toda a... Ministério Público... o Ministério Público encaminhou tudo e disse, agora vamos começar a responsabilizar quem de fato tem que se responsabilizar. E começaram a aparecer... aí sim começa a aparecer, as figuras, né? E nessa agenda começa a aparecer, inclusive, vereadores. Tinha uma equipe de vereadores que tavam ligado ao grande empresário, né, ao grande empresário americano Michael Greene, inclusive, ele que financiava toda o deslocamento, cesta básica da prefeitura, distribui a cesta básica juntamente com os vereadores, providenciava o cavamento de poços artesianos, que é muito precário né, apesar de eu viver numa região com muita água, mas tem família ribeirinha não tem água potável e eles entravam... eles entravam exatamente nessas coisas assim que a família quer. “Eu quero água”, então eles entravam nessa, né? Nessa fragilidade. Então assim, a gente começa a perceber tudo isso, os vereadores, né, são chamados pra audiência e eles começam a discutir de que carbono é uma coisa legal, né? “Ah, carbono é negócio bom. Inclusive vai trazer muito dinheiro”. Já tinha muito dinheiro em jogo, né? Mais de 27% de Portel foi vendido, né? Foi vendido pra Airfrance, foi vendido... inclusive o PSG comprou crédito de carbono daqui, o liverpool comprou crédito de carbono daqui. Então algumas instituições, assim, conhecida no mundo, né? Principalmente a aérea, né? Então, mas tudo através da WRM, WRM pegou, né, toda essa informação pra nós e ia mandando em português o resumo do que ia acontecendo. E aí graças [inaudível] conseguimos passar essas informações para o Ministério Público. Naquele momento, inclusive o próprio Ministério Público disse “Olha é um assunto que pra nós é novo” e eles se debruçaram no assunto e conseguiram... inclusive a defensoria entrou com processo na Verra, né? Pedindo a suspensão dos projetos e aí foram suspenso a certificação dessa empresa no município de Portela e até hoje está suspenso. A Verra suspenderam.

P: Perfeito.

Ricardo: Mas partindo ainda, Luíza e Matheus, sobre essa questão, a gente imaginava que só era essa empresa, aí apareceu outras empresas disfarçada, aí ele não conseguiu mais fazer projeto voltado a questão dessa empresa, que já tava no olho do Ministério Público. Que que eles fizeram? Criaram uma outra e apareceu uma tal de Renda Mais que foi logo oferecendo para cada associação de representante de território um milhão de reais para fazer o projeto de trinta e quarenta anos de preservação ambiental. E a gente começou a questionar também, dizer não, primeiro a gente tem que estar sabendo que nós tamo vendendo né? Até hoje o mercado de carbono, até hoje as comunidades, as famílias que vivem no campo, poucas sabem o que significa isso? Né? Sabe o que significa isso. Nós tamos falando de um negócio que ninguém vê nada. Nós tamo falando de um negócio que a gente não vê nada. Então, eu vou acreditar né? Mercado de carbono? A gente tem até uma brincadeira que a gente faz, né? Quando a comunidade via, né, a madeira saindo nas balsas, tudo bem, eu tava vendo a riqueza indo embora. Mas e agora? Ninguém tá vendo nada, entendeu? E ainda é mais dinheiro em jogo ainda, né? E apareceram aí no mínimo umas cinco empresas diferente. Um cinco empresas diferente nesse intervalo, né? Nesse intervalo até a audiência. E na audiência tavam muito dessas empresas tavam na audiência. Quando o Ministério Público pede a suspensão para a Verra, a Verra suspende esses projetos, as outras empresas começam a sair do município. A Associação de Ribeirinho tinha dois prédios aqui da cidade, tinha barco, tinha voadeira, tinha escritório próprio, né, com uma equipe técnica. [inaudível] Hoje a gente começa, eles começam a sair. E a gente não encontra mais ninguém aqui, nenhum escritório de empresa de mercado de carbono. Então pra dizer, nós estamos falando de um período que é o período bolsonarista, que é o período do governo Bolsonaro. [Inaudível] a casa era toda bagunçada, entendeu? Então isso pra nós foi muito difícil, ainda está sendo difícil, né? Muitas das empresas das associações que fizeram contrato com as empresas, elas foram lá e quebraram, entrou na justiça ainda, que quebraram o contrato, entendeu? Contrato de trinta anos, após essa fraude que aconteceu no assentamento, principalmente no assentamento Joana Peres II, que é um assentamento estadual que tem aí mais de duzentos e cinquenta mil hectares. Os outros assentamento quebraram o contrato com as novas empresas que entraram. Então aconteceu muita coisa, mas tem muita coisa registrada também, né? Muita coisa já que a gente conseguiu publicar, publicitar. Porque a gente também chegou num momento a dizer o seguinte “Cara só...”, a gente se perguntava: “Só é nós que tamo enfrentando isso? Só em Portel que tá criando essa confusão toda, né?” E a gente não sabia o que fazer, né? E aí a BBC veio fazer uma reportagem aqui, a ZDF da

Alemanha veio fazer, por aí. Uma outra televisão dos Estados Unidos e a gente acompanhou todas. Mas o que que tava saindo de informação, tava saindo a informação daqui da cidade de Portel e sendo publicado lá fora, não era no Brasil. Então não tava dando... aí até que...

P: Publicidade, né?

Ricardo: Exatamente, até que a TV Globo se interessou pelo assunto e a... o G1 São Paulo e Belém vieram juntos e fizeram uma reportagem, e quando saiu, aí sim houve um efeito bem grande em relação a isso em Portel. Foi através da televisão, do jornal que a gente conseguiu divulgar a fraude que tava acontecendo, entendeu?

P: Perfeito. Nossa Nilson muito interessante tudo que você falou, principalmente essas ligações, né? Porque a gente percebe que às vezes se camufla um pouco, né? Então como você falou, era uma empresa, mas que empresa era essa? Quando a gente vai mexendo a gente vai encontrando outras relações, né? Que se desenvolveram ali dentro, no caso, os senadores, né? Policiais militares, né? Que você falou que faziam a segurança ali, né?

Ricardo: E tinha também ex-funcionários do estado da Secretaria de Meio Ambiente. Ex-funcionários. Todos... todos do estado... do estado do Pará. Que conheciam os territórios, entendeu? Tinha gente do INDEFLO-Bio junto com eles. Impressionante, teve gente... que o Cadastro Ambiental Rural hoje não é uma complexidade muito grande. Tinha gente que cuidava do banco de dados do estado, pediu demissão pra assumir uma empresa particular de Crédito de Carbono. Ou seja, ele não é... não era só ele que ia no jogo. Era o banco de dado todo do estado, que pra nós era isso que interessava pra eles, entendeu?

P: Uhum, com certeza. Muito interessante.

P2: Só te fazer uma pergunta, ô Ricardo. A gente ouviu muito falar sobre conflito agrário, né, na região de Marabá, essa região toda aí tem... né? Que é uma região muito diferente daí. Aí o que eu queria saber, e a gente também estuda um pouco sobre atuação de agentes do estado, milícias, entre outras coisas, né? E o caso do Pará é bastante emblemático. Lá em Marabá se fala muito de grandes proprietários de terra contratando, né, ou agenciando policiais, entre outros agentes do estado e eles fazem a segurança, inclusive entram em confronto contra eles mesmos, né? Porque um defende um proprietário, outro defende o outro e os grupos políticos

disputam as prefeituras, né? Eu queria saber se aí tem algo mais ou menos nesse sentido ou, por exemplo, você falou o caso dessa empresa, essa empresa ela tinha vínculo com policiais ou agentes do estado daí? Você falou policiais do estado de São Paulo, achei bastante curioso, porque assim como é que o policial de outro estado vem atuar num outro estado do qual ele não tem nem competência, né? Não que eu esteja duvidando da sua palavra, mas assim é... é uma audácia tão exagerada que você fica assim... Então eu queria saber se você... acontece isso aí, né, assim esses processos de conflitos por terra, né? Aquilo que você tá falando tem, mas eu não sei se... como é o... como seria... seriam essas relações... se chegam a um nível do que acontece, por exemplo, em Marabá... se os grandes proprietários ou esses que representam o grande capital, que você tava mencionando no início da sua fala, se eles... que tipo de violências eles fazem ou que tipo de força eles tentam empreender e você pode, inclusive, entrar no caso dessa empresa, por exemplo.

Ricardo: Sim. O que nós entendemos desse processo dos militares né? Inclusive os militares não eram só os que faziam a segurança da... da dita empresa do dito norte americano, mas também um dos militares era o dono ou o presidente de uma das empresas, né? Tinha um ex-militar que era... chamado Bruno, que era o presidente de uma empresa que chegou no município. Né? Então assim, era um negócio escandaloso. E, poxa! Os militares agora tão [risada], tão largando os cargos deles, ou usando os cargos deles pra fazer isso, né? E esses dois militares que nós conhecemos... eles eram de São Paulo, mas nós acreditamos que eram policiais aposentados, né? Ligado ao próprio Michael Greene, que a esposa do Michael Greene é de São Paulo. Então a gente... a gente imaginou que tinha ligação direta com os seguranças armadas em relação a... ligada a família deles, entendeu? Então a gente tinha esse entendimento. O que muito aconteceu nas reuniões: a comunidade ia fazer uma reunião, eles iam junto, os militares iam junto e aí a gente... a gente vive numa região, inclusive dia 17 a gente vai discutir sobre isso... aqui poucos advogados existem das comunidades ou quase nada, entendeu? Porque não tem... não tem como ter formação, porque aqui no Marajó não tem, só tem na capital do estado ou na capital do Amapá. Então a chance de ter advogado do campo aqui é mínima ou quase nada. Ou a informação chegar numa comunidade, dizer que não é pra assinar esse contrato. Como é que vai ter, entende? Inclusive eles andavam com uma equipe de advogados deles e equipe de segurança... deles, o ex-militar lá. Como é que a comunidade não ia assinar? As comunidades viviam pressionada, é um dinheiro que eles estão prometendo, um milhão de reais pra resolver a vida da comunidade ou resolver... eles assinarem um contrato pra beneficiar empresário e os militares iam sempre do lado, entendeu? Para exatamente fazer

essa... essa né? Fazer esse embate, dizer “Olha se você não quiser de um jeito, vai ter de outro jeito”. Entendeu? Então, a gente percebeu muito isso, uma vez que um dos funcionários, inclusive da empresa Rede Mais, não quis, inclusive, aceitar a proposta né, da comunidade, ele foi demitido né, e um dos que andavam ameaçando um funcionário, que era um técnico florestal, era um policial... era um policial militar da própria equipe. Então, passaram muitas coisas assim, muitas coisas que... muitas pessoas da equipe que de início a gente não sabia nem quem era, entendeu? Eles não sabia nem quem era. Mas Portel, professor, fica... Portel tem umas característica interessantes. Fica ligado a Marajó, quase que encostado na ilha, né? Mas tem hoje uma PA trezentos e sessenta e oito que vai ligar toda a região de Portel ao Sul do Pará. Temos uma região que inclusive era o projeto... ligado ao projeto, que muda o forte... o avanço do gado, né, da soja, do milho... do agronegócio e da extração de madeira ilegal. Então essa região que liga, inclusive, pra cidade de Anapu, né? Que tem ligação direta com essa... com essa realidade de Marabá, inclusive. Então foi por lá que entrou esse debate, inclusive, muito forte, tá?

P: Certo. Eu tenho uma pergunta Ricardo, é o seguinte... você mencionou esse caso, né? Dessa empresa, enfim, crédito de carbono... Você tem notícia de outros tipos de atuação na região, por exemplo, grupos armados, grupos de extermínio, alguma coisa nesse sentido... pistoleiros... atuação independente ou, talvez, até a mando, né, de grandes latifundiários ou, enfim, de pessoas que cuidam de garimpo ilegal ou de extração de madeira ilegal. Como que é isso na região?

Ricardo: Nós temos uma parte no documentário que vai ser exibido, que conta a história da nossa sindicalista Joana, né? Que é uma jovem, que inclusive questionou a extração de madeira ilegal, ela foi ameaçada, né? Teve proteção, inclusive, teve que ir embora pra cidade e aí que ela assumiu o sindicato dos trabalhadores rurais. No filme a gente vai contar um pouco da história dela também, né? E ela inclusive, inclusive se vocês quiserem um dia entrevistar ela, acho que é bem interessante, sabe? É uma liderança que tem muita informação sobre isso também. E ela sim foi... sofreu ameaça da expansão madeireira na época. Só que hoje ela conecta tudo isso, hoje ao projeto de mercado de carbono. Porque né, quando ela foi ameaçada já tinha esse projeto acontecendo, inclusive dentro do território dela que é o assentamento Deus é Fiel, né? Uma parte do projeto de mercado de carbono em cima. Hoje ela consegue conectar informações. Ela foi ameaçada, até hoje, por mercado de carbono, entendeu? Não era só madeira. E quem vendeu todas essas terras por aqui foi o chamado Jonas Murioca, um antigo

japonês que atuava por aqui nos anos 2000 e ele entregou essas terras para o Michael Greene norte-americano por conta que devia nos Estados Unidos. Então, tudo são ligações de extração madeireira ilegal de trinta anos atrás, entendeu? Ligada a terras, como se diz né, a terra sem gente da Amazônia, então ele dizia ser o dono né? Mas impressionante que nós vivemos no período de 2008 e como é que a Verra... Cara, é impressionante a grilagem! Nesse período, o cartório de Portel sofreu uma punição... agora foi no período de 2010, por aí. O cartório local de Portel foi queimado, mas não foi uma queimada atoa. Depois o Ministério Público descobriu que o cartório de Portel que fazia toda a documentação de terras para esse norte-americano junto com o japonês. E aí o cartoneiro perdeu o cargo, colocaram o cartório pra outro local. Todos os funcionários do cartório foram demitido e toda... a Polícia Federal pegou inclusive essas informações, o Ministério Público bateu em cima e conectou de que tinha ligação com essa questão da quadrilha voltada a questão do mercado de carbono. Que a gente não tinha ideia. A gente tá falando de 2008 que viemos a descobrir apenas doze anos depois, tá? Então, eu tô falando de um período aqui que é muito grande.

P: Sim. É, bom... que eu queria saber agora mais especificamente, né? Pensando em governo Bolsonaro, em questão das políticas que foram adotadas nesse período, né? Eu queria entender, principalmente você, né, como um representante de um sindicato, como que foi o diálogo? Como que vocês eram recebidos nas instituições, né, que deveriam auxiliar vocês, né? Na... nas atuações ou nas demandas que vocês tinham... então Ibama ou reuniões, né, que acontecem sobre meio ambiente, sobre preservação, como era essa recepção e eram frequentes essas reuniões ou diminuíram nesse período? Como que você pode me relatar isso?

Ricardo: É impressionante que é um debate, inclusive, a gente levanta hoje né? A gente sempre nas nossas agendas, a gente cita o exemplo do Inbra, por exemplo, né? A região do Marajó tem muitos assentamentos. Nesse período é impressionante! Nós não tivemos atuação nenhuma do Inbra. Nós não podia entrar na Superintendência, que é a nossa superintendência regional que fica em Belém a sede. Uma vez nós fomos querer usar o banheiro dessa... do Inbra e dizendo, né, a FETAGRI, a CONTAGRI, fizemos um movimento grande, sindicatos e dizia: “Olha, nós precisamos de reforma agrária” e eles não deixaram nós usar o banheiro, imagina nós entrar na superintendência. Eu tô falando de um período que a gente não podia reunir com o Ibama, porque o Ibama era ligado ao Bolsonaro. A gente não podia reunir com o Inbra, porque o Inbra quem era o presidente do Inbra Belém era um coronel, entendeu? Eu tô falando do ICMBIO, que o ICMBIO ficou sem recurso pra fazer quase nada ou não podia atuar, porque tinha uma

narrativa agora de que sindicato não valia nada, de que associação não valia nada. Esses órgãos ambientais aí agora... agora a Amazônia tava livre para a expansão comercial, para o crescimento, para o desenvolvimento. Era isso que a gente ouvia, dizia “Olha, agora a gente vai poder criar gado à vontade, vamo poder plantar a vontade, queimar a vontade”. Era esse o discurso que a gente ouvia e nós não tinha de fato... nós não tinha conexão com essas instituições. Apesar, por exemplo, o Incra que era um instituto importante, não tinha como acessar. Então nós vivemos um período difícil. Por isso que nós chamamos de reconstrução mesmo, entendeu? É tentar reconstruir tudo que... ficamo pra trás. De quatro anos aí ou seis anos, né?

P: Uhum. Então nesse sentido, assim, já observando a sua fala, né? Pode-se dizer talvez, né, e eu queria saber a sua percepção, né... que nesse período, né, apesar das... que muitas medidas foram anunciadas assim como se... como se fosse melhorar, né?

Ricardo: Aham.

P: Então, por exemplo, as operações de garantia da lei e da ordem, Verde Brasil I, Verde Brasil II, né, que foram implementadas na Amazônia e no Pará também... eles falavam “Não, a gente vai combater desmatamento, incêndios e tudo mais”... então empregaram militares nesse sentido, né, nessa atuação. Então você entende que essas medidas que foram adotadas foram benéficas, não foram? É... o desmatamento e incêndio, né, essa questão... aumentou, diminuiu, como que é a sua percepção?

Ricardo: A nossa... a nossa análise enquanto, inclusive, instituição da FETAGRI, é que nós entendemos que esse período, pra nós inclusive, foi bem difícil. Se eles tinham alguma ação voltada à comunidade, mas não era interesse da comunidade. Era interesse do capital, de fato. Né? Quando eles falavam de ação pra combater o desmatamento. Eles estariam... toda a ação que aconteceu em Portel, por exemplo, que é o município que tem muita extração de madeira, a empresa madeireira sabia muito antes da ação. Então, quando chegava a equipe da polícia federal ou do Ibama, a empresa nem tava mais na área, entendeu? Pelo negócio... é o negócio é articulado. Era um negócio articulado. Era um negócio bem organizado. Que é o caso dos garimpos ilegais aí. Pra nós, por exemplo, não tem muito isso. Mas vamos imaginar que Portel, que que nós passamos nesse período: nós temos dois... três assentamentos que é uma... que tem uma estrada que liga Portel a Baião, Tucuruí agora né, Ricametá. Não sei se vocês

conhecem essas cidades aí, que vão ligar à Transamazônica. Portel vai ser ligado agora à Transamazônica. E tinha naquele período... agora todo mundo pode procurar ouro. E tem um projeto, inclusive, um projeto que pega treze assentamento de pesquisa de ouro em Portel. E aí a gente não soube o que fazer. Inclusive, a própria doutora Ione, que é da vara agrária, disse assim “Pô, esses cara agora tão usando tudo que tem pra tentar tirar tudo que tem”. Extração de ouro ilegal, que eles tentaram fazer a pesquisa e agora [inaudível], tirada de [inaudível] ilegal, né? Então tinha sim um negócio muito organizado para eles, entendeu? Pra avançar com o capital. Então a gente entendeu que foi um período muito difícil pra gente. Hoje, a gente sabe das dificuldades que existem, mas nós temos entrada no Incra. O dia que nós quiser ir no Incra, nós vamos no Incra. Nós vamos reunir, vamos ligar pra algum funcionário e dizer “Olha, eu estou precisando disso, nós precisamos atualizar o assentamento, nós precisamos incluir uma família que tá fora da relação de beneficiário da reforma agrária, nós precisamos pagar alguma política pública que existe para, né, os assentamentos”. Então nós estamos falando de um momento, que de fato, é reconstruir. Não tá sendo fácil, né? Porque o orçamento não é compatível com as necessidades que existem. Principalmente dos territórios da Amazônia, mas é o que tem pra fazer e a gente já fez muita coisa, né? Hoje Portel, pra você ter uma ideia... Portel tinha quinhentas famílias que estavam no sistema da Reforma Agrária do Incra nacional. Hoje tem quase três mil famílias, dentro de dois anos da superintendência do Incra. Então muita coisa que nós fizemos, que não foi feito em seis anos, entendeu?

P: Entendi. Uma outra dúvida que eu tenho é... como é a relação quando vocês precisam acessar, por exemplo, a polícia. Fazer alguma denúncia... como que é a recepção? Já aconteceu algum, vamos dizer, né, algum crime ou algum atentado em que vocês precisaram do auxílio da polícia, como que foi essa investigação, você tem notícia de algo nesse sentido?

Ricardo: É... aqui em Portel, aqui nessa região nossa tem uma base fluvial, né? Que fica em Breves na capital, na verdade, a gente fala capital do Marajó, né? Que é a cidade maior, mais populosa. E inclusive, no [inaudível] que é a base de Antônio Lemos. Que fica lá a Polícia Civil, Polícia Militar, que foi criada recentemente, agora, pelo governo do estado. Essa base é exatamente para conter, né, a entrada de droga no Marajó e na região do Baixo Amazonas né? Então que é uma passagem principal, principalmente grandes assaltos que aconteciam na região, né? E... mas nós vivemos numa região ainda muito difícil, mas quando a gente procurava a polícia, isso era através de ação do Ministério Público, de justiça, porque senão a gente não tinha acesso. Boletim de ocorrência, por exemplo, boletim de ocorrência toda vez que a gente

ia fazer um boletim de ocorrência de alguma ação de crime ambiental ou de crime num território, a gente tinha que ir com foto ou vídeo. Aí tá falando de uma população que né? Não, não disponibiliza ou ainda né, não disponibiliza de um sistema de segurança de... nas comunidades. Nós temos celular e tem vez que tu não vai gravar a ação que acontece, por exemplo, tivemos a situação de invasão de terra do assentamento Acangatá que a liderança lá né, sofreu ameaça, sofreu atentado, inclusive, contra a pessoa. Hoje, inclusive, o nosso jovem... liderança que sofreu isso, teve que ir embora pra outro município pra atuar como técnico porque aqui era ameaçado. A gente não tinha essa entrada direta... até hoje né? Nós estamos falando de uma polícia que é... tu pode tá falando com eles aqui, mas eles estão negociando com a prefeitura, negociando com os vereadores, que são ligados a essas empresas de mercado de carbono. Então, muita coisa você não tem confiança total ainda e, principalmente, na polícia militar, né? Então, é muito complexo pra nós isso né?

P: Entendo. Uhum. O senhor tem alguma pergunta, professor Mateus?

P2: Não, achei interessante essa relação né? Assim eu conheço... eu já tive em Belém duas vezes, né? Óbvio que é muito diferente dessa região aí, mas na época... acho que mais recentemente, se fala muito, né, da instalação dessas bases aí lá no estreito de Breves, né? Porque é uma parte que entra ali do, se não me engano, pro Alto Tocantins, né? Que passa por ali e eles... ao invés de sair pelo outro lado lá da Ilha do Marajó, né? Ali por cima, né? Mas também se fala muito da atuação de policiais não... tanto trabalhando, né, na ilegalidade quanto na legalidade, né? Entre aspas, né? Isso eu já vi muitas coisas relacionadas a isso. Você vê Ricardo, uma relação desses policiais... assim, se você puder até dar algum caso mais preciso assim mais..., né? Da relação desses policiais que são maus policiais que atuam, né, defendendo interesses do agronegócio, mas também vinculados a atividades ilegais como narcotráfico, contrabando, descaminho, entre outras coisas.

Ricardo: É, tem... a gente tem... o nosso... a nossa região do Marajó, ela é uma região bem diversa e complexa. Nós temos dois municípios que é Anajas e Afuá e Chaves. Três municípios que ficam no corredor, indo de Breves pro Amapá, mas ficam no corredor da ilha que não é uma linha de navegação, né? Então pra mim ir pra Afuá e ir pra Chaves eu teria que ir pelo Macapá, né? Pelo Amapá. Então teria que ir pelo Amapá e depois eu desço pra esses dois municípios. Lá acontece coisas assim... a gente que acompanha o Marajó todo, geralmente tá chegando casos pra gente, por exemplo, não só a Polícia Militar, mas de juízes locais fazendo

reintegração de posse de pessoas que são assentadas da reforma agrária. Recentemente, agora, uma família, inclusive, isso tá até na internet divulgado, uma família foi reintegrada pelo juiz local, eles eram assentados da reforma agrária, eles tinham garantia de moradia pelo GRPU, que é o SPU, e moram dentro de um assentamento que hoje virou um parque estadual. Então, eles eram garantido por três instituições: a de estado e do Incra e do SPU. E mesmo assim o juiz foi lá e deu uma reintegração de posse. E no mesmo dia a Polícia Militar né? A Polícia Militar foi lá e jogou toda a casa do morador ribeirinho em baixo. Isso é um caso, inclusive, que a Comissão Pastoral da Terra acompanha, a FETAGRI acompanha, o sindicato acompanha. Recentemente, agora novamente, o juiz local, novamente deu uma reintegração de posse para uma família do assentamento lá em Afuá. “Mas por que que essa ação acontece tão rápido?”. Ah, o juiz deu uma canetada hoje, que não é nem, inclusive jurisdição dele, que é agrário, mas o local dá uma decisão e a polícia tão rápido vai lá e faz a ação. Nós temos um caso aqui em Portel, por exemplo, de fazendeiros que entraram na área, a gente pediu a reintegração de posse e já duram dez anos e a polícia militar não vai lá nem sequer notificar da ação judicial. Então, são casos assim que a gente fica analisando as vezes, entendeu? Quando é o pequeno, o menos favorecido a Polícia Militar vai muito rápido. Mas quando é o grandão, que ele conhece, que é ligado à prefeitura, que é ligado ao governo, que é ligado a alguém, a notificação nem chega. Né? Então tem essas coisas, essas barbaridades que acontecem e que a gente fica assim impressionado de ver situações que acontecem e que tá acontecendo ainda, entendeu?

P: Certo. Assim, não sei se o professor Mateus tem mais alguma pergunta, mas assim só pra eu tentar entender a sua percepção mesmo. Sabe Ricardo, a sua percepção mesmo em... porque na nossa pesquisa é muito importante é... na nossa análise, justamente, essa relação, por exemplo, que você mencionou dos policiais militares e tudo. Na sua percepção e pelo que tem chegado até você... você acredita que... como que é essa ação? Eles são um grupo específico ou não? É a Polícia Militar como um todo que atua na região, entende? São todos que são assim, são... eles formam grupos, como que é isso, entendeu? Como que eles se organizam, se é que você tem informações sobre isso?

P2: Aí eu queria acrescentar... ok, policiais estão vinculados a que grupos políticos, né? Ou tem relações com grupos políticos?

Ricardo: Aqui o assentamento, inclusive, nós temos um processo na justiça, no assentamento [inaudível], no município de Portel, o nome do assentamento é Assimpex, é um assentamento

estadual. Tem uma ligação, é [inaudível] uma associação, porque o território todo era gerenciado por uma empresa bem antiga que atua na região. Eles queriam fazer projeto de madeira legal, criaram uma associação, em três meses o assentamento foi entregue pra fazer plano de manejo. Depois de criar o assentamento, a polícia militar e várias seguranças armadas chegaram para tirar as famílias que ali moravam. Até hoje, o processo ainda não teve... ainda não terminou e a gente fica impressionado de saber que a Polícia Militar... e assim, depois nós descobrimos que não era a Polícia Militar. Tinha um policial militar no meio e a maioria, eram uns cinco policial, e chegavam na casa das pessoas né? Inclusive, tocaram fogo, jogaram o telhado embaixo, porque eram moradores ribeirinhos que não concordavam com a atuação da empresa. E a empresa foi lá e mandou jogar embaixo. Até ontem, inclusive, a moradora estava aqui no sindicato, porque busca resposta, né, dessa ação que ainda não saiu. Mas assim, a polícia militar, ela é usada para quem tem dinheiro. Dizer “Olha... Ah, não tem voadeira”. “Não, nós damo a voadeira, nós damo combustível, nós paga a diária de vocês por trás e vocês vão fazer a ação”. Então tem muito isso em Portel. Um caso é o caso do [inaudível], entendeu? O que aconteceu, tá?

P: Uhum. Não, perfeito. O senhor tem mais alguma pergunta, professor Mateus?

P2: Não, tranquilo.

P: Eu também acho que o... o Ricardo contribuiu bastante, eu tinha algumas perguntas já preparadas, mas você foi abordando muita coisa que já estava nessas perguntas, como a questão do desenvolvimentismo, né? De falar “Ah, não a gente tá... a proteção da Amazônia pro desenvolvimento”, né? Então são questões que você já foi abordando na sua fala, então... achei muito rica a entrevista.

Ricardo: Queria... Luíza, só pra reforçar uma coisa. Eu tenho um livro, que nós publicamos “Resistência no Chão da Floresta”. Ele é um livro, ele na verdade, é um livro que tá disponível do professor Romier da Paixão, que é do Instituto Federal do Pará do campus de Castanhal. E lá no meu livro eu coloco... eu sou um dos autores e a gente escreve sobre esse momento que nós vivemos. E lá eu cito, inclusive, porque que no nosso assentamento não chegou, é... não chegou nenhuma... quer dizer, chegaram empresa, três empresa diferente, e a gente não assinou contrato com ninguém dessas empresas. Aí a gente coloca algumas situações lá que a gente acha importante. Por isso a importância do sindicato, de ter uma liderança que vem da

comunidade, que mora na comunidade, que tá no movimento sindical, que tá pegando informações todo dia, né? Que faz parte da federação, que faz parte da Comissão Pastoral da Terra. Porque, nós fomos inclusive, foram três vezes contrato pra mesa e nós não deixamos assinar. Com uma empresa de fora, inclusive, mas pra dizer a importância da participação, a importância dessas instituições no município, das associações que representam os assentamentos, do sindicato, entendeu? Então, a importância dessas instituições no momento que nós vivenciamos. Por isso é a resistência mesmo que nós escrevemos. Como que a gente conseguiu sobreviver a esse momento da história, passando por uma pandemia né? De um vírus... uma pandemia de informações e fake news também. Entendeu? Momento que a gente não sabia o que fazer, até hoje pendura aí essas situações. Então lá no livro, inclusive, nós escreve, nós coloca algumas alternativas, né? Que a gente tem, porque o pessoal diz que vai salvar a Amazônia, mas as famílias vivem dentro dessa, de geração em geração, cara, preservando a Amazônia. Eu digo o seguinte, se fosse cobrar pelo que já vigiamos não tinha... não tinha dinheiro que pagasse. Então, a gente já preservou muito, né? Pra hoje vim um discurso e dizer “Ah, agora nós vamos preservar Amazônia, entendeu?”

P: Sim, sim. Não, com certeza. A importância do sindicato é... né, que na verdade vocês estão dando voz pra outras pessoas que às vezes não tem tanto, que não consegue acessar, né, determinadas instâncias, vamos dizer assim. Então, cada... o sindicato é extremamente importante mesmo. Eu queria saber se tem alguma pergunta que eu não fiz e que você acha que seria interessante... é... falar alguma coisa, né? Algum ponto que eu não me atentei, mas que você considera importante, né?

Ricardo: Acho que é isso Luíza, queria primeiro também, né, desculpe algum momento... eu também estudo, né, trabalho, então tem essas coisas que a gente vai fazendo, mas acho que é isso, qualquer coisa a gente vai... vou estar sempre no WhatsApp, se eu puder responder por áudio ou mensagem a gente vai respondendo, tá bom?

P: Muito obrigada pela sua disponibilidade!

## **2. ENTREVISTA MORADORA 2**

Arquivo 2 – Tempo de gravação: 34 min e 40 seg

Realizada em 14 de janeiro de 2025

Identificação: Nathália<sup>53</sup>, mulher, Nova Ipixuna

P: Eu queria que você me falasse um pouco se na região que você viveu, né, a maior parte da sua vida, como você bem falou... você viu ou teve notícia de atuação de crime organizado nessa região.

Nathália: Crime organizado em amplos sentidos?

P: É... aí se você quiser especificar de alguma forma, né? O que tem me interessado, talvez pra te situar melhor, é a atuação de milícias, né? Que a gente considera atuação de policiais, ex-policiais atuando em prol de organizações, então de grandes latifundiários ou de garimpeiros ou de madeireiras. Então...

Nathália: Assim, a minha região ela ficou amplamente conhecida com o assassinato brutalmente de José Claudio e Maria do Espírito Santo. Eles né, extrativista na nossa região, no nosso município e eles foram brutalmente assassinados, né, a mando de fazendeiros locais e não locais, então assim a minha região ela ficou bastante conhecida com esse assassinato, aonde os ambientalistas foram brutalmente assassinados, né? E eu costumo dizer que assim... por causa do... da... é uma organização de desmatamento. Inclusive eu faço parte de uma associação [informação omitida por questão de confidencialidade] que se tem o nome GETAI, que é Grupo de Trabalhadoras Artesanais Extrativista onde a gente lutamos né, pelas... primeiro pelo empoderamento femininos, porque sabemos que hoje em dia só de nascermos mulheres, nós já somos bastantes menosprezadas, também já somos bastante, digamos assim, vistos como inferioridades, né? O machismo tem atuado, digamos, altamente no nosso município e principalmente na nossa região aonde as pessoas acha que as mulheres, elas não podem... é... se ter na... autonomia própria de escolhermos aonde queremos trabalhar, onde queremos ficar e ainda tá naquela, digamos, eu falo ditadura, né? O meu pai mesmo, eu falo assim, que o meu pai é exemplo disso, porque ele fala “Ah é por isso que tu não vai casar, porque tu quer subir e descer todo dia e mulher minha não presta pra fazer isso e aquilo”. Que eu sou do movimento, eu faço parte, né? Então assim, a gente vê muito essa desclassificação feminina. E na nossa região o que predomina, e o que a gente luta, é pelas reservas extrativistas... que o desmatamento está em alta, né? E a gente sabe que por de trás dos fazendeiros, digamos que

---

<sup>53</sup> Nome alterado para que não ocorra identificação.

tem pessoas, né? De maior alta classe, é tanto que os envolvidos na morte, os mandantes e os próprios pistoleiros a... tem a doze anos e eles nunca foram, né, condenados e a gente sabe que, além da justiça, tem pessoas por trás disso que no caso policiais, delegados, são as pessoas de alta classe que favorecem esse tipo de pessoa a não ser julgados e condenados.

P: Certo. Perfeito. Então, pode-se dizer... pra além desse caso, né? Que é de conhecimento público... você tem conhecimento de outros casos lá mesmo, né, em Nova Ipixuna ou talvez em outras regiões, né, que vocês tenham contato que... em que ocorreu isso... ocorreu a implementação... é... o uso de pistoleiros, de grupos de extermínio, né, que a gente chama... mas que no meu trabalho eu tô chamando de milícias, mas que, né, tem outros nomes também, atuando a mando, então, de fazendeiros? E pra além desse caso, tem notícia de outros casos... como é isso? Como eles atuam? Eles tem... você tem conhecimentos de que tipo... de como eles se organizam? Ou algo nesse sentido?

Nathália: Não, assim, eu acredito que ele se organizam é pelo... pelas informações, né? Digamos assim, eles querem agir e eles se organizam, né? Tipo, quando aconteceu agora o... agora não, recentemente, a invasão, né, do CNS que é o Conselho Nacional Extrativista dos Seringueiros... é... Reserva Chico Mendes. Eles entraram, né? Nem encapuzado foram e falaram que foi a mando disso e daquilo. Ainda segue a investigação, citam o nome das pessoas, mas a gente tem medo porque infelizmente assim como o José Cláudio e Maria foram... tavam pedindo, né, proteção aos direitos humanos e não tem, a gente também ficam... com essas regalias, né? Tipo, quantas pessoas mais vai ter que tombar pra que os direitos da gente sejam garantidos? E quem é que vai garantir os nossos direitos? Né? Então nós temos pelo menos o direito de viver. Então assim, eles se organizam, ameaçam e domina. Recentemente, há um ano atrás, dois anos atrás aconteceu na... no assentamento, também aonde tem os... aí me fugiu da memória aqui o nome agora... é... os sem terra né? O acampamento. Pessoas aqui, digamos que pessoas grandes que são comerciantes, políticos, policiais invadiram, torturaram, né, e nada aconteceu, por causa que eles são bem organizados. E até mataram, teve pessoas que morreram, né? Motos foram queimadas, as mulheres foram amarradas e deixadas distantes do nosso assentamento. Isso foi muito recente, não tem dois anos que aconteceu isso. Então assim, a gente do movimento social a gente fica sem saber como agir, porque a gente perde os nossos direitos e proteções, mas acaba que são negado esses direitos, né? E que essa quadrilha, essas milícias, digamos assim, vamos [inaudível]. Eles são muito bem organizados nesse sentido.

P: Certo. Pra além dessa atuações, né, que a gente está conversando aqui de... dessas ações a mando, né, de pessoas, enfim. Eles atuam de alguma outra forma, tem algum outro tipo de atuação, por exemplo... a gente sabe que assim, algumas características de milícias... porque eu tô tentando entender a forma de atuação desses grupos. Então, por exemplo, a gente sabe que no Rio de Janeiro eles têm uma forma de atuação que é totalmente distinta da forma que eles vão atuar aí na região de vocês. Né? Então, por isso que eu vou te fazer essas perguntas. Esses grupos, eles dominam... chegam a dominar territórios, eles chegam a cobrar taxas pra não sei... por serviços de segurança, chegam a ofertar produtos, como é que é? Ou não? Eles só fazem essa atuação, a mando e agindo através de violência... Como é isso?

P: Não, não é do meu conhecimento. É do meu conhecimento é isso que eu acabei de me referir, é que eles se organizam por conta própria, digamos assim, mas que [inaudível] esses outros tipos de pessoas envolvidas e que pra se beneficiarem próprio, entendeu? Na verdade, é beneficiamento próprio.

P: Uhum. E nesses grupos já houve identificação de policiais... atuando nesses grupos ou de ex-policiais?

Nathália: Sim. Tanto de policiais que exercem o seu papel atualmente no município quanto ex.

P: Tá. Certo. Nessa atuação que vocês têm conhecimento eles... você disse que eles chegam até a mencionar nome de pessoas, né? Vocês identificam que é uma atuação a mando de fazendeiros?

Nathália: Sim.

P: Majoritariamente ou tem notícia de outros grupos que...

Nathália: Mais são moradores, fazendeiros mesmo da nossa região.

P: Na região, né? Tá. Que eles atuam exercendo pressão, né? Na.. nos assentamentos, né?

Nathália: Sim.

P: Pra enfim... Certo.

Nathália: Isso, para benefício próprio.

P: Próprio. Uhum. E aí o que que eu queria te perguntar... Você acha que...

Nathália: Mais por regularização fundiária, sabe?

P: Aham. Sim. Com certeza.

Nathália: [Inaudível] acontece devido a regularização fundiária.

P: Perfeito. E eu queria te fazer... saber se você acha que a atuação desses grupos se tornou mais fraca, mais forte ou continuou da mesma forma durante o governo Bolsonaro. Qual que é a sua percepção?

Nathália: Ah! Eles dominaram! Se acharam o rei juntamente com a milícia Bolsonaro. Até hoje eles agem como se o governo atual não tivesse no poder. E eles agem de forma dominante ainda sonhando com o governo Bolsonaro retorna para o poder e, assim, eles falam que tudo melhorou na... pela visão deles a partir que o governo Bolsonaro assumiu e altamente... aumentou, né? Só aumentou.

P: Ficaram menos inibidos, vamos dizer assim, né? Mais desinibidos, né, nas atuações

Nathália: Sim, sim.

P: Perfeito. Aí agora eu vou te fazer algumas perguntas mais sobre Amazônia no geral, né? Então, você viu durante o governo Bolsonaro, né, alguma alguma atuação do em prol da Amazônia na região que você vive? Como que foi a atuação do governo? Você.. teve atuação do governo, não teve a atuação do governo?

Nathália: A única atuação do governo, no meu ponto de vista, tanto pra Amazônia quanto no lugar aqui da nossa localidade foi dano, digamos, apadrinhando os digamos... os de altas milícias juntamente com ele, favorecendo né, e incentivando o desmatamento, a destruição, os

garimpos ilegais, dando poderes pra esses tipos de pessoas continuar nessa atuação. Esse foi o meu ponto de vista. Não favoreceu nada a classe dos trabalhadores rurais. Não fortaleceu as mulheres. Não fortaleceu os movimentos sociais. Pelo contrário, ele usou de todas as armas que pôde para prejudicar esse tipo de movimento e esse tipo de classe.

P: Certo. Durante... todas as perguntas que eu vou fazer aqui se referem ao governo Bolsonaro. Você viu nesse período a atuação de militares na região ou...

Nathália: Não.

P: Não? Tá.

Nathália: De militares do movimento...

P: Das forças armadas mesmo. Porque durante o...

Nathália: Ah, não.

P: ... governo Bolsonaro foram implementadas algumas garantias da lei e da ordem. Né?

Nathália: Uhum.

P: Teve a Verde Brasil um a Verde Brasil dois, a Samaúma. E eu queria saber se na sua região teve presença de militares atuando, né? Porque na época as operações foram... convocadas, vamos dizer assim, né? Pra combater incêndios... e aí depois também pra combater a atuação de crimes ambientais...

Nathália: Uhum...

P: Você viu alguma atuação nesse sentido?

Nathália: Não. Nenhuma. Não houve.

P: Tá. Você já ouviu dizer e, principalmente nesse período, que é preciso explorar as riquezas amazônicas para o desenvolvimento da região? Você concorda com esse pensamento, você acha que esse pensamento altera de alguma forma as políticas governamentais da sua... na sua região? Principalmente durante o governo Bolsonaro?

Nathália: Olha, o meu ponto de vista é que... sobre o favorecimento, né? Que tu perguntou?

P: Isso. É, sobre... que se fala muito, né, que é preciso explorar as riquezas amazônicas pra que ocorra o desenvolvimento nas regiões, no caso, na sua região, né? Ou no Pará como um todo, vamos dizer assim, você concorda com esse pensamento? Você discorda? Você acha que esse tipo de pensamento favorece determinadas práticas políticas, principalmente durante o governo Bolsonaro?

Nathália: Durante o governo Bolsonaro ela desfavoreceu, né, principalmente a gente, porque eles exploraram... exploraram explorando, né, a essa classe. Desmatando tudo que é... o mando foi a parte deles. E existe as... essas riquezas, né? Tem no nosso Pará, nossa região amazônica. Ela é bem rica nessa função. Mas eu acho que nós temos que explorar de forma sustentável. Porque nós dos movimento social e a gente do grupo GETAI, a gente explora, mas de maneira sustentável. A gente utiliza os recursos, né, sustentáveis da natureza para beneficiar, fazer a produção dos nossos produtos da qual a gente vendemos que é xampu, condicionador, tudo a base da andiroba. Então, se for nessa parte e que seja de forma sustentável, beleza, mas a exploração do jeito que eles exploraram, eu não concordo. Que foi desmatando, que foi incentivando a criação bovina e sem contar que veio a seca na nossa região, aonde os que... digamos que pensaram que ia ser favorecido foram prejudicados. Então, se for pra explorar de forma sustentável, eu concordo. Agora explorar desmatando e desqualificando as riquezas a qual nós temos, aí não foi... não houve.

P: Perfeito. Uma outra pergunta, nesse período você participou ou conhece alguém que tenha participado de reuniões com o governo? Representando os direitos ou pensamentos dos moradores da região? E se essa foi uma questão particular desse período ou se em outros períodos também aconteceu, se houve uma restrição de participação ou não? Como é que você vê isso?

Nathália: Na verdade, o que eles puderam podar, digamos assim, cortar, cortaram. Não houve, não deram a mínima chance, não ouviram. Sem contar que as pessoas ainda que procuraram, digamos assim, foram humilhadas, né, ou então a gente nem se sentia no direito de procurar por causa da repressão do governo. Então foi totalmente não. Não aconteceu.

P: Certo.

Nathália: Ele não teve esta... não tivemos essa oportunidade de falar. Quando falavam, eram silenciados igual o Bruno Philips e Dom né? Que foram tentar falar e foram silenciados. É esse meu ponto de vista, que tentasse falar era silenciado, tombados ou seja muitos tiveram que se omitir e aguardar a tempestade passar [risada].

P: Certo. E você considera que isso foi muito... aconteceu muito nesse período ou já vinha ocorrendo? Antes tinha mais abertura ou não?

Nathália: Na verdade foi fortalecido nesse período do governo Bolsonaro, só fortaleceu. Aumentou, digamos, que cem por cento. No meu ponto de vista.

P: Tá. Uhum. Não, perfeito. Você acha que o desmatamento na Amazônia, no local ou perto do local onde você vive aumentou, diminuiu, permaneceu do mesmo jeito nesse período?

Nathália: Ele aumentou, aumentou cem por cento. É tanto que a gente tem registro, né, não só aqui na Amazônia, mas eu acredito que em todo o Brasil o aumento do desmatamento, das queimadas, né? Foram fortíssima. É muita queimada, muito desmatamento. A Amazônia perdeu muito. A seca veio com tudo, até hoje estamos sofrendo devido o desmatamento e as queimada, a gente até hoje está sofrendo essas consequências.

P: Certo. E uma outra coisa que eu queria saber é o que que você acha dos ativistas ambientais e que... e entre as pessoas que você convive, principalmente no assentamento né, que é onde eu acho que você poderia falar mais, né? O que que eles acham dos ativistas ambientais? O pensamento das pessoas mudou em relação a eles durante o governo Bolsonaro ou permaneceu?

Nathália: Eu acho que permaneceram [risada]. Na verdade fortaleceram alguns pensamentos tipos assim... na nossa região, vou falar pela minha região, e a qual eu mesmo sou né? O

grupo de trabalhadoras artesanais extrativista, ele é um grupo organizado pra gente fazer produção de cosméticos e bijóias artesanais e também pra fortalecimento e melhoria de renda das mulheres extrativista na nossa região. Só que como o prédio é dentro do [informação ocultada por questões de sigilo], na nossa comunidade as pessoas eles tem um... vê diferente, aonde acha que a gente utiliza esses outros benefícios para poder prejudicar porque a gente tem muito contato com o povo da Embrapa, da Indeflor-bio, Ibama... então tudo que acontece na nossa região ou no nosso município acha que é partido do grupo. Eu falo é por não ter o conhecimento do que que é, o que que são as pessoas ativistas, o que que é as pessoas que defendem os direitos humanos, né? Então isso é uma pauta até que eu tenho pra poder sensibilizar a nossa região porque nós moramos dentro de um assentamento, a qual as pessoas que moram dentro do assentamento não se identifica com a sua identidade local, ou seja, eles fazem o papel, né, que a gente faz e alguns em defender, deixar reserva isso e aquilo, mas por eles não ter esse conhecimento, eles não gostam, degridem a imagem das pessoas ativistas que fazem isso. Então isso foi fortalecido no governo Bolsonaro porque tudo que acontecia aí eles achava que “Ah foi os dos direitos humanos, foi as pessoas do movimento, foi isso ou aquilo. E o ódio aumentou, isso eu tenho certeza [risada] que fortaleceu o ódio contra a equipe da CPT contra a galera do movimento, até contra os professores, mesmo, universitários que a gente tem o projeto de noções de pertencimento dos maçanadubenses pra gente poder trabalhar essa identidade local da população.

P: Perfeito. Uhum. Perfeito. Deixa eu ver aqui que que eu posso... Ah, você comentou do Ibama né? Que vocês... por terem esse grupo né, vocês tem acesso ao Ibama. Como foi nesse período essa interação com esses órgãos? Ibama, você mencionou a...

Nathália: A Indeflor, EMBRAPA...

P: Isso, como que... como é que foi? Porque...

Nathália: O Incra.

P: É, o Incra.

Nathália: A UNIFESPA, a CPT.

P: ICMBio.

Nathália: A gente ficou... o ICMBio... a gente ficou na verdade adormecido prezando pelas nossas imagens e pela nossa vida nesse período, né? Digamos que a gente estamos iniciando, engatinhando novamente. Mas ficou tudo parado, parou tudo, tudo, tudo, tudo. Até as nossas vendas nas feiras, elas foi adormecida porque... pra tu ter uma ideia eu fui no ano... um ano depois, logo que o Lula ganhou a gente foi pra Brasília, pra Marcha das Margaridas e aí quando eu cheguei, né, uma pessoa simplesmente chegou pra mim... eu tava fazendo compra [informação omitida por questão de sigilo]. Nesse dia fiquei com muito medo de morrer e a pessoa apareceu na minha frente, porque assim, a gente... Marcha da Margarida, nada a ver... foram falar que a gente foi fazer denúncia lá em Brasília pro outro miliciano que entrou [risada], que no caso Lula né? E assim a gente sofremos ameaças de morte, esse tipo... vazava alguma coisa aqui do desmatamento na nossa região, não sei o que, a cabeça de fulano vai valer ouro... então isso assim é muito que... que... eu acredito que a falta de conhecimento mesmo, né? Da população. Pelo governo Bolsonaro ter distorcido muita coisa e as pessoas acreditam. É tanto que ele é considerado um mito, né? E as pessoas realmente vê ele como um Deus, digamos assim, na terra, né? E seguem esse mito [risada].

P: Certo [risada]. Bom, durante esse... nesse período né? Você saberia dizer se existiu alguma relação... voltando agora no início da nossa conversa, né? Quando a gente tava falando sobre grupow que atuam de forma violenta, pistoleiros, né? A mando de fazendeiros, né? Que é o que você diz que é mais recorrente na sua região. Você saberia dizer se existiu alguma relação entre esses grupos e pessoas que trabalham para o governo? Pra além de... que você já falou que existe relação com policiais né e policiais, mas vocês conseguiram ou têm notícia de outros tipos de relação? Com funcionários do governo?

Nathália: Não.

P: Tá. Ok. Deixa eu ver. Tá. Em relação, especificamente, às GLOs, né? Eu não sei né, aí se você não souber responder, tranquilo. Você acredita que elas foram favoráveis? Você tem notícia, né, não só na sua região, mas em outras regiões se... qual é a percepção das pessoas em relação a essas GLOs que foram implementadas, essas operações, né? Que eles fizeram de combate a incêndio, enfim...

Nathália: Na verdade, eu acredito que no governo não saiu do papel né? Pelo menos, na nossa região, quanto mais incendiaram, mais a galera queimava, parece que era incentivo né? Não o combate, mas sim uma incentivação. É tanto que as queimadas aumentaram na... nesse período do governo e tudo. Então pra combater, combater... na minha visão não houve, a não ser incentivo mesmo e aumento. De todas as esferas, tanto de queimada quanto o desmatamento, quanto todas as outras coisas antes.

P: Uhum. Nathália, eu acredito que essas eram as principais perguntas que eu tinha pra te fazer. Eu queria saber se tem alguma pergunta que eu não te fiz e que você... e algo que você considere importante falar, algum aspecto que eu não me atentei e que você acha importante de ser falado.

Nathália: Não, é isso mesmo, é só falar que eu agradeço pela oportunidade, né? De ter me concedido essa entrevista, né? Dizer que eu fico grata em poder contribuir nisso, pude ajudar e dizer que nós precisamos de mais pessoas que... defendem, né, esses temas nas suas teses seja lá de mestrado, doutorado, especialização, né? Pra gente poder mostrar a força né? Desse tipo de milícias que atuam, né? Tanto nas nossas regiões locais como amplas no mundo pra ver se... eu acredito ainda na força dos movimentos e das universidades. Que a gente um dia possamos combater esse tipo de crime.

### **3. ENTREVISTA MORADORA 3**

Arquivo 3 – Tempo de gravação: 46 min e 40 seg

Realizada em 14 de fevereiro de 2025

Identificação: Rita<sup>54</sup>, mulher, São Félix do Xingu

P: Então pra gente iniciar a nossa conversa, como eu te falei né, a minha pesquisa ela compreende o período do governo Bolsonaro, então quase todas as perguntas que eu fizer vai ser tentando remeter a esse período. Então a primeira pergunta é a seguinte, você viu ou você tem notícia de quais tipos de atuação governamental na Amazônia, especificamente né, pensando em floresta amazônica, durante o governo Bolsonaro?

Rita: Olha aqui na minha cidade, por exemplo, tem dois rios, o Rio Fresco e o Rio Xingu, o Rio Fresco que era um rio que tá... ele tava tratado porque ele é um rio que ele é muito garimpado

---

<sup>54</sup> Nome alterado para que não ocorra identificação.

e no governo Bolsonaro ele voltou a ser garimpado novamente e hoje a água dele não tem nem condições de tomar banho lá. No período do governo Bolsonaro.

P: Uhum e não foi adotada nenhuma medida em relação a isso?

Rita: Fora a questão das derrubadas né e queimadas que aumentaram muito nesse período, também.

P: Certo.

Rita: Como se ele fomentasse essas práticas né.

P: Uhum, certo. Então pra você, em relação a atuação governamental, por exemplo, em relação a essas vivências que você teve né?

[Interrupção da gravação por questões particulares da entrevistada]

P: Em relação a essas experiências que você teve aí, né? De garimpo, né? De queimadas, você observou alguma atuação governamental pra evitar que isso acontecesse na região?

Rita: Não.

P: Tá.

Rita: Muito pouco da... desses órgãos que fiscalizam, né?

P: Uhum.

Rita: Até porque teve o sucateamento, né? O Ibama foi sucateado. Houve uma... houve um plano pra que isso fosse acontecer.

P: Uhum. Nesse período do governo Bolsonaro você viu ou ouviu falar né? De atuação de militares, na sua região, das Forças Armadas? Porque a gente sabe que houveram né? Algumas GLOS né? Garantias da lei e da ordem. Especificamente, até onde eu sei, pelo menos, a Verde

Brasil 1 e a Operação Samaúma que foi feita pelas Forças Armadas, eles atuaram aí na região de São Félix do Xingu. Pelo menos é o que consta nos relatórios, né? Então eu queria saber de você mesmo se você tem notícia disso, se você viu de fato atuação de militares ou se você tem notícia de alguém que tenha visto.

Rita: Olha, pra te dizer a verdade, nesse período de governo do Bolsonaro a gente até viu a presença do exército, de alguém por aqui, mas nunca era fazendo fiscalização como é normalmente. Era só mesmo vir. Não tinha um... entendi.

P: Então você entende que teve alguma mudança com a atuação deles aí, com a presença deles aí, você identifica alguma mudança? Alguma alteração?

Rita: Não.

P: Tá. É muito falado né e eu acho que, principalmente ao longo do governo Bolsonaro, a gente ouviu muito dizer que é preciso explorar as riquezas amazônicas, né? Pra que ocorra o desenvolvimento da região. Eu queria saber se... você já deve ter ouvido, né, muito isso. E eu queria saber o que que você acha dessa fala. Você concorda, você discorda? Como você vê isso? Esse pensamento?

Rita: Olha, em São Félix do Xingu toda a renda do município gira em torno de garimpo, da... do gado, né? Da pecuária. Só que a gente tem que criar práticas sustentáveis. O problema não é você fazer, é como você faz, né? É muito mais fácil jogar os dejetos dentro do rio do que criar um lugar pra você armazenar os dejetos, fazer tudo certinho e não poluir os rios. Do mesmo jeito é o gado, por exemplo, é mais fácil você derrubar pra ter... mais fácil do que você recuperar os pastos que você já tem.

P: Uhum.

Rita: Não é a prática? É como você faz.

P: Uhum. Entendi.

[Interrupção da gravação por questões particulares da entrevistada]

P: Como você bem falou...

Rita: Aqui em São Félix tinha um senhor...

P: Pode falar.

Rita: Ele até passou no Globo Rural uma vez, porque ele tinha uma política de recuperação de pastos.

P: Uhum.

Rita: Ele plantava milho e depois do milho, ele fazia aquele milho virar adubo pra não ter que derrubar novamente. Ele teve uma entrevista no Globo Rural. Só que aí ele faleceu e a família dele já tem outras políticas de...

P: Outro pensamento, né?

[Assentiu]

P: Bom, como você bem disse né? O ideal seria que houvesse, né, essas políticas de... mais sustentáveis, né? Mas eu queria entender, porque... você acredita que essas práticas mais sustentáveis são predominantes na região ou...

Rita: Não, não são.

P: Aí nesse sentido, o que que eu queria saber...

Rita: Quando você fala sobre esse assunto as pessoas acham que você está falando besteira. Que você fala porque você não entende, porque você...

P: Entendi. Aí nesse sentido, já puxando pra esse pensamento, né? Já que infelizmente não é a prática mais frequente na região... você acha que essa exploração, né? Mais danosa, vamos dizer dessa forma, extensiva, né? Menos sustentável... você acredita que esse tipo de prática se

intensificou ao longo desse governo ou não? Houve algum tipo de incentivo, mesmo que seja discursivo ou através de práticas governamentais mesmo, como você percebe isso?

Rita: Eu acho que eu consigo te dizer que com toda certeza houve sim um... talvez... você pode ver que quem votou nele, votava justamente porque ele ia validar essas práticas.

P: Uhum.

Rita: Entendeu? Durante o período do governo Bolsonaro os ambientalistas foram mais perseguidos. Não tiveram espaço pra falar. E uma forma de você alienar as pessoas é você não deixar aqueles que detêm o conhecimento falar sobre aquilo.

P: Com certeza.

Rita: [Inaudível]. E o discurso dele é... tinha gente que admirava aquela forma xucra de falar e falar besteira ali no ar. Só que aquilo não era por acaso. Porque quem tava ouvindo em casa pensava assim: “Nossa é um cara simples falando. Um cara igual a gente, que tá...”. Só que não era. Era só uma forma dele ganhar votos.

P: Uhum. Certinho. É... perfeito, Rita. Eu queria saber, assim... durante esse período você participou... Não sei você, né? Eu imagino que talvez não, mas você conhece alguém que tenha participado de reuniões com o governo, né? Porque normalmente a gente vê muito, nessas regiões, atuação do Ibama, do ICMBio, da FUNAI, né? Então... E normalmente, ocorrem em reuniões, né? Pra poder entender a realidade, pra trabalhar junto com a comunidade. Então, nesse sentido eu queria saber se você participou ou conhece alguém que tenha participado de reuniões com o governo nesse período, representando os direitos ou os pensamentos dos moradores da região?

Rita: Aqui em São Félix eles atuam sim, eles são bem... no período do governo Bolsonaro eles tentaram agir sim, mas eles não tiveram adesão, eu diria.

P: Adesão?

Rita: Da sociedade.

P: Por parte da própria comunidade?

Rita: É, o ICMBio, tem outras ONGs que estão aqui, Imaflora.

P: Uhum.

Rita: Que atuam... mas não havia... não deu espaço pra eles. Pelo contrário, as pessoas tinham raiva quando eles chegavam nas vilas, nesses outros lugares.

P: Entendi. Uhum, entendi. Ótimo. Você... assim em outros... eu queria entender assim... você observou isso mais durante esse período ou já era algo que já vinha acontecendo? Você tem percepção disso?

Rita: Enfatizou. Ficou mais evidente. Porque é igual eu te falei. Quando você tem uma pessoa no poder que tá validando tudo aquilo que você não podia... você não podia falar porque não era certo, mas vou botar uma pessoa no poder que valida aquele discurso seu. A pessoa mais importante do país tá validando aquele discurso de ódio de que tem que derrubar, de que tem que garimpar, de que garimpo é legal e então se você tem essa pessoa te validando, aí a pessoa não vai ter mais pudor nas atitudes dela não. Igual, antes o ICMBio e o Imaflora era recebido nas fazendas, nos espaços, depois ele passou a não ser mais, porque: “Não, o cara tá lá falando palanque em rede nacional de que ambientalista tá querendo é vender a nossa Amazônia pra fora”. Que é isso que ele falava?

P: Sim, uhum.

Rita: Que era pra ganhar dinheiro, que esse interesse todinho na nossa Amazônia.

P: Sim.

Rita: Eu tenho um [menciona um familiar] bolsonarista que ele fala isso, que essas ONGs são... que é porque os Estados Unidos pagam a gente pra manter a floresta em pé. É por isso que tem o interesse de... que já derrubaram tudo lá e agora quer as florestas aqui em pé.

P: Entendi. Uhum. Sim.

Rita: [Risada] Aí meu Deus do céu.

P: Uhum. Esse pensamento é bem frequente mesmo, ao longo da pesquisa eu me deparei com diversos...

Rita: E você sabe que esse discurso vem de onde? Vem dali ó, das redes sociais, do WhatsApp. Onde ele se informavam? Com esse tipo de informação, era só a bolha deles, só o WhatsApp, só o grupo deles, eles não assistem outro tipo de vídeo.

P: Uhum. Pensando agora em questão de desmatamento. Acho que você já até mencionou no início que houve um aumento de queimadas, né? Que você falou? Como é que foi isso na região?

Rita: É estado de alerta porque tinha muita fumaça.

P: Uhum.

Rita: [A entrevistada menciona uma informação pessoal que foi ocultada por questões de identificação]. Teve um período que eu ia [informação pessoal que foi ocultada por questões de identificação], não dava pra continuar, porque a fumaça baixa na estrada e não dava pra [informação pessoal que foi ocultada por questões de identificação], não dava pra fazer nada, tinha que encerrar e ir embora pra casa.

P: E essas queimadas, vocês daí da região, né? Como que era tratado isso? Eram queimadas em decorrência da época mesmo ou vocês têm notícia de serem outros tipos de queimada, queimadas no caso orquestradas, né? Como que isso era trazido aí na região?

Rita: Eu acredito que eram pessoas que davam início e aí perdia o controle delas, né. Da queimada. Elas chegavam a locais que talvez não era o plano dele, mas era dado início pelas pessoas sim. Teve muita gente que perdeu plantações de cacau. No período. Porque o cacau é [inaudível] o calor, né? E aí, entrando e entrando e invadia a terra do outro e queimava cerca,

queimava tudo, matava gado. Eu conheço um senhor, seu Armando<sup>55</sup>, ele perdeu, acho que foi treze cabeças de gado que o fogo invadiu o pasto e não deu tempo de retirar o gado. Aí muitas vezes o fogo nem foi colocado por ele, mas veio da terra de outro que colocou e perdeu o controle, entendeu?

P: Uhum. Entendi perfeitamente.

Rita: Uma área de preservação, tem um bosque que é a coisa bonita. Só que já... ao longo dos quatro anos do governo Bolsonaro todo ano ele queimou. E hoje se você olhar pra lá, ele era uma mata bem fechada, agora ele já está uma mata ralinha [informação ocultada por questões de sigilo] e tinha muito macaco, muito tatu, essas coisas, né?

P: Animais silvestres, né?

Rita: [informação ocultada por questões de sigilo] Os macacos gritando.

P: Nossa, imagino. Coitados, o desespero dos bichinhos, né?

Rita: Ao longo dos quatro anos queimou todos os anos.

P: E assim eu fico imagina que deve ser... deve dar até medo, né? [Informação ocultada por questões de sigilo]. Um descontrole de fogo, o fogo é extremamente perigoso, né?

Rita: Tem casas que fica de fundo pra esse morro, que é uma área de preservação. Aí teve até um dia [informação ocultada por questões de sigilo] e o fogo tinha invadido o quintal da Cidinha<sup>56</sup>. E ela tava dormindo.

P: Que perigo!

---

<sup>55</sup>Nome alterado por questões de sigilo.

<sup>56</sup> Informação alterava por questões de sigilo.

Rita: E aí o guardinha com aquelas motinha que foi apagar o fogo e acordar ela, que ela não tinha visto. É uma senhora que mora sozinha de sessenta anos. E o fogo já estava numa casinha que ela tem de madeira no fundo do quintal.

P: Nossa, que perigo, pensa. Misericórdia. E eu estava pensando assim é... quando ocorriam essas queimadas, como é que era, Rita? Porque assim, eu fico imaginando que é muito difícil de controlar até pelas notícias que a gente via, né? Essas queimadas ocorreram em várias regiões do Brasil, né? Não só aí. Quem que vocês viam agindo em função disso? Existia alguma ação pra poder tentar combater essa queimada? Como é que era?

Rita: Não, não tinha. Nas fazendas mesmo eram os próprios proprietários que tavam contendo o fogo invadindo, que ia fazendo aceiro, ia tentando apagar, tentando controlar o fogo. Aqui na área urbana não viu a presença de bombeiro, nem de nada. Igual nesses dias... nesse período mesmo que a serra pegou fogo, você não viu bombeiro hora nenhuma tentando apagar. Aí queimou pelo período que tinha que queimar. Enquanto tinha folhagem, tinha madeira pra tá pegando fogo queimou.

P: Foi queimando né? Uhum, entendi.

Rita: Uhum.

P: Agora eu vou fazer umas perguntas mais voltadas pro crime organizado, né, na região. Eu estudo milícias, né? E... durante... agora durante o meu mestrado iniciei esse estudo, né? No Pará, especificamente, antes eu estudava milícias no Rio de Janeiro, então vamos dizer, que é um tema que eu estou me familiarizando, agora né? Porque eu acho que nem dois anos jamais seria suficiente pra entender a complexidade da região. É...mas eu queria saber se vocês... se você sabe, né? Se na região ou aonde você mora tem atuação de milícias.

Rita: Tem e aqui é mais por causa de terra, né?

P: Por causa de terra, né? De conflito fundiário.

Rita: Uhum. Ano passado, eu acho, foi ano passado... é... foi ano passado ou retrasado, eu não tenho certeza.

P: Uhum.

Rita: Que [inaudível] aqui, o nome dele era Zé do Lago. Esse senhor, ele era tipo um ambientalista. Ele tinha um trabalho que era com os ovos de tracajá pra não entrar em extinção. Ele pegava os ovos, recolhia das praias, trazia aqui pra um calçadão que é... tipo uma praia que tem aqui na frente de São Félix. Deixava lá, aí eles chocavam esses ovinhos, depois eles levavam e soltavam as tracajazinhas no rio. Era um projeto quilombo, eu acho o nome... Quelônios o nome do projeto dele. Ele é bem conhecido por causa desse projeto, né? E aí eles tinham uma terra... que eles tinham um pedacinho de terra que tava entre um... dois fazendeiros muito grande. E esses fazendeiros tinha interesse na terra dele, já tinha tentado comprar e ele não queria abrir mão. Esse fazendeiro até era o prefeito passado da cidade. E todo mundo sabe que foi ele. Ele matou ele, matou a filha, matou a esposa. E só um filho que escapou porque no horário que eles chegaram lá pra mata ele tinha subido a serra, ele não tava na casa. Matou todo mundo. Aí era assim... depois teve a presença de vários jornalistas de fora aqui em São Félix por causa do projeto, a visibilidade que ele tinha, né? E aí ele... quando... a cena assim que você via, era absurda, o povo boiando no rio. Que tinha uma mulher que quando eles chegaram pra matar ela tava lavando louça. Aí o corpo dela boiando assim no giral. Seu Zé do Lago tinha levado vários tiros lá na casa. E você pras pessoas... pra validar aquilo ainda fala assim: “Ah mas ele merecia mesmo. Que ele era muito cheio de confusão. As pessoas falam é assim. Pra você ver como é São Félix do Xingu, entendeu?”

P: Entendi.

Rita: E não foi só esses, houveram vários outros crimes por causa de terra aqui na região.

P: Uhum.

Rita: Ele não queria abrir mão...

P: Uhum. Ao longo... durante o governo Bolsonaro você tem recordação de algum caso mais emblemático?

Rita: Aqui em São Félix foi esse né, do Zé do Lago.

P: Esse né?

Rita: E não deu nada. E todo mundo sabe que foi o prefeito.

P: Entendi. E como é que foi? Não teve... Como é que foi a investigação? Houve o processo de investigação?

Rita: Houve né. É um trem que ficou aí aquele murmurinho, passou no Fantástico, passou não sei o que. Não deu em nada. Não deu em nada.

P: É infelizmente, assim, ao longo da pesquisa eu percebi que existe pouco empenho, né? Nesse tipo de investigação. Né? Quando ocorrem esses crimes assim. É difícil às vezes até fazer boletim de ocorrência, né? Quando ocorre alguma perseguição... algo... Como?

Rita: Pessoas não fazem boletim de ocorrência. Elas não fazem, elas não vão testemunhar, por isso que fica tão difícil. Mas aí você não pode nem julgar, porque por exemplo, eu não iria também.

P: Você acredita que eles não vão mais por questão de medo mesmo, né?

Rita: É um silêncio velado, né?

P: É um quê? Desculpa?

Rita: Um silêncio velado.

P: Uhum. É um silêncio né...

Rita: A pessoa não fala porque ela sabe que se... é... As pessoas não falam porque elas sabem que se ela falar ela também vai embora. Ela também vai morrer.

P: Uhum. Sim. Não, eu imagino. Triste, né? Essa realidade. Bem, pensando novamente, né? Nesses grupos. O que que vocês entendem por milícia aí na região?

Rita: Eu não sei se é... o conceito de milícia da... do... por exemplo, do Rio de Janeiro se encaixa ao daqui, né? Que normalmente são ex-militares, né?

P: Isso.

Rita: Pessoas que já foram da lei que começam a agir de um... de uma forma, né? Agora aqui, normalmente, não são, sabe? São pistoleiros, né? Que a gente fala.

P: Pistoleiros, né?

Rita: É, a pistolagem.

P: Entre esses pistoleiros... é... a realidade do Rio de Janeiro é muito distinta da do Pará. Assim, pelo menos ao longo da minha pesquisa... eu acho até muito diferente... esses grupos que atuam nessas áreas bem diferentes das milícias que eles falam que atuam em Belém. Eu acho bem diferente. Eu acho as milícias que atuam no Belém um pouco mais próximas do Rio de Janeiro, mas aí teria que fazer uma pesquisa mais sobre isso. Mas pelo que eu tenho pesquisado eu consigo ver algumas diferenças.

Rita: Mas será que não é porque lá é mais a presença da droga, né? Aqui ainda é a da terra.

[Entrevista interrompida por questões particulares da entrevistada]

P: Isso que você falou, da questão da droga, eu acho que pode ser sim um fator de diferenciação mais forte.

Rita: Aqui o objetivo é o quê? Terra.

P: Terra, né? É um conflito mais focado na terra, mais fundiário.

Rita: A droga aqui em São Félix é, tem. Tem sim. [Inaudível] Porque agora já tem um presídio, né? Mas antes não tinha. Povo ainda faz muito justiça com as próprias mãos. Igual, se tem um ladrão aí, mata.

P: Uhum.

Rita: Ainda [inaudível]. Igual, esses dias atrás mataram um rapaz de dezessete anos porque ele roubava. Tiro na cabeça. E aqui [inaudível] com ladrão a pessoa, o povo já fala “Ih, daqui uns dias ele morre”.

P: Uhum, entendi. E...

Rita: [Inaudível] Ainda tem muito assim aquela coisa da justiça com as próprias mãos.

P: Uhum. Entendo. E você falou, né, que... é porque, normalmente, quando a gente fala de milícias, né? A gente envolve atuação de policiais ou ex-policiais mesmo, né? No caso aí na região, pelo menos que você tem notícia, não tem envolvimento de policiais ou ex-policiais.

Rita: Às vezes tem sim. Às vezes tem policiais que trabalham nessas coisas de segurança rural que você sabe que na verdade não é um segurança rural. Aqui tem assim.

P: Uhum. De segurança privada né?

Rita: [Inaudível] que você vai apagar alguém que está te incomodando, né? Você vai tirar do seu caminho.

P: Uhum. Entendi.

Rita: Tem muitos policiais, que são policiais atuantes, que no caso não são esses. Que no período deles de folga trabalham nessas seguranças rurais.

P: Tá, entendi. Aí, mas assim, só pra eu conseguir entender melhor, né? Essas polícias rurais que você fala, seriam tipo de segurança privada, empresa de segurança privada?

Rita: Isso, pra alguma fazenda, fazendo a segurança.

P: Tá. Que você entende que é diferente dos pistoleiros.

Rita: Acho que é como se fosse assim um... normalmente o pistoleiro ele é contratado pra matar alguém, né?

P: Uhum.

Rita: Ele já é contratado pra ele ir lá e matar alguém. Aí essa coisa da segurança rural, normalmente eles querem dizer que é pra evitar invasores. Porque as pessoas aqui invadem as terras dos outros, que eles chamam de grilagem, né?

P: Uhum. Sim, sim.

Rita: Apossa, fica ali e vai tentar tomar aquela terra. Aqui ainda acontece muito isso.

P: Entendi. Mas...Uhum. Mas em ambos os casos, tanto em casos de pistoleiros e dessas empresas de segurança privada ocorre de ter atuação de policiais ou ex-policiais?

Rita: Sim.

P: Entendi. Uhum. E aí assim só por...

[Entrevista interrompida por questões particulares da entrevistada]

P: Dando seguimento aqui, só pra eu entender assim melhor. Aí na região vocês tem alguma notícia de grupos que atuam... você falou, né? Que existem essa essas empresas de segurança privada, né? Que atuam, mas assim, aí na região mesmo, pra vocês moradores, sem ser fazendeiros, né? Existe grupos que atuam fornecendo segurança pra vocês e cobrando dinheiro em troca de segurança?

Rita: Aqui tem muito... como eu te falei agorinha, tem muito assim de quando às vezes quando alguém tá fazendo alguma coisa errada, as pessoas verem com a própria polícia pra matar, né?

P: Tá, uhum.

Rita: “Ah, foi troca de tiro, não sei o quê”.

P: Tá, entendi.

Rita: E acontece muito isso ainda.

P: Você já mencionou, né, que muitos desses grupos dos pistoleiros e também desses grupos de segurança privada atuam pra fazendeiros, né? Em função de grilagem e tudo. Então...

Rita: Quando... eles fazem assim... alguém tá roubando, tá fazendo alguma coisa errada. Aí eles mandam matar, aí normalmente é a polícia.

P: Uhum. Tá, entendi. Normalmente é a polícia que atua nessas execuções de... quando é identificado algum crime, né? Roubo, essas coisas, né?

Rita: A internet cortou o que você falou.

P: Ai desculpa. Que você estava falando que normalmente é polícia age quando é identificado esses crimes, né? Tipo roubo. A polícia vai e age e executa, normalmente. Uhum, tá. E... só pra eu entender, assim, você mencionou que normalmente tanto esses grupos que você diz, né, pistoleiros, quanto grupos... esses grupos de segurança privada eles atuam mais pros grandes fazendeiros aí da região. Você tem notícia deles atuando pra outros... outros grupos, como narcotraficantes ou garimpeiros ou... enfim.

Rita: Não, é mais em torno do latifúndio mesmo, igual a gente estava comentando. Aqui em São Félix é.

P: Uhum, tá. E assim, você acha que a atuação desses grupos, né? Falando especificamente desses grupos de extermínio, vamos dizer assim, né? Pistoleiros, enfim, a atuação deles se intensificou durante o governo Bolsonaro, você vê uma diferença ou não? Continua a mesma coisa? O que que você nota de diferença, se é que existe.

Rita: Aqui na nossa cidade não mudou muito. Sempre foi assim, né? O que eu acho que mudou, o que mudou muito é foi a questão do ambientalismo na cidade. Isso ficou evidente, durante o

governo Bolsonaro que afetou diretamente a preservação. As pessoas desconstruíram o que elas tinham de preservação.

P: Entendi. Uhum.

Rita: Ao longo desses anos.

P: Tá, perfeito.

Rita: E elas ficaram com ódio contra quem faz essa prática de tentar levar palestras, levar conscientização sobre esse assunto.

P: Perfeito. É, e em relação a esses fazendeiros que você mencionou. Existe algum... vocês sabem ou tem notícia de alguma relação deles com o Estado, né? Com o governo? Ou... você já... a gente já conversou sobre policiais, né? Relação com policiais, mas talvez com políticos? Acho que você até mencionou de um prefeito, né?

Rita: Uhum. O ex-prefeito.

P: Uhum.

Rita: A ficha dele é extensa, ele tem várias investigações, mas ninguém nunca conseguiu provar nada. E todo mundo sabe. [Risada]

P: Todo mundo sabe, mas... [Risada]

Rita: É, todo mundo sabe.

P: Entendi. Então é mais com políticos da própria região mesmo, né? Que normalmente...

Rita: Não, e ele não... ele é muito antigo aqui. Se for pesquisar, eu acho que ele é acusado de uns trezentos homicídios. Que não... nunca deu em nada. E todo mundo sabe que é ele. Eu até, assim...

P: E ele é um fazendeiro na região, um grande fazendeiro na região?

Rita: É, só que todo o investimento dele é... ele faz no Rio Grande do Norte, que é a cidade natal dele. Ele só.... aqui ele só tira.

P: Entendi. Entendi.

Rita: Durante o período [inaudível] tudo que ele comprava era do Rio Grande do Norte, não era daqui.

P: Hum entendi.

[Entrevista interrompida por questões particulares da entrevistada]

Rita: Coisas que todo mundo sabe, mas...

P: Mas que, né? Enfim, as investigações não vão pra frente, né? Aquilo que a gente já sabe.

Rita: Com a morte do Zé do Lago, que era esse dos Quelônios, que ia dar alguma coisa, porque houve uma visibilidade internacional, né? Mas não deu.

P: Hum entendi. E assim, eu acho que você respondeu boa parte das minhas perguntas, né? O meu principal interesse é, de fato, assim, entender né como é que foi do governo Bolsonaro nesse período na região e entender, né, essa relação com esses grupos, se houve uma intensificação da atuação desses grupos ou não. Mas eu acho que através, assim, da nossa entrevista mesmo que, talvez, não dá pra extrair, assim, né pensando aqui por alto... depois, é claro, eu vou analisar melhor a entrevista. Que apesar... por mais que talvez não tenha tido um incentivo direto, vamos dizer assim, né? Só pelo discurso né, que reforça determinadas práticas, né? Já causa um dano enorme, né? Na região.

Rita: Valida, né?

P: Uhum. Justamente.

Rita: Você tá em rede nacional dizendo que não, aquilo não tem problema. Garimpeiro também é, ele dizia, né? Que o garimpeiro também é trabalhador. Mas não, ele é trabalhador que faz uma prática ilegal.

P: Uhum. Justamente.

Rita: Fazendeiro, ele é realmente um trabalhador, mas quando ele derruba tudo e bota fogo ele está fazendo uma prática ilegal.

P: Justamente e...

Rita: Essa margem né, do que é legal e do que não é... do que não é.

P: Aham, sim com certeza.

Rita: Não se preocupa com isso.

P: Não.

Rita: Aqui, agora, tem... as pessoas tem muito ódio, né, do governo Lula.

P: Uhum.

Rita: Aqui. Aqui é um dos... acho que é um dos... uma das regiões que ele foi menos votado. Porque como há uma fiscalização, houve a retirada do... de pessoas aqui numa região que chama Apyterewa, que é uma região de indígena. E aí várias [inaudível] lá foram retiradas dessa região.

P: Uhum.

Rita: E aí o ódio tão grande do governo Lula, entendeu?

P: Entendi.

Rita: Só que uma... já... ela já era indígena há mais de cinquenta anos. Só que as pessoas não conseguem entender que não é o governo Lula que tirou, é porque chegou o período que não dava pra continuar mais. E quem comprou lá, comprou por mixaria, porque sabia que em algum momento iria perder.

P: Entendi.

Rita: Aí quando [inaudível] pra fazer a retirada dessas pessoas foi assim bem violento, porque as pessoas resistiram, né? Não queriam sair. Houve até a morte dum senhor lá e aí usaram isso contra... Dizendo: “Oh, o que que o Lula faz”. Aí as pessoas falam assim: “Se o Bolsonaro tivesse no poder isso não tava acontecendo”.

P: É, é muito difícil, assim... Eu entendo, assim, que é uma questão... essa questão fundiária é antiga na região. Não é específica do governo Bolsonaro, né? Jamais, é muito mais antigo do que isso.

Rita: Só que ele... ele deu poder, né?

P: É. E aí, é por isso que eu tendo investigar esse momento, porque assim, a gente percebe que os discursos eram muito, né, calorosos.

Rita: É os discursos validavam essas práticas. De uma forma ou de outra.

P: Isso.

Rita: Às vezes ele não ia lá e falava: “Olha, pode matar... mas o que ele falava, as entrelinhas, validavam aquelas... as práticas ilegais.

P: Justamente e até por meio de políticas mesmo, né? Então, as desestruturações que você bem falou de diversos órgãos, né? Tudo isso, infelizmente, fez parte de um projeto, né? De um plano.

Rita: O ex-professor meu: “Era um plano”. E que se ele tivesse continuado no poder esses próximos quatro anos, você pode ter certeza que esse plano ia ter se solidificado. Deu uma

sacudida no bolsonarismo, só que ele ainda existe e ele tem muita força pra voltar ainda se a gente não mudar os pensamentos das pessoas?

P: Sim, sim.

Rita: Porque as pessoas acreditam que todo o problema do governo Lula: “Não é ruim, então vamos botar Bolsonaro de novo. Nós bota o cachorro que o Bolsonaro segurar na mão”.

P: É, virou essa, né, essa dualidade, essa, enfim, que não faz bem para nada, né? Pra ninguém.

Rita: É como se fossem só dois candidatos.

P: É. É, bom Rita, eu queria saber se tem alguma pergunta que eu não fiz e que você considera que seria importante, né? Então se você tiver mais alguma coisa a falar, né? Que eu não tenha perguntado, pode ficar à vontade.

Rita: Não, eu acho que não. Assim, o que eu vejo do governo Bolsonaro é isso. Pra mim ele não é... não foi nada positivo. Ele foi um governo que disseminou muito ódio. Foi um governo muito problemático. E as pessoas que não conseguem enxergar isso é porque elas só olham pro próprio umbigo. Ela não... não veem como... não enxerga como sociedade: “Não, isso é bom pra mim, mas prejudica o outro.

P: Uhum. Com certeza.

Rita: Igual, eu ouvi falar assim: “Ah, não sei porque que você vota no Lula, porque se você... entre Lula e Bolsonaro. Qual o problema?”. Falei assim: “Olha pra mim um cara que ele diminui o imposto do jet ski e aumenta o do livro... Ele tá deixando bem claro quais são os objetivos dele.

P: Com certeza. Com certeza.

Rita: [Inaudível] estava governando, que não é todo mundo que pode comprar um jet ski, né?

P: Nossa, não mesmo! Não mesmo! [Risada]

Rita: As pessoas mais humildes não conseguem enxergar isso.

P: Uhum. Sim.

Rita: [Inaudível] a vida, mas ela vota no cara que diminui imposto de jet ski.

P: É difícil... muitas camadas, né Rita?

[Entrevistadora segue para a finalização da entrevista]

Rita: Eu ia falar com você, nem tem muito a ver. Você vê assim que o tanto que o governo Bolsonaro... o atual prefeito foi eleito levantando a bandeira do pátria, família, né... Ele foi eleito levantando essa bandeira, né? Mas ele... melhor ele do que o outro prefeito que é o que eu te falei que era um, né?

P: Entendi.

Rita: A secretária de meio ambiente dele é a maior garimpeira de São Félix do Xingu.

P: Meu Deus do céu... a secretária do meio ambiente? Não é fácil [risada]. Não é um problema fácil de resolver. Inclusive, todo mundo quando a gente pesquisa, né? Aí todo mundo assim: "Aí, como é que resolve?". Aí eu: "Como é que eu vou saber? Eu jamais... é um problema muito complexo.

Rita: Não sei a solução, né? [Risada]

P: É, não tem solução fácil. Imagina, um problema assim.

Rita: Não tem! A gente vai ter que pensar nesses pequenininhos que estão na escola e o problema é que você não pode mais nem falar em política na escola que os pais agora tem essa ideia de doutrinação da escola que nasceu no governo Bolsonaro.

P: Sim.

Rita: Que o professor doutrina. É difícil mudar pensamentos.

P: É, tem que ficar pisando em cascas de ovos, né?

[Parte retirada por questões de sigilo]

P: Olha, foi um prazer te conhecer e foi um prazer te entrevistar. Muito obrigada pela sua pronta resposta e já topou participar da entrevista. Muito grata mesmo.

#### **4. ENTREVISTA MORADOR 4**

Arquivo 4 – Tempo de gravação: 2h 13 min e 30 seg

Realizada em 15 de fevereiro de 2025

Identificação: Arthur<sup>57</sup>, homem, São Félix do Xingu

P: Essas primeiras perguntas vão ser pra tentar entender mais ou menos esse contexto que eu chamo de militarização na Amazônia, né? Então todo... quase todas... assim, todas as perguntas vão ser referentes ao período do governo Bolsonaro, né? Que é o período que eu estou pesquisando. Então a primeira pergunta é, você viu ou você tem notícia de alguma ou de quais atuações governamentais no que diz respeito a Amazônia durante o governo Bolsonaro.

Arthur: De ações governamentais no período?

P: Isso. Na Amazônia.

Arthur: Deixa eu lembrar aqui... assim, pelo que eu percebi, houve uma...

[Interrupção por motivos pessoais do entrevistado]

Arthur: Assim, eu lembro dois mil e dezenove, teve uma... uma das coisas que aconteceram, teve uma certa liberdade... eu não só digo liberdade, mas um... é uma certa liberdade das pessoas quererem explorar mais a questão... por exemplo aqui, o que que é atrativo aqui? Em

---

<sup>57</sup> Nome alterado para que não ocorra identificação.

questão de exploração. É madeira e ouro. Tem muito. Na região de São Félix tem muito isso. Então a partir do momento que o Bolsonaro ganhou, as pessoas sentiram assim na liberdade de explorar de qualquer maneira, entendeu? Falou: “Não, agora a gente vai poder”. Aqui teve, no período da.. final da década de oitenta teve essa mesma... esse mesmo movimento. Oitenta, noventa até início dos anos dois mil. Até dois mil, dois mil e um. Até dois mil e dois. Era aqui... vivia muito da exploração de mogno. Da madeira, né? Então, São Félix tinha uma, eu era pequeno mas eu lembro, era umas vinte e sete serrarias trabalhando direto. Tinha a Mais Zinco aqui que era... cortava madeira vinte e quatro horas. Era manhã, tarde e noite. Direto. Direto mesmo. Então era comum a gente ver caminhão de tora de madeira aqui pra cima e pra baixo aqui. No rio eles cortavam e faziam jangada na... que juntava várias toras e vinha um barco e descia com aquele monte de madeira. Encostava ali perto da casa da minha mãe. Então ele... era um movimento constante. Quando foi em dois mil e dois. Acho que foi na véspera do.. é dois mil e três foi o primeiro mandato do Lula, né? Aí eu lembro que teve um movimento pra proibir a exploração do Mogno. O Mogno foi proibido. Muita gente não acreditou que ia acontecer isso, porque era muita gente envolvida. Quer dizer, muita... Aí fala “Ah mas o... tá arrecadando imposto, tá... vai, assim... vai demitir esse tanto de gente” e como que é [inaudível]. Então eles proibiram e realmente parou. As serrarias foram se acabando, quer dizer não teve mais extração de madeira um bom tempo e criaram uma reserva do outro lado do Xingu aqui. Que era a Reserva da Terra do Meio, que eles chamam. Reserva... não é reserva indígena, é uma... eles chamam de APA, né? Que é...

P: Uhum. Área de Proteção Ambiental

Arthur: É! Ambiental, é APA do Xingu. Então, só que dentro da área já tinha muita gente tinha derrubado, feito várias derrubadas. Continua até hoje, só que parou, né? Não derrubou mais. Aí o que aconteceu? Eles pararam a extração de madeira e ficou um bom período assim. Até mais ou menos 2010. Com o Bolsonaro, o pessoal teve a mesma movimentação, aquela sensação se não vai voltar aquele período antigo onde todo mundo poderia derrubar, garimpar. Então meio que as pessoas se empolgaram com isso. Quem vive disso, né? Eu não... eu falo assim que eu não vivo de garimpo nem [inaudível]. Mas eu... eu vi a... acompanhei o cenário. Então voltou essa sensação. Aí teve a pandemia, pandemia o pessoal... as coisas mesmo que correram soltas porque não tinha fiscalização, não tinha ninguém acompanhando nada. As instituições estavam tudo fechada. Quer dizer, teve... então o pessoal... principalmente garimpo, aumentou muito. Então teve muita abertura e o grande problema, assim, aqui sempre teve as áreas antigas igual

da região da Taboca, região da... como é que chama... da Canópolis, que é pro lado do Iriri. Pode até ver depois nas imagens de satélite ou na internet, a Taboca é cem quilômetro daqui e a Canópolis é cerca de uns trezentos quilômetros daqui. Atravessando o Xingu pro lado do Iriri. Lá pro lado de... entre São Félix e Novo Progresso. Não sei se você já ouviu falar de Novo Progresso.

P: Já, já.

Arthur: Então o pessoal fez... quer dizer, tem essas áreas de garimpo que eram antigas desde a década de oitenta. E foram assim, passaram a explorar mais. Só que eles começaram a explorar mais ainda, que era uma coisa que estava meio que parada há muitos anos, eram as áreas indígenas. Então a região aqui do Rio Fresco teve um bom... assim, um grande momento de garimpagem no final da década de oitenta. Eu lembro que o rio era poluído, o rio Fresco aqui. Que São Félix está entre dois rios: o Xingu e o Fresco. Então o Rio Fresco estava... ele... pararam no começo dos anos noventa, o rio já estava com dez anos sem garimpo então ele tava limpando a água, estava voltando a coloração original, né? A água tava já voltando ao normal. Aí agora nessa... 2019 e 2020 Dois mil e vinte, teve a pandemia, aí voltou novamente... poluiu de novo

P: Por conta do garimpo, né?

Arthur: Por conta do garimpo. Porque assim, principalmente, o que que mudou? Esse garimpo sempre teve. Só que o pessoal era em menor quantidade e no caso das áreas indígenas, na região do Xingu nem tanto, mas do Rio Fresco, o pessoal garimpava no início da reserva, mas com uso de balsa. Não sei se você já viu o sistema de balsa. Ele coloca um flutuante aí tem um moto com a draga, aí a pessoa mergulha, joga uma mangueira de várias polegadas, uma mangueira larga mesmo, aí suga o leito do rio. Aí ele joga aquele material pra cima, cai numa esteira que tem um tapete. Aquilo é meio que lavado, né? E naquele tapete fica as gramas de ouro, né? Aquele resquício do ouro. Aquilo eles batem num tacho e joga o tal do azougue, que é um produto químico. É o método mais usado aqui. Agora parou, eles tão usando outra forma agora. Mas aquilo quando você passava no rio você via, quando o rio secava no período do verão, ficava aqueles montes de areia assim que era onde a balsa ficava. Ela ia sugando o leito e acumulando material num ponto. Só que aquilo ali ficava no meio do rio, nas margens do rio. Então, de tempo em tempo tinha uma fiscalização, eles recolhiam, desativavam aquelas balsas

e depois o pessoal voltava de novo. Mas assim só aquele método turvava o rio, mas não era tão predatório igual é o método com a PC. Aí no período da pandemia, teve muito aumento do uso de PC que é a retro... é a escavadeira. A gente chama de PC aqui. A escavadeira já é diferente, aí que que eles fizeram: “Vamos sair do leito do rio principal, que no caso é o rio fresco, e a gente vai pros afluentes que são rios menores”. [Inaudível] Então eles pegavam o Rio Branco, vários igarapé e entrava com a PC. A PC você abre a estrada até o Igarapé e vai fazendo aqueles buracos gigantes mesmo. Aí sim o estrago é maior. E a PC tem uma facilidade porque ela movimenta muito fácil em qualquer terreno e não chama tanta atenção porque ela vai no meio da mata ali, vai abrindo. Chama atenção depois com imagem de satélite que fica aqueles buracos gigantes.

P: O rastro. Aham.

Arthur: É, só que demora. Até que as pessoas descubrem isso e percebe que teve um garimpo ali já tá feito o estrago.

P: Já foi.

Arthur: Já foi, é. Então, teve aumento nesse número... nesse tipo de garimpagem e muita de gente envolvida nisso. Então... e quem que financia isso, muitas vezes? A gente pensa que é o... tem as pessoas pequenas, quer dizer, aquela pessoa que... é um trabalho degradante mesmo, isso aí é... eu já tive vizinho de comércio assim quebrou, não deu conta de trocar o comércio, aí desistiu, foi pro garimpo. “Ah, vou tentar no garimpo”. Depois ele voltou e, conversando com a pessoa mesmo pra saber por curiosidade, e ela explicando: “Não Arthur, lá a gente passa o dia todo dentro da lama, você usa a mesma roupa, aquela bermuda de... igual de jogador... é o tecido sintético, né? Você não troca de roupa, fica com dentro da... dá frieira nas mãos, nos pés”. Quer dizer, fica dentro da lama o dia todo. E o trabalho dele era ficar dragando o... que a PC vem e corta o barranco e ele fica jateando o barranco. Aquilo é pra dissolver o material, aí você draga joga na esteira. É pra lavar mesmo. Então, e aí ganha aquele dinheiro, ganha dinheiro, mas aí o dinheiro às vezes fica... noventa por cento fica dentro do garimpo mesmo, que ele tem que comprar as ferramentas, pagar o rancho, pagar não sei o quê e tal, toda a despesa deles. No final sobra alguma coisinha pra ele vim na cidade comprar uma besteira e voltar. Ah, mas quem financia muitas vezes, isso aí eu já percebi, tem um pequeno que é a mão de obra que eles utilizam, mão de obra barata, não tem garantia de nada e aí tem também o dono da

terra que é aquele... às vezes quando não é em área indígena, é em fazenda, então ele... o dono da terra recebe uma porcentagem. Então, ele pega ali uma área... ele... geralmente assim, ele corta um pedaço: “Ó você pode garimpar aqui”. Aí ele marca uma área. Aí você paga ali, por exemplo, cem mil para o dono da terra. Você vai lá dá cem mil e garimpa essa área aqui. Aí se tiver ouro ou não tiver não devolve o dinheiro nem nada. É o valor pra fazer isso. A autorização. Aí a pessoa vai garimpar. Se ela pegar um veio de ouro, beleza. Só que isso aí envolve não só o cara que tem um dinheiro sobrando ou coisa, mas envolve muita gente. Então entra o fazendeiro, entra o médico. Isso aí que eu fiquei impressionado. Entra o advogado, entra assim gente que tem valor em conta acumulado e resolve aplicar nisso. Então, aí tem o dono da PC. É um movimento em conjunto. Por isso que às vezes é difícil acabar porque...

P: Difícil rastrear, né?

Arthur: É, e rastrear porque é muita gente, então o dono da PC é um, o cara da máquina que opera a PC é outro, o que tem o maquinário, que são as dragas mais os geradores, tudo aquilo, é outro. Então assim, cada um pega a sua parte. Aqui eu já cheguei a assustar, gente conhecida assim que... médico, por exemplo, que atende várias pessoas, que já salvou várias vidas envolvido com isso. Tem lá quinhentos mil, um milhão fala: “Não, vou aplicar no garimpo e pegar um retorno”. E quando tem uma operação que desmantela tudo, eles se juntam muito rápido porque cada um entra com a parte e volta de novo. E o ganho é muito alto. Eu já ouvi assim, contador contar, falou: “Não, fulano recebeu uma caixinha da receita porque movimentou doze milhões no último ano”. Uma pessoa, um CPF, doze milhões. Já tive... já vi gente também conhecida comentar comigo, falou: “Não Arthur, eu sou o mais fraco lá do garimpo, eu movimentava cem mil por semana”. Cem mil por semana. Então a... só que assim, quando a pessoa garimpa numas áreas que já eram próprias pra isso, igual lá próximo da Taboca, a Canópolis, aí tudo bem. Quer dizer, tem uma área... mas desde que... porque tem gente aqui legalizado, que tem a... faz o... como é que eles chamam? Não é de... decantagem, né? Do material. Então, não joga direto no rio nem nada, ele consegue separar os resíduos tudo tem as áreas próprias pra isso. O problema é que houve uma empolgação e o pessoal começou a ir pra outras áreas, então pegar área de reserva indígena, pegar área de fazenda que é próximo à mata de preservação, quer dizer foram avançando. No caso do Iriri chegaram a pegar no último... acho que no final do mandato do Bolsonaro, eles chegaram a fazer uma balsa gigante. Não se você viu algumas reportagens que saíram? Era uma balsa assim que era quase um hotel no meio do rio. A pessoa morava aquele monte de gente. E isso aí um conhecido também contou pra

mim. Falou: “Arthur, é uma... eles pegavam um braço igual da PC, da escavadeira, e aquele braço tinha uma boca, uma mangueira da largura de um metro mais ou menos ou mais”. Era uma mangueira gigante mesmo. Sugava muito. Só que aquilo suga peixe, suga tudo que tiver de... ele mói, assim, tritura porque vai pra cima e... já ouvi até relato assim das pessoas reclamarem: “Ah, fulano tava dragando o leito do rio e sugou uma cobra, a cobra caiu lá em cima e foi sangue pra todo lado”. Quer dizer, de atrapalhar o trab... a atividade, quer dizer, sujou tudo, teve que lavar o tapete, tal. A pessoa conta assim como se fosse normal, entendeu? Natural [risada]. Mas a gente vê o impacto que isso causa, né?

P: Sim, impacto ambiental, né?

Arthur: Imenso. Então, a balsa com a mangueira gigante que ia sugando... ela mexia o braço, afundava a mangueira. Porque na balsa menor tem que ir mergulhador, ele tem que ir lá descer lá no leito do rio com... usa a máscara de oxigênio e tudo. Ele desce, deixa a mangueira, posiciona ela e vai sugando. Nesse caso não, ele falou que tinha um braço mecânico, chegaram a elaborar um braço, parece até aquelas cenas de filme de Mad Max lá, não sei se você já viu.

P: Aham [risada].

Arthur: Ela desce dentro do leito do rio e vai movimentando e sugando todo o leito ali. Só que lá no Iriri, o Iriri é um rio que passa dentro de uma reserva indígena que é do Território dos Kayapó aqui também. E a balsa ela tem uma facilidade porque ela fica no... ela trabalha e você vai pro canto na margem do rio e fica... e põe ela debaixo das árvores. Então você vai escondendo do... na imagem de satélite você não pega, entendeu?

P: Não aparece, uhum.

Arthur: Então assim, pra sua primeira pergunta houve um aumento significativo. Aqui parou agora no... parou sim, parcialmente. Ainda tem, mas bem menos no mandato agora do Lula. Só que... o que que acontece? Não tem... no que eu falei médico, advogado, mas tem político também envolvido. Então muitas vezes eles, assim: “Ah vamos perseguir esses aqui”, entre aspas, né? É assim que eles falam: “Ah, tão perseguindo a gente”. Mas assim, pega muitos dos pequenos, mas os grandes às vezes continuam porque têm ligação política. Então é isso aí que às vezes a gente fica triste porque era pra parar tudo, não só alguns, né? Mas houve uma redução,

isso aí, com certeza houve uma redução grande e um ponto negativo que tem aqui é assim, tem um ponto positivo e o negativo, o positivo é: aqui na região do Xingu, nas áreas indígenas aqui, tem uma... os caciques, né, as comunidades são bem conscientes aqui da degradação que isso causa. Então muita gente já tentou garimpar no Xingu aqui. Alguns até fizeram. Eu fiquei até assustado. Uma vez eu fui de avião na aldeia, passei por cima aqui, eu vi que chegaram a abrir algumas áreas, mas não causou impacto no rio, diretamente, só naquele ponto ali. Mas tentaram fazer em alguns afluentes aqui do Xingu. Alguns indígenas foram favoráveis, mas a grande maioria não, não aceitou. Agora um ponto positivo aqui pra nós: tem essa... eles são resistente, que eles não deixam mesmo. Vamos ter uma resistência nesse ponto. Agora do lado negativo é porque no caso do Rio Fresco, eles estavam garimpendo só no início da reserva. Era antes da... na fronteira da reserva. Eles foram subindo, aí teve o aceite das comunidades. É que tem uma diferença grande entre os Kayapó aqui. Que o pessoal do Xingu é mais consciente nessa preservação ambiental. O do rio Fresco o pessoal já é mais... já tem, assim, uma... como eles tiveram um contato... um primeiro contato desde a década de oitenta, naquela época já garimpava, então eles são muito mais favoráveis a querer aceitar assim e aí deixam garimpar. Então deixaram garimpar um período, no início da reserva, com o uso de balsa e depois foram deixando... deixaram subir o rio. Então garimparam pra cima das aldeias. Eu tive agora em dezembro aqui subindo na primeira aldeia, subindo o Rio Fresco, fiquei horrorizado com a água. A água acabou mesmo. Não pode... peguei a água assim, fui lavar a boca, você sente aquele gosto com se fosse gasolina na boca. Acabou com a água. Então pra cima das reservas porque até então tava pra baixo. Quer dizer, não afetava as comunidades. Uhum. Aí depois por curiosidade eu olhei as imagens de satélite, às vezes eu olho só pra acompanhar, eles garimpavam na fronteira da reserva mais próxima ao município de Cumarú. Então você vê assim a aldeia e pra cima tá aquele rasgo assim, grande mesmo. Quer dizer... mas é com autorização das comunidades. Quer dizer, isso aí que é o problema. Então tem gente que... indígena também que aceita e deixa e não vê lá na frente o problema que isso vai causar. Eu cheguei a ver uma vez, eu descendo da... vindo da aldeia, o cacique... peguei uma carona na voadeira cheia de castanha. Aí o cacique viu... tinha uma balsinha trabalhando assim na fronteira da reserva, né, aí ele viu o pessoal sentado, parado aí ele encostou. Aí ele falou: “O que que foi que vocês estão parado aí?”. Eu até assustei, falei: “Uai o cacique tá cobrando o pessoal pra trabalhar?” [risada].

- “Como é que vocês estão parado aí?”

- “Não o motor quebrou, cacique?”

- “É pra trabalhar, rapaz. Não é pra ficar parado não.”

Não sei o que e tal. Ai eu falei “Gente do céu!”.

P: Meu Deus do céu! O que que está acontecendo? [risada]

Arthur: É, o que que tá acontecendo? Mas o que que aconteceu, depois desse dia, teve uma confusão entre Caciques, um tentou matar o outro, aí briga com o facão, foi... trouxe tanto problema pra dentro da comunidade que... é uma série de problema, ô: o que que leva? É o rio que acaba; leva a prostituição, tem demais; leva bebida alcoólica; leva confusão entre eles, quer dizer, de irmão querer matar irmão, quer dizer, por causa do dinheiro, né? Mas assim, o que eu quero te falar é o seguinte, que envolve eles também, envolve a polícia também. As vezes vai lá e recebe uma propina pra manter, fazer vista grossa, não vê. A madeira mesmo aqui é assim, a madeira o pessoal vai lá tira, quando passa na balsa ali, que entra na rua, vai lá a polícia militar cerca o caminhão, pega uma grana e libera. Então não pode... antes a gente via de dia, mas aí agora eles passam a noite, quer dizer, de madrugada, mas é sempre tem uma viatura para ficar esperando pra ver se dá o flagra, entendeu? Flagra é pra, não só... E outra coisa que acontece também, eu falo aqui pra... não vai ser divul... pode até divulgar, mas não não coloca meu nome não.

P: Não, não.

Arthur: Teve caso aqui de prender madeira, igual o ano passado, eles prenderam uma quantidade boa de madeira. Aí que que acontece, o Ibama, o ICMBio, os órgãos que fiscalizam podem entregar madeira pra uma ONG, pode entregar pra prefeitura, pra ser... pra fazer assim... pra não perder a madeira, fala: “Não, vamos entregar pra alguma instituição pra ela aplicar... ter os benefício, né?”. Pra não queimar, nem deixar se perder. A lógica é essa, mas o que acontece, a prefeitura segura dentro do pátio deles, aí os próprios vereadores e prefeito vai lá e corta e leva pra casa, faz os móveis, faz o... quer dizer, desvia a madeira. Aí teve o ano passado, teve uma denúncia. Isso é verdade porque eu cheguei na marcenaria aqui antiga... eu conheço um... tem um marceneiro aqui que trabalha há muito tempo com... muitos anos. Aí vi várias coisas, assim, sendo feita. Eu falei: “Uai, você conseguiu madeira aonde?” Falou: “Não, isso é do fulano aí, do nosso prefeito”. Aí eu saquei. Eu falei: “Ah, tá explicado agora aonde tá sendo usada a madeira apreendida”, porque ninguém tem esse tipo de madeira. Eles são... e madeira, assim, que é rara né? Que é... igual o Mogno, o Cedro, o Jatobá, madeira nobre, né? Castanha, castanha tem muita também. Aí eu... aí eu liguei uma coisa a outra. Falei: “Tá vendo? Ele pega lá da apreensão, manda pra marcenaria e faz os móveis pra fazenda, pra casa”. E aí...

aí logo os vereadores fizeram um vídeo: “Não, isso aqui não... está sendo uma denúncia que não tem cabimento”. Mas é... a jogada é essa. Agora assim, a fiscalização ainda é... eu acho que tinha que ser maior aqui. Teve no... dois mil e vinte... nós estamos em dois mil e vinte e cinco, né? É dois mil e vinte e três, vinte e quatro teve. Reduziu bastante, mas ainda ainda é fraca. Precisaria de ter mais... uma fiscalização maior. Mas 99% dos problema aqui é pauta de irregularização. A coisa, principalmente... e a legislação também ajuda nisso, a incentivar o desmatamento e a... o que que eu falo isso? A gente tem uma área aqui, a gente tem a área do X<sup>58</sup>, que é no centro da cidade aqui, e a gente tem uma área na beira do rio que é próximo a área urbana também. Dentro da... e uma área que foi interditada em dois mil e dois pra o pessoal fazer buraco, pra fazer... é, toda a margem do rio tem muita argila, né? Então ele cavucavam pra tirar argila, pra fazer tijolo. Oleiros. E aí o pessoal da SEMA do estado proibiu de tirar argila da beira do rio. Então os oleiros falou: “Não, já que a gente não pode retirar o material, a gente não tem mais interesse na área” e resolveram vender. O Rafael<sup>59</sup>, na época, comprou. Ele tinha um sonho de ter uma área beirando o rio muitos anos e falou: “Não, vou comprar e vou tampar os buraco”, né? Que era buraco fundo mesmo na... aí tampou os buraco, jogou uma camada de terra por cima de novo da argila e reflorestamos. Então a área é quase oito mil metro. Lá a gente tem um espaço pra X<sup>60</sup>. Uma área uma parte pequena, né? Dezoito mil metros, a gente ocupa de área construída cento e cinquenta metro quadrado. [Informação ocultada por questões de sigilo]. Mas reflorestamos tudo. O mato tá na... tudo que tinha de área nativa, assim, de vegetação da beira do rio a gente plantou lá, pra ficar igual era antes. Então a gente conseguiu é... a gente tem o documento da prefeitura, tem o registro em cartório, dei entrada no SPU, que é a Superintendência do Patrimônio da União. Você tem que ter uma aturorização do governo federal também, né? Que é margem de rio. A gente chama de área de marinha, né? E também a gente... aí eu dei entrada também no ICMBio pra poder registrar como RPPN, que é Reserva Particular do Patrimônio Natural. Então você fica... que você tem o domínio da área, mas você não pode... ela não pode mais ser desmatada. Aí eu dei entrada. No ICMBio, o pessoal veio fez a vistoria, aprovou a criação da RPPN, deu os parabéns e tudo, fizeram o relatório. Aí tá garrado só por causa de um detalhe, porque o jurídico, que é a parte... como é que se fala... a Procuradoria do ICMBio pediu só mais um documento. Quer saber se a prefeitura em algum momento futuro tem interesse em desmatar a área pra fazer um cais. Ó a ideia. Aí quer dizer,

---

<sup>58</sup> Informação ocultada por questões de sigilo.

<sup>59</sup> Informação alterada por questões de sigilo.

<sup>60</sup> Informação ocultada por questões de sigilo.

você abre margem pra prefeitura falar: “Não, eu quero derrubar pra fazer uma avenida aqui”. Aí quer dizer, a legislação favorece isso. Por outro lado, o SPU, a também já...

P: E tá travado nesse processo, nessa parte? Tá travado nisso?

Arthur: É, só falta isso pra canetar e criar. Quer dizer, ele vai lá e fala: “Ó...”. Aí agora que mudou aqui o prefeito, o outro tinha interesse em desmatar mesmo. Esse agora parece que é mais maleável. Dá pra tentar entrar num diálogo. Então ainda vou ter que correr atrás disso. Pra Falar: “Ó vocês declararem que não tem interesse, porque eu só dependo disso pra manter a reserva”. Mas quer dizer, deu a voz pro desmatador que é aquele que tem intere...

P: Sim!

Arthur: E tirou a minha vez de... quer dizer, tudo que eu fiz... A grande vantagem nossa, porque como a gente tem X<sup>61</sup> e a gente mantém o acesso, quer dizer, as pessoas... tem um local pra você acessar, ir lá e banhar. A gente não proíbe as pessoas de usarem a margem do rio. E ficou meio que uma área de banho, porque todo o restante que tem próximo, a prefeitura desmatou e deixou um areião limpo. Então ninguém vai banhar lá porque é muito quente. E não tem grama, não tem nada e lá não, lá fica uma área pública, reflorestada e as pessoas gostam de banhar porque tem sombra.

P: Legal, entendi!

Arthur: Então a gente fez um trabalho social também.

P: Muito legal.

Arthur: Então, mas aí deram voz pra eles. Aí agora eu tô garrado nisso. Mas aí, por outro lado, o SPU... eu tô esperando a documentação do SPU, deram parecer favorável, mas aí o próprio superintendente, quer dizer, o próprio representante do estado do SPU Pará, fica aqui em Belém, já teve aqui, [informação ocultada por questões de sigilo] aí o que que ele falou. Olha o que que ele falou pra nós! Agora acho que mudou, né? Não é mais ele. Porque muda a política, esses

---

<sup>61</sup> Informação ocultada por questões de sigilo.

cargos geralmente são político, então alguém indica e põe uma pessoa que não sabe nada pra ficar tomando decisão. Ah sabe nada assim, num apoia nada, ele é só pra ajudar os amigos, mas ele teve [informação ocultada por questões de sigilo] aqui, a gente contou a história, mostrou, mostramos foto, ele foi lá na área e o que que ele comentou? Falou: “Ó você tem que fazer mais benfeitoria”, no sentido assim, que quanto mais área desmatada e construída... Ele falou: “Nem que seja...” ele ainda falou assim: “Nem que seja um piso de cimento pra por um carro, já conta como justificativa pra você documentar. Aí entender, assim, que a legislação apoia. Pra você documentar sua área você tem que fazer benfeitorias. Então desmatar, cimentar, fazer cerca, fazer casa, fazer coisa te dá o direito de receber o documento da área. Olha... Quer dizer, a própria legislação favorece isso. Então... e da mesma forma são as fazendas aqui. As pessoas fazem isso porque... vai lá e desmata porque falou: “Não, eu tenho duzentos alqueires”, por exemplo. Aí se você diz: “Eu tenho duzentos alqueires, mas cento e cinquenta de abertura de pasto” aí você tem posse. O direito de posse é o... é a área desmatada. Se você deixa a mata, você não tem posse. Não tem posse. Então, teria que mudar isso. Isso aí... e falar: “Não, você tem o domínio na área, a gente vai escriturar a sua área, mas desde que você mantenha essa parte verde aqui intacta”. Quer dizer, não derruba mais. Vai ter o mesmo valor. Não vai tirar o seu direito. Então, grande parte das áreas de São Félix do Xingu é assim, a pessoa entra, derruba, principalmente áreas que a gente chama devoluta, né? Que é área que é do estado, mas não é reserva indígena, nem outro tipo de reserva, quer dizer uma área pública. Ele vai lá, desmata aquilo, cria o pasto, aí ele cria a posse. Quer dizer, ele tá em cima da área, criou o pasto, então ele criou uma benfeitoria. Fez a cerca. Aí depois que ele vai documentar. Aí pra documentar ele precisa de ter as... se ele chegar na documentação e falar: “Não, eu não derrubei nada. Não tem nenhuma casa, não tem nada”, ele não documenta.

P: Não demonstra que tem posse da região. Entendi.

Arthur: É esse que é o grande problema aqui, é isso. Problemático. Então isso incentiva as pessoas a desmatar, entendeu? E muitas vezes as pessoas... outra coisa que eu acho errada também é essa questão de porcentagem, porque pega lá duzentos alqueire, aí desmata cem, se cada um faz uma parte... quer dizer o desmate é aleatório, ele não... se você olhar nas imagens de satélite as áreas de verde elas não se interligam com as outras muitas vezes, então você não cria nenhum corredor ecológico ali. Não tem... o animal sai aqui da mata, entra no pasto e de repente tem outra mata lá na frente. É feito de forma desordenada mesmo. Não tem nenhum controle em cima disso. Então se fosse assim: “Não, a gente vai, delimita uma área, vocês vão

desmatar só a margem aqui, mas vai ficar aquele corredor no meio pros animais”. Aí tranquilo, mas não. Cada um faz o seu de forma aleatória. Então fica um monte de ilhazinha... Outra coisa também que eu percebi no período da pandemia, o pessoal chegava aqui [informação ocultada por questões de sigilo]: “Não, esse ano eu desmatei dois mil alqueires. Vou ver se o ano que vem eu faço mais”. Eu olhava assim e: “Meu Deus do céu, o cara desmatar dois mil alqueires...”. Você imagina o que que são dois mil alqueires.

P: Não consigo nem imaginar. [risada]

Arthur: É muita coisa. É muita área. E fala, assim, com naturalidade. Quer dizer... achar que aquilo é...

P: Como se não fosse nada, né?

Arthur: Como se fosse nada, é. Então eu acho que teria que ser assim: parar o que já fez, não deixar mais... progredir isso. Parar, né? Tentar recuperar as que já foram feitas e quem já tem uma parte... vamos supor: “Ah, vamos delimitar aqui. É tantos por cento livre e tantos por cento de mata” e documentar mesmo. E exigir, falar assim: “Ó, você vai seguir esse critério aqui, que se não...”. Se não partir pra isso não vai acabar o problema aqui. Vai continuar.

P: Muito interessante.

Arthur: Eu falei muito só na primeira pergunta. Talvez respondi outros, né?

P: Não, tá tudo certo! Pode ficar a vontade! Não, pode ficar a vontade. Pode falar. É muito conhecimento. Estou aprendendo muita coisa, reforçando algumas coisas que eu já tinha lido, né? Sobre a região, então tá ótimo. O que eu queria saber, agora, é assim... durante o governo do Bolsonaro, né? Houveram algumas GLOs, né Garantias da Lei e da Ordem. Que foi empregada as forças armadas, né? No combate a incêndios florestais, por exemplo, né? Principalmente, na Verde Brasil I. E na Samaúma... depois eles fizeram uma operação mais pra combate de garimpo, enfim diversas atividades criminosas na região.

Arthur: Foi, foi.

P: E, pelo menos até onde eu tenho acesso e pelo que eu li nos relatórios, né? A Verde Brasil I e essa operação Samaúma teve atuação em São Félix do Xingu.

Arthur: Teve, teve.

P: Então, o que eu queria saber é se você viu de fato esses militares atuando na preservação da Amazônia, combatendo incêndios, né? Fazendo atuações as atuações deles. E o que que mudou, né? Com a atuação desses militares na região.

Arthur: Eu vi, eu vi realmente teve algumas operações. O que a gente sempre criticou, assim, foi o seguinte, porque muitas vezes as operações eram agora no período de chuva. Em vez de ser assim, na... com a... de forma preventiva, elas eram meio que depois que as coisas já aconteceram, entendeu? Então, vamos supor, ou vinha no inverno, que é uma época que chove muito, então as estradas ficam bloqueadas, o pessoal pode até derrubar... as vezes derruba no inverno, mas assim a movimentação é menor. Em vez deles aproveitarem o período de... que é entre a... quando acabam as chuvas, que é entre março lá, final de abril... é de abril pra frente. Agora até chove muito, então vai até abril. Abril pra frente, dá o período de estiagem. Então o pessoal aproveita pra... que as estradas já melhoram, né? Pessoal aproveita pra derrubar, pra fazer o que tiver que fazer e pra chegar o mês de julho e agosto, tá muito seco, pra queimar. Então o que acontecia? Em vez de eles virem no período que as pessoas estão fazendo essa movimentação de pra derrubar. Eles viam, vamos supor, depois de agosto, depois de setembro. Depois que já tinha queimado. Então não... era... fala: “Ah, quem queimou aqui?”. Aí o cara: “Ah, mas foi meu vizinho e tal. Eu tenho aqui a ocorrência”. Muita gente faz isso, né? Às vezes realmente a pessoa não tem intenção de queimar, quer dizer, ele não queimou, foi o vizinho que colocou fogo e o fogo andou. E às vezes a pessoa faz de forma intencional e põe a culpa no outro. Tem isso também. E às vezes acontece também... já... igual o ano passado... de secar muito. O ano passado foram... foi uma estiagem muito grande aqui. Nunca vi uma seca igual teve ano passado. E também de... isso acontece... igual esterco de cavalo ou de vaca de alto incendiar com calor. Isso acontece. Eu já vi isso porque lá na beira do rio nosso lá, quando era... antes de reflorestar, ficou aquele capim baixo e uma vez um cavalo entrou lá e realmente pegou fogo. Você vê, assim, que o local... o incêndio começou naquilo e esparramou. Não sei se é porque o material já está ali mastigado... quer dizer, é mais fácil... mas acontece. Mas é muito difícil. A maioria é... 90% é de maldade mesmo. Quer dizer, a pessoa põe fogo com intenção mesmo. Mas assim, as operações que tinha então era no inverno no período que não

tem nada, ninguém fazendo nada ou então depois que já tinha queimado. Porque o certo é assim, você pegar a pessoa... igual eu já vi algumas operações assim em alguns locais, a pessoa vai lá no... fica vigiando o posto de gasolina, por exemplo, aí você vê um caminhão com um tanque de combustível grande, que eles carregam tipo mil litros de combustível. Aí você já cerca ali na saída.

- “Pô, tá levando isso pra onde?”

- “Ah, eu tô levando pro garimpo, tô levando pra derrubar.”

- “Ah, então tá apreendido”.

Você vê, é uma prevenção, né? Agora depois que você teve aqui, que já queimou tudo, aí você vai caçar o culpado, não adianta. Aí já foi. Já não... Realmente teve. Teve sim. Mas não coibiu as pessoas, não resolveu o problema. Entendi. Então, foi fora de hora.

P: Entendo. E... pode falar.

Arthur: Pode falar. Pode perguntar.

P: Não, eu ia te perguntar se... você falou assim: que, mais ou menos uns 90%, pelo menos, né, seriam incêndios criminosos, vamos dizer assim, né?

Arthur: É.

P: Que não... que iniciou ali por ação humana mesmo, né?

Arthur: É.

P: E nesse período, né, de 2019 a 2022, você acredita que essas... porque houveram queimadas não só aí, né, em diversas regiões do Brasil. A gente viu isso. Você acredita que nesse período, especificamente, foram mais queimadas em decorrência da época do ano, por ser uma época seca, né? Ou de fato, eram mais incêndios criminosos mesmo? Nesse período, especificamente, de 2019 a 2022.

Arthur: Não, teve... nesse período... Não, dá época do ano... é mais intencional mesmo. Intencional. O ano passado teve mais, assim eu... teve mais porque foi uma estiagem maior. Isso aí realmente. O ano... mas antes teve, mas de forma mais intencional mesmo. Porque

queimar... o que que acontece, é a forma mais barata de renovar o pasto. Ele vai lá, põe o fogo, ele queima a juquirá, queima o capim, ele limpa todas as pragas, aí ele vem e joga um... vem com o avião, né, e joga a semente por cima. Aí quando dá o período da chuva aquilo brota, então você tem... renova o capim de forma barata, entre aspas, mas é uma forma de renovar barato. A partir do momento que você não usa queimada, você tem que usar o... como é que chama? Não é draga não.... arear não. É arrear o solo, mas tem outro nome mesmo. Você usa aquele disco que fica... a carretinha com vários disco, né?

P: Não conheço.

Arthur: É, não é... Eu estou tentando lembrar, não é arear, é... eu sei que você vem com um trator, você tem que usar o trator. Muitas vezes nem todo mundo tem. Mas outros tem, mas não quer gastar com implemento, que é o risco. E aí você tem que passar aquele disco, renovando, arrancando o capim e remoendo ele, né? E depois você vem e joga... mas muitas vezes fica a praga no meio também. Aí você tem que... não é tão eficiente quanto o fogo.

P: Entendi.

Arthur: O gasto é maior. Que você tem que ter combustível, tudo. Mas assim, é por questão da pessoa querer economizar, não querer investir na coisa, porque tem forma de fazer de... assim eficiente.

P: Mais sustentável, né?

Arthur: É, sustentável e legal, quer dizer... então 90% usa o fogo por ser mais prático. Mais barato. Mas aqui teve épocas... até que diminuiu com o tempo, mas teve período passado que o céu ficava vermelho mesmo. Vermelho e caindo cinza, assim, dentro de casa, assim. Aquelas folha de trem assim caindo queimado. Então é impossível de não... tampava a cidade toda aqui. Tampava a região. Então você não enxergava nada. Eu tenho foto, posso mandar pra você. Eu tirei foto até do rio, de descer aquela camada de fumaça assim e tampar tudo. Viu? Teve muito isso. Mas é igual eu te falei. O pessoal fez, mas aí quando aparecia a fiscalização era depois do... já tinha queimado. Então não fazia [inaudível]. E E até porque quando tá queimando não tem como você, principalmente helicóptero... Como que você vai visitar as áreas se não tem como voar? Não tem visão.

P: E em relação a combate a incêndio vocês chegaram a ver as Forças Armadas atuando em combate aos incêndios?

Arthur: Não, não vi tanto... teve uma movimentação, eu vi... chegou a vim alguns helicópteros aqui da... teve, teve, eu lembro de... o pessoal também tava [informação ocultada por questões de sigilo]. Helicóptero grande e tudo, mas não... não vi eficiência não, parece que era mais assim de... uma coisa de fachada mesmo, entendeu? Realmente teve. Vieram aqui. Vieram aqui, mas parecia que era mais só pra falar: “Não, nós tá fazendo o trabalho”. Quer dizer... mas não vi eficiência naquilo.

P: Entendi. Entendi perfeitamente.

Arthur: É igual o pessoal da... uma coisa também que eu vi da Funai. A Funai eles tiraram aqueles técnicos especializado e colocaram também militares aqui. Pra... na coordenação, né? E eu, assim, eu percebia que, conversando com os indígenas, que o pessoal meio que fazia vista grossa pros garimpo.

P: Hum, entendi.

Arthur: Então pra é... ou incentivava, né?

P: É, nessa época vários desses órgãos, né, o Ibama, ICMBio, a FUNAI, né? A gente, infelizmente, a gente viu isso acontecer muito, né? Altos cargos sendo ocupados por militares. Então vocês conseguiram ver esse impacto, especialmente na FUNAI, né? Na região.

Arthur: É, teve essa movimentação, esse meio... é um apoio meio velado, né, não é declarado. A gente percebe pelas conversas das pessoas, mas não é... eles não se expunham não. É, assim, não era falado abertamente, mas a gente percebia que tinha isso. Tinha isso.

P: Uhum.

Arthur: Pode perguntar.

P: Tá, então vamos seguindo. Eu queria te perguntar agora... porque igual eu já mencionei aqui, né? A gente viu, além dessas ocupações, né, de altos cargos por militares, a gente viu uma série de desestruturas desses órgãos, né? Na Funai, enfim, no Ibama, no ICMBio e... falta de recurso... assim, falta de recurso a gente sabe que sempre teve, né?

Arthur: Não, sempre teve. Agora, agora mesmo... tá tendo assim. Eu vi que deu uma melhoria em algumas partes, mas ainda continua limitado. Quer dizer, tem...

P: É, a gente sabe que é sempre uma questão e tudo, né? Mas pelo menos o que eu tenho observado é que se aprofundou, né? Essa falta de incentivo à atuação mesmo, até algumas perseguições internas com funcionários dentro dessas instituições mesmo, né?

Arthur: Sim, sim.

P: E aí só pra eu ter uma noção... porque, normalmente, até onde eu sei, né? Até onde eu tive acesso, essas instituições elas agem, normalmente... é muitas vezes, né? Não só, mas fazem reuniões com moradores locais ou então, no caso da Funai, por exemplo, com as populações indígenas pra poder entender, né? As demandas, o que que tá acontecendo, né? Sempre costuma ter essas reuniões. Eu queria entender se nesse período, você sabe me dizer, se houve esse contato, né? Essa troca. Se você vê uma diferença.

Arthur: Entre as instituições e as comunidades, né?

P: Isso, se você vê uma diferença entre o relacionamento ou se não teve diferença, se não melhorou, nem piorou.

Arthur: Não, eu acho no começo eu não lembro de... no primeiro ano, 2019, não lembro de ter essa... Eu sei que na pandemia foi zero, isso aí ficou apagado, isso aí... Aí depois da pandemia teve, mas o que eu vi mais de movimento aqui... das comunidades geralmente tem. Sempre tem umas reuniões. Só que é mais voltado pra questão da saúde indígena, pra liberar questão de recurso da saúde indígena, questão da educação escolar indígena, a questão de monitoramento de território, isso aí eu vi. Mas assim eram reuniões... que reuniões que eu percebi que tinham: entre Ministério Público, associações indígenas, as comunidades e geralmente instituições ou empresas, né? Igual a Vale, por exemplo, que a Vale tem aqui uma... tem exploração dela

próximo aqui, que é em Ourilândia. E tem... a base dela é em Ourilândia, mas ela explora dentro do território de São Félix. O município aqui é grande e também lá em Parauapebas, né, que é próximo a Canaã dos Carajás, também, outra região; Então eles pagam... eles fizeram um acordo aqui e eles pagam um valor de tempos em tempos através de projetos ou outras atividades aqui pros indígenas, pras comunidades indígenas. Então as reuniões, assim, voltadas pra isso. Agora das instituições, igual a questão do Ibama, eu não lembro de ter Ibama ou governo federal nesse sentido. Mas assim, de ter tem, mas não da forma efetiva que deveria ser, de forma constante entendeu?

P: Entendi.

Arthur: E então, é de vez em quando... é muito assim... De forma muito pontual e, assim, muito específica. “Ah, vamo resolver isso aqui e outra coisa”, mas não de forma, assim, grande, entendeu? Que movimentaria muitas pessoas, muitos órgãos.

P: Mas você vê uma diferença? Em outras... por exemplo, em outros momentos. Não... é hoje ou talvez anteriormente...

Arthur: Ah, entendi! Em outros momentos?

P: É, anteriormente ao governo Bolsonaro era mais constante?

Arthur: Ah, não! Teve, teve. Não, vejo. O que eu vi, assim, durante um bom tempo assim

P: Eu quero entender se houve uma mudança ou não, entende? Se é uma continuidade...

Arthur: Ah, entendi. Não, o que eu percebi assim... vou fazer... Teve aquele período que eu te falei da madeira, até 2002, 2003. Depois teve um período de criação de... teve essa redução nas aberturas de terra. Quando foi 2010, 2011, eu lembro que teve uma movimentação grande na área ambiental. Então vinha muitas ONGs, tinha muito projeto pra plantio de cacau, pra reflorestamento, pra... vários assim... vinha muita gente de fora pra... tinha o pessoal da Amazon, da tal de... como é que chama? Ideflor que é do Estado, né? Ideflor... Pessoal da TNC, acho que é lá dos Estados Unidos... várias, assim, instituições voltadas pra área ambiental que com visita constante aqui. Isso aí teve, um bom movimento. [Informações ocultadas por

questões de sigilo] era movimentado, muita gente assim voltado pra essa área. E até 2000 e... acho que foi até o final do mandato da Dilma, ainda. Não sei, 2014? É, 2015 depois entrou o Temer. Eu sei que parou, nesse período parou. Pessoal sumiu, não teve mais nada. Na época do Bolsonaro realmente não... sumiram mesmo. Não teve também nada. Aí quando foi agora na eleição do Lula, aí voltou. Voltou essa parte. Mas assim, voltou, mas ainda não era a mesma coisa que teve naquele período. Ainda falta... ainda tá... eu não sei se é falta de recurso ou se... o que que é que tá... Todo mundo imaginou que... no primeiro momento eu pensei: “Pô, não, vai voltar aquela mesma movimentação de 2011”. Até teve aqui umas reuniões sobre... teve um casal, aqui mesmo de Belém, que veio pra fazer um levantamento da área do outro lado do Xingu. Eles têm um projeto antigo de trazer as reservas até a beira do Xingu aqui. Não deixar ninguém mais desmatar pra aquele lado ali. Deixar só pro lado do rio fresco aqui. Aí fizeram o levantamento, parece que teve uma reunião com a prefeitura, com o pessoal lá dessa região, aprovaram lá o, como é que chama? Não sei se é plano de manejo sustentável, uma coisa assim. Eu vi que teve essa movimentação. E depois parou, não sei o que que deu. Aí teve até agora uma... parece que eles iam pegar uma dessas áreas do outro lado do Xingu pra poder reflorestar. Teve uma licitação, não sei se você viu alguma reportagem assim. O governo do estado parece que tinha... [inaudível] tinha escolhido uma região daqui do Xingu e tinha licitado pra empresa, eu não lembro o nome da empresa, pra ela reflorestar. Então ia aplicar um dinheiro em cima disso, iam contratar pessoas. Seria, assim, uma forma de trazer recurso pra região, aqui pra pra nós, mas através de reflorestamento, não de... mas também parou. Teve toda aquela divulgação e parou. Não sei se agora com COP-30 aí, eu não sei se vai voltar isso. Mas assim, que realmente voltou a discussão, voltou. Depois que terminou o mandato do Bolsonaro, mas não é ainda da mesma forma que foi naquele período.

P: Aham. O ideal, né?

Arthur: A questão... a questão do cacau aqui é forte, isso aí é um ponto positivo, que o pessoal investiu pesado. E São Félix hoje tem uma... consegue arrecadar com grande quantidade de cacau pra exporta, né? Vende tudo aqui que tem e o pessoal elogia muito. Eu conheci um rapaz que fez o mestrado lá no... ah, tem um pessoal do Imaflora também que trabalha aqui direto, também. Não sei se você já ouviu falar, Imaflora.

P: Aham.

Arthur: Ele... eles fazem... a grande parte dessas ONGs trabalham assim: vem, conversa com os pequenos produtores, aí dá uma assessoria técnica pra eles e incentiva um... trabalhar com um projeto agroflorestal ou então o plantio de cacau como forma de renda. Então aqui já tinha umas fazendas modelo, nesse sentido. E o pessoal ganha... tá ganhando muito dinheiro com isso, com o cacau. Aqui mesmo chegou a... não sei quanto tá agora, teve um período que era sessenta e... é, era vinte reais, menos de vinte reais, depois foi para trinta e agora tá sessenta reais o quilo. O cacau seco assim, [inaudível] sessenta reais o kilo do... então tá valendo ouro. Realmente, assim, é muito bom. Então, aí o pessoal tá falando: “Ah, que agora tem que cercar os plantios, por cerca elétrica, porque...”.

P: Por que senão... [risada]

Arthur: É, o pessoal tá entrando e roubando cacau do outro. Só que aí. por outro lado, o que que acontece? Muita gente tá reclamando disso, de investir no cacau, fazer o plantio. Aqui mesmo tem um rapaz [informação ocultada por questões de sigilo] que comentou disso. Ele até saiu [informação ocultada por questões de sigilo] pra ajudar o pai dele, depois voltou. Aí eu falei: “O que que foi? Não deu certo lá?”, ele falou: “Não Arthur, a gente plantou tantos mil pé de cacau, o vizinho foi e jogou veneno”. Tipo assim, jogou veneno no pasto.

P: Ahhhh...

Arthur: Ou joga de avião ou joga de drone, agora. Drone agora virou moda aqui também. E como o Cacau ele tem uma folha larga, os venenos geralmente mata as folhas larga que é... é igual quem joga em grama também. “Ah, vamos jogar na grama porque a praga tem a folha larga, ela morre e a grama é fina, não morre”. O pasto é a mesma coisa. Aí o vento joga pro lado do vizinho que tá cheio de folha larga do cacau. Mata tudo. Então, acontece muito isso. O pessoal reclama, porque o cara, a pessoa investe pesado porque tem uma renda sustentável e o outro que está com o gado prejudica. Então, aí o que tem assim de movimentação é isso. A parceria entre prefeitura, essas instituições, ONGs que trabalham no sentido de incentivar as pessoas a terem outra forma de renda que não seja o gado. Porque o grande problema aqui do Pará é isso. Se você vai lá no Espírito Santo, por exemplo, na terra lá [informação ocultada por questão de sigilo], a pessoa que tem dez alqueires é um super fazendeiro. Mas dez alqueires assim: ele tem a área de mata, tem a roça, tem o gado, tem a lavoura, tudo bem aproveitado, né? E ele vive... ele tem... ele se auto sustenta com a com aquilo ali. Aqui não, aqui uma pessoa

com duzentos alqueires, trezentos alqueires... lá é dez. Aqui com duzentos, trezentos é um pequeno.

P: Pensa... muito desproporcional.

Arthur: É, pequeno produtor. É, desproporcional. O grande aqui ele tem é cinco mil, dez mil, vinte mil alqueires, então a... só que ganha... 90% quer trabalhar só com gado. O gado é... eles falam assim: “Ah o cacau tem que ter mão de obra, tem que estar podando, tem que estar... dá muito mais trabalho”. Assim eles falam. É realmente, é mais trabalhoso. Só que a renda é maior. E o caso do gado não, o gado você põe menos pessoas trabalhando e eles vêm que... dá menos trabalho e ter uma renda boa também. Só que o gado caiu o preço. Então a queda do valor do arroba também deu uma... o pessoal ficou... deu uma freada na expansão. Uma coisa que aconteceu no governo Bolsonaro também que você pode pontuar é a questão da alta do supervalorização do gado. Aumentou muito, ele saltou de cem reais arroba pra trezentos reais arroba naquele período. Eu lembro que... eu lembro que um bezerro, que era a média de mil reais ou mil e duzentos foi pra três mil. Então isso incentivou também a criação de gado e a expansão, né?

P: Uhum, com certeza.

Arthur: Então a... chegou a trezentos reais. Aí eu lembro que o pessoal falou: “Ah, se eu vender tantas cabeça eu compro uma Hilux zero”. É assim que a...

P: É assim que é o cálculo, né? [risada]

Arthur: É o cálculo, é! Então, a mudança de governo despencou, aí foi pra... o bezerro caiu pra mil reais de novo e também o preço da arroba também ficou menos de duzentos. Eu acho que agora deu uma subida um pouco, mas eu não vi... tem muito tempo que eu não acompanho. Mas deu uma... valorizou um pouco. Mas assim, nesse período do governo dele, né, teve essa supervalorização aí.

P: Entendi.

Arthur: Agora Arthur, eu queria... vou voltar minhas perguntas pra entender um pouco mais sobre crime organizado na região.

Arthur: Certo.

P: Eu queria saber, inicialmente, se você sabe se aí na região, né, que você mora teve ou... atuação de milícias, né? Durante esse período do governo Bolsonaro.

Arthur: A milícia que você fala é como se fosse grupos organizados armados, né? Assim de...

P: Grupos organizados armados em que normalmente tem envolvimento de polícia, né? Ou ex-policiais.

Arthur: Polícia, né?

P: Isso, ou ex-policiais.

Arthur: Ah, certo.

P: Mas não só. Não necessariamente tem, mas normalmente tem o envolvimento de policiais.

Arthur: Certo. Eu acho que aqui sempre teve, mas não imagino que isso intensificou no governo dele não. Eu acho que não. O que teve assim, é... o que aconteceu de ter um super armamento. Isso aí sim. As pessoas de “Ah, vamo abrir clube do tiro”, de todo mundo comprar arma e ficar aquela febre, né, de todo mundo se armar. Aí isso aí teve. Só que não no sentido de se organizar em grupos. Aqui tem. Realmente tem algum, mas é muito... não chega a ser, assim, um nível de... não vou comparar com Rio de Janeiro que o Rio de Janeiro já é uma coisa diferente, né? Outro cenário. Mas não chega a ser um ponto de falar “Não, é uma... realmente é uma milícia formada”, né? Posso dizer, assim, que pode ter um grupo ou outro, mas não no sentido da organização... no nível de organização do que seria uma milícia grande ou bem formada. Eu imagino assim... não sei... eu tô... assim, sendo claro. O que eu quero dizer: pode ter um grupo assim de policiais ou de... ou uma ligação entre fazendeiro e policiais, isso aí tem. Isso aí eu sei que tem. Igual, aqui já teve um caso dum senhor ali que era... não sei se você já ouviu falar do tal do Zé do Lago que é...

P: Já, uhum.

Arthur: É, então o pessoal conta que... eu não sei a história ao pé da letra, mas dizem que ele era ex-policia e outros falam que não. E que ele veio aqui pra região quando cometeu um crime, não sei, lá em outro lugar e veio pra cá e tava aqui há muito tempo e já estava envolvido na questão ambiental. Quer dizer, apagou uma parte da história. Assim é uma versão que eu vi, não sei qual que é a verdadeira. E por causa de uma... desentendimento com outro pessoal foram lá e executaram ele. Então... mas assim, quem executou, o pessoal comenta, que na cena tinham balas de trezentos e oitenta. E quem usa trezentos e oitenta, geralmente, é típico de polícia. Então, a mando de fazendeiros. Então... posso dizer assim, se você quer dizer, quer perguntar se tem uma milícia, quer dizer, tem um grupo organizado no nível de uma milícia poderia ser entre policiais e fazendeiros nesse sentido, entendeu?

P: Aham.

Arthur: Mas num nível não tão assim.... o que que eu quero te dizer? Que não é... não é tão grande... não tem um nível de organização tão grande ao ponto de coagir toda a região ou de, assim, é uma coisa isolada. Assim, depende do que que vai ser... não é assim... não é igual o Rio de Janeiro, Rio de Janeiro já é uma capital, uma população imensa, mas a... são muito mais organizadas e num nível de atuação maior, isso que eu quero comprar, entendeu?

P: Não, eu entendi perfeitamente.

Arthur: Aqui não, aqui... é, aqui seria aquele nível assim: falou Ele falou “Não, a gente tem interesse naquela área e o cara... a pessoa não quer vender e tal e vamos se unir aqui pra resolver essa questão”. Aí o vizinho ou a pessoa que tem interesse na área vai lá e executa o outro. Aqui teve um período que teve, isso aí realmente, agora freou. O período que eu te falei, que era do... não sei se você já viu algumas histórias sobre São Félix. Ah, do período que acabou a extração de madeira aqui, passaram pra abertura de terra. Aquele período sim, mas não era um nível de milícia. Isso que eu quero te falar. Era um... como se fossem pequenos grupos. Mas não unidos dentro desse... O que que aconteceu naquele período? O pessoal tava abrindo terra, chegava num determinado local: “Ah! Fulano tem tantos alqueire de abertura, fulano não tem parente, não tem ninguém aqui, mora só ele e a mulher, vamos lá matar ele, os cachorro, todo mundo e

a gente fica com a área dele. A área dele não é documentada, eu tomo posse e fico lá dentro”, assim que é o pensamento. Eu já vi vários casos assim de... aqui teve um dia que chegaram a matar oito, assim, nessas confusões de terra. E briga por causa de... como se fosse ter uma invasão numa área: “Ah, eu peguei tantos alqueires aqui, o outro pegou tanto e eu não quero que o outro continue, eu quero pegar a área dele, ele não tem ninguém pra reclamar por ele, né? Denunciar ou reclamar a morte dele”. A pessoa vai lá e executa o outro e ninguém corre atrás disso. Mas assim, isso parou. Reduziu bastante, mas ainda tem, às vezes acontece. Igual esse caso do... o pessoal comenta que esse caso do Zé do Lago foi isso, entendeu? Que foi um desentendimento, mas que outros falam que não, que era um interesse na área do outro. Que era um com interesse na área do outro. Outro caso que teve também de um fazendeiro [informação ocultada por questões de sigilo]. O cara chegou aqui [informação ocultada por questões de sigilo], ele não tinha casa nem nada. Depois alugou uma casa, aí comprou uma terra, mudou pra terra. Aí depois de um tempo ficamos sabendo que executaram ele. Na rua aqui mesmo. Aí:

- Uai, que que foi?

- Não. Ele comprou um gado roubado. O cara... aqui acontece. Roubo de gado. Não sei como que a pessoa consegue roubar um gado, que um animal difícil pra lidar e você tem que entrar dentro da terra do outro, jogar dentro de um caminhão... aquilo ali é uma... é uma coisa impressionante assim...

P: Trabalhadora, né?

Arthur: É, roubar uma coisa que você movimenta ali fácil, mas um gado... mas acontece. Aí roubou o gado, vendeu para esse fazendeiro, o fazendeiro sabia da origem do gado ou não sabia, depois ficou sabendo e não quis devolver, né? E foram lá um grupo, encomendaram a morte dele, foi lá e matou ele. Isso também acontece. Mas assim, isso que eu quero dizer. São casos isolados e que tem essa movimentação, mas não chega a ser num nível de uma grande organização. Isso que eu quero te explicar, entendeu? Não é um nível de uma, não é igual um PCC ou outra coisa da... não é esse nível de organização que tem em outros casos, né? No caso do narcotráfico, né?

P: Sim, sim. É, eu entendo. Eu acho, assim, pelo menos o que eu tenho pesquisado, né? Por enquanto, eu acho que não tem nem como comparar... as milícias do Rio de Janeiro têm uma estrutura, uma formação...

Arthur: É, outro cenário.

P: Totalmente diferente, é um cenário bem distinto. Eu diria que até as milícias que atuam em Belém também são muito diferentes.

Arthur: Outro... diferente, é. Só que isso está chegando pra cá. Isso agora em São Félix já tem essa... aqui eu lembro que quando eu era pequeno o pessoal só falava em maconha ou um trazia de fora e depois teve cocaína. Agora não. São Félix já tem a... já tem esses grupos organizados. Isso aí tem já. Nesse sentido, entendeu?

P: De tráfico de drogas, você fala?

Arthur: É, tráfico de droga, de todos os tipos de drogas, de todo mundo saber onde é a boca de fumo, saber onde é o desmanche de moto, sabia onde é a prostituição, onde tá... mas, assim, o pessoal vai receber a sua parte e fazer vista grossa. É uma coisa que todo mundo questiona.

P: É, assim... eu, como eu estou te falando, eu tô estudando isso, né? Tem... eu vou completar dois anos que eu estou estudando isso... que eu considero um tempo muito pequeno, pensando que a região é extremamente complexa, são diversas realidades, mas o que eu, assim, pude observar e o que eu tenho chamado de milícia, que eu não sei se vai ser a denominação correta, enfim... Nessas regiões que não são capitais, né? Que tem... que são mais relacionadas há, normalmente, fazendeiros que contratam essas pessoas e encomendam mortes, né?

Arthur: Isso, é.

P: Normalmente, é mais nesse sentido. Tem a ver mais com questão de terra, mais expressivamente. Eu imagino que deve ter, talvez, alguma coisa com garimpo, alguma coisa, mas assim...

Arthur: É mais terra.

P: De forma mais expressiva, o que eu tenho visto é com terra. E assim, o que eu estou pensando e que eu estou trabalhando é que assim, fala-se muito dos pistoleiros, né?

Arthur: É.

P: Mas pelo menos, a minha percepção e o que eu tenho visto, é que pistoleiros seriam assim: você contratar uma pessoa ali, né? Uma pessoa que, enfim, tem prática, né? De matar, não sei o que, pra ir ali e outra coisa é você contratar uma mão de obra mais especializada, vamos dizer assim.

Arthur: Isso, é isso mesmo.

P: No caso, são policias ou ex-policiais que são pessoas que têm outro tipo de treinamento, que tem acesso a outro tipo de munição, enfim, então assim... eu, pra mim, são coisas diferentes.

Arthur: Isso!

P: Não sei se eu estou certa, não sei...

Arthur: É isso mesmo! Aqui teve uma época... é, esse período que eu te falei de abertura de terras e antes, também, tinha a época dos pistoleiros mesmo. Isso aí a maioria já morreu. Assim, executaram a maioria. É grande... hoje é muito... pode ter um ou outro aqui, mas aqueles mais conhecidos, eram famosos: "Oh, o fulano é pistoleiro" todo mundo temia tal, mas isso aí mataram tudo. Pessoal... que assim, muitas vezes a pessoa... ele vai matando um e outro e sempre aparece um pra vingar. Igual teve, esse aí eu cheguei a ver a... já vi várias aqui. Eu já vi... uma vez eu vi um rapaz que era pistoleiro, ele tava na fanfarra daquelas de tarol, que era dependência, em noventa e... noventa e nove, eu acho. O pessoal desfilava com a fanfarra aqui. A gente no ensaio lá e dois cara de moto... era um período, assim, que você... chegaram uma vez... até chegaram a parar eu e meu pai que tava de capacete. Então se você visse duas pessoas de moto... é que todo mundo, 90% anda sem capacete ainda. Então você visse duas pessoas de moto, você podia correr que era [risada]... era tudo para ser pistoleiro. Então, ele lá sentado na porta de casa, o pessoal veio de capacete os dois, desceram e saíram dando tiro, não tava nem aí pra quem tava próximo assim. E mataram eles lá no fundo da casa. Outra vez eu tava no [informação ocultada por questões de sigilo], aí eu vi o cara descendo da moto, parou assim do outro lado da rua, atravessou a rua, foi lá numa conveniência que tinha na época e conversou com o cara e deu tiro assim na... a sangue frio, né? No pleno sol quente, três horas da tarde e

montou na moto. Foi, chegou assim ó: “Quero ver você matar pai de família de novo”, assim o pessoal escutou e executou o cara ali e subiu na moto e foi embora. O que morreu era pistoleiro. O outro caso também, eu tava [informação ocultada por questões de sigilo], olhei pro lado assim, sete horas da manhã, aí vi só o cara pôndo a mão na barriga. No meio da rua. Aí eu olhei, falei: “O que que foi? Esse homem está passando mal?”. Quando eu olhei, vi assim, o cara já despencou, o outro estava descendo a rua correndo, subiu na moto, vazou. O cara deu um tiro na barriga dele no sol quente, sete horas da manhã. Mas isso era negócio de terra. O cara [inaudível] terra. Outra vez, também, eu quase levei um tiro [informação ocultada por questão de sigilo]. Parei pra conversar com o guarda em cima da moto, né? Fiquei assim no meio fio e escutei: pá pá pá [imitação de som de tiro]. O tiro de 32 parece aquelas bombinha de menino brincar. Era bem tipo uma espoleta. Eu pensei que era menino jogando bombinha. Que eu olhei pra trás, eu vi só o clarão do... como é que fala? Da arma, né? Eu olhei, o cara tava era assim: eu tava porta, do outro lado da rua, atrás, o cara tava... ele saiu de trás de um carro e foi atirar no pai e no filho que tava em cima da moto. E não tava nem aí pra quem tava na frente. Eu joguei essa moto no chão, vazei [informação ocultada por questões de sigilo] e já passou um tiro assim no vidro, em cima da cabeça minha e do guarda: pá [imitação de tiro]. Aí bateu na parede e caiu no pé nosso, assim, a bala.

P: [espanto] Meu Deus do céu!

Arthur: Aí trocaram tiro, o pai e o filho tava armado também, trocaram tiro ali no meio da rua de noite. Por sorte não acertou ninguém da... só o pai do rapaz, né? Eles acertaram entre eles ali. E os cara fugiram e o pai do rapaz foi levado pro hospital. Sobreviveu depois. Mas assim, confusão de... nesse caso era assim, um era confusão de terra e os dois se encontraram no bar, discutiram, aí o pai, diz que saíram do bar e os dois acompanharam e foram executar ele. Mas também questão de terra. Mas igual você falou, tinha os pistoleiros... a profissão deles se acabou aqui, não tem mais, justamente por não ter mais tanta confusão de terra igual tinha. Mas ainda tem o tal do... aquela figura do coronel ainda. Que é aquele fazendeiro mais rico, que tem forte influência, influência com os políticos, influência com o estado, com o município, com o governo... assim... ele é bem... interage com todo mundo. Então às vezes ele precisa de alguma coisa e como não tem mais a... ele usava aquela figura do pistoleiro, ele vai usar do, como é que fala? Do especializado, né? Aí já vai pra o militar, o civil, quer dizer, tem alguém mais especializado pra executar, pra fazer isso. Mas assim, a gente não pode... quando é o especializado, ele é diferente do pistoleiro. O pistoleiro muitas vezes ele ia na cara limpa

mesmo. Ele não tinha hora nem dia. O especializado não, ele tem a... ele é mais discreto, então ele usa... tampa o rosto ou é à noite ou é no lugar isolado, quer dizer, é uma coisa... as pessoas só sabem por causa da... como é que fala? Da movimentação, das casca de bala que sobra, alguma coisa. As pessoas deduzem. Mas a...

P: Ah tá, entendi. Eles deduzem que, provavelmente, é uma atuação... que pode ser uma atuação de uma pessoa que tem uma especialidade.

Arthur: Especializada, é.

P: Por conta da bala que é encontrada

Arthur: É, a bala ou também as testemunha. Tem testemunha que sai falando, mas não... como é que fala? Não mostra a cara, né? Não vai dizer... pode até ter visto, fala ó: “Vi fulano”. Muitas vezes reconhece. O problema é assim, quando a cidade é pequena, igual o caso de São Félix e o efetivo é pequeno, você memoriza a fisionomia das pessoas, né? Então, muitas vezes, aqui já teve caso de... outro caso que você está comentando de milícia que teve... deu uma parada, mas ainda era envolvimento de policiais ou ex-policiais em assalto de banco. Então já teve caso, assim, do cara ir lá, assaltar o banco, tá lá camuflado e a pessoa conhecer: “Rapaz fulano tá assaltando banco. Eu tava na fila lá... era ele. Eu tinha certeza que é ele”. Porque a pessoa reconhece a fisionomia do outro. Ela percebe. E ele... aqui teve já várias vezes. De vim e assaltar aqui dois bancos de uma vez, Banco do Brasil e Bradesco, e usar arma pesada mesmo. Arma fuzil mesmo. E arma que não era pra qualquer um. Granada, tudo quanto é tipo de coisa. Mas deu uma parada. Nesse ponto, nessa parte de assalto a banco no governo do Bolsonaro parou. Nesse agora do Lula também não teve, mas antes teve muito. Um período teve, entendeu? Aí então nesse período do Bolsonaro não teve essa essa questão de assalto a banco. Adivinha que... na última que teve, eles chegaram a explodir o banco mesmo. Caiu um buraco de derrubar o teto todo. Então teve uma redução nisso. Nesse do Lula agora não teve nenhum até agora. Ainda bem, né? [Inaudível]

P: Ainda bem, né? Nossa. E nesse período do governo Bolsonaro, né? De 2019 a 2022, você chegou a ver ou ter notícia de atuação desses grupos, né, em que envolve policiais em ações de extermínio? Pra... a mando de fazendeiros ou de algum outro grupo?

Arthur: Teve... não, teve caso assim... teve alguns casos, mas não de... coisa isolada mesmo, assim de... igual esse caso do fazendeiro que comprou um gado roubado, coisas assim.

P: Entendi, tá.

Arthur: Mas não de, assim: “Vamo lá executar a família toda, executar um...”. Não, nesse sentido não. Pontos isolados que tempos em tempos tem aqui, entendeu?

P: Tá! Não, entendi. Não foi algo expressivo, né?

Arthur: Expressivo, é! Justamente, é isso mesmo, não foi algo expressivo. Principalmente, eu acho que... não teve... a questão de abertura de terra, não teve aumento. O que aumentou, que isso aí é certeza, foi a questão do garimpo. Isso aí aumentou. Mas não a de invasão de terra, entendeu? Essas... igual teve... igual tinha antigamente. Isso aí não.

P: E isso você não...

Arthur: Não, não cheguei a ver essa... agora assim, de derrubar pra fazer... pra poder... abertura de pasto, questão de garimpar, isso aí realmente teve.

P: Tá. Não, certinho. Bom, deixa eu ver aqui mais alguma pergunta... No caso de fazendeiros, né? De grandes fazendeiros, né? Latifundiários... você chegou a comentar que alguns deles têm até relações com políticos, né?

Arthur: Sim, sim. Aí tem.

P: Enfim, né? E aí acaba tendo algumas proteções e tudo mais. Você sabe dizer se essa interação com o governo foi mais intensa nesse período ou não? Ou se sempre foi assim, se sempre aconteceu esse tipo de coisa?

Arthur: Se foi mais intenso?

P: Aham... ou não.

Arthur: Não, teve a... vou tirar por base a... deixa eu pensar aqui. Eu acho que foi meio assim: num vou dizer que mudou, que teve uma uma mudança drástica. “Ah, não tinha e de repente passou a ter”, mas que foi menos... teve uma menor coerção, né? Eles sentiram menos coagidos sim. Eu acredito que sim. No sentido assim de: “Ah, eu agora eu tenho mais liberdade pra fazer o que eu quero”, entendeu? “Porque o governo é da mesma... do mesmo pensamento meu”, isso aí sim, entendeu? É essa sensação de que eles podem, eu imagino, que tenham tido, entendeu? Aí sim. Mas não no sentido de: “Ah, houve uma mudança... significativa de ter um... ah, não tinha antes e passou a ter um aumento”. Apesar que a gente vê isso... o que que acontece? A gente percebe que teve essa sensação porque... justamente na eleição, nesse último... na última que teve agora. Dentro do município de São Félix, juntando tudo o que teve de voto, né? Setenta por cento votaram no Bolsonaro aqui. Região... então, aquela... o pessoal votou naquela sensação: “Não, agora eu vou... eu não vou ser... não tem isso de ninguém me coagir”. Quando o Lula ganhou, aí o pessoal já entrou no modo desespero [risada]. Imaginou: “Agora pronto, agora vai...”. E realmente ele mudou, mudou. Teve a... acabou, teve uma redução no garimpo, teve uma redução no desmatamento, teve uma redução nesse pessoal querendo abrir pasto. Isso aí mudou. O caso mais polêmico que teve... pra quem já tinha uma área derrubada ou que não tinha derrubado recentemente, quer dizer, foi tranquilo. Tranquilo assim, num teve um impacto. Agora pra quem tinha derrubado a pouco tempo, quer dizer já tava abusando, né? Igual isso que eu comentei, o cara falar aqui na mesa: “Não, eu derrubei dois mil alqueires só esse ano”. Esse aí ele sentiu o impacto da mudança e a... porque é uma coisa recente que com certeza o pessoal viu lá que ele derrubou, queimou, quer dizer, ele com certeza ia receber uma visita. E agora o que teve aqui que foi uma coisa que aumentou, isso aí você pode até detalhar, a questão do Apyterewa, não sei se você viu. Região da Apyterewa que é uma reserva indígena aqui? Isso aí teve um aumento grande na invasão da área indígena e que depois na mudança de governo o pessoal desocupou. Teve assim, teve que sair da área. Não sei se você acompanhou, depois você pode até dar uma olhada, porque isso é importante pra sua... eu acho que seria um ponto que você pode abrir, assim, um parágrafo, um capítulo dentro do seu trabalho. Porque assim, a Apyterewa é assim: é uma... é próximo daqui, está dentro do município de São Félix. É uma reserva que pertence ao povo Parakanã. Que é... dos Kayapó sempre foi muito bem, entre aspas, né, mas muito bem demarcada e muito vigiado, entendeu?

P: Eu já li mais sobre os Kayapó mesmo, agora esse outro.

Arthur: É! Não, aí depois você dá uma olhada porque dentro de São Félix tem Kayapó, tem Xikrin, que é também o... é do mesmo grupo dos Kayapó e tem os Paracanã que é na região norte aqui do município. Você vai ver... eu tenho um mapa do município com as reservas vou mandar ele pra você.

P: Aham. Pode mandar.

Arthur: Tem tudo detalhado. Aí isso aí foi mais polêmico. Porque o que que aconteceu? O pessoal, os Paracanã era um grupo que ficava lá perto de Marabá e que depois a FUNAI, na época, deslocou eles pra cá e eles ficaram nessa região da Apyterewa. Então é uma reserva grande que as comunidades são mais próximas do Xingu. Então aquele lado oposto, que é... não é próximo do Xingu, o pessoal foi adentrando. E como é uma reserva que foi criada há pouco tempo... pouco tempo assim, 2008, se eu não me engano. Porque tem muita reserva que é assim: tem a área de mata, você cria a reserva até aquela área de mata. Beleza! E tem reserva, igual tem um pedaço aqui do Kayapó, que foi expandida. Então tem ali uma parte de pasto, você vai criar reserva e pega aquela parte de pasto. Então aquelas áreas, aquelas fazendas que já estavam abertas ficam dentro da reserva indígena.

P: Uhum, entendi.

Arthur: No caso da Apyterewa foi assim: tinha uma área verde e tinha algumas aberturas. E eles foram e demarcaram a reserva e ficaram aquelas aberturas dentro. Como a reserva não tinha sido... ela foi decretada, mas parece que não tinha sido homologada. Assim não tinha concluído a...

P: O processo da homologação.

Arthur: O processo da homologação. Então nesse nesse pedaço, enquanto o pessoal estava... não tinha saído a homologação, o pessoal foi aumentando a... falou: “Não, vai que... vai decretar, mas eles vão mudar essa divisa e a gente vai derrubando e eles vão reduzir a área do indígena e a gente vai ficar de fora”. Aquela... assim o pessoal imaginou que seria. Só que aqui, tanto a Pastoral da Terra, na época, quanto outras instituições falaram: “Gente, isso aí não vai mudar. Não entra nessa reserva porque o governo não vai alterar essa linha aí, essa divisa”. O pessoal teimou. Então muita gente veio de fora, vendeu uma casa, por exemplo, em Goiânia, lá

duzentos mil, veio aqui e comprou uma área dentro da invasão. Aí: “Ah, eu tenho um dinheiro guardado, eu vou lá derrubar porque vai mudar isso aí. Eles vão mudar... vão reduzir essa reserva dos indígenas e a gente vai ficar de fora”. No governo Bolsonaro isso ficou... o pessoal empolgou. O povo: “Não, o Bolsonaro não vai decretar mais nenhuma reserva indígena, não vai homologar nenhuma. Então a gente vai conseguir reverter isso. A gente vai ganhar essa terra”. Aí o discurso. É o discurso. Então aumentaram muito mais a... até teve aqui gente que trabalhou [informação ocultada por questões de sigilo] que saiu [informação ocultada por questões de sigilo] e foi pra lá. “Não, eu vou pra lá”. Eu até falei... vendeu um lote aqui dentro da rua e investiu lá. “Ah, eu vou pra lá”. Eu até falei na época: “Gente, isso aí é meio furado. Reserva indígena é coisa inviolável”, quer dizer, não dá pra ter esperança nisso não. “Não, mas vai dar certo que agora o Bolsonaro vai liberar tudo e a gente vai conseguir documentar a terra, vai ter a posse e tal”. E derrubaram, derrubaram com gosto mesmo. Plantaram cacau, outros foram cuidar de gado, investiram pesado. O que que aconteceu? Mudou o governo, aí agora 2023 pra vinte quatro, veio Força Nacional, Exército, Ibama, ICMBio, veio todo... baixou todo mundo em cima e mandou desocupar a área. Então é... assim, deu prazo curto também. Pessoal... quem tinha plantio de cacau perdeu, quem tinha gado conseguiu tirar uma parte, a outra parte ficou. Causou confusão feia... teve briga entre o colono e o policial aí, o policial na hora disparou a arma lá, diz que foi acidental e o cara levou um tiro na barriga e morreu. Agora, recente, vinte três para vinte quatro. Depois você dá uma olhada. Mas assim, terminando o ano passado, no ano passado eu sei que desocuparam a área toda. Aí colocaram... tem uma base lá da Funai, a Funai manteve a base e meio que, assim, retiraram todo mundo. Entendeu? É uma confusão antiga que vem rolando desde 2008, se eu não me engano, e que teve um aumento no número de pessoas dentro da área agora entre 2019 e 2022. Aí depois... resolveram a questão.

P: Entendi, aí depois eles foram e retiraram.

Arthur: E eles ficaram na esperança que ia resolver porque, segundo eles, né, os próprios indígenas que tinham concordado não sei o quê. Saíram com esse discurso também. Mas assim, eu, minha impressão, na minha opinião, eu falei: “O governo não vai ceder porque se ele ceder, ele vai abrir um precedente pra outras áreas também que tão nessa mesma questão”. Porque se ele abre... se ele cede... eu sei que tem briga em Mato Grosso do Sul, tem briga em Mato Grosso, outra Rondônia, Acre. Vai abrir um precedente pra outros também requererem a área indígena como área pra eles. Quer dizer, por um lado teve gente que entrou sabendo do risco, gente grande que investiu na área, mas que saiu. Mas, por um lado, a genet fica com dó dos

pequenos. Dó, assim, entre aspas, porque a pessoa, também, foi consciente, mas assim muita gente foi naquela ilusão de ter um pedaço de terra e investiu pesado e depois perdeu tudo. Do nada. Da noite para o dia perdeu tudo. Então tem os grandes, aqueles... e tem sempre nessas confusões, tem um atravessador que é aquele que vai lá, ele demarca e vende pro... pega um bobo, né? Fala: “Rapaz, eu tô com essa área demarcada aqui, você não quer comprar não? Vai legalizar”. É igual ter loteamento. “Vai legalizar”. É a mesma coisa. Aí o cara investe pesado e depois ele perde... o último da história, dança.

P: Nossa, é complicado.

Arthur: É, é complicado. Só que assim, você vai ver depois nas reportagens que, isso aí... desde o começo do... isso é uma pessoa lá de dentro que trabalha com... que participa das reuniões, que sabe de toda a história, contou pra mim. Falou: “Arthur, eles demarcaram a terra, viram que tinha uma população pequena lá dentro, deram outra área pra eles que era uma fazenda... Belauto, você vai ver nas reportagem, tá lá, Fazenda Belauto que era uma fazenda que foi desapropriada de um... na época, não sei se era do Leonardo Mendonça, foi até preso por tráfico de drogas. Aí eles pegaram essa fazenda e desmembraram ela em partes e deram pra essas pessoas que estavam lá dentro. Só que em vez do pessoal falar: “Não, já resolveu essa questão?”. Eles pegaram a terra nova que ganharam e mantiveram a antiga. E outros entraram. Então agiram de má fé também, né? Muita gente foi assim também, quer dizer, ele ganhou um outro pedaço de terra pra poder desocupar aquele dentro da reserva. Aí ele quis manter o da reserva e o novo. Ou então vendeu... ou vendeu o novo, que era legalizado, que o governo deu, pegou o dinheiro que ele recebeu e foi lá e voltou pra antiga. Ou então abriu outra. A gente teve muitos casos assim também. Agiu de má fé. Mas sempre no meio da história tem aquele que caiu no conto do vigário e perdeu tudo.

P: Infelizmente sempre tem, né?

Arthur: É uma cena, assim... por um lado foi triste de ver porque, principalmente, os animais, né? É gado... tudo abandonado. Saíram e largaram os bichos tudo solto lá. E de quem também plantou o cacau e perdeu, mas...

P: E ficou lá, né?

Arthur: É, ficou lá, mas é uma... foi uma coisa que foi avisada, né? Então... Não tem como...

P: Mas mesmo assim a gente fica, né? Consternado.

Arthur: É, consternado.

P: Porque é uma situação...

Arthur: É uma situação difícil, é. Mas você vai... eu acho que você pode incluir no seu trabalho porque foi uma coisa que intensificou no governo anterior e que teve um conflito grande agora nos dois últimos anos e que agora acabou.

P: Entendi.

Arthur: Entendeu?

P: E agora, assim, caminhando já pra finalizar a nossa entrevista, eu queria só saber se você... como que é a relação da comunidade aí quando tem que fazer algum tipo de denúncia, por exemplo, pra polícia. Como é que é a relação de vocês com a polícia? Principalmente ao longo do governo Bolsonaro. Assim, eu sei que várias dessas questões não são específicas de um período. Eu entendo perfeitamente, são problemas complexos que vêm se desenvolvendo já há anos, né? Não é um problema daquele período, mas assim, a minha visão como pesquisadora é saber se... como que é isso, né? Como que é essa relação, principalmente durante o período, e se teve... se tem alguma diferença, né? Pra mim como pesquisador é importante entender se tem essa... alguma diferença, alguma coisa que salta aos olhos no período, entende?

Arthur: Eu imagino assim, que a questão de denúncia aqui, por ser uma cidade pequena... [entrevista brevemente interrompida por motivos pessoais do entrevistado]. O que... eu imagino assim, que a questão de... por ser um local pequeno... pequeno entre aspas que cresceu muito também, tem muita gente que não conhece mais, né? Não é igual antigamente que a gente ia no banco, você ia cumprimentar todo mundo da fila, mas a cidade cresceu muito aqui. Mas mesmo assim, as pessoas quando têm uma denúncia, elas não... você denunciar abertamente é muito mais fácil de receber uma, como é que fala? Principalmente porque as instituições públicas também tem pessoas conhecidas, então não dá pra você chegar lá na prefeitura, numa

secretaria de meio ambiente ou pra vim fazer uma denúncia aqui. Tem gente que faz, tem gente que é corajosa. Mas mesmo assim, você vai, você tá...

[Acabou a bateria do equipamento do entrevistado. Depois de alguns minutos ele retorna e retomamos a entrevista]

Arthur: Que eu tava comentando com você, então o problema é assim: você vai no nível municipal, como tem muita gente conhecida o risco de ter uma perseguição, de ter uma... como é que fala? A pessoa ser até, dependendo do que for, né? Ser assassinada mesmo. Então é grande. Então aí quem que a pessoa recorre? Tem que recorrer ao estado, mas muitas vezes o estado também é coligado com várias movimentações aqui. Aí você tem que recorrer ao nível federal, né? O que eu imagino que teve nesse período anterior, eu não sei... agora pode ser que quando muda as pessoas pode ter uma coisa mais afetiva, mas é assim aquela sensação de que eu vou recorrer ao federal, mas o federal é do lado da... quer dizer, apoia o movimento, né? Então você manda, mas talvez não seja atendido. Então pode ser isso. A impressão que eu tenho. Então, “Oh, não vou no nível municipal porque vou ser perseguido. Então eu vou no nível federal”. Mas em federal o risco também de ser identificado ou não ser atendido é grande. Então esse que é o problema também. Mas muita gente foi até assim... muita gente faz. Aqui a gente já fez. Já teve caso aqui mesmo... igual [informação ocultada por questões de sigilo] e uma prefeita anterior decidiu transformar o aeroporto aqui em rodoviária. Aí ele foi lá e falou: “Gente, não pode modificar o aeroporto não. Isso é patrimônio da união, a prefeitura só tem o direito de manter”. “Ah, ,as a gente vai fazer e não sei o que e tal”. Aí falou: “Então vou ter que arranjar outro meio”. Então, quer dizer, no nível municipal não adiantava ele ir fazer uma denúncia. Vereador, prefeito estava tudo... e geralmente o... quando o... dependendo do prefeito ou prefeita, secretárias e as pessoas que são... quer dizer, que respondem por eles, né? Responde por eles não, que estão abaixo deles, pode ter até o... pode até querer ajudar, mas aí fica meio que coagido. Então, ela fica... você fica alí sozinho. Aí você vai pro nível... estadual não vai porque o aeroporto é da União. Então tem que ser nível federal. Então aí ele fez aí. Fez a denúncia. Tirou, o pessoal respondeu rápido, pediu pra tirar foto, aí tirou foto, mandou aí veio a comunicação pela prefeitura. Falou: “Para tudo porque vocês não têm direito de fazer isso”. Aí no caso do... tanto do garimpo e da questão ambiental, essas outras áreas também... outra questão, vamos supor, de crime, né? Esses crimes que acontece, o que que pode acontecer: de levar pro nível federal, federal manda o municipal investigar ou fazer um levantamento, aí o pessoal faz a maquiagem e engaveta aquilo, né? Já vi muito isso também.

P: É, acontece bastante...

Arthur: Aí manda... não manda alguém direto. Aí pega: “Oh, tá tendo isso aqui, realmente tá acontecendo isso aí ou não?” “Não, isso aqui não tá acontecendo não”. Aí engaveta o trem. Então depende... o que tem ajudado muito é o Ministério Público, né? Que as vezes lá ele atua... resolve muita questão. Outro ponto também, que eu vejo que resolve bastante, que é nessas instituições é assim: você abre reclamação eles ignoram muitas vezes, aí você vai lá na ouvidoria. Ouvidoria de qualquer órgão é o que mais funciona [risada]. Então às vezes você tem que... só que tem que...

P: Apelar para a ouvidoria. Não deveria ser assim, né Arthur?

Arthur: É! Aí a ouvidoria vai e resolve rápido. Tem essa forma também. Só que tem questões que tem ligação do judiciário com pessoas, políticos... depende da... mas assim, de qualquer forma, mesmo pra essas ligações, ainda o Ministério Público ainda é o...

P: Que mais que mais atua, né?

Arthur: Mais ajuda, né?

P: Então, de forma geral então, você acha que a comunidade não... acaba não recorrendo tanto a denunciar, né? Propriamente dito, por exemplo, ir na polícia fazer boletim de ocorrência, fazer alguma coisa nesse sentido por questão de medo mesmo, né? De represália.

Arthur: É, medo mesmo e às vezes até de... aqui já teve caso da pessoa ter uma questão, chegar lá na delegacia ou outra coisa e ser ignorado, até motivo de piada. “Ah, vou perder tempo com isso não. Você vem aqui me encher o saco por causa disso, quer dizer, acontece muito isso também. Aí a pessoa fica desmotivada. Ou então, às vezes isso também tem. Eu acho que todo lugar tem. Você tem uma questão pra resolver, aí você vai lá reclamar. Aí a polícia: “Não, eu vou resolver pra você, mas é tanto”. Tipo assim, a sua lei, o seu direito...

P: Já cobra a propina [risada].

Arthur: É, tem que ser pago pra poder... isso aí acontece também. Então às vezes a pessoa nem vai e tenta resolver por questões próprias pra poder... de forma própria pra não ter que pagar pro outro ou então ser motivo de piada ou então ser ignorado. Vai indo, desiste. E era o que, quer dizer, deveria ser o contrário, né?

P: Totalmente.

Arthur: É, você tinha que ter a certeza que ia ser atendido e seu direito garantido ali. Eles estão sendo mantidos, né? Pra isso.

P: Com certeza. Arthur, assim, eu queria saber agora... agora, realmente, já finalizando, se tem alguma pergunta que eu não te fiz e que você acha que eu deveria ter feito ou se tem algum assunto que você acha que eu não toquei e que você acha que é importante ser tocado? Se tem alguma coisa que você queira falar, pra além das perguntas.

Arthur: É, um ponto que eu achei que você pode abordar é a questão da Apyterewa, pode colocar no seu trabalho que é importante, foi polêmico e teve uma intensificação no governo do Bolsonaro. Quer dizer, as pessoas se iludirem que “Ah, eu vou desmatar, vou garipar, vou utilizar terra indígena pra eu poder...” como é que fala? Formar a terra. Formar fazenda dentro da terra indígena mesmo. E que: “Eu vou ser... vou ter meu direito garantido”, quer dizer, o Governo Federal vai me ajudar. Entendeu? Tá do meu lado. E muita gente votou querendo renovar o mandato dele pra... pensando nesse propósito. Então isso aí eu acho que você pode explicar que teve essa movimentação lá e... na Apyterewa. E outro ponto, eu acho que você pode tratar... teve aquela... o pessoal teve aquela sensação, que eu vi muita gente aqui, ouvi muita gente comentar isso, que o governo dele seria retomada daquele período que foi o governo militar... da ditadura militar. Da década de oitenta... é, década de setenta, oitenta. Entendeu? Quer dizer, eles associaram muito aquele período com esse novo, com esse mandato. Então eles imaginaram assim: “Que não, esse governo vai ser o... vai ser a retomada daquele período que eu poderia derrubar, garimpar, extrair”. Quer dizer, de exploração mesmo da região. Quer dizer, teve, mas... realmente teve um retorno. A pandemia meio que favoreceu essa pessoa de fazer muita coisa, né? Errada. E que agora... mas assim, o que eu quero te... eu acho que você pode também frisar é que tem várias, igual você falou, tem várias coisas que passam através de... que são antigas, que elas transcorrem no decorrer do tempo, elas não são de... só desse momento, entendeu? Ah, mesmo que mudou o governo tem muita coisa que ainda continua.

P: Com certeza.

Arthur: É um problema... é um problema, pode se dizer, cultural, é um problema educacional, é um problema institucional. São várias camadas que, né? Aqui mesmo a gente vê quando a gente sai pra questão... você quer ver um ponto que eu fico chateado aqui é questão de lixo. Você vai pra cidades, igual outras regiões do Brasil, você não vê o pessoal jogar lixo porta, na avenida, na rua assim. Tá na rua, vê aqui uma grama, eu já joga o lixo em cima. Não, não é... quer dizer, tem uma certa educação nisso. Aqui não, o pessoal joga na rua e vai... aquilo vai pro rio, você chega lá no rio tá aquele monte de... então, se a pessoa faz aquele tipo de ação ali, ela vai achar natural outras ações, entendeu? Igual o garimpo, o desmatamento... ela não vai... que ela: “Não, tá beleza! Vou concordar com isso porque...”. Ou então ela fala: “Não, eu sou a favor do meio ambiente”, vai lá e joga o lixo, não tá contribuindo com nada. Então assim, você pode tratar dessa... que é uma questão de período, realmente, teve a mudança de... algumas coisas intensificaram nesse período, mas tem coisas que não vão se resolver agora... quer dizer, não foram resolvidas...

P: Não! Com certeza, não!

Arthur: Nem de antes e ainda vai perpetuar um bom tempo. A gente espera que mude, né?

P: Sim, é uma complexidade muito grande, né? Envolve muitas áreas, envolve muitos setores e tem acontecido há muitos e muitos anos, né? Então assim...

Arthur: Muitos anos, é! O que é diferente em São Félix, que muita gente vem e pesquisa aqui a região, é porque é uma zona de conflito, é um... ela é como se fosse uma área central que tem confluência de várias questões. Aí tá a questão indígena, questão agrária, questão ambiental, questão econômica porque o município vive de várias economias diferentes, né? Então é um lugar bom pra estudar por causa disso, porque envolve muito... E é uma... até hoje ainda é uma porta de entrada pra Amazônia. É aqui, Novo Progresso, Altamira acho que já foi, mas nem tanto, Santarém também... é o que é mais polêmico é aqui e Novo Progresso porque é uma porta de entrada. É final de estrada, quer dizer o pessoal veio desmatando de lá e foi chegando até aqui e o que segura muito aqui a região é, assim, de continuarem com isso, são as reservas indígenas. Então tem reserva pra baixo, pra cima e do outro lado do Xingu. Na época do

Bolsonaro o pessoal tava empolgado em emendar. Pegar uma estrada que vai até o Iriri, depois pode dar uma olhada em imagem de satélite. Acho que anda trezentos quilômetros pra dentro aqui. Chega lá, atravessa o Iriri, tem uma reserva indígena. Aí dessa reserva até Novo Progresso é uma quilometragem pequena. Eles estavam abrindo isso. Eles começaram a... faltava pouco pra emendar. Acho que cinquenta quilômetros, uma coisa assim. Então se continua aquela política, eles iam emendar. Ia vazar lá em Novo Progresso. Então, depois parou, agora desistiram, não mexeram mais com isso. Mas a intenção era essa. Você saía de São Félix e ia vazar em Novo Progresso pela estrada. Cortando a reserva indígena, entendeu? Ia se intensificar. Aí qual que foi a desculpa? “Ah, porque a gente precisa avançar pra São Félix, não pode ser mais final de linha, né? Tem que ir pra Novo Progresso”. Outros falaram: “Não, isso aqui é um projeto antigo que o governo... da época do governo militar que iniciou a intenção de fazer várias BR passando aqui nessa região, depois desistiram”. Tinha essa justificativa também. O grande problema é assim, você pode também frisar a questão da legalizar. Como tem pouca fiscalização, poucas instituições, então tudo corre meio que de forma ilegal, né? Não tem ninguém pra fiscalizar e ninguém pra documentar também. E às vezes quando você vai documentar, agarra num monte de coisa. Um exemplo também que você pode citar aí é a questão da Gleba Patrimonial. Que a própria cidade era dentro de uma reserva indígena a do Curupira. A cidade foi construída dentro da reserva indígena. Agora em dois mil e... foi no mandato da [inaudível] 2019 que eles liberaram a documentação da área da sede do município, da área urbana. Tem pouco tempo. E da área da zona rural também são poucas áreas que são legalizadas. Tem que ter um documento também do ITERPA, né? Você pode também olhar. Documentação do INTERPA. Então é uma série de problemas [risada]. Não é pouca coisa não.

P: É muito complexo, né Arthur? Isso a gente tá falando de São Félix do Xingu, né? Então... Né? De uma região! Enfim... nossa...

Arthur: É, muito! Igual agora tá tendo... ainda tem... fui na [inaudível] finalzinho de dezembro uma senhora que mora bem na divisa lá, ela tem um mercadinho, aí vende pros indígenas, vende pra pessoal lá próximo... eles comentando comigo que eles tão tirando... eles tiram madeira ainda. Estão retirando madeira. Mas agora mesmo, nesse período. Mas assim, é pontual. É uma árvore ou outra e tal. Não tem de forma intensificada, mas ainda tem. E muita gente sabe disso, sabe aonde é, quem faz e tudo, mas... faz vista grossa. Tanto as instituições públicas quanto quem deveria, quer dizer, fiscalizar, também.

P: Os próprios órgãos especializados, né? Específicos.

Arthur: É! Especializado nisso, é. Mas tem ainda. Mesmo assim, ainda é... quer dizer... mesmo assim, ainda teve uma redução. Isso aí eu posso garantir para você. Que teve uma redução grande de 2022 pra cá. Muitas árvores, entendeu? O pessoal deu meio que uma amansada. Falou: “Não, vamo parar porque senão a gente vai levar...”. E uma questão também que eu sou... que eu acho que deveria mudar é a questão da aplicação de... porque o que que acontece? Muitas vezes, já aconteceu e acontece. Chega num determinado lugar que a pessoa derrubou, quem está lá? Ah é o... esse aqui que é o responsável. Aí esse responsável não é o dono mesmo. Ele é o... é só o encarregado. Aí taca uma multa lá de tantos milhões, aquilo nunca vai ser pago e vai pro CPF daquela pessoa, vai ali negativar e tudo, todo aquele problema, mas não é... não vai resolver o problema, quer dizer, não... O que seria mais efetivo é a prevenção, é aquilo que eu te falei, você vai lá no... fica... põe as pessoas de vigia. Fala: “Ó, o caminhão de combustível tá indo pra onde?”, né? Aqui eu já vi o caminhão passar com correntão em cima. Logicamente esse correntão está indo pra onde? Isso aqui é proibido. Quer dizer, você vai usar isso aonde? Ter um ponto de fiscalização mesmo, direto, permanente. Né?

P: Até porque quando adentra, né, determina regiões da floresta fica até difícil depois de tirar, por exemplo, fazer a apreensão de maquinário ou de ferramentas, né?

Arthur: É, porque é igual, eles vêm... tá tendo muito assim, vai lá no garimpo, põe fogo na PC, põe fogo no maquinário, no avião. Mas é igual eu te falei, isso aí é uma... é muita gente envolvida. Eles vão lá e levanta aquilo tudo de novo. Uma PC não sei quanto tá agora. Era quatrocentos mil. Agora deve estar parte de um milhão. Pra quem mexe com isso é a mesma coisa de você falar: “Não, vou tirar aqui umas poucas...”, vamos supor que a pessoa ganha um salário. “Não, vou tirar aqui cem reais e vou comprar outra de novo ali, pronto”. Então é... e fora assim, eu entendo a posição de por fogo pra pessoa... pra inutilizar, mas teve um período que teve umas fiscalizações que eles pegavam aquilo e doava pra prefeitura, doava pra... apesar também que... o que que acontece? Entrega pra prefeitura, o prefeito se ele for... dependendo de quem for vai por lá na fazenda dele pra arrumar a terra dele. É igual a madeira que eu te falei, ele vai desviar a favor dele. Num certo ponto é melhor por fogo mesmo, deixa lá [risada]. Então tem um certo... mas assim, era prevenir. Se eles tivessem uma política de prevenção... constante! Não é vir aqui um helicóptero de vez em quando, igual sempre faz... isso aí já... acabaria com muitos dos problemas aqui.

P: Com certeza.

Arthur: Com certeza.

[Finalização da entrevista com algumas perguntas sigilosas]

P: Eu queria agradecer sua disponibilidade de me conceder essa entrevista!

## **5. ENTREVISTA MORADOR 5**

Arquivo 5 – Tempo de gravação: 1h 27 min e 25 seg

Realizada em 18 de fevereiro de 2025

Identificação: Carlos<sup>62</sup>, homem, nascido em São Félix do Xingu, mas morador em Redenção

P: Bom, a minha primeira pergunta ela diz respeito à atuação de militares na região, né? Das Forças Armadas. Eu queria saber, principalmente, em São Félix do Xingu, né, a gente sabe que houveram atuações de... o governo Bolsonaro teve GLOs, né, Garantias da Lei da Ordem e, pelo menos no que consta nos documentos que eu li, nos relatórios que eu li, houve atuação da Verde Brasil I e da Operação Samaúma, né? A Operação Verde Brasil I atuou mais pra prevenir e acabar com foco de incêndio, né? E posteriormente virou uma operação de combater crimes e a Samaúma foi mais uma operação para combater crime organizado. Então eu queria saber se você tem notícia, né, da presença desses militares, das forças armadas na região e o que que mudou, né, com a presença dessas pessoas. Se houve (mudança).

Carlos: Olha, curiosamente você vai tocar num assunto bem sensível, inclusive pra mim... estamos falando de GLO porque eu tive o desprazer de participar de uma como representante da prefeitura. Lá de São Félix do Xingu. Tá? Uma que atuou diretamente na região do Triunfo, tá? O que que acontece com isso? Na verdade essa força que a... essa GLO lá foi montada por Ibama, por ICMBio, porque há uma diferença de atuação do ICMBio pro Ibama. E o Ibama atua em determinada área e o ICMBio em determinada área. Por exemplo, lá no Xingu tem o Parque Nacional da Serra do Pardo, onde eu também participei não de GLO, mas de outras ações do Ministério Público Federal, porque lá tem uma comunidade ribeirinha nativa de lá,

---

<sup>62</sup> Nome alterado para que não ocorra identificação.

né? E lá é um parque, o Parque Nacional da Serra do Pardo, onde fica a comunidade de São Sebastião. Bom, mas voltando especificamente para a GLO, eu participei dessa como representante da prefeitura e na época eu... ficou em meu poder de responsabilidade, na minha supervisão mais de seis mil cabeças de gado de boi. E isso, causou na verdade um prejuízo muito grande pro município, que já não tinha dinheiro, e teve que dispor de rios de dinheiro pra transportar seis mil e tantas cabeças de gado e alugar fazendas fora da área do Triunfo porque não poderia ficar lá dentro porque o gado tinha sido apreendido lá dentro. Ibama, ICMBio, Exército, Força Nacional, Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal. Eles participaram dessa GLO. A questão do Xingu, de São Félix especificamente, porque o Xingu é muito extenso e nós estamos ali no médio Xingu que é onde está São Félix, é na verdade um município gigantesco, né? Então, por exemplo, você tem local que da sede do município você vai ter que viajar trezentos quilômetros pra chegar na próxima...na vila. Você percebe... você vai fazer divisa com a Transamazônica. Quer dizer, é uma coisa gigantesca, fora do contexto. Então se você pensar em controle disso é zero, né? Não há nenhuma possibilidade de você pensar isso sobre todas as formas. Todos os dizeres. Bom, o que que essa situação dessa GLO trouxe? Pra região especificamente, né? Garantia para o latifundiário. Porque pro pequeno não sobra muita coisa. O pequeno sobra porrete, né? Você não... não sei se você se lembra quando o Bolsonaro se elegeu, aquele cara que veio depois a assumir o Incra, o Nabhan, disse: “Olha, a gente precisa de um governo que não nos atrapalhe”, não é isso? Ou seja, “Deixa a gente correr... passar a boiada!”. E nessa boiada que entra essa questão dessas ações isoladas. Por quê? A questão do Triunfo, tanto tem uma questão incendiária, que eles tocam fogo mesmo não adianta, tá? Fazendeiro toca, são eles quem tocam fogo e culpa a, supostamente, pessoas vizinhas, pelo menos quando são pequenos, né? Isso é prática cotidiana, anual deles fazer isso na imaginação de que isso vai melhorar a pastagem. E o fogo na Amazônia é descontrolado. A ideia de que a Amazônia pega fogo é mentirosa, todo mundo sabe disso, né? E eu sou amazônico, nasci aqui, não tenho o menor constrangimento de dizer que essa é uma fala sem sentido, né? Sem o menor conhecimento. Então, os impactos disso tudo, na verdade, você tem um trânsito dentro... mesmo você sabendo que é uma área de proteção ambiental, a Xingu, a APA do Triunfo, né? Porque ela é gigantesca. É maior do que muitos municípios que você pensar, a APA do Xingu, a APA do Triunfo, né? Então você tem uma questão que implica transporte, esse direito de ir e vir porque lá dentro não só tem gente grande, lá dentro também tem colonos, tem pequenos, tem agricultura familiar, tem... Você tem que entrar na agricultura familiar. Tem PA do Incra, né? Agora como você imagina PA do Incra dentro de uma área de proteção ambiental? As pessoas vão viver de quê? Que aí você está limitado na questão da própria produção, você

derrubar pra plantar sua roça, enfim, tal, tal e isso sucessivamente, né? Dentro lá tem tudo isso. Tem desde o latifundiário, né, que tem documento e o latifundiário invasor que é a maioria. A grande maioria, né? Eu tenho um amigo lá, um colega que ele foi até vereador no Xingu e ele tem uma terra na beira do rio Xingu de frente a região da Pedra Preta. E é uma região muito minada por grandes fazendas. Estou falando grandes fazendas, inclusive do ex-prefeito, desde do atual deputado Povinho que é um dos maiores latifundiários daquela região lá, né? [Inaudível] e fica por isso mesmo. Tem inquérito federais aí terríveis, né, contando tudo disso. Bom, e aí um dia a gente foi lá pescar lá na Terra Preta, né? Eu gostava na época de pescar, hoje não pesco mais, eu prefiro comprar que fica mais barato, né? E a gente foi pescar e aí a gente começou a ouvir um barulho lá no fundo do... lá no início do sítio, lá da casa [inaudível] o rio da casa, do sítio e ele foi lá ver o que que era. Quando ele olhou, o cara virou pra ele já com a espingarda [inaudível] pra ele, com o rifle, né? O que que aconteceu, lá é uma região que ela é habitada a mais de cinquenta anos, sessenta anos, lá tu vai encontrar pessoas, cinquenta, sessenta anos, que nasceram lá. De repente apareceu um grande latifundiário do sul do Pará, que é dono de concessionárias de veículos, inclusive aqui em Redenção e lá em São Félix do Xingu, né? E ele apareceu com o título misterioso datado de 1964 pra desocupar as pessoas que estavam lá há cinquenta anos, sessenta anos. Quer dizer, não tem cabimento nenhum você me dizer que esse título é verdadeiro. Ele não pode ter ficado guardado.

P: E isso foi quando Carlos?

Carlos: Ah, 2009, 2010, 2008... não, o imbróglio tá até hoje. Alguns eles conseguiram tirar, outros não. Outros continua lá resistindo, já morreram... morreram aqueles três lá que cuidava... ativista, né? O pai e a esposa e a filha que mataram, acharam, enfim... foi [inaudível] durante o governo Bolsonaro, salve engano meu. E isso vem se repetindo porque o tempo pra essa gente não é o tempo igual o nosso, de imediato. Ah, nós vamos marcar as dez horas em ponto. O tempo para eles pode levar meses, anos. Então isso tem impactado muito na vida das pessoas porque na verdade a GLO do Bolsonaro foi muito... aconteceram algumas vezes no sul do Pará ou no estado do Pará, né? E isso também vem de um efeito intimidatório, né? Um efeito intimidatório muito grande, né, quanto a isso. Porque hoje pra você ter uma ideia, São Félix do Xingu, que é um município gigantesco, não tem mais invasão. Você não ouve falar em invasão de terra mais no Xingu porque a ordem, via de regra, é aquela de acabar. MST tem que estar preso. Já dizia o Bolsonaro, né? Tem que tá preso, porque se não, né? Vai estourar.

P: Essas GLOs... como é que eram essas atuações dessas GLOs? Porque você comentou que eram intimidadoras, né? Então que tipo de atuação que eles faziam?

Carlos: Sim, parecem amigáveis, né? No fundo, no fundo são todo formado por pessoal extremamente da direita, que defende arma e defende tudo, né? E isso ficou muito comum porque, na verdade, a ideia de que: “Ah, prender um revólver...”. Tá, mas você deixa a boiada passar do outro lado, né? Então esse direito desse proprietário com... a questão é: “Ah, mas o produtor rural seja ele pequeno, médio ou grande ele pode comprar arma e ter registrada”. Tá, mas uma coisa é você pensar um cara que é podre de rico e tem acesso a tudo, inclusive vai limpar o nome dele, de tudo que ele fez. Outra coisa é você pensar o colono que mal sabe ler pra comprar uma espingarda. [Inaudível] fazer é tomar a espingarda dele. Ele não vai ter como nunca comprar aquilo registrado. Então o exército é Davi contra Goliás. Tá? Quer dizer, pra uns pode, pra outros não. Nesse sentido, poder financeiro, né? Porque quem já tem, a ideia é de querer ter mais. Quem não tem, ele vai se sacrificar naquela vidinha medíocre aí, sabe Deus até quando? Né? Do ponto financeiro, né? Então isso dificulta sim, isso intimida... é muito intimidatório, sabe? O poder é intimidador. Eu não faço, eu mando. Tá? E aí o “mando fazer”, ele é muito complicado você saber responsabilizar quem mandou. Isso, a prova, são todos os crimes que acontecem, principalmente aqui no sul do Pará. Por exemplo, é muito difícil você achar os mandantes, né? Até hoje ainda tem... do assassinato de de Dhoroty Satang, né? Então assim, se você for pensar nisso aí pra eles, é muito mais fácil eles se desfazerem de tudo isso, que de uma pessoa qualquer. Então é muito complexo. Isso é muito intimidador. Né? Isso leva resistência, isso leva a desestímulo, né? Isso põe fim aos ideais pretendidos por cada um. Né? Porque quem tem ideal, não é só ter uma fazenda chique que pousa jatinho e tal, tal. Nós não estamos falando só disso, né? O ideal é ter um sítio, criar uma família, de viver, de produzir o cacau, de ter a sua carne, o seu porco, enfim, tudo... essa coisa toda, né? E aí é incomparável com o poder de quem pode comprar e pagar, né?

P: E no que diz respeito a atuação dessas GLOs no combate de incêndio. Houve (atuação)? Foi efetivo?

Carlos: Olha, foi o que menos aconteceu. Na verdade, eles criaram uma situação de brigadas de incêndio que ela era só pra inglês ver. Tá? Então, o Ibama... é muito burocrático você ter acesso a esse desfecho total de apoio pra incêndio. Porque aí cada município cria a brigada. Beleza, mas a pessoa tem que pagar essa pessoa. As pessoas não são voluntárias. Ninguém vai largar a

sua vida do dia a dia pra ir se colocar no risco, até de morrer mesmo, nessas queimadas, né, sem você ganhar nada. Então, normalmente, são pessoas que fizeram aqueles cursinhos básicos de combate a incêndio, de bombeiro civil, normalmente se recruta via... nessa condição de bombeiro civil. Beleza? Então, em geral, mas é muito complicado e os recursos em si, eles são insignificantes, porque não adianta tu mandar dinheiro pra pagar o salário de uma pessoa que é mísero, um salário mínimo pra aquilo. Sem apoio, sem nada. Aí tu manda aí um dinheiro pra comprar uma foice, um martelo e uma enxada. Isso não vai resolver. Não vai resolver, tá? Porque nós estamos falando de incêndios de grandes proporções. E olha só que [inaudível]. E lá no Xingu, até um ano atrás, não tinha Corpo de Bombeiro... unidade de Corpo de Bombeiro. Quando se precisava, né? Porque eu fiquei [inaudível] da defesa civil, tá? O local lá a gente tinha que acionar, por exemplo, bombeiro de Redenção, bombeiro de Marabá ou bombeiro de Belém dependendo da situação, né? Agora não, tem a unidadezinha lá, pequenininha, mas tem. Pelo menos, vamos dizer, tem. Você tem aquilo lá, né? Antes não tinha. Então, na verdade, esse combate ao incêndio, ele é bem complexo de você compreender, porque, de fato, são surte efeito. Porque uma coisa é certa, Luíza e Matheus, o fogo quando pega na Amazônia aqui, meu irmão, não sobra nada. É incombustível.

P: Não tem como combater...

Carlos: Então, é muito complicado. Então não é prevenção porque é iniciado por eles próprios. Por quem quer incendiar, né? O incêndio é provocado. Ele não é meramente um acidente, né? Uma linha de transmissão. Seja lá o que for. Foi provocado...

P: [Faz menção a realizar uma pergunta]

Carlos: Tá, pode falar.

P: Não, pode continuar.

Carlos: Não, não.

P: Eu só ia perguntar... é porque você, na sua fala, você mencionou um assassinato que houve, né, no período. Esse assassinato que você tá mencionando é do Zé do Lago?

Carlos: Eu não me recordo o nome, mas eu vou dar uma olhada.

P: Tá.

Carlos: De quem foi. Na verdade, assassinado por questões agrárias aqui é bem comum ainda. Né? São assassinatos que estão na mídia, são assassinatos que não estão na mídia.

P: Tá.

Carlos: É isso, tem isso. Tem coisa... a morte da Stang todo mundo viu, né? Você viu aquele casal de ativistas lá, castanheiros que o mundo viu, né? Que foram mortos os dois. Você viu esses três últimos, último entre aspas, famosos que foram mortos do Xingu, né? É, mas você não ouviu falar dos assassinatos por questões agrárias lá na região, por exemplo, da lindoeste da sudoeste. Lá no Xingu, inclusive, teve um vereador antes do governo Bolsonaro que foi assassinado por questões agrárias. Por questões rurais. Por conta de uma estrada, né? E até hoje, vinte e poucos anos depois, nunca se conseguiram estabelecer um assentamento na fazenda que virou pro Incra. Ninguém sabe as razões porque isso até hoje vive. São defesas, são, digamos, recursos que não tem fim. São recursos que não tem fim pra justiça. Aí vai mudando de novo, mudando de novo, [inaudível].

P: Aham. Você mencionou essa questão agrária, né? Desses conflitos agrários... eu queria entender, Carlos, se... qual é a sua percepção desses conflitos ao longo do governo Bolsonaro. Se você acredita que continua a mesma coisa, se houve um aumento ou uma diminuição, como é que você vê... tem essa percepção?

Carlos: Na verdade, a coisa quando ela se [inaudível], meio costumeira, meio que cotidiana, é... dificilmente você retornar a uma mentalidade anterior, né? A gente não pode esquecer que essa ideologia bolsonarista aí, ela não vai se acabar tão fácil, né? Ela não vai por fim facilmente a isso, né? E o Brasil está longe de ter uma revolução cultural pra por fim a isso aí. Né? Eu nem acredito que isso aconteça. Né? Bem, na verdade esses conflitos eles continuam. Lá no Xingu, talvez, realmente, seja uma batalha um pouco diferenciada de outros municípios, por conta das áreas de TI, as terras indígenas. Então você tem lá no Xingu, por exemplo, uma comunidade, uma ligação mais forte... porque tem áreas indígenas que não têm tanta ligação com a sede, mas você tem áreas indígenas que têm uma certa ligação com o poder público maior. É o caso

da Kayapó, né? Desse médio Xingu que faz divisa com Mato Grosso. E você tem os Paracanã, né? Os Paracanã. E os Paracanã, eles são o da famosa TI Apyterewa, né? Que é esse conflito que eu te falei que, lá nos anos setenta, o José Martins se referiu a um conflito de São Francisco. É lá, nessa situação. Que lá tinha uma vila ordinária que chamava São Francisco. O que acontece, que essa situação lá, ela foi um assentamento do Incra. Só que antes chamava GETAT e [inaudível] quem comandava o GETAT, naquela época, quem fez essa obra que está até hoje nesse imbróglgio todo. O coronel Curió. Sebastião Curió que era cunhado do Figueiredo. Então ele implantou. Ele colocou aquele assentamento legal do GETAT dentro de uma área indígena. Somente, aí sabe alguns anos depois, que tiraram. Acontece que o governo mesmo tirou essas pessoas de lá. Porque lá é um uma área que, segundo o supremo, não quer mais... não pode mais haver conflito, tá? Porque já foi tirado, já foi feito a retirada de todo mundo, né? Então o que que acontece com isso? Com essa situação toda lá? Eles... as pessoas continuam achando... o grande... voltando... o grande problema... que o problema lá não é com o pequeno, não é com colono, não é com familiar porque eles todos foram recolhidos por um assentamento chamado Belauto hoje. Que era uma fazenda pertencente aquele traficante, Leonel Leonardo Mendonça, que ficou pro Incra e o Incra transformou essa fazenda aí no PA que chama Belauto. Constituiu pra lá. Quem que estava dentro são os latifundiários. A gente tem mil alqueires, dois mil alqueires, três mil alqueires, quatro mil alqueires, tá entendendo? Nós não estamos falando de colono sem terra, nós não estamos falando de MST. É só milícia. É só milícia. Quer dizer, é gente armada. É tanto que eles metralharam o carro da PRF lá. Pra você ter uma ideia, né? Então isso é bem complexo. Então, o Xingu, ele tem muito essas disputas dessa forma, a qualquer custo pra entrar em área indígena, né? Mas na Apyterewa, eles... nos Parakanãs, eles são mais fáceis de entrar. Porque os Parakanãs são menos, digamos, entre aspas, valente. Vamos dizer assim, né? [risada]. Não é famoso pela valentia, né? Pela brabeza mesmo, né? Não... deixa a briga de lado, né?

P: E assim Carlos, você comentou aí dessa questão dessas milícias. Como vocês veem, o que que vocês entendem, né, por milícia aí na região?

Carlos: Olha, você tem aqui uma situação... tem muitas empresas de segurança armada. Isso é milícia, né? Muitas empresas de segurança armada. Que elas são especializadas em fazer desocupação de áreas rurais. Então é aquela coisa... é aquela... você está tirando a força. Não é por ordem judicial. É a justiça deles. Então: “Nós vamos fazer mesmo porque eu tenho milhões e tal de cabeça de gado e tal, tudo”. O que que acontece com isso? Eu... é muito simples

eu limpar... o termo usado aqui é limpar. Limpar a área, tá? Limpar... quando você ouvir limpar a área, é retirar na marra quem tá dentro, seja por tiro, seja por morte, seja por alguma coisa, né? Então, essas empresas de segurança armada, se você for dar uma olhada, todas essas fazendas grandes têm. Se você for ver uma Santa Bárbara é tudo segurança armada e pesada. Armas que talvez a polícia nem tenha, sabe? Então tudo isso [inaudível] do processo predatório de chega pra lá mesmo. Dá um [inaudível] e acabou. Dali a pouco a pessoa morre, desaparece e ficou por isso mesmo.

P: Aham, e essas empresas de segurança, Carlos, você sabe se participam dela, né, constituem elas policiais ou ex-policiais?

Carlos: Na maioria. O caso, por exemplo, da Santa Lúcia que é um caso aqui bem próximo onde eu estou, daqui a uns vinte e cinco quilômetros, né? Que é em Pau D'arco. Pau D'arco é, digamos, um bairro aqui de Redenção, né? Ele dividiu o município e a Santa Lúcia fica lá. Ocorre que a história da Santa Lúcia é muito mais complexa do que você possa imaginar. Eu era menino, né? Eu tinha uma irmã que o esposo trabalhava lá, que era uma serraria, chamava Marajoara, que tem uma trilha que chama Marajoara, e a gente quando era moleque ia pra lá pra passar as férias, né? Fica um tempo lá. Então é muito antigo. Que que acontece? Aquilo tudo foi produto de invasão. De invasão da parte de grilagem de latifúndio. Né? O que que aconteceu? A serraria acabou, porque acabou a madeira, não existe mais madeira no Sul do Pará, você não tem mais móvel, você não tem mais nada, né? Hoje nem forro de madeira não faz mais, [inaudível] disso, não tem. Não acha mais. E o que que ocorre com essa situação toda? A Santa Lúcia foi um exemplo desse, desse confronto. Todos os envolvidos no confronto que foram identificados não eram ex-policiais, eram policiais da ativa. E tudo conhecido [risada]. E tudo conhecido aqui. Gente que você vê que você não imagina que comete aquele tipo de coisa, né? [inaudível] morreram. Enfim, todos policiais. Então aqui é uma é uma prática bem comum policiais da ativa, ex-policiais fazerem esse serviço de segurança, de limpeza, sabe? Dessas fazendas.

P: Não, certinho Carlos. E aí, eu queria entender agora... se você consegue me ajudar a compreender mesmo. Eu entendo perfeitamente, Carlos, que assim, esses conflitos, né, não são de agora, né? Como você bem falou, são conflitos que têm... que acontecem já há muitos anos, há a sessenta anos, como você disse, então...

Carlos: Muitos anos!

P: Então assim, são problemas complexos, né? Que a gente sabe que não vai ser resolvido agora, que não foi resolvido no passado, enfim e que, né? Que são conflitos complexos e que, provavelmente, infelizmente, vão se arrastar por um tempo, né? Não existe uma solução fácil pra isso por causa da própria complexidade que envolve políticos, polícia, enfim, né? Grandes fazendeiros e o que eu queria entender, assim, é se você acredita que nesse período, especificamente do governo Bolsonaro, se houve um aumento da atuação, por exemplo, desses grupos ou se você sente que houve ou não um incentivo mesmo pra atuação, sabe? Talvez não aumentou, continuou, mas eles ficaram menos desinibidos pra atuar, eu queria entender a sua percepção. Se houvesse isso, se não houve, se continua a mesma coisa.

Carlos: Até agora, do governo Bolsonaro pra cá, no governo do Lula, não mudou muita coisa. É com relação a essa frente de combate esse tipo de violência, né? É bom dizer que a gente, mesmo sendo uma pessoa que votou no Lula, enfim tudo, é bom deixar claro que não houve ainda uma política que impactasse isso aí, né? Não sei por que razão, mas não houve ainda e a gente precisa ser... ter o pé no chão pra dizer isso. Na verdade, volta a ideia de passar a boiada, né? A ideia, o tom de passar a boiada, né? Do Ricardo Salles, né? Ele perdura até hoje e continua, né? Então, o que que acontece com essa situação toda? Na verdade, acabou se institucionalizando esse serviço de milícia. Seja através de empresas de segurança, seja através da regularização da posse de arma, da autorização, né, disso aí, e seja através mesmo da ação policial, que ela é mais contundente, né? Essa polícia, em vez de defender a maioria, ela defende a minoria, ou seja, a unicidade de um proprietário, né? Ele tem dinheiro, ele tem, ele pode fazer isso. É dele. Né? O resto não tem direito a isso. Mesmo sabendo que aquele título, ele é um título fajuto, um título falso. Que foi o que mais aconteceu aqui no estado do Pará, né? Na Amazônia toda, né?

P: É. Na Amazônia toda. Uhum.

Carlos: Na Amazônia toda. Porque se você for buscar título falso na Amazônia inteira, é todo originário de falsidade documental mesmo, né? Enfim, tudo isso... mas eu acho que a minha percepção é que, o que houve foi mesmo a questão do aumento significativo disso, né? E as pessoas hoje, é bom dizer, que esse rescaldo dessa milícia, dessa autorização de andar armado, isso não intimida as pessoas de andar com revólver na cintura [inaudível], uma pistola. Né?

Então, meio que um território sem lei mesmo, né? É comum você se deparar com pessoas com revólver na cintura, ou aqui no banco do carro aqui, né? Entre as pernas, é uma coisa, na... aqui na porta do carro, isso é comum! Então tornou-se uma situação cotidiana.

P: Cotidiana...

Carlos: Isso. Porque isso empoderou essas pessoas. Né? A fazer atrocidade, a cometer atrocidade. A arrancar o revólver, atirar, às vezes numa briga assim.. porque não é tão simples uma discussão. “Não, porque ele já tinha um probleminha” tal, tal, tal... Então, quer dizer, as milícias funcionam dessa forma também, né? Então elas passam mesmo, elas vão mesmo pra cima e não vai acabar por tão certo porque já virou meio que um vício, né? É um vício, né? Pena que a gente e as pessoas não... a juventude, pelo menos, não sabe muito o que seria lá do... que provocou o golpe de sessenta e quatro, né? Do Jango, a política de reforma de base do Jango, né? Por exemplo, se tivesse prevalecido as reformas de base dele, muito provavelmente o Brasil não estava retalhado em grandes latifúndios como eram as capitânicas hereditárias. Eu brinco sempre que a gente ainda continua sendo capitania hereditária. Né? A diferença é que elas aumentaram. Né? Elas aumentaram. Né? Pra você ter ideia, lá no Xingu, dentro da APA do Triunfo, tem uma fazenda Santa Bárbara que é maior do que muitos municípios no Brasil. A gente tá falando de município grande, não é de município pequeno não. Fazendas que você anda horas de carro aí, onde só passa o carro deles.

P: Eu acho que a gente não tem muito noção disso, né Carlos? Assim, do quão grande são esses territórios, né?

Carlos: Em tamanho mesmo, territorial, é terrível, né? Eu fazia parte da Defesa Civil lá do município... que fui eu quem inclusive criei a Defesa Civil lá no município de São Félix do Xingu, na época 2009 e acabei ficando meio que também como orientador deles todos, né? Porque a gente acabou estudando muito sobre essa questão... que isso é uma questão social, né? Eu, como assistente social, acabei exercendo muito essa condição lá. Né? Então, eu rodei aquele município todo, sabe? De fora a fora. Eu... de aldeias indígenas a tudo. Eu conheço tudo. A serra do Pardo, eu conheço tudo. Então tinha local que a gente tinha que ir de avião porque era quatrocentos quilômetros de distância. E se eu fosse de carro, na estrada de chão, ia gastar no mínimo dois dias pra chegar lá. Entendeu? A gente não tem tempo pra fazer isso. Pista clandestina é o que mais tem [risada].

P: Sim.

Carlos: Então, é meio que um paraíso sem lei [risada].

P: Nossa, é muito difícil. E assim, pensando agora em questão de atuação de instituições, né? Como você bem falou, Ibama, Funai, ICMBio... durante o governo Bolsonaro como foi a atuação dessas instituições na região, principalmente... assim, eu questiono porque a gente sabe, né? Que houveram algumas questões, várias lideranças desses órgãos, né? Altos cargos... pessoas de altos cargos foram exonerada e foram colocados militares, né? Nessas instituições. Como é que foi a atuação? como foi isso, né? Houve algum impacto? Houve alguma alteração? Como foi?

Carlos: Na verdade, o que ocorreu com esses órgão, os ambientais do tipo Ibama e ICMBio e tanto órgãos ambientais do estado... porque uma coisa... o poder de alcance de um órgão ambiental do estado é uma coisa, outra coisa é um federal. Né? O poder de polícia em si é muito diferenciado, né? Deles. Para essa situação. Então, o que que... qual é a tarefa principal deles? Do governo Bolsonaro? Sucatear. E eu tenho muitas formas de sucatear essas instituições. Eu vou com ataque direto. É um ataque direto, tá? Eu vou sucatear isso através de: cortar recursos, vou contingenciar recurso desses... orçamentários pra esses órgãos. Que sem eles, eles não conseguem sobreviver. Eu vou limitar a condição de multa, porque as multas você percebe... a percepção que você tem é que no governo Bolsonaro nunca se recebeu nenhuma multa por questões agrárias. E eles vão acabar, a justiça vai acabar inocentando. Foi o que eu te falei, eu tive uma época lá na GLO seis mil e setecentos gado, cabeça de boi na minha responsabilidade pela prefeitura, né? E o que que foi que aconteceu com isso? Depois, esse gado, nós fomos obrigados a devolver todo. Porque a gente pensava em fazer um grande leilão pra mudar alguma coisa. Tivemos que devolver cabeça por cabeça. Né? Pros proprietários, né?

P: Pros proprietários... Uhum.

Carlos: E isso tudo vem de juiz federal.

P: E esse gado foi apreensão, né? No caso.

Carlos: Apreensão, apreensão pelo ICMBio e pelo Ibama. Né? E pela própria polícia federal. E pelo próprio exército. Mas eles foram devolvidos. É aquela coisa, pro forma. Eles foram para cumprir uma determinada ação, mas sabendo que aquilo ia se ser desfeito. Aquilo era o que todo mundo falava nos bastidores, né? Sabendo que aquilo tudo ia ser desfeito, né? Então o que que acontece com essa situação? Essas ações de GLO nem sempre surte efeito necessário que precisa. Enquanto pra uns eles tem um efeito, aquilo parece que já é um jogo de carta marcada. Né? Porque o juiz federal, do nada ele surge, o juiz federal da décima, sétima, quarta vara e péi, tá! Tira! Acabou! Acabou! O assunto encerrou! A gente sabe de bastidor: “Ô, o cara pagou um milhão, pagou setecentos mil, pagou isso e aquilo outro”. Né? Nos bastidores. Então esse sucateamento provocou tudo isso por quê? Com a garantia da própria justiça. A justiça garantia esse sucateamento. A justiça negava o direito de um salário digno para esses trabalhadores. A Justiça negava o direito de restituir esse orçamento original. Porque não se trata de política de estado, né? É de governo. E dito isso, lamentavelmente, eles fazem frente a uma política de governo, não uma política de estado. Né? Não é cidadão. Né? Daí eles, facilmente, vão ser... vai mudar esse quadro, né? Então o que que ocorre com essa situação? Esse sucateamento, ele atingiu, inclusive, outras... porque você tem, por exemplo, no próprio meio rural, né? As instituições... tipo Emater. Emater, o estado que tá lá hoje... eu vou te mandar uma fotografia, hoje ou amanhã, aonde funciona a Emater aqui na minha cidade, que é um município... uma cidade de cem mil habitantes... eu estou em um estado de cem mil habitantes... e você vai ficar com vergonha de onde funciona a Emater. [Inaudível] tudo sucateado. Tudo que vem pra beneficiar a agricultura familiar, do pequeno e produtor rural, eles foram quase que dizimados. Né? Então você tem esse exemplo claro da Emater aqui no Pará. É um caso desse. Ideflor... quer dizer, estão todos sucateados, na verdade. Né? [Inaudível] ambiental, tudo sucateado, né? E não adianta você fazer muita coisa porque você percebe que voltou... a gente retomou um governo, teoricamente, cidadão, né? Do Lula e a gente tem aí uma Marina Silva, mas atada... se discute grandes questões, né? Não se discute as pequenas questões.

P: Uhum. Perfeito. Uhum, sim.

Carlos: Discuto o efeito climático, mas eu não discuto as condições dessa agricultura familiar.

P: Uhum. Com certeza.

Carlos: Né?

P: Uhum.

Carlos: Isso é ambíguo, né? Porque nós estamos falando de um ministério poderoso e de um Ibama que poderia ser utilizado. Você tem uma questão, por exemplo é... quando o Ibama, o ICMBio vem cá aprender aqueles equipamentos, máquina, tal, tal... quando eles não toca fogo [inaudível] de garimpo, não se preocupa em pensar e passar pra agricultura familiar. O que que eles fazem? Lá no Xingu, por exemplo, todos os prefeitos que assumem são mega fazendeiros, latifundiários e aí o Ibama: “Ah, prendeu oito, dez máquinas, não sei o que, tal, tal, tal...” Põe lá no pátio, no canteiro de obras. Aquilo fica apodrecendo até que a justiça manda devolver pro dono. Mas os prefeitos não tocam naquilo. Os donos podia ver. Tem porteira aberta pra eles entrarem e ver o equipamento deles. Porque eles sabem que a justiça vai devolver pra eles.

P: Que vai voltar.

Carlos: Vai voltar pra eles. E pronto. Quer dizer...

P: Entendi.

Carlos: Então esse sucateamento todo ele, na verdade, foi de forma ordenada. Ele não foi desordenado. “Ah, eu vou bloquear o Ibama aqui”. Não, não se trata disso. Eu bloqueei a... todas as ações em todos os sentidos. Até mesmo [inaudível] o judicial. Né? Lamentável isso aqui, né? Isso é comum, muito comum. Muito comum.

P: Sim, lamentável mesmo. O que eu queria saber agora é que: a gente conversou sobre as milícias, né? E a atuação desses grupos, Carlos, na região, se dá majoritariamente por contratação dos grandes fazendeiros ou eles fazem alguma atuação pra outros outros grupos?

Carlos: Na verdade, o estado do Pará ainda tem esse domínio... tem dois domínio econômico aqui grande: ou é mineral ou ele é do agro. Então nós não temos outros tipos de indústrias, né? Que façam frente a essas duas ações. Nós temos um domínio agro e temos um domínio mineral aqui no Pará, né? Então isso é bem complexo, porque você... do lado ou do outro. E, normalmente, os dois andam juntos. Certo?

P: Sim, com certeza.

Carlos: Os interesses podem acabar sendo os mesmos.

P: Os mesmos, justamente.

Carlos: [Inaudível] vezes, obviamente, né? Então eles podem acabar... eles andam juntos. Então o que ocorre, na verdade, é que isso... eu acho que eu me perdi um pouco na resposta.

P: É porque eu acredito que você estava falando que... bom, aí atuam mais fazendeiros e a questão mineral, então garimpo, né? E que os interesses podem ser muito parecidos.

Carlos: Pois é, mas a tua pergunta... eu acho que eu me embolei na tua pergunta.

P: Não, a minha pergunta foi justamente essa, né? Se as milícias, né? Esses grupos de segurança privada, armada, se eles atuam só pra grandes fazendeiros ou pra outros grupos.

Carlos: Não, eles atuam pra grandes fazendeiros e... pra fazendeiros e para, também, mineradoras. Se tudo isso que você for pensar... colocar a mineradora também, esse impacto pro pequeno é muito grande. Se você for olhar a Vale, ninguém... não há mais colono em torno da Vale porque eles compram na marra as propriedades. E aquilo tudo é vigiado por segurança armada, são milícias, não tem como. Sabe? As mineradoras, elas disputam palmo a palmo esses grupos milicianos. No estado do Pará todo. Porque o Pará é uma província mineral. Mesmo sabendo que a gente tá muito próximo aqui do Carajás, que é a maior, mas o Pará inteiro aonde você cavar você vai achar algum tipo de minério, alguma coisa. Né?

P: Sim.

Carlos: Então, mas essa... a gente tá meio que acostumado. Olha, aqui é muito comum... eu vou amanhã ou depois no Xingu e se eu passar por uma situação dessa eu vou tentar fotografar ou filmar pra te mostrar. São caminhões de... que vêm com minério, que não é da Vale, não é de grandes empresas, são desses que ficam aventurando na terra de um e de outro aí e eles vêm com um caminhão só com dois carros com segurança armada, de grosso calibre. As vezes é cafeterita, é não sei o que, não sei o que... Aquele caminhão gigantesco e na frente vai um

batedor e atrás vem outro batedor. Mas na verdade não são batedores de trânsito. Eles são polícia, eles são seguranças armadas, desce do carro tudo fardado, como se fosse polícia. Mas na verdade são seguranças armadas.

P: Hum. Perfeito. Uhum. Entendi perfeitamente.

Carlos: Se acontecer isso de passar, eu vou te mandar a foto pra você. Eu filmo para você ter uma ideia. Isso é comum [inaudível], né? É muito comum, muito comum, muito comum. Né?

P: Inclusive, é... assim, não sei... pelo menos pelas pesquisas que eu tenho feito, né? Inclusive, teve um caso de extração de minério de ouro, né? De garimpo nas terras Kayapó, né? Em que houve, inclusive, a atuação de milícias. Foram presos policiais lá...

Carlos: Sim, essa região aí ela é uma região chamada Rio Branco. Rio Branco... teve uma vila famosa... eu tô tentando lembrar o nome aqui dela, mas me falhou agora o nome dessa vila, mas Rio Branco é um rio, tá? Que ele deságua no Rio Fresco. Ele é um rio pequeno, vamos dizer um córrego, mas um córrego de um porte bom. Esse tá dentro das terras Kayapó, tá? Então acabaram com o Rio Branco já, não existe mais nada do Rio Branco. Foi onde houve incêndio agora da polícia de muitos equipamentos, né? O Rio Branco é famoso desde que eu me entendo por gente eu... garimpo do Cuca, né? Ele vai tá no final, na morte do Rio Branco caindo no Rio Fresco. Aí o Rio Fresco [inaudível] no Xingu. Que tão tudo contaminado já também. [Inaudível] do Xingu. O resto virou rio de lama e azougue, né? Azougue é o Mercúrio, né?

P: Ah sim.

Carlos: Que a gente chama aqui no popular é azougue.

P: Azougue?

Carlos: É.

P: Perfeito.

Carlos: Tem muito isso aqui. Agora esse pessoal que vive de garimpagem mesmo, a segurança deles, ela é clandestina mesmo. Ela não vem como essas empresas que contratam empresas legais, né? Mesmo a gente sabendo que são milícias, mas são empresas que são totalmente legalizadas, né? Então eles militam um caminho legalizado, mesmo sabendo que é... a gente compreendendo que aquilo não é... não é necessário pra própria humanidade, mas... então de forma legalizada. Isso foi facilitado muito no governo do Bolsonaro. Essa legalização de [inaudível], né? Esse centro de treinamento, né? De tiro, essa coisa tudo. Pra você ter ideia lá em... no Xingu tem o clube do tiro.

P: É, não...

Carlos: Eles fizeram um clube do tiro.

P: Não, essa questão do acesso às armas, né? Foi... não só aí, inclusive aqui, né? Sou... acho que eu nem falei isso, né, no início, mas você já sabe, né? Eu sou daqui de Goiânia, né? Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da UFG, eu esqueci de falar isso pra você no início, e aqui em Goiás a gente também viu assim um aumento gigantesco de clubes de tiro...

Carlos: É, o Caiado é o pai disso no Goiás, né? [risada]

P: Não tem nem muito o que falar, né Carlos [risada].

Carlos: O Caiado é o retrato disso tudo, né? No fundo, no fundo ele vai tá lá, a carinha dele, né? E um detalhe que eu vou te falar aqui, o Caiado tem fazendas aqui na região, tá?

P: Aí na região?

Carlos: Tem, tem fazendas e é famoso. Eu me lembro aqui uma casa que tinha a UDR aqui quando era [inaudível], há uns trinta anos, quarenta anos... que o Caiado foi, acho que, um dos fundadores da UDR do Brasil, né? Se você for pegar lá na gênese tá o Caiado já, né? É, não só ele como a família dele toda, né? Porque eles são todos originários do agro mesmo, né? Vamos dizer assim, né?

P: São. Sim.

Carlos: Da valentia, né? Do escravo, né? Da escravidão, né? Tão nessa parte. Ele responde, inclusive, alguns processos aí por escravidão, né? É governador [risada].

P: E vai concorrer à presidência.

Carlos: E vai concorrer à presidência. E tem gente que vota, curiosamente [risada].

P: Sim, curiosamente. Ai, Carlos, perfeito. Nossa, eu assim, tô impressionada com o tanto que você conhece da região. Nossa, tô até... nem sei mais o que te perguntar porque você já falou muito sobre o...

[O entrevistado começa a conversar sobre a pessoa que o indicou para a entrevista. Essa parte foi ocultada por questões de sigilo].

P: A última pergunta, assim, que eu quero fazer é se você acredita que essa atuação desses militares na região, né? Incentivou de alguma forma, facilitou, se tem alguma relação com a atuação desses grupos, dessas milícias que atuam, sabe? Se você consegue enxergar... mesmo que indiretamente, não precisa ser uma... um impacto direto, mas indireto mesmo. Ainda mais você que participou, né, da atuação das GLOs na região, queria saber mais ou então que você falasse mais sobre como foi essa GLO, se você tem mais alguma coisa pra falar sobre isso, que muito me interessa.

Carlos: Olha, essa questão ela funcionou como empoderamento, como espelho. Né? Pra quem tá assistindo ou pra quem tá vivenciando. É, porque uma coisa é eu assisti de camarote, outra coisa é eu viver aquilo, né? Ou... eu tenho duas condições pra viver aquilo. Ou eu sou a vítima ou eu sou a justiça ou eu sou a milícia. Né? Isso de alguma forma empoderou sim. Muito, muito, muito, muito, porque a partir do pressuposto dessa liberação de armas, né? Essa situação, isso também... eu vou te mandar daqui a pouco um textozinho de matéria, eu achei muito interessante, eu vou te mandar porque não é aqui na minha região, é um pouco mais longe, mas que também não é diferente a briga pela posse da terra daqui. Tá? E onde essas questões... você vai ver essa milícia um pouco mais representada nesse texto que eu vou te mandar daqui a pouco. Tá?

P: Ótimo. Uhum.

Carlos: Que é muito interessante. Vale a pena dar uma lida, né?

P: Uhum. Pode mandar.

Carlos: Vale a pena dar uma lida naquilo lá até pra... porque ela vai evidenciar os municípios, né? Aquilo que a dona Raimunda na reportagem viveu, isso é o que vive a maioria hoje, né? Maioria hoje. Com uma diferença, muitas dessas pessoas que eram pequenos, colonos, eles também se achavam na condição em entender que por ser de direita lhe dava direito a ser rico sem ter o dinheiro. Né? Então isso provocou muito essa questão nos colonos. Colono que comprou um carrinho, um Chevette e achou que já estava rico. Que poderia competir com a com a Hilux. Né? E isso, na verdade, funcionou e funciona como empoderamento, como espelho, né? Eu vi aquilo, eu quero viver aquilo. Né? Então essa força descomunal, absurda, desproporcional utilizada nessas GLOs ou em outras ações do governo, porque não são só as GLOs, tem outros tipos de ações.

P: Não!

Carlos: Né? Você tem, por exemplo, a garantia das eleições, né? Que no fundo, no fundo você tem, né? Lá quando essa GLO que eu participei, na verdade, eu fiquei... ela ficou um ano e meio lá no Xingu, né? Então eles alugaram um salão paroquial da igreja católica. Eles alugaram, porque era muito grande. Ficava por conta deles porque tinha tudo, tinha clínica dentária pra eles, militares. Porque eram quase duzentos do exército que chegou e ficou lá diretamente, né? Eu viajava muito no carro do exército, inclusive, com eles, né? Porque quando eles iam, eles tinham que me levar, né? Por conta dessa comissão. Mesmo sabendo que a gente não dava... apitava nada na prefeitura. A gente só... que eu fazia... eu conferia e eu recebia o que era apreendido [risada]. Curiosamente. A minha participação era essa, né? Não de decisão, nada de planejamento, nada de coisa... eles me pegavam... as ações que eram feitas eram surpresas e a gente ia na base da surpresa. A minha sorte é que, por exemplo, eu ia porque eu estava... fui nomeado pelo órgão que eu trabalhava, né, porque eu era da defesa civil e tinha que tá lá dentro e enfim. Nada legal isso, é muito complexo e aí o pessoal zombava muito, né? Porque é... vinham os filhos dos soldados que não tinha nome. Um ano depois, nove meses depois começou

a aparecer, né? Os filhos do Carnaval, né? Eu brinco sempre que... eu não sei se você... tem um documentário indiano, ele já é bem antigo, deve ter... ele tem um selo da UNICEF nele, é bem antigo, mas você vai encontrar ele no Google, chama “Nascidos em Bordeis”. Olha, você vê esse documentário indiano, aí você vai assistir o filme “Bye Bye Brasil” do Carlos Diegues que morreu antes de ontem... você já assistiu “Bye Bye Brasil”?

P: Não.

Carlos: Ele começa em Altamira. Ele começa... o filme começa em Altamira aqui no Pará, tá? Então você vai assistir o “Bye Bye Brasil” e aí você vai assistir um filme que é da Gretchen, né? E na época era visto como filme pornô, mas na verdade você precisa assistir esse filme pra você compreender como se deu essa situação aqui no sul do Pará. Tá? Aí então, depois que você vê esses três filmes, aí você vai... pense no sul do Pará e no sudeste do Pará e no oeste do Pará, região de garimpo. Aí você vai ver retratado naqueles filmes, naqueles três filmes, “Alugase Moças” da Gretchen. Que é dos bordéis. Aparece, né? Você vai ver o “Bye Bye Brasil” que é aquela saga, aquela situação toda e o “Nascidos em Bordéis”. Mas por que “Nascidos de Bordéis”? Por que aqui no sul e sudeste do Pará e no oeste do Pará tem muitas cidades que nasceram de um bordel. Tá? Então é comum aqui um bordel virar cidade. Né?

P: Entendi, uhum.

Carlos: Então... Você tá entendendo? Então você vai: como era lá no norte? Era um bordel. Aí virou um município, virou uma cidade. Né? As pessoas mais importantes lá todas faziam parte daquele bordel. Tanto que lá tem filhos que não sabem quem é pai. E nem a mãe. [Inaudível] é outro caso específico. Eldorado dos Carajás é outro caso específico. Curionópolis é um caso específico. Então você vai andar e conhecer muitos municípios aqui do Pará que traz essa história. E só você vendo esse filme você vai ter uma ideia de como que funciona... como que funcionava isso. Não deixa de ser uma violência tão grande quanto a rural e que tá no meio.

P: Com certeza.

Carlos: Né? Você não tem... você não tem como se livrar dessas situações, tá?

P: Uma outra é... uma outra pergunta, só pra finalizar mesmo, Carlos. Porque você mesmo comentou, aí, você falou assim: “Ah, foram uma série de políticas, né? Não apenas GLOs” e de fato! Eu queria que você, se você pudesse falar mais, quais outras políticas, né? Quais outras ações governamentais você acredita que impactaram a região durante o período do governo Bolsonaro?

Carlos: O próprio estado, né? Você tem o estado como agente de desenvolvimento e proteção, também, que na época ele também... queira ou não, não há como desconectar o governo federal do governo estadual, né? Não há como desconectar 100%. Briga, brigam, brigam, mas há uma conexão de algo... que seja institucional, mas há. E o estado acaba sendo dominado. Né? Via de regra. Ele acaba sendo dominado, né, por tudo isso. Mas uma das coisas, talvez, mais prejudicou e prejudica até hoje, porque essas situações elas nunca foram resolvida, e não é porque eu votei no Lula que eu vou dizer que foi resolvida, que não foi resolvida. Por exemplo, o próprio abandono do Incra. Né? Então, o Incra foi abandonado. Não há outro órgão no Brasil que trata de reforma... de terras rurais do Brasil. Foi abandonado, esquecido e jogado às traças. Mas isso era aquele efeito dominó. Eles agiram em... pra... até chegar a concluir os finalmente. Da mesma forma, a mesma prática que foi feita com o Ibama, com o ICMBio, foi feito com o Incra, foi feito com órgãos estaduais que eu citei o caso da Emater e outros e outros órgãos. Então esse reflexo aí ele é sentido até hoje. Porque o Incra nunca conseguiu se reerguer mesmo completando já os dois anos... já completaram já do governo Lula. O Incra não conseguiu voltar a ser o que era antes.

P: O impacto foi profundo, né Carlos?

Carlos: Profundo, profundo. E o Interpa no Pará, digamos o Incra estadual, ele só resolve questões de grande no Pará, né? Ele não funciona pra pequeno.

P: Entendi. Perfeitamente.

Carlos: O Interpa funciona pras glebas patrimoniais dos municípios, que é uma luta. Pra você ter ideia a questão é tão complexa que o município de São Félix do Xingu, ele só recebeu a légua patrimonial dele no ano de 2017.

P: Nossa!

Carlos: Só de lá pra cá o município implementou um programa de regularização fundiária urbana. Pra você ter uma ideia.

P: Nossa, muito recente.

Carlos: Pra você ter ideia. Então, assim, muito complexo. O município não tem, por exemplo, um plano de contingência da área ambiental pra não se repetir o que aconteceu em Brumadinho. Né? As represas, as grandes represas de resíduos altamente tóxicos que aconteceu em Brumadinho. Nós temos isso no Xingu, por exemplo. Nós não temos um plano de contingência e emergência pra caso haja o rompimento daquele. Né? São regiões inteiras que podem ser assoladas por aquilo. Porque tudo isso você... o Ibama foi desmontado. A secretaria de estado, de fiscalização tal, tal... foi tudo desmontado, né? Tudo desmontado. E aí a boiada passa, né?

P: Passa. Passa.

Carlos: Não tem jeito. E rápido.

P: E rápido. E aí, outra coisa que eu lembrei aqui, eu juro que eu já tô terminando, Carlos [risada]. Outra coisa, que eu lembrei aqui assim é... eu queria saber como é que é... porque assim, pelas minhas pesquisas, né? Pelo o que eu tenho olhado, a gente sabe que quando ocorrem alguns crimes na região as investigações são totalmente negligenciadas, né? Então, eu queria entender como é que é essa relação, se existe facilitação na região pra fazer boletim de ocorrência, se... como é que é isso, né? Essas investigações de fato são negligenciadas ou não, como é que é isso?

Carlos: São, são aqui... negligência é o que não falta, né? Nós temos aqui, inclusive, que... olha só que coisa, pra você ter ideia: o município de Redenção é um município eminentemente urbano. Então nós não temos grandes áreas territorial, o município de Redenção. Ele é muito pequeno. Tá? Então, em contraponto você tem São Félix do Xingu gigantesco. Então se você me perguntar se eu como carne de boi aqui em Redenção, eu vou te falar que não, porque aqui não tem boi. Não tem nada pra criar boi aqui. Tá? Mas o boi que a gente consome aqui vem de onde? Vem de Xinguará, vem de Rio Maria, vem de Cumarú do Norte, vem de Santa Maria, vem Santana do Araguaia, vem de São Félix do Xingu, né? Que São Félix do Xingu tem o maior rebanho bovino do mundo. Está em São Félix do Xingu. Bovino de corte, estamos

falando, né? E aí, o que que acontece com essa situação. Lá no Xingu não tem delegacia agrária. Mas tem em Redenção. Mas se ela... aí olha só o que acontece: os crimes rurais, agrários eles acontecem não é em Redenção. Por que essa delegacia aqui em Redenção?

P: Entendi.

Carlos: Elas acontecem muito distante daqui, quatrocentos, quinhentos quilômetros, duzentos. Então, essa dificuldade de você... ela já é estratégica. Ela é aqui pra dificultar que você acesse ela. Porque uma coisa é tu me me dizer: “Ah, mas você pode fazer o boletim de ocorrência online”. Beleza esse boletim de ocorrência online. Só que ele nunca vai ser visto por ninguém. A menos que a televisão bosta. A menos que a televisão mostre. Tente fazer um dia o registro de documento pra você ver se alguém vai te ligar. Vai te questionar. Não vai.

P: Infelizmente, a gente percebe que muitas vezes ganha notoriedade quando vai pra mídia mesmo, né?

Carlos: Exatamente! Então o que que acontece com essa situação? Essas delegacias são colocadas fora de rota estrategicamente. Sabe? São estrategicamente. É pra dificultar o acesso, sabe? “Ah não adianta, eu tenho que gastar, eu tenho que fazer isso e aquilo outro”. Né?

P: Até se fala...

Carlos: Até um policial contatar você, você já... já passou muitos carnavais.

P: Até se fala...

Carlos: Até porque, normalmente, quando você vai fazer uma denúncia o primeiro suspeito é você. Você acaba revertendo. De vítima você passa a ser suspeito. Né? [risada]. Então isso é uma prática muito comum. Muito.

P: Lá em Marabá mesmo, né? A gente sabe que tem a DECA, né? Que era pra ser uma delegacia especializada em conflitos fundiários, né?

Carlos: Tem ela aqui em Redenção.

P: Ah, é a DECA, né?

Carlos: Tem aqui, mas não tem no Xingu.

P: Pois é, e lá no Marabá eles falam, assim, pelo menos nas pesquisas que eu tenho visto, né? Que é mais uma delegacia em função dos grandes fazendeiros.

Carlos: Só! Só funciona pra eles. Só funciona para eles. Olha, a Deca nunca foi ver a questão que eu te contei lá da Pedra Preta, do meu colega, que tem a terrinha lá, que o cara apareceu com o título de 1964. Apareceu agora, 2014, 2017, alguma coisa, por exemplo. Tá entendendo? Quer dizer, o que levou esse título a ficar guardado essas décadas todas sem nenhuma ação? Né? A Deca nunca foi lá. Lá onde ocorreu aqueles três... o pai, a mãe e a filha. Foi lá nessa região. A Deca foi lá, acabou. E todo mundo sabe quem matou. São policiais que mataram. Policiais da ativa que mataram os três. Com toda aquela crueldade. Todo mundo sabe. Conheço pessoalmente as pessoas. Tu tá entendendo? Mora lá no Xingu. Tá lá.

P: E é isso. Ninguém faz nada.

Carlos: Todo mundo sabe quem mandou. Todo mundo sabe disso. Se você perguntar pra qualquer um vão te falar: “Não, aqueles... foi fulano que mandou, por essa razão assim, assim, assim, assim. Fazia divisa com a terra dele e tal, tal, tal e ele não queria ele lá. Mandou o soldado fulano de tal lá fazer o serviço. Fez, acabou, ficou por isso mesmo”. O policial nunca sequer foi preso, ele foi afastado alguns dias da função. Nem sequer foi preso.

P: E depois eles acabam realocando. Né?

Carlos: Sim! E fica lá mesmo, todo mundo sabe de quem se trata. A gente sabe. Eu tenho um amigo lá que formou comigo, inclusive, [informação ocultada por questões de sigilo]. Ele, hoje, ele é subtenente, ele era sargento na época. Ele foi, ele fez [informação ocultada por questões de sigilo]. É muito meu amigo, pessoalmente. Ele já tá aposentado já. Ele já tá na reserva. Mas ele é meio marxista, né? E... mas ele me contava muita coisa, sabe? Dizia: “Ih, Carlos. Você não tem ideia. Às vezes a gente quer resolver e não pode”. Porque a hierarquia é muito grande. Vai de cima para baixo. Não vai de baixo para cima.

P: E também acaba... Pode ser até perseguido, né? Dependendo, né, Carlos?

Carlos: Pode ser perseguido. Esse, o Sindoval<sup>63</sup>, ele sempre votou no Lula, sempre. Ele é anti-Bolsonaro, né? Mas assim, ele não faz campanha, ele não diz nada. Caladinho, né? Calado, na dele.

P: Claro!

Carlos: Aí a gente é muito amigo pessoalmente, às vezes ia tomar umas cachaça, fazer comida. A gente ficava batendo papo, né? A gente... ele foi comandante da polícia lá muito tempo inclusive, né? Mas é complexo. É muito complexo. Na verdade, não são todas as pessoas que querem falar. Porque é um assunto... o assunto em si é intimidatório. Né? [risada]

P: Com certeza.

Carlos: Ele já intimida. Pois é, espero ter respondido a...

P: Respondeu!

Carlos: E que esteja dentro daquilo que você queria. E quando tu tiver dúvida comigo...

P: Não, perfeito! Perfeito. Aí pra finalizar eu quero saber se tem alguma pergunta que eu não te fiz e que você acha que é importante falar sobre ou se...

Carlos: Olha, pergunta não. Mas tem uma coisa, assim, que eu tenho muita preocupação é... exatamente nessa dimensão que isso ainda pode chegar. É porque eu vejo, francamente, né? A gente não pode fechar os olhos pra realidade, que a gente também está sendo combatido, né? Essa teórica esquerda, essa coisa, né? Há um combate disso muito grande, né? Um combate disso e um processo de... deixa eu tentar lembrar aqui a palavra, mas eu não estou conseguindo lembrar. E essa... eu temo muito pelo que pode acontecer, sabe? A gente usa muito uma palavra quando a gente eá se referindo a precarização das coisas, hoje ficou muito comum falar sobre:

---

<sup>63</sup> Nome alterado por questão de sigilo.

“Não, isso já está uberizado. Né? Então, essa uberização, essa precarização das coisas, sabe? Da vida, das pessoas, o valor que isso... que isso tem... que isso importa, né? Se é que importa. E eu não sei até onde isso vai parar, pra falar a verdade. Porque a gente tem o exercício de poder terrivelmente nefasto. Né?”

P: Com certeza...

Carlos: A gente lutou muito pra se firmar pra tirar o Bolsonaro, mas parece que eu não sei o que vai acontecer [risada].

P: Eu também não sei. Eu também não sei. É isso.

## 6. ENTREVISTA FUNCIONÁRIA 1

Arquivo 6 – Tempo de gravação: 1h 16 min e 25 seg

Realizada em 10 de março de 2025

Identificação: Katia<sup>64</sup>, mulher, funcionária do Ibama

[Pedimos para a entrevistada se apresentar (parte que não transcrita por questões de sigilo) e, nesse contexto, ela já adentrou na temática da entrevista]

Katia: Eu acho que até os últimos anos, assim, me desgastou muito dentro [a entrevistada menciona a área de atuação dela na época, que foi ocultada por questões de sigilo] porque eu era da... eu acabei entrando, né, [ela menciona o cargo que ocupava dentro do órgão, o que foi ocultado por questões de sigilo] pra me sentir, assim, ter um pouco mais de... eu não diria poder, não é bem a palavra, mas talvez meios, assim, e condições de ajudar servidores porque foi uma área muito prejudicada, assim, nessa militarização porque houve sim uma tentativa de militarização. Diretores, principalmente dentro da fiscalização do Ibama. Talvez seja interessante você conversar com pessoas do ICMBio também, porque eu acho que lá foi até mais pesado a parte da militarização. Porque até o presidente deles foram militares e tudo mais. A gente teve um presidente, um servidor público, que isso me entristece muito, assim, o servidor público da Procuradoria Especializado da PFE, que é o Eduardo Bin, que por ele ser advogado, acredito eu, colocava palavras e termos muito sutis e muito, né? Ele inventou até uma expressão

---

<sup>64</sup> Nome alterado para que não ocorra identificação.

de um despacho interpretativo pra, justamente, não criar um documento técnico. Foi só um despacho pra tirar o dele da reta, em algumas coisas, porque ele sabia que o que ele tava fazendo tava errado. Mas, assim, ele colocou... ao invés dele fazer uma nota técnica, ele fazia um despacho porque não tem tanto peso assim. Então, talvez... foi uma estratégia, acredito eu, que ele... pra ele não ser acusado de, por exemplo, abuso de poder, alguma coisa assim... mas acho que não adiantou nada porque ele tá com uns quatro, cinco PAD aí, mas enfim. [Informação ocultada por questões de sigilo]. O diretor, que depois do presidente vem o diretor, que manda sempre foram militares. O primeiro foi o Olímpio. Foi um policial militar muito ligado a passarinho, muito ligado... ele inventou um termo... ai... terceiro de boa fé [risada]. [Inaudível] pra pessoa na Amazônia... sabe que as madeiras na Amazônia são 99,99% ilegais, não sei o que, compra de coisas ilegais, sabe que tá comprando muito mais barato e: “Ai, não sei... tô aqui de boa fé. Aqui comprando mais barato”.

P: “Nem imaginava!” [risada].

Katia: É! E aí fez até documentos pra isso... pra, tipo, pra gente não poder apreender material que a gente viu que estava sendo ilegal porque foi um terceiro de boa fé, enfim. Teve isso, teve... foi o diretor e depois do diretor vem o coordenador geral que também sempre foi um militar dentro da fiscalização. E aí eles mudaram muitas coisas assim. Eles começaram, por exemplo, a fazer... como é que fala? É tipo um recrutamento: “Ah, vai ter uma fiscalização na Amazônia”. Aí isso, sempre teve, assim, né? Mas, assim, era uma coisa interna, a gente não falava os lugares que ia, era sempre uma coisa muito geral. Eles começaram a fazer os recrutamento falando data e pra onde a gente ia, chamando o Ibama inteiro pra participar. Ou seja, abrindo margem pra informação sigilosa, formações de estratégias irem assim... Tipo: “Ai, perdi o controle dessa informação”, entendeu? [Inaudível] que falou, pode ser qualquer pessoa porque agora todo mundo tem acesso. Assim, era uma coisa restrita agora o Ibama inteiro tinha acesso, então assim... E aí nisso, as nossas operações, pra onde a gente ia, todo mundo sabia que a gente já estava indo. E teve até o grupo especializado do GEF que, assim, ninguém, só entre eles sabe que vai acontecer operação. Eles não usam pessoas... outras pessoas de outros setores e tal pra ir em operações. Só eles. Só que eles, o coordenador geral e o diretor sabem dessas operações. Então eles sempre conseguiu, assim, ou porque precisa usar o helicóptero de apoio do exército, ou precisa não sei o que. Sempre conseguia informações, assim, tipo, sabe? O pessoal do GEF precisava, assim, tipo falar que ia em quatro ou cinco lugares mais ou menos próximos e dizer assim que ia pra A, pro chefe lá, que ia pro A e aí na hora: “Não eu vou pro

E aqui, pro outro lado”. Porque se ele fosse pro A, já tava todo mundo sabendo ali e não ia encontrar ninguém e tal. Então assim, de alguma forma, às vezes, nada sutil, às vezes, né, por debaixo dos panos, a gente sabe que as nossas informações chegavam na ponta e sabia.... e a gente sabia que... sabe? E era um empoderamento, assim, dos garimpeiros que quando a gente chega... com, às vezes, o... porque assim, tem gente que não acredita, né? Mesmo sabendo, mesmo sendo avisado, mesmo vendo equipe, tem gente que acha que: “Porque é o Bolsonaro meu presidente, não vai acontecer nada comigo”. Mas era meia dúzia, os mais doido, né, assim...

P: A maioria já...

Katia: A maioria já tinha saído. E e aí esses poucos que a gente conseguia autuar, que a gente... umas duas, três vezes conseguiram carona dentro do avião da FAB pra ir conversar direto com Ricardo Salles. Isso saiu na mídia, inclusive, na época. Se você pesquisar aí você encontra isso, sabe? De garimpeiro pegando carona. E aí, tem... vou ver se eu resgato, porque são muitos e já tem bastante tempo, dos vídeos assim dos garimpeiros chorando, falando: “Ai Bolsonaro, não foi pra isso que eu votei em você. Você falou que não ia ter fiscalização, não sei o que”. E a pessoa chorando perdendo maquinário assim, sabe? E assim, o próprio discurso do presidente, o discurso do ministro o tempo inteiro na mídia: “Fábrica de multas. Que é um absurdo, coitado do pobre do garimpeiro”. Então assim, a violência contra a gente aumentou muito, a ousadia... porque, por exemplo, queimar uma ponte a gente até brincava, assim, porque no começo estava meio assim também. Assim, demorou... demorou, assim, alguns meses até eles sentirem mais confiança de poder fazer coisas mais violentas mesmo. Porque se você buscar na internet, desde 2013 [informação ocultada por questões de sigilo] aonde o Ibama tá as pessoas queimam pneu, as pessoas queimam ponte, vai em hotel e xarope. Fica lá protestando e tal. Porque esse crime organizado, ele faz circular o comércio local em N maneiras. O crime organizado do garimpo, do desmatamento, da criação de gado ilegal, né? Dessa grilagem de terra, é o que circula dinheiro, é o que dá emprego. Mesmo que seja subemprego, mesmo que as pessoas sejam exploradas, quando tem uma ausência total do estado, qualquer troco, qualquer, sabe? Dinheirinho ali... mesmo que seja na base da exploração, as pessoas têm mais dessa galera do que, sabe? Uma escola pública, do que um hospital público, do que uma oportunidade das pessoas poderem sair daquele, né? Daquele meio assim, explorador mesmo, né? A gente sabe que existe. E aí quando eles foram vendo, assim, que foi diminuindo a quantidade de pessoas pra campo, que a gente tinha dificuldade de fazer autuação, de fazer... porque aí eles foram

inventando, né? Que nem eu falei, regras assim: “Ah, não pode aprender porque você não sabe se a pessoa tinha boa fé ou não. Quem que tá comprando...”

P: Como é que mede boa fé, né? [risada]

Katia: Olha, e não interessa a boa fé da pessoa. Veio de um lugar ilegal. Eu posso não autuar ela, porque eu não sei, porque realmente ela tem nota fiscal, tem não sei, nãñã. Beleza. Mas veio do desmatamento ilegal. Então como é que eu vou legalizar assim? É tipo como se eu estivesse esquentando, né, a madeira. Foi isso que eles fizeram. Foi o esquentamento de uma madeira ilegal, porque: “Ah, porque o comprador, coitado, não tem nada a ver com isso”. Realmente, não tem, mas comprou. Comprou mais barato, comprou de um lugar duvidoso, comprou de um lugar que não tem referência, correu o risco. E perdeu [inaudível]. E assim, a gente nem... a gente tem pouquíssimas pessoas, infelizmente. A gente, o Ibama inteiro tem... não tem duas mil e quinhentas pessoas, servidores trabalhando. Se você consider administrativo, pra você considerar licenciamento, pra você considerar julgamento desses processos, pra você considerar comércio exterior, fiscalização... É todo mundo duas mil e quinhentos pessoas. A gente não tem condições, então assim, o pouco que a gente consegue fazer, não podia fazer.

P: Entendo! E você mencionou... pode falar!

Katia: Fortaleceu e foi ao longo dos meses. Foi muito... o escalonamento foi muito rápido.

P: Você menciona, né, que houveram essas medidas mais... algumas mais, né, na artimanha, né? Por meio de formas de falar e tudo...

Katia: É, exato.

P: E houve ameaças mais concretas? Porque a gente observa que chegou um ponto, né? Que... né? Diversos órgãos foram desincentivados mesmo a multar, enfim, justamente por essa... através dessas falas também, né? Da fábrica de multas, enfim. Houve um certo desconforto em relação a isso, como é que foi?

Katia: Não, teve. Teve... tem um fiscal nosso que ele é muito assim da causa... principalmente da causa animal, mas ele também é da causa Amazônia, da causa do meio ambiente, assim, que é o Joaquim<sup>65</sup>, não sei se você conhece ele. Ele na época foi super perseguido, ele... trocaram a lotação dele, tiraram ele da fiscalização e colocaram ele no setor de administrativo burocrático. Ele só não foi porque um advogado... como ele é bem midiático também, ele é bem conhecido e tal e colocou isso, jogou isso na mídia. E aí um advogado, que ficou até amigo dele e tal, falou: “Não, isso não pode acontecer não” e entrou com um mandado de segurança. E ele tá com mandado... ele tá onde ele tá até hoje lotado na [informação ocultada por questões de sigilo], eu acho, é por conta desse mandado de segurança porque senão ele iria... talvez hoje tenha concluído o processo, tenha arquivado, alguma coisa assim, mas ele ficou uns três anos e meio trabalhando na fiscalização por conta do mandado de segurança. Teve gente que teve PAD, processo administrativo que a gente chama... que assim, o serviço público tem demissão sim, só que tem uma demissão administrativa e antes de você... antes do servidor ser demitido, tem um julgamento que a gente chama de processo administrativo. O processo administrativo contra os fiscais aumentaram, eu acho que eu tenho um número disso, eu posso te passar, aumentaram assim, sei lá, de dez por ano pra trinta, sei lá, alguma coisa... foram números absurdos!

P: Aumentou muito mesmo.

Katia: E por motivos, assim, sei lá, alguém... eu acabei de fiscalizar uma casa ali, uma fazenda, não sei o que, eu saía, a pessoa mandava um e-mail pro Ibama: “Ah, porque me bateram, fui agredido, me xingou, pichou minha casa e não sei o que e tal”, aí o Ibama recebia essa denúncia e já abria diretamente o PAD. Não tinha... [inaudível] não perguntava, não mandava... não tinha juízo de admissibilidade, alguma coisa assim que chama. Sabe? Muitos assim. E aí algumas pessoas começaram a não querer ir pra Amazônia, também por isso e também, tipo assim: “Ah, eu vou pra Amazônia quando eu tiver meu grupo fechado aqui porque eu sei como que essa pessoa aqui trabalha, eu sei que vai dar certo” e é assim até hoje. E é assim em qualquer instituição. A gente... os melhores trabalhos, as melhores... os melhores resultados, a maior efetividade é quando uma equipe é entrosada, né, tem um entrosamento e tal. Então cada um já sabe o que que vai fazer e tal, o que que é... onde cada um é melhor em tal atividade, nãñã. E aí os resultados são muito bons. E aí eles começaram os recrutamentos,

---

<sup>65</sup> Nome alterado por questões de sigilo.

nessa época, obrigatórios assim e eles montavam a equipe lá que a gente não tinha muita afinidade, às vezes, enfim. E aí se você falar: “Ah, não quero ir, eu não posso ir porque eu tô doente, não sei o que”, as pessoas com atestado médico, falando que não podia ir pra operação não sei o que, eles abriram PAD pras pessoas, processo administrativo, porque as pessoas não iam pra campo. Mesmo a pessoa falando assim: “Ah, eu quero ir, mas eu vou com outra equipe”, “Não, você vai com essa que se não for com essa, PAD”. “Ah, não vou porque eu tô doente”, “Vai, porque...”, sabe? Era tudo... tudo era PAD.

P: Tudo era motivo pra PAD [risada].

Katia: Tudo era motivo pra PAD. E aí, assim, nossa... eu não recebi nenhum PAD, eu não sei porque [risada]. E eu... foi bem nessa época que eu entrei na [informação ocultada por questões de sigilo], justamente, porque eu tava vendo esse horror de PAD e eu vi a minha [informação ocultada por questões de sigilo], assim, sabe? Não sei se é porque não tinha ninguém da [informação ocultada por questões de sigilo] antes e aí eu acho que eles não tavam entendendo o que que tava acontecendo, sabe? Não, eu vou entrar na [informação ocultada por questões de sigilo] porque eu vou brigar com os advogados, pros advogados fazerem alguma coisa, vou fazer... vou fazer minimamente uma orientação, assim, que que o servidor precisa quando isso acontecer com eles e tal.

P: Eu queria te perguntar agora, também entrando nesse sentido, assim, né, dessas fiscalizações que houveram. A gente sabe, né, que ao longo do governo Bolsonaro ocorreram diversas GLOs, né, Garantias da Lei e da Ordem em que ocorria o trabalho das Forças Armadas em conjunto com o Ibama, ICMBio, enfim. E eu queria entender como foi isso, né? Como foi isso pra vocês, né? Qual foi a efetividade e tudo.

Katia: Pra inglês ver [risada]. Foi um gasto milionário porque, assim, a GLO geralmente o Ibama fica à frente dessas atividades e o exército entra com apoio numérico de pessoas, com apoio logístico, de tirar equipamento, né, maquinário e tal, que eles têm os caminhões munk pra fazer isso e tudo mais, pra segurança, nãñã. Só que aí quando veio o governo, tipo assim, trocou, né? O rabo começou a tomar conta do cachorro. E aí a gente perdeu o controle de escolher lugar pra ir, de escolher os alvos, de fazer um... né, [informação ocultada por questões de sigilo]. A gente faz muito análise multitemporal das imagens, a gente faz... tem inteligência pra fazer uns levantamentos do alvo. Então a gente levanta muita informação pra dizer: “A

gente vem aqui, vai ali, vamos primeiro dar prioridade nos lugares”, né? O exército, assim, colocava... a gente continuou fazendo alguns levantamentos sim e tal, mas o Exército que ficava a frente na hora de escolher. A gente falava: “Ó, aqui é uma região que tá quente, tá começando o desmatamento, ainda não tem muito, então a gente pode ir pra, justamente, estancar e não aumentar, não sei o que e tal”. O exército: “Hum, não sei... acho que eu vou pra lá”. Ia pra um lugar que já tinha tudo desmatado, não tinha ninguém, não encontrava nem laranja. Ou então, isso aconteceu uma vez, assim, a gente foi pra Cujubim, eu acho, ali... não lembro se era no Acre, se era na Amazônia, mas... ô, Amazonas, né, o estado. Fica por ali, assim, não lembro agora. E pra fazer madeireira, fazer levantamento de madeireira e tudo mais, porque já tinha uma equipe lá, não sei o que... cara, só que assim, a gente tava num lugar, numa base do exército e a gente ia sair dessa base do exército pra ir pro interior. Antes da gente ir, foi um helicóptero circular a cidade [risada]. Né? Mano?

P: Ai meu Deus [risada]!

Katia: A chegou lá, um monte de madeira, assim, no meio da rua. Madeira cara! Mogno, Pau Brasil, sei lá, eu não sou muito dessa área não, mas eu... pensa um monte de toras de madeira no meio da rua, no meio da rua, sem dono! A gente entra nas madeireiras, não tinha uma madeireira. Então assim, sabe? A gente foi pra lá... [dando a entender que não fazia sentido a atuação]. Prendemos a mamadeira, pra não dizer que a gente não fez nada, as madeiras que ficavam na rua, apreendeu.

P: Claro!

Katia: E doou pra escola, eu acho, que tava precisando de reforma, fazer cadeira, mesa, essas coisas, mas depois, velho! A gente não pegou ninguém! Não foi... não teve um auto de infração porque as madeireira tava tudo...

P: Não tinha ninguém!

Katia: É, até tinha, assim. ainda ficaram umas, mas, assim, ficou o que tava dentro do DOF delas, entendeu? O que não era do DOF delas...

P: Nada [risada]. Ai meu Deus. E assim... pra poder saber, né? Muitas dessas GLO, né, foram criadas pra combater incêndio, né? E depois pra... algumas... a Samaúma, principalmente, depois se transformou.... Na verdade, a Samaúma acho que o intuito dela era mais de apreensão, né? Crime organizado e a Verde Brasil I e a Verde Brasil II em algum momento também acabou atuando nessa área. E assim... porque eu lendo os relatórios.... eu li todos os relatórios, né? Ai eles alegam que o Ibama, o ICMBio, não conseguiu ter uma conversa, um diálogo que não estavam muito abertos pra poder atuar em conjunto, então assim, queria saber que que você acha disso, se você acha que aconteceu mesmo isso e, assim... é acho que isso, por enquanto.

Katia: Olha, às vezes até tem mesmo algumas divergências técnicas assim... Normal! Não é porque é outro órgão, né? Às vezes colegas, entre pares, a gente tem divergência, mas, normalmente, a gente trabalha muito em conjunto, normalmente... principalmente a fiscalização, assim, a gente trabalha sempre em parceria, a gente tem um alinhamento bem prático mesmo, sabe? Não vou dizer que: “Nossa, 100%, não sei o que”, por óbvio, né? Mas nunca sabe, assim, tipo num nível pra atrapalhar a apreensão, num nível pra não ter resultado por conta disso, sabe? Pontualmente, talvez, não fosse ter uma destruição, pontualmente, não fosse ter alguma coisa assim, mas não um nível, assim, uma apuração inteira ser atrapalhada, entendeu? Por conta disso. Isso aí não existe. A gente trabalha junto sempre.

P: E você acha que era necessário mesmo esses GLOs? Porque a gente sabe, assim, que o Ibama, ICMBio... vocês têm as verbas, vocês têm mais propriedade, inclusive, pra poder tomar frente nessas atuações, né? Então assim, você acha que realmente era necessário implantar GLOs e gastar o dinheiro que foi gasto com essas operações?

Katia: Olha, pra gente teria sido bem mais barato cuidar do desmatamento. A gente.... só comparar, assim, o orçamento do Ibama com o que foi dado pra GLO, o resultado que a gente tem e o resultado que a GLO teve. Assim, sabe? É um gasto, assim, muito desnecessário e, assim, na época que o exército tava comandando, realmente a gente não tinha... a gente era escanteado assim, tipo o órgão que sempre cuidou de tudo, que sempre... não é uma coisa assim do tipo: “Ai, ego. Ah porque...”. Não é isso! Porque a gente podia ter continuado escanteado, mas assim, se minimamente tivesse ouvido os mapas que a gente fez, as análises que a gente fez, falado: “Não vai de helicóptero pra tal lugar antes da gente chegar” [risada]. E assim, não é que eles iam, assim, pra fazer uma coisa: “Nossa! Precisava ir pra fazer um levantamento”.

Não tinha essa necessidade, sabe? Então assim, parecia que tinha boicote interno assim... parecia que era proposital. A sensação que eu tive, né? Assim...

P: Claro.

Katia: E meus colegas também. Que era proposital isso. Eu falei que a gente tem um setor de inteligência, né? Nosso setor de inteligência, na época, foi completamente desmontado e foi um chefe, inclusive, que era da ABIN. Eu até pensei: “Pô, pelo menos eles estão colocando alguém da área, né, pra ser chefe do setor e tal”. Olha, foi assédio atrás de assédio que esse cara fazia com as pessoas. Destruía, destruiu. Pra você ter noção a gente... quase metade do nosso salário é de gratificação de desempenho. O chefe avalia tipo... eu me comprometo a fazer X trabalhos, né? O chefe avalia se eu fiz o X trabalho, se fiz o X trabalho bem feito, se tava mais ou menos, não o que, não sei o que. Ele deu nota... tipo, a partir de três a gente já começa a receber quase 100% dessa gratificação. Ele deu nota dois pra todo mundo, todo mundo ia ficar sem essa gratificação.

P: Meu Deus!

Katia: Você dar nota dois pra um, pra dois, ok. Agora todo mundo?

P: Não tem como falar que, né?

Katia: É, sabe? Sendo que nunca na história da pessoa, ela recebeu nem um três! Como assim? De repente um dois? Todo mundo, sabe? Então assim, pra você ter noção... olha... E aí, coitado do pessoal. A gente se juntou pra se ajudar na... porque tem recurso, né? Ainda bem que tem recurso e aí nos recursos todo mundo falou: “Não, faz assim, faz assado, não sei o que, nãñãñã”. Todo mundo se ajudou assim... Aí também porque no recurso quem avalia são os próprios servidores, somos nós mesmos e tal. E aí... tanto que depois ele sofreu PAD. Depois essa pessoa sofreu... tá sendo investigado aí, enfim.

P: E em relação, assim, a presença... Você já mencionou, né? Que... e a gente sabe, né? Pelas manchetes e tudo que houveram... tiraram pessoas em altos cargos, né? Do Ibama, do ICMBio, enfim. E colocaram militares, né? E como foi isso? Como que vocês, né, você e os seus colegas de trabalho se sentiram, né? Como é que foi essa relação? Foi benéfica, maléfica, como foi isso?

Katia: Olha, é uma briga assim que a gente tem desde sempre, né? De proteger os cargos, pra que os cargos sejam técnicos, pra que os cargos sejam minimamente de servidores, assim. Só que o cabide político é complicadíssimo. E cada governo vai colocar os seus, né? O problema é que dependendo do governo... tem governo que consegue conciliar técnico e político e tem governo que só quer... vai colocar, né? Por exemplo, a visão da extrema direita que foi o último... o governo passado, era de que não existe ciência e de que meio ambiente é pra ser explorado e tudo mais. Então assim, as pessoas que eles colocaram lá era pra ter essa visão.

P: Com certeza.

Katia: Né? E o militar porque a militar tem essa facilidade. E assim, teve uma... tem uma lei que alguns cargos, mesmo sendo cargos de indicação política, alguns cargos têm que ser do serviço público. E... eu não lembro as siglas, é CCE e FCE. FCE é só de servidor mesmo do órgão, eu acho. E CCE pode ser qualquer servidor público. Foi mais ou menos o que salvou a gente e é por isso que eles escolheram os militares também. Porque militar é servidor público. Então eles poderiam ocupar esses cargos, entendeu?

P: Entendi. Faz sentido.

Katia: Pode perguntar.

P: E eu queria saber, assim, normalmente, né, quando... a gente sabe que o Ibama sempre tem uma relação com a sociedade, né? Com a sociedade civil, principalmente, nas regiões em que ocorrem atuação e tudo. Como foi o diálogo com a sociedade civil nessa época? Houve, não houve, diminuiu, aumentou e como era, né, esse diálogo.

Katia: Olha, foi muito oito, oitenta, né? Assim, porque foi muito interessante porque as ONGs, as pessoas do consciente, as pessoas, assim, que tem, né, essa visão assim... acho que é mais consciência mesmo de que realmente o mundo tá diferente, que realmente não é normal em Brasília hoje fazer vinte... quase trinta graus oito horas da manhã, que não é normal o calor que tá absurdo, que não é normal várias coisas estarem acontecendo. É essas pessoas. É essas e outras que realmente, né, militam não sei o quê. Nossa, abraçaram a gente... a gente... sempre teve, né, um bom diálogo, sempre tivemos. Inclusive, vários trabalhos nossos começaram com

ONGs, né? Projeto Tamar, algumas unidades de conservação foram criadas com pesquisadores locais, com a sociedade civil. Então assim, a gente sempre trabalhou muito assim, mas, assim, dessa vez foi... veio a galera dos direitos humanos falar com a gente, eles deram curso pra gente saber se proteger, uma ONG que defende... a gente fala que a gente sofreu tanto PAD que tem uma ONG de advogados que fala: “Não, a gente defende vocês aí nos processos administrativos”, que são especialistas dessa coisa assim de contra governo e tal. Então assim, a gente teve muito, muito apoio da galera consciente. Por outro lado, a galera que vive do crime organizado e, eu acho, que você encontra até hoje, assim, tem influencers, entre aspas, assim, que foram criados nessa época, assim: como fazer seu garimpo, como despistar o Ibama, quando o Ibama chegar o que que você vai falar pra eles, o que que você vai fazer contra eles. Que fica incitando a população contra a gente, né? Porque eles são trabalhadores, né? Eles não estão cometendo crime, né? Dá vontade de falar: “Então tá bom, então vamos largar os traficantes que eles também tão trabalhando gente”, né?

P: Dois pesos, duas medidas. Uai como assim? [risada]

Katia: Né? A diferença é que o traficante tá acabando com a vida ali, o garimpeiro tá acabando com todo um ecossistema, né? Acaba com mais vida ainda porque ainda tem a comunidade ribeirinha, tem os indígenas, tem as crianças ali que tão morrendo por causa do mercúrio, que tão ficando doente por causa do mercúrio.

P: Com certeza.

Katia: Né?

P: E você observou, nesse período, ou você vivenciou até, né, alguma proibição de concessão de entrevistas pros meios de comunicação por parte dos funcionários, né, durante o governo Bolsonaro? E o que que você acha disso?

Katia: Na verdade, assim, já tinha alguns anos que pra gente dar entrevista precisa de autorização do presidente. Isso não veio dessa... mas, assim, o que que aconteceu nessa época, eles revisaram o código de ética lá nossos e aí a gente não pôde dar opinião nenhuma nossa em rede social, opinião nenhuma nossa não sei o que. Eles vigiavam a nossa rede social. Inclusive, esse Joaquim, acho que eles... não sei se ele foi... se chegou a ser um PAD, mas tentaram abrir

porque ele... na época que o Philip e o Dom foram assassinados, ele fez uma fala, teve um ato aqui no eixão e tal, aqui em Brasília, e aí ele foi mais uma vez perseguido por conta dessa fala e o que salvou ele foi que ele coloca na descrição lá, né, do perfil: “Minhas falas não são... não têm relação com o meu trabalho”, alguma coisa assim: “São estritamente opiniões pessoais nãñã”, uma coisa assim. Enfim... Eu também tenho, eu também fiz, na época, até mantive, não tirei e aí... só que assim, às vezes, por óbvio, né, sei lá, tô coordenando uma operação e aí acontece algo emblemático, não sei o que. Às vezes a gente dá entrevista, às vezes até pro blog, local e tal. Às vezes dá assim, né? Mas sempre conversando com as nossas [inaudível], a gente não... Nessa época nem... não podia fazer nada, nem: “Olha, tem um... eu posso dar entrevista?”. “Não, não pode. Não, não sei o que... não! Não vai falar”. Era a lei da mordça mesmo e quem ousasse falar nas suas redes sociais, eram monitorados e eram denunciados.

P: Uhum. E pra além... a gente comentou das GLOs, né? Você comentou também de algumas operações que vocês fizeram, quais outras políticas públicas, né? Ou institucionais, também, você observou serem adotadas em relação, principalmente, à Amazônia Legal, né? Durante esse período. E quais as consequências, né? Benéficas ou maléficas.

Katia: Eu não sei... eu não sei bem política pública, mas o nosso presidente, né, que ele fez vários despachos interpretativos e ele também mudou alguns entendimentos e retroagiu assim pro início do Ibama. Por exemplo, as notificações, assim, né? Quando o Ibama autua alguém... o direito administrativo, né, a gente segue ao pé da letra, por óbvio, o estado democrático de direito, né? Então a pessoa tem direito a contradita, a se defender e tudo mais. E aí, dentro desse processo, algumas informações, assim: foi julgado e a gente manda ofício pra pessoa: “Você tem tantos dias... Ó, você tem tantos dias pra se defender desse auto de infração. Você... já saiu a sua... a resposta... a análise da sua resposta e o auto foi homologado. A sua defesa... você disse nada com nada aqui e o auto continua. Você tem mais uma chance pra se defender”. Aí essa mais uma chance pra se defender, a gente chama de notificação. Só que, às vezes, a pessoa tem um endereço que é numa fazenda ou, às vezes, sei lá... as pessoas falam... o Correio vai entregar e a pessoa fala: “Ah, não sou eu não. Tenho nada a ver com isso, não sei o que, não sei o que”. E aí as notificações são por edital, publicam o edital no jornal. Eu até entendo porque, assim, quem que lê edital de jornal, né? Ninguém vai ler. Eu sei que eu tenho um auto de infração. Eu sou uma pessoa [inaudível]. Enfim, eu ficaria, eu ficaria atenta se eu tivesse algum problema, né?

P: Lógico!

Katia: Enfim... Só que aí que que ele fez... que ele falou assim: “Ah, porque agora todas as notificações têm que ser entregues pessoalmente e pra...”, alguma coisa assim, sabe? Alguma coisa de notificação que não podia ser mais por edital. Ok... mais ou menos se ele falasse daqui pra frente, né? Só que ele fez todas as notificações. O Ibama ia perder, assim, tipo bilhões de multa porque se voltasse o processo praticamente pra estaca zero, é impossível, sabe? Não tinha... a gente não tem nem gente pra... nem se todo mundo do Ibama: “Não, então beleza, todo mundo do Ibama vai largar o que tá fazendo agora e vai cuidar dessas notificações pra notificar de novo as pessoas...” Não tinha como, velho. A gente ia perder, ia prescrever, ia voltar o processo? Já prescreveu o processo, já tem anos, sabe?

P: Entendi.

Katia: Tanto que teve alguns revogaços quando o Agostinho assumiu. Mas teve outros que não foram revogados. Eu não... agora de cabeça... eu posso até procurar pra você, mas teve alguns despachos do Bin que até hoje tão valendo, inclusive. Esse, eu acho que foi... esse, pelo menos, eu acho que foi revogado, mas tem alguns que não, que prejudicam mesmo, sabe? Assim, a gente... aquele negócio da fatídica reunião do passar a baciada, como é? Passar a boiada?

P: Passar a boiada. Uhum.

Katia: Em algum momento dessa fala o Salles, ele fala... ele, tipo, é muito assertivo nisso: “Vamo pro infralegal, vamo mexer nas portarias, vamo mexer nas instruções normativas. E foi isso que o...

P: Aproveitando a COVID, inclusive, né? Ele até fala, vamo aproveitar e vamo...

Katia: O pessoal, tá todo mundo de olho em COVID, ninguém vai ler e foi isso que o Bin fez. E teve algumas coisas que ele fez que foi no despacho de tão cara de pau que ele foi. “Ah, porque...”. Ele era procurador do Ibama, né, antes de ser o presidente, ele foi procurador chefe, eu acho, e aí uma colega minha... é meio complicado falar isso porque é de terceiros, né? Mas uma colega minha, ela era do licenciamento, depois foi pra fiscalização, aí ela tava contando que ele chegou... foi dar uma aula de como fazer um parecer técnico pros servidores do Ibama.

E aí ele explicando, explicando, explicando lá, não lembro exatamente os termos, né? Que ela colocou, mas eu sei que em algum dado momento alguém perguntou assim pra ele: “Bim, mas se eu escrever do jeito que você está falando aí meu... o relatório técnico, eu vou tá mentindo, porque não é bem assim”. Aí ele: “Não, não é mentira. É uma teoria”.

P: [Risada] Ai meu Deus.

Katia: “Pode ser que sim, pode ser que não. É uma teoria. Você vai colocar uma teoria”. Porque foi quando os advogados da procuradoria começaram a ganhar sucumbência. Que agora tem essa, né? Já tem alguns anos isso, que quando os advogados da União, PFE ganham alguma causa na justiça, eles recebem as sucumbências. Porque antes... é assim na justiça, né? Todas as partes, né? A parte que ganha... eu não sei direito explicar, mas, assim, porque... que que é essa sucumbência, o que vale são os valores advocatícios, negócio da custa processual, judicial, não sei o quê. A parte que perde paga pra parte que ganha e aí antes ia pra União esse dinheiro, agora tá indo... eles repartem entre os advogados da União agora, essa sucumbência. E aí ele tava de olho na sucumbência dele. Porque pra ele ficaria mais fácil defender as notas técnicas do licenciamento e tudo mais, se ele... se as pessoas colocassem teorias.

P: Entendi.

Katia: Do suvaco. Fonte? Vozes da cabeça dele.

P: “Vozes da minha cabeça”.

Katia: É! Vozes da cabeça do PFE aqui.

P: Ai meu Deus...

Katia: Vai ver a pessoa... Então, assim, isso que ele colocou... ele fez nessa aula aí pro licenciamento, ele colocou em prática quando ele foi presidente. Ele fazia tudo, assim, tipo todo... se você ler os documentos dele, tudo nuances assim, tudo, sabe? “Ah, é uma teoria assim. Tentar... o técnico aqui falou, falou, falou, eu até concordo com ele tecnicamente, mas tem uma outra teoria aqui que também pode ser...”

P: Que também pode ser verdadeira, hein? [risada]

Katia: É! “Não sei quem falou isso...”

P: “Quem sabe?”

Katia: Do suvaco.

P: E agora partindo um pouco assim, não sei, se caso você não saiba em relação a isso, né, tudo certo, mas mesmo assim vou te perguntar porque às vezes sei lá, né? Tem algum colega que você conversou sobre, sei lá. Você tem notícia de atuação de milícias na região? Assim, eu tô, assim, eu tô estudando, principalmente, a região do Pará, né, especificamente. Porque como a Amazônia Legal é gigantesca, se eu fosse analisar na zona legal eu estaria perdida. O Pará em si já é gigante, né? Então assim, são diversas realidades ali dentro, eu tenho entrevistado alguns moradores, né, de diversas regiões, a gente percebe, assim, que cada região tem uma singularidade. Então, só daí já é extremamente complexo. Mas enfim, estou tentando. E aí, assim, quando eu falo milícias, né? Algumas pessoas ficam assim: “Ah mas, assim, milícias no Rio de Janeiro, né?”. Sim, né? Tem as milícias do Rio de Janeiro, inclusive, ao longo da minha dissertação eu tenho demonstrado, né, pelo menos, na minha percepção, o que seriam... que a milícia que atua lá, no Rio de Janeiro...

Katia: É o paralelo que você faz, né?

P: Isso.

Katia: É o mesmo modus operandi de cá, né?

P: No Belém... até na capital, né? No Belém, a milícia que atua no Belém é muito diferente, essas milícias que eu tenho observado, né? Que eu me propus a observar mais, são milícias mais rurais, vamos dizer assim, que alguns moradores falam que na verdade são seguranças privadas, né? Às vezes até funcionam dentro da legalidade, mas que têm, normalmente, atuação de policiais ou ex-policiais. Então eu queria saber se você tem notícia nesse sentido, né? Enfim, alguma coisa.

Katia: Olha, eu particularmente não... nunca me defrontei, assim, mas eu tenho notícias, inclusive sai até na mídia assim de PCC envolvido no crime. Que o pessoal já... como é que fala? Já encontrou maquinário do PCC, já encontrou droga dentro de fiscalização de pesca, muita droga, né, envolvida assim, era tipo, muitos kilos de droga. É... ano passado, finalzinho do ano passado esse grupo que eu falei, especialista, eles fizeram uma ação, uma abordagem que eles tiveram que dormir acampados porque eles não tinham condição... porque a ação desenrolou, tipo, do final da tarde pra noite, de apreender, de pegar o pessoal, não sei o que e tal. E aí eles dormiram acampado mais ou menos próximo do coisa, porque eles só iam conseguir ir embora e fazer as ações de destruição ou eles já tinham destruído e enfim, eles ficaram lá... eu sei que eles tiveram que dormir lá e aí a galera que eles expulsaram, que foi embora quando eles chegaram e tudo mais, lá pra meia-noite, onze horas voltaram. Eles voltaram achando que o grupo tinha ido embora. E aí, eu não sei que que aconteceu se... não sei quem viu quem lá, começou a trocação de tiro, seis morreram do outro lado. Ninguém se feriu do Ibama. Mas 5 ou 6... e eu acredito que era da milícia porque, mano, quem que vai andar armado assim? Né? Quem que vai andar armado pra proteger maquinário assim, né? Se não for alguém pago pra isso, né? Até porque essas máquinas são milionárias, não são deles, eles não tem dinheiro pra ter isso. Então são pago pra recuperar o que dá pra recuperar, né?

P: Exatamente.

Katia: Eu não tenho muitas informações sobre, talvez, se você quiser entrevistar o Joaquim, talvez, ele tenha mais informação sobre isso. Ele é uma boa pessoa pra você conversar. Mas o que eu sei é que a gente encontra sim pessoas, ex-militares, policial militar envolvido ou na grilagem de terra lá, às vezes, ou recebe multa, né? Sendo laranja ou tá... tem sempre alguém envolvido e sempre pessoas armadas, sempre pessoas ex-militar. Isso...

P: Acontece tanto deles serem autuados por atividades ilegais, né?

Katia: Sim.

P: Quanto por atuação contratada, né?

Katia: Policial militar, já começa assim, 99% deles são passarinhos e 99% faz coisa errada. Então assim, é uma... e assim não tem como, uma coisa puxa a outra assim. É o meio. O meio favorece eles trocarem, assim, trocarem informação e aí degradingola.

P: E aí, assim, a sua percepção... eu sei que você já falou que não tem... não consegue falar tanto sobre isso, né? Mas assim a sua percepção, atuando aí dentro do Ibama mesmo, em relação a... não só a presença desses grupos porque, assim, a gente, a minha percepção e eu imagino que de muitas outras pessoas é que assim: através de determinadas medidas, né, políticas, acaba incentivando, de certa forma, alguns tipos de atuação. Seja, sei lá, grilagem ou, enfim, garimpo ilegal ou... o que for, né? Algum tipo de atuação ilegal. E isso direta ou indiretamente acaba favorecendo a atuação desses grupos que eu considero essas milícias, né? Que são contratadas pra proteger, enfim, pra atuar. Então eu queria saber de você, se você considera... qual que é a sua percepção sobre isso? Você acha que esses grupos, tanto que cometem crimes ilegais quanto a atuação dessas milícias, você considera que elas se mantiveram indiferentes, se fortaleceram ou continua a mesma coisa, não teve diferença, nesse período.

Katia: Sim... é porque o que eu vejo assim, né? O crime ambiental ele é muito rentável e ele é rentável pro crime organizado de duas maneiras: primeiro porque ele realmente compensa, porque a probabilidade da casa cair pra pessoa é muito baixa, né? Pelo o que eu falei: somos poucos, não temos condições, não temos infraestrutura, enfim, então a gente consegue pegar muito pouco do que acontece; e segundo porque consegue lavar dinheiro, não paga imposto, sabe? As relações trabalhistas são de exploração. Então, assim, eu acho que eles perceberam muito cedo que pra eles compensa demais o crime ambiental. Você consegue pegar todo o dinheiro do tráfico, você lava assim ó, grilando terra, colocando gado em cima, pegando madeira nobre e tudo mais. E aí depois eles descobriram que eles conseguem traficar também, que eles conseguem colocar droga dentro dos peixe que vai pra fora, que vem pra cá. Então assim, com certeza absoluta a milícia, o crime ambiental andou muito, muito paralelo, muito junto assim. E a gente encontra isso no dia a dia. É só colocar números. Se a gente colocar os números, lavagem de dinheiro. Porque eles vão desmatar e desmatamento custa muito, muito caro. Maquinário, gasolina pra maquinário, o acampamento por mais simples e explorador que seja, tem que ter um mínimo lá pras pessoas. É caro, é caro de desmatar. Maquinário do garimpo é mais caro ainda. Acho que a máquina mais barata começa na faixa de um milhão. Mas pra você comprar uma máquina, que que você precisa de um milhão, assim... a empresa do maquinário não tem um registro que a pessoa precisa fazer. Ou se precisar, põe o laranja.

P: Entendi.

Katia: Quando vem a exploração... porque assim, tem uma dinâmica, né, na Amazônia o desmatamento. Primeiro eles vão tirando a madeira nobre e aí você pode perceber assim, pode pegar o dado do Prods e o dado do Detero assim. Quando a exploração... porque assim... ano passado mesmo. A exploração foi sei lá, foi uma das maiores de não sei quantos anos assim. Mas o corte raso foi pouco. Esse ano o corte raso vai ser gigantesco, porque o corte raso só vem depois da exploração. A galera não foca muito no dado da exploração: “Ah, corte baixo foi baixo, não sei o que...”, mas a exploração que vem, a exploração que vem com muita queimada, esse ano teve muita queimada, e toda vez que tem esses problemas tem muita queimada. E no ano seguinte eles terminam de fazer o corte raso. Então assim, é... não é assim: “Ai, corte raso...” determina, mas... porque a exploração também mata a floresta, também mata animal, também diminui o ecossistema ali, maltrata o ecossistema.

P: Sim, não é só queimada, né?

Katia: Exatamente. E antes da queimada vem a exploração, eles não vão desperdiçar mogno, não vão desperdiçar pau Brasil, não vão... Antes disso eles fazem o paliteiro.

P: E você falou aí da... mencionou as queimadas, né? A gente sabe que esse ano teve, né? Mas assim, tô enfocando mais o governo Bolsonaro porque é o período que eu tô me... vou analisar.

Katia: Mas isso aí volta pra lá também. Porque naqueles períodos lá era gigantesca a exploração e o corte raso, porque já tava vindo duma exploração antes, entendeu?

P: Sim. Mas mas eu digo assim... assim, a gente... eu entendo perfeitamente que essas questões não são singulares de um governo, elas aconteceram em outros governos, continuam acontecendo, né? Mas assim, eu me ative a observar esse período porque eu acho que é um período bem singular, né?

Katia: Muito. Mas com certeza esse período deu... fez um pé de meia pra essa galera. Porque até se você colocar “multa” e “embargo” do período, o tanto que caiu.

P: Muito.

Katia: Porque a gente não conseguia... a gente ia pra campo pra inglês ver. Que nem eu tô falando, sabe? Era pra inglês ver assim. Foi um desperdício, foi um dinheiro jogado mais fora. E aí esse período que fez crescer essa exploração de agora, entendeu? Porque eles estão mais fortalecidos, eles têm mais dinheiro pra fazer as coisas, entendeu? Mais pessoas e mais esquema, entendeu?

P: Uhum. E você acredita que esses grupos, né, que compõe crime organizado, enfim, você sabe ou tem notícia, né? Eu imagino que sim... De alguma relação com funcionários do estado?

Katia: Olha...

P: Eu digo funcionários do estado de forma... de maneira ampla. É políticos, enfim.

Katia: A gente sabe, né? Todo prefeito, boa parte dos vereadores são envolvidos com grilagem de terra, com gado ou tem um garimpo ou já foi multado pelo Ibama algumas vezes. Eu acho que até nas últimas eleições assim, tinha até uns números assim dos prefeitos que se candidataram... se você puxar assim, acho que uns 80% tem auto de infração ou vai ter auto de infração agora [risada] do Ibama [risada].

P: Uhum. Sim, sim.

Katia: Com certeza. Novo Progresso no Pará então, que foi um... eu tive lá algumas vezes, não nesse... no último governo, mas no Pará, em Novo Progresso teve um governador... um governador, ó [fazendo correção]... um prefeito que quando a gente tava... teve lá... não foi nesse governo, tá? Foi antes, bem antes, 2013, 14 isso. Falou que se alguém do Ibama passasse mal ele ia deixar morrer e o cara é médico, tá? Ele fez um juramento.

P: Meu Deus...

Katia: Porque o Ibama multou e apreendeu todo o gado dele [risada].

P: [Risada] aí meu Deus.

Katia: E ele tava lá... ele continuou, assim, a vida política dele... cresceu mais, no caso.

P: Aham, sim, sim.

Katia: Com certeza. Aí chegou que o Ibama não fazia mais tanta coisa. Que tem, tem. E com certeza esses últimos anos só fez crescer mais essa relação política e desmatamento e garimpo.

P: E aproveitando, assim, que a sua área de atuação, a sua formação... houveram esses incêndios e a gente via muito o Bolsonaro ou até o próprio Salles, né, vindo a público falar “Ah, não, mas esses incêndios eles são causados...”

Katia: Foi! Foi!

P: São sazonais, enfim, ocorrem nesse... é normal, ocorrem mesmo, qual que é a sua opinião em relação a isso? Você acredita que a maioria desses incêndios de fato foram, enfim, acidentais, né, em decorrência da própria época do ano?

Katia: Com certeza não, assim, são tão propositais, né, que não tem a menor lógica. É só a gente olhar os dados e, assim, as condições, né, pra se ter um incêndio natural assim. Não tem a menor lógica o que ele falou... tipo, seria nem 1% do tanto de incêndio natural assim. Tem incêndio natural? Acredito que sim, né? A ciência diz que sim. Mas a gente nunca... mas qual que a gente viu, assim, que: “Nossa!”. Se pegassem ó: quantidade de raio, calor, as condições que precisa existir pra ter um incêndio natural e os incêndios que houve, né, assim... tipo, não tem como.

P: É desproporcional, né?

Katia: Exatamente. E assim, tiveram perícias também, né? Algumas perícias foram realizadas e elas comprovaram que foi proposital.

P: É, não tem muito o que falar. Assim, a gente sabe que na época, né? Eles falavam muito contra os dados científicos justamente por um motivo, né?

Katia: Exato. Eram pessoas contra a ciência e aí eles precisavam... precisam ser contra as ciências em todos os aspectos.

P: Porque se não...

Katia: A terra tem que ser plana. Era tão absurdo que os incêndios eram naturais e quem eram os bombeiros eram os bois assim, né? Não sei se você lembra que teve o boi bombeiro. O boi, o Salles falou isso em uma entrevista. Era... sabe? Tipo, uma lógica fora da realidade, fora do embasamento palpável de concreto, assim, do que a gente constrói, assim, tipo de ciência. Às vezes a pessoa até pode um dia pensar: “Ah, eu acho que é natural esse incêndio aqui. Vou pesquisar”. Mas a pessoa pesquisa, a pessoa pode, né? Contrata uma pessoa pra ficar lá fazendo levantamento estatístico das coisas pra... não! É coisa da cabeça assim. Por quê? Tira o foco, realmente, do maior problema, porque aí a gente não tá mais questionando da onde que tá vindo o incêndio, a gente tá questionando: “Esse cara é louco, esse cara não vai pra ciência, esse cara...”. A gente tira quem que tá financiando isso? Quem que tá ganhando com esse incêndio? Tá indo pra onde? Sabe? Quais são as consequências desse incêndio? A gente não falou mais sobre isso, a gente falou: “Cara, que absurdo isso que ele está falando”, entendeu? É cortina de fumaça.

P: Com certeza. E agora, assim, já encaminhando pro fim da entrevista, eu queria é... no início você já comentou assim: “Ah, houve sim uma militarização”, né? Então, eu queria saber, você realmente concorda que houve algum... um tipo de militarização e que... e você acredita ou não que essa militarização acabou influenciando a atuação... o crime organizado, a atuação de milícias, enfim, de forma geral, né? Mesmo que indiretamente, talvez.

Katia: Eu acredito que houve militarização em vários sentidos. Primeiro porque eles colocaram pessoas militares dentro dos principais cargos de chefia, né, de gestão do Ibama, voltado pra fiscalização, pelo menos, e porque eles queriam que a gente agisse como se fosse militares, né? Assim, eles falavam: “É pra ir pra Amazônia do jeito que eu quero ir”. A gente falava: “Não, a gente vai pra Amazônia desse jeito”. E quem não fizesse do jeito deles era PAD.

P: PAD [risada].

Katia: Entendeu? Tudo pra eles era PAD. Ah, questionou qualquer coisa que eles fizeram ou deixaram de fazer? PAD. E isso é militar. Isso... porque nunca tinha sido assim, hoje não é assim. Quando eu discordo do meu chefe, às vezes, ok... eu continuo discordando do meu chefe, mas ele não vai abrir um PAD. Ele não vai, sabe? Pô, vai rolar aquele climão, torta de climão chato, não sei o que e tal, mas beleza, normal, vida que segue. Vou fazer meu documento técnico, não vai gostar, mas vida que segue. Eles não, eles, sabe? Era esquema militar. Tô mandando, vai fazer... e acho que eles não estavam acostumados com isso também, sabe? Acho que eles ficavam puto, porque não tá acostumado a ouvir não. Entendeu?

P: Com certeza. E aí, agora, assim, eu queria saber se tem alguma pergunta que eu não fiz, algum aspecto que você considera importante, que eu não me atentei ou que, enfim, que você acredita que seria interessante falar?

Katia: Eu não sei se você não se atentou a isso, mas eu acho que seria uma abordagem, assim, uma coisa interessante abordar como que a ausência do estado abre brechas e margens pra milícia se fazer presente. Porque as pessoas estão lá completamente abandonadas. As pessoas... e assim, às vezes tem um emprego lá, sei lá. Emprego de exploração também pra ganhar um salário mínimo, mil e setecentos reais, mil e quinhentos, não sei. Pra ralar muito, assim, trabalho, assim, sabe? Quase escravo mesmo pra ganhar mil e setecentos reais. Aí vem o bonitão da madeireira, vem o bonitão do garimpo, não sei o que: “Não, te dou três mil reais aqui. Vem cá que...”. Ele não vai ganhar esses três mil porque ele vai ter que pagar todo o equipamento dele pra ele poder trabalhar. Ele vai ficar sempre devendo pro chefe dele. Mas o chefe dele vai dar uma festa, o chefe dele vai dar dinheiro pra ele comprar remédio pra esposa, pro filho, pra mãe. Vai dar, sabe? Vai ter festa, todo final de semana, vai ter cachaça lá pra ele. Vai ficar devendo tudo, esse cara vai trabalhar mais ainda pra pagar essas cachaça, mas vai tá lá. Então assim, essa ausência de políticas públicas, de alternativas pras pessoas, sabe? E assim, aí beleza. Além disso tudo, o crime organizado gira o comércio aparentemente legal de roupa da moda, de comida, bebida, de hotel, sabe? Padaria, não sei o que, posto de gasolina, que o posto de gasolina é o mais ilegal que todo mundo junto e misturado. Sabe? Porque não tem... e assim, às vezes, não tem porque também o prefeito e os vereadores é tudo dessa galera.

P: Sim. E aí as pessoas acabam ficando... vivem em função disso, né? Porque qual outra renda eles vão ter ali naquela região, né? Enfim...

Katia: Exatamente.

P: Tanto é que muitas vezes a gente vê, né, a gente percebe que alguns moradores, inclusive, defendem, né? Assim, o garimpo e tudo porque é a forma deles de sobreviver, se não tiver e aí?

Katia: Exatamente. Eu já fui... a gente já... que eu falei, assim, desde sempre onde que o Ibama tá, sempre tem uma horda, um barulho, não sei quê, contra o Ibama. O que tá acontecendo agora é o grau de violência e de ousadia que eles estão tendo de tacar garrafa, de tacar pedra, de sabe? De derrubar portão, vir pra cima e não sei o que. Que eles estão mais empoderados mesmo.

P: Você acha que isso... esse empoderamento ocorreu mais em... quando?

Katia: Nos últimos... no último governo. Quando o presidente, o ministro falava que quem tava errado eram os órgãos ambientais e não quem tava praticando crime.

P: E engraçado que, né?

Katia: [Inaudível]

P: Sim. E engraçado que isso permaneceu, né? É algo, assim, que num... porque é isso que a gente fala, né? São consequências que a gente vai colher até não sei quando. Porque...

Katia: Porque é o discurso fácil, é o discurso que agrada, é o discurso que justifica o crime ambiental. Eles não tão lá garimpando ilegalmente, eles estão lá trabalhando.

P: Sim. É muito complexo.

Katia: Entendeu? Ele muda a concepção da realidade. De uma coisa... de um crime, um crime ambiental, dum crime... inclusive, vários crimes que são cometidos ali, não é só um crime ambiental. Porque, por exemplo, eles não pagam imposto sobre o que eles estão fazendo. Eles vão vender ouro, vão vender a madeira, não sei o que. Eles não estão pagando nem um real de imposto. Então a sociedade tá deixando, tá perdendo com a água limpa e tá deixando de ganhar dinheiro com imposto.

P: Sim, com certeza. É muito complexo.

Katia: É essa visão assim, sabe? Que que o estado precisa fazer pra resgatar essas pessoas. E não adianta tá só lá a fiscalização se não vier junto educação, se não vier junto saúde, se não vier junto políticas e outras políticas de programas alternativas pra essa galera trabalhar. Pra que elas trabalhem de verdade, sem ser exploradas, entendeu?

P: Uhum. Sem serem exploradas, né? Com acesso aos direitos trabalhistas. E de... uma maneira mais sustentável, né?

Katia: Exatamente.

P: É muito complexo, assim, a gente vai percebendo ao longo da pesquisa, conforme a gente vai conversando... assim, a gente sabe que não é uma questão fácil. É, assim, é uma teia tão gigantesca, emaranhada, né? Não tem uma solução fácil, enfim, é um problema extremamente complexo.

Katia: São muitas soluções, assim, tem que fazer muitas coisas ao mesmo tempo,

P: É! Ao mesmo tempo, mas de qualquer forma a gente não pode deixar de falar e de abordar, né?

Katia: Exatamente, eu acho que tem que ser falado isso, porque a gente está criando um estado paralelo muito perigoso, sabe? O estado paralelo, quem tá mandando... e, assim, e eles estão abocanhando a legislação de uma maneira muito sutil assim. E eles estão no congresso, também, nacional.

P: Justamente.

Katia: Tem muito deputado e senador que está a serviço deles. Então assim, pra eles mudarem... eles estão mudando a legislação estadual, municipal. Só que ainda tem a federal. Então assim, o Ministério Público Federal ainda atua, ainda entra com ação de inconstitucionalidade, não sei o que, não sei o que. Mas a gente tá chegando num ponto aqui que até nossa legislação federal tá mudando.

P: Sim. A gente vê uma atuação por dentro.

Katia: [Inaudível] dar conta de tudo [inaudível].

P: É, eles têm adentrado cada vez mais na política. Assim, a gente já sabe que tem atuação... que em pequenos... pequenos não, às vezes até em capitais, a gente vê prefeitos, enfim, governadores já envolvidos, né, com isso e agora... e assim, cada vez mais dentro do Congresso Nacional e... as milícias do Rio de Janeiro estão aí, né, pra mostrar isso, né, como ninguém

Katia: Exatamente.

P: Enfim, então é muito difícil mesmo.

Katia: Porque... eu até fico brincando, assim, eu chamo de agronegócio e o gronegócio. O agronegócio é aquele que já veio de 1500, já matou todos os índios que tinha que matar, já invadiu todas as terras, que já tá estabelecido e tal, só quer continuar seus privilégios. E tem o o gronegócio que é aquele que tá correndo atrás do prejuízo, que tá desmatando ilegalmente, que tá explorando, que tá não sei está não sei o que, não sei o que, fazendo tudo ilegal e tá querendo chegar no agronegócio.

P: Sim.

Katia: E aí esse o gronegócio que é essa milícia. O o gronegócio que tá, sabe? Botando as manguinha de fora e crescendo. E é a hora que a gente tem pra cortar é agora. Porque eles estão ficando cada mais forte.

P: Verdade.

## **7. ENTREVISTA FUNCIONÁRIA 2**

Arquivo 7 – Tempo de gravação: 47 min e 46 seg

Realizada em 22 de março de 2025

Identificação: Mariana<sup>66</sup>, mulher, funcionária do ICMBio

P: Eu queria que você se apresentasse, assim, só pra eu entender em que órgão você atua e, enfim, onde você estava situada, né, durante o período do governo Bolsonaro, só pra gente começar essa conversa.

Mariana: Tá bom! Então, bom dia Luíza. Eu sou [informação ocultada por questões de sigilo] do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, órgão criado, né, no governo Lula em 2007 a partir de uma separação das atribuições do Ibama. [Informações ocultadas por questões de sigilo]. Eu estava na chegada do Salles que colocou um grupo de militares, né, do estado de São Paulo, conhecido deles, né? Porque ele é paulista. Pra fazer a gestão do ICMBio, né? Então eu tava lá quando começou essa gestão com a Polícia Militar de São Paulo. Que foi diferente do Ibama, que teve gente do exército e outras forças, né? Mas no ICMBio, especificamente, a gestão toda, toda a direção no governo passado foi com a Polícia Militar de São Paulo.

P: Certo. Então... perfeito. Eu queria saber, assim, pra gente iniciar essa conversa, se ao longo desse período, né, do governo Bolsonaro, você sentiu ou observou, até mesmo seus colegas de trabalho, né, quais tipos de sentimento em relação às medidas que estavam sendo adotadas pelo Governo Federal, né? E aí isso implica também algumas... as medidas que, talvez, estavam sendo adotadas nos órgãos, né, no seu caso no ICMBio, em relação a Amazônia Legal, né? Naquele período. Como você se sentiram, como foi isso?

Mariana: Tá. No caso do ICMBio, e aí eu vou falar especificamente da Amazônia, a estratégia foi meio que um apagão, porque quando você coloca num órgão, que tem que conservar quase que 30% do território da Amazônia em áreas protegidas, e você coloca na gestão pessoas que nunca pisaram na Amazônia, né? [Risada]. Que é... que são esses policiais militares de São Paulo, você traz um total desconhecimento e eles trouxeram com eles também uma cultura, uma doutrina muito diferente do Poder Executivo Federal. Então, até a gente se adaptar a tudo isso, né, muitas políticas deixaram de ser feitas. Por outro lado, também, eles fizeram escolhas de apagar com mais força [inaudível] políticas mesmo. Especialmente as políticas sociais, com reservas extrativistas, o acesso a atualização de cadastro pra acesso às políticas públicas, cortou

---

<sup>66</sup> Nome alterado para que não ocorra identificação.

o Bolsa Verde. Então assim, a área social que o ICMBio atua, muito em articulação com outros órgãos, foi totalmente limada. Colocou pessoas que não conheciam absolutamente nada do tema e havia um assédio moral pra cima dos servidores. Aí a gente tem o advento da pandemia, em que o governo colocou as pessoas, por questão até de saúde, pra trabalhar em casa. E foi dado um incentivo muito grande pra que as pessoas não aparecessem no ICMBio pra que elas, né, pra que... e que pessoas que eram terceirizados, que desconheciam a agenda fossem, né? E tinham certas ações, como, “Aqui é proibido máscara”, né? Então as pessoas começavam até a ter receio, porque às vezes chegava lá pra trabalhar, pra passar orientação, voltavam doentes pra casa, né? Acontecia isso com muita frequência. Né? Então, eles falavam assim: “Porque nesse governo aqui não se usa máscara”. Então era bizarro, assim [risada]. E a gente via que havia uma intencionalidade de abalar as pessoas psicologicamente pra que elas não tivessem lá presencialmente. Então a agenda social, eles conseguiram detonar dessa forma. Colocar pessoas que desconheciam, né? E não tinham nem interesse em trocar. A fiscalização teve muita troca, porque como eles também desconheciam, então mudava muito, né? A equipe que tocava a fiscalização... obviamente que o governo, ele era meio dúbio, por mais que ele quisesse conter o desmatamento, números muito evidentes de que o governo não estava fazendo nada era muito ruim pro Bolsonaro, então a gente tinha fluxos de ações, ações integradas com outros órgãos pra fazer... eu fui muito na Amazônia. Mas é um período em que houve muito mais embate com... especialmente no Pará. Eu trabalhei muito em fiscalização naquela região ali de Itaituba, 163, né? E é especialmente garimpo, né? Então é uma época que você sentia... a sociedade local, ela estava muito mais empoderada da atividade dela, como uma atividade que o governo aceitava e que os criminosos éramos nós fiscais que não obedecíamos o Bolsonaro. Era muito engraçado isso. Aí as pessoas, quando você ia meio que abordar um garimpo “Mas o Bolsonaro não sabe que você tá aqui?” [risada].

P: Uma inversão, né? Total!

Mariana: E aí, assim, a gente tinha isso do infrator tá lá fazendo uma ação que a gente... que é um crime ambiental e a gente ser muito mais confrontado. Então, eles se sentiam com mais poder para responder a uma ação. As ações começaram a ficar mais perigosas, né? Isso aí também é uma outra questão, porque eu participei de operação que teve troca de tiros, entendeu? Então assim, atividades que as pessoas entendiam que a abordagem era aquela a ser feita, começou a ter uma reação, né? Então assim, as operações de fiscalização, óbvio, quando a gente estava em campo, a gente tinha autonomia pra trabalhar [informação ocultada por questões de

sigilo]. Então assim, a gente atuava aí nos garimpos, se arriscavam, né, mas tinha muito combate, tinha muito embate, né? As redes sociais, né? Se expandiram muito na época, a internet teve um incentivo muito grande na Amazônia e a internet de... que a gente chama de baixa órbita, né? Que é o satélite do Elon Musk, ele entrou muito forte na Amazônia a partir dos garimpos. Então você chegava numa cidade como Itaituba e via, assim, outdoor “Tenha internet para o seu garimpo. Mil reais, mil e quinhentos reais dividido em quantas vezes”. Então assim, a gente, muitas vezes, a gente chegava em campo sem uma qualidade de comunicação boa e no garimpo já tinha uma internet de excelente qualidade, então quando a gente estava se aproximando do helicóptero de um garimpo, o garimpo vizinho já sabia que a gente já tava naquele garimpo. Porque até a gente pousar, já conseguiram comunicar. Então assim, a comunicação foi muito forte. E isso, só complementando, teve um processo, também, que a gente percebeu na Amazônia, que isso é algo que a gente enfrenta até hoje com muita dificuldade, que foi um avanço do crime organizado que se concentrava muito nas grandes capitais e na fronteira, nas cidades de fronteira, pra dentro da Amazônia Legal cooptando as pessoas para o crime ambiental, como a lavagem de dinheiro. Então isso, a gente viu muito e a gente vê muito comunidades serem cooptados pra trabalhar no tráfico ou eles, no caso traficantes, comprando áreas, grilando terras, fazendo dinheiro por meio de recursos da Amazônia, seja desmatando, seja comprando e vendendo terras, né, ilegais. Então a gente teve, realmente, um avanço. A Polícia Federal hoje tá precisando se reestruturar, porque hoje o crime ambiental, ele, em muitos lugares, ele está muito atrelado de forma muito arriscada com o crime organizado. Então, talvez, por isso que as reações são muito mais perigosas. Antes era um morador local que tava cometendo um crime, porque ele entendia que a alternativa econômica pra ele de colocar um gado, tava melhor do que o pai dele que vivia da castanha e da seringa ou porque ele viu uma máquina de garimpo e ele foi trabalhar no garimpo, conseguiu um dinheiro e montou o garimpozinho dele. Então, isso que aconteceu. De um tempo pra cá não. A gente vê que entra um recurso que a gente acredita que seja do tráfico de drogas para se incrementar, realmente, o crime ambiental né? Obviamente que eu não posso dizer que tem uma relação direta do crime organizado, né, do tráfico de drogas com o governo passado. Mas teve um fechar de olhos, né, para o crime ambiental. Então, facilitou com que o crime organizado, se expandisse. Entendeu? O próprio Bolsonaro falava que tinha que garimpar nas áreas indígenas, que a Amazônia é nossa e economicamente ela está ali pra ser explorada, né? E o próprio ministro do meio ambiente tinha o discurso anti meio ambiente, então, isso tudo facilitava Pegava o avião do governo e colocava garimpeiro pra vim reunir aqui em Brasília né? Então, tudo isso aconteceu na gestão passada.

P: Certo. E esse tráfico que você mencionou, né? Que você viu muito adentrar, né, na Amazônia Legal nesse período e que passou a desenvolver essas atividades, né, esses crimes ambientais. É mais ligado a alguma área específica, mais ligada ao garimpo ou... como que é?

Mariana: Ó, o garimpo, ele cresceu muito, né? E assim, eu acho que, talvez, a polícia federal possa dar mais informações, se eles conseguem fazer algum tipo de conexão. Eu acompanho algumas matérias, eu vejo que grandes empresários do Sul, da região de São Paulo, eles investem na região do Pará. Não sei se eles têm ligação direta com o crime organizado no garimpo. Com relação ao desmatamento, o que eu vejo em algumas, especialmente, reservas extrativistas, é essas pessoas chegando e comprando terras de forma ilegal, de beneficiários, então, é uma compra ilegal de terra pública, porque se eles são beneficiados a terra não é deles, então é do governo, concedida pra aquela associação. Então eles compram de forma ilegal essas terras, né? Tira o extrativista de lá e aí eles começam a dominar um território, ameaçar as pessoas e fazem aliciamento de jovens pra entrar pro tráfico, isso é muito comum, ou eles, pra lavar o dinheiro, eles arrendam áreas de extrativistas, né? Então assim, o cara tem uma área de mata, ele arrenda aquela área pra colocar o gado dele, então o extrativista desmata, o extrativista toma a multa e a gente sabe que tem alguém por trás que tá pagando ele e às vezes paga pouco, tá? É bem abaixo do preço de mercado. Tá pagando ele pra colocar o gado naquela área que não é do extrativista. E aí assim, a gente muitas vezes, precisa de mais tempo ao abordar na fiscalização, uma entrevista com mais cuidado pra ele se... acabar entregando que aquele gado ali não é dele. E você vê que eles falam isso com um certo medo. Então a grilagem de terra, né? E a cooptação de comunidades tradicionais, eu vejo que tá ligado ao crime organizado. Ao garimpo, se for, é uma coisa muito mais sofisticada que eu acho que é lá no início da cadeia produtiva, entendeu?

P: Tá, entendi. Não, perfeito. Carla, ao longo do governo Bolsonaro, né? A gente observou que foram implementadas diversos GLOs. Né? Operações de Garantia da Lei da Ordem. E aí... a gente sabe que essas ações, elas foram em conjunto com o IBAMA, com o ICMBio e eu queria saber qual... na percepção de vocês, funcionários, né? Como que foi atuar nessas GLOs, né? Como foi essa cooperação com o exército, quais foram os resultados dessas GLOs na percepção de vocês, né? Como é que foi isso?

Mariana: É, então vamos lá. Isso tudo aconteceu em meio, ainda, a pandemia. Em alguns momentos, ainda, a vacina ineficiente. Então no âmbito do ICMBio a gente tinha poucos servidores atuando. Mas as pessoas estavam precisando de grana. Eu mesmo falei assim: “Ó, primeiro que eu tenho muita raiva desse governo, vou mesmo. Segundo eu tinha cargo, eles me exoneraram do cargo. Tenho dois filho pra criar, preciso de diária, estou indo. Entendeu? Então assim, a minha raiva eu descontava queimando retroescavadeira de garimpo [risada]. Juro, pra você! Então assim, eu fui pras primeiras operações e havia muito desconforto por conta do desconhecimento de quem coordenava. Então, era ligado à Presidência da República essa GLO. O CENSIPAM era quem trazia, muitas vezes, a imagem de satélite do alvo que a gente precisaria atacar na operação. Então a gente começou... o Ibama, os colegas do Ibama, mais macaco velho, já começaram desobedecendo e falaram assim: “Ah, esses alvos que eles estão mandando eu não vou não que é furada”. A gente demorou pra perceber que os alvos eram ruins e eu não consigo lhe dizer se eram ruins por má intenção da gente ir nos melhores alvos ou porque era um grupo fraco mesmo tecnicamente. Então assim, com o passar do tempo, a gente vai criando aproximação e afinidade com as pessoas no campo, porque são seres humanos, embora elas sejam policiais. E a gente falava: “Olha, o nosso colega do geo[processamento] identificou essa área aqui. Olha o tamanho dessa área que a gente precisa ir. Olha o alvo que você me passou. Vamos nesse primeiro, lá pro final da operação a gente vai no seu alvo”. Então se havia uma motivação pra que a gente não fosse em determinados lugares, com o passar dos meses isso, em poucos meses, a gente começou a desviar. Tanto que, no último ano do governo Bolsonaro, a gente tem uma retomada. Começa a queda do desmatamento em 2022, né? Se você for ver os índices de desmatamento, ele sobe de forma, né? Uma escalada muito grande. Então, primeiro porque não teve incentivo, não teve recurso, se cortou... os recursos orçamentários pra gente ir a campo foram muito cortados, né? Mas no último ano a gente teve já a vacina, as pessoas voltando a trabalhar e a gente começando a saber trabalhar com as pessoas, então eles também, o último ano do governo do Bolsonaro, foi um ano muito político de tentativa do Bolsonaro estar no poder. Então teve um desvio muito grande da atenção dessas pessoas para a política. E aí os colegas da área técnica começaram a voltar pros cargos. No ICMBio aconteceu isso. No último ano, a gente começou a conseguir colocar nas áreas técnicas mais abaixo... os diretores foram os mesmos até o final. Mas a gente convencendo no dia a dia: “Olha, isso aqui tal pessoa que você trouxe é bombeiro, ele não entende e tal. Tem tal pessoa com tal perfil” e aí a gente ia, no dia a dia, conseguindo contornar a situação, né? E é claro, as pessoas são políticas, né? E quando eles viram a dúvida da continuidade do governo Bolsonaro, começou a ter uma tentativa de ser amigo nosso, sabe? Era um tal de Militar de São Paulo bater nas minhas

costas: “E aí minha amiga, como é que vai ser e tal?”. E aí eles, é engraçado, que tinha uma certa ingenuidade no ICMBio de que a gente iria mantê-los lá. Tá? Sabe? Que poderia ter um governo Lula e assim, a gente que né... ia pegar... alguns deles tinham esperança de que continuariam, porque acreditavam, realmente, que estavam fazendo um bom trabalho. Isso foi engraçado. Mas enfim, é isso. Com relação a GLO foi isso. Elas eram desorganizadas. Eles não sabiam muito o que eles estavam fazendo. Então, no início, nos primeiros meses, eles queriam coordenar operações e alvos e aí dava ruim, tipo, a gente brincava [risada] que era tipo batalha naval. Deu água no alvo deles, então eles começaram a aceitar que a gente indicasse alvos e aí a gente começou a puxar e a gente começou a coordenar. Então foi um processo, no início, meio difícil, mas que com o tempo eles só queriam um relatório pra mostrar o que eles estavam fazendo. E aí eles ficavam mais, né? Na retaguarda e a gente puxando. No Ibama isso foi mais rápido, no ICMBio a gente demorou um pouco mais pra fazer igual o Ibama, entendeu?

P: Aham. Não entendo [risada]. Perfeitamente. E eu queria te perguntar agora se... porque essas, né, elas foram principalmente em função das queimadas, né, que estavam tendo na época. E se eu não estou enganada, todas essas GLOs também, em alguma medida, buscavam combater, enfim, crimes ambientais, né? Enfim, apreender materiais ilegais e tudo. Você acha que nesse sentido, assim, principalmente em relação às queimadas, né? Que eu acho que era o principal mote, né? De assim... de atuação das GLOs. Você acha que foi eficaz, que funcionou? Ou... porque assim, você disse que demorou a engastar, né?

Mariana: Aham, sim.

P: Então você acha que era necessário mesmo implementar GLOs pra poder lidar com essa situação na Amazônia?

Mariana: Então, os órgãos ambientais, assim, de modo geral, eles têm poucos recursos. A gente, nesse governo, a gente tem sofrido bastante por conta das mudanças climáticas, por conta do aumento do crime organizado. Então, se você for pegar os números do governo Lula, a gente tem conseguido reduzir bastante o desmatamento, mas o ano passado a gente perdeu feio no índice de fogo, né? A gente perdeu o controle. Então assim, a gente tá conseguindo... saiu a lei orçamentária agora, a gente conseguiu incremento orçamentário grande, né? Mas a gente pegou dois anos, também, [inaudível] muito forte e a gente tem feito investigações, inclusive, de um aumento muito grande de incêndios criminosos. Né? E isso tá sendo investigado nesse governo.

No governo passado, eu não trabalhei diretamente com o fogo, tá? Mas assim, o que eu sei é que a gente teve um corte orçamentário muito grande, né? E isso fez com que os órgãos não tinham estrutura pra trabalhar o fogo. Então assim, a GLO, de certa forma, ela queria trazer... não sei se teve também, se você lembra também que teve o vice-presidente ele criou aquele grupo lá da Amazônia, eu não lembro o nome.

P: Aham. O Mourão, né? Uhum.

Mariana: É, o Mourão ele criou aquele grupo da Amazônia. Então, o que que aquele governo queria? E aí eu, realmente, não consigo dizer o porquê disso. Mas era claro que ele queria enfraquecer os órgãos hoje do executivo finalísticos: o Ibama, o ICMBio, né? Os órgãos estaduais, eles não têm muita gestão, mas especialmente Ibama e ICMBio, então ele enfraquecia com poucos recursos, ameaçando gestores, incentivando que as pessoas ficassem em casa, né? E fortalecendo o poder do exército e dos militares, né, e a Polícia Rodoviária Federal também, trazendo atribuições. A Polícia Federal também teve um certo aporte, mas menor. Dando mais poder pra eles. Então, o que que eles queriam nessa GLO? “Olha, quem manda nas ações é o exército. É o Corpo de Bombeiros”. Até hoje eu vejo, assim, [informação ocultada por questões de sigilo] viagens, naquela época do governo passado, tinha muita viagem de militar paga pelo nosso órgão. Isso deve ser a reunião de GLO. Então o que que eles queriam? Eles queriam constituir, e isso até hoje tem embates, né? Por exemplo, até hoje os bombeiros acham que eles tem que colocar como atribuição deles combate aos incêndios florestais, que não é atribuição dos bombeiros hoje, né? Então, eles querem trazer pra eles, como se eles fossem, também, agentes ambientais e são atribuições diferentes. Isso surgiu lá atrás, né? Então, o que eu percebi da GLO foi assim: “Não, o combate ao crime ambiental tem que ser coordenado pelo exército e pelas forças policiais locais com o apoio técnico dessa turma aí que conhece a legislação ambiental” [risada]. Entendeu? Porque de fato era isso. Mas se foi efetivo, realmente, eu não sei lhe dizer com relação ao fogo, porque a questão do fogo, ela tem algumas implicações ambientais também. Né? No sentido de que tem ano que a gente vai ter mais fogo do que outros. Então, assim, além de questões como o El Niño, a gente tá vendo cada vez mais forte [inaudível] e a imprevisibilidade das mudanças climáticas, né? Então tem, tem locais que não pegavam fogo em determinada época do ano... Ano passado foi isso, o fogo começou muito cedo e terminou muito tarde. E a gente conseguiu, com muito atraso, recursos extraordinários, que pra esse ano, graças a Deus, parte deles entraram no orçamento do órgão, Mas naquela época era isso. Pouco recurso para os órgãos que atuavam na agenda e uma tentativa de colocar recursos

e poder para que os militares coordenassem essas ações. Tanto de fogo como de fiscalização. Fiscalização com certeza, não deu bom. Começou a dar bom quando eles começaram a afrouxar coordenação no último ano e com relação ao fogo, realmente, é uma questão que depende muito do que existia de fogo, de fato, naquele momento entendeu?

P: Certo. Uhum. Não perfeito. E você mencionou, né, que alguns militares, né, ocuparam altos cargos dentro do ICMBio. Né? Policiais militares. E como foi isso, assim, houve algum tipo de política institucional mesmo diferenciada, como que foi relação, entende? Dentro do órgão.

Mariana: Então, logo quando começou o governo, o Bolsonaro colocou o Salles, o Ricardo Salles, como ministro do meio ambiente, né? E ele indicou pra presidente do ICMBio um pesquisador famoso, que eu não estou conseguindo lembrar o nome dele, que não conseguiu ficar um mês, porque ele tinha uma linha... uma visão, vamos dizer assim, mais capitalista da questão ambiental, ele tinha críticas sociais, ele tinha críticas ao governo Lula, então parece que havia uma simpatia entre ele e o Salles. Quando ele começou a fazer, a trabalhar no ICMBio, ele não conseguiu ficar um mês. Porque vinham ordens do Salles que, por ele ser um pesquisador, do ponto de vista técnico ele chegava lá e achava: ‘Meu Deus, que que eu estou fazendo aqui?’. Então teve um caso específico no Parque Nacional da Lagoa do Peixe, no Rio Grande do Sul, que ele tirou o chefe do parque, sem falar com ele, daí ele falou: “Olha, você tem que tirar o chefe do parque pra colocar uma pessoa minha e tal”. E aí esse cara falou: “Não, não vou ficar nisso, né? Eu não tô nem um mês aqui, já estou sendo [inaudível] passado” e aí ele tava montando ainda a equipe dele, ele pulou fora. E aí foi, que eu acho, que aí o Salles disse: “Não, então agora eu vou colocar gente que eu consiga colocar uma hierarquia de controle”, aí ele trouxe esses militares de São Paulo. Então, o ICMBio funciona com um presidente e quatro diretores, durante todo o governo Bolsonaro a gente teve um presidente e quatro diretores, com exceção da de [inaudível] que é a de socioambiental que foi colocado uma mulher lá no último ano, mas que era ligada a eles, mas, assim, no geral foi praticamente 100% da direção do órgão só com militares do estado de São Paulo. E aí, assim, que, assim, a gente tem altos memes, né? Porque desconheciam da agenda, não conheciam nada da Amazônia. [Informação ocultada por questões de sigilo], logo quando eles chegaram, [informação ocultada por questões de sigilo]. E assim, eu lembro de histórias muito engraçadas. Deles não conhecerem os conceitos, não saberem o que que eles estavam fazendo ali e, eu, de forma muito didática na reunião, abria o computador e mostrava: “É isso aqui que a gente está discutindo e tal” [risada].

P: “É sobre isso aqui, ó!”

Mariana: Quase um Google online deles, assim. Então, assim, foi difícil no início, né, ouvir as asneiras e tal. E depois eu tive que ir pro embate mesmo [informação ocultada por questões de sigilo] porque ele viu que eu era combativa, que eu defendia e aí o que que eu fiz? Eu saí da sede, [informação ocultada por questões de sigilo], mas como no ICMBio a gente, independente de onde a gente tá, a gente é fiscal, eu continuei sendo [inaudível] me voluntariando pra participar das operações. Por isso que da GLO de fiscalização, eu fui em uma das primeiras, né? [Informação ocultada por questão de sigilo] não tinha mais o contato do dia a dia com eles. Tinha o chefe de [inaudível], que era um colega da casa, que me liberava pra fazer as operações de fiscalização. Então eu passava 20 dias na Amazônia, voltava dez, assava vinte dias, entendeu?

P: Perfeito. Uhum. Certinho. E agora, assim, eu queria entender se... bom, o que a gente ouviu dizer e pelas minhas pesquisas e tudo, que houve um aumento muito grande de PADs, né, contra os servidores. Isso ocorreu também no ICMBio?

Mariana: É, isso foi bem mais forte no Ibama. Porque, eu não sei se eu te contei, nesse período, além de [informação ocultada por questões de sigilo], eu [informação ocultada por questões de sigilo] [fiz parte] da associação de servidores. A gente fez um... a gente ficou tentando montar uma chapa e as pessoas tinham muito medo até de ir pra associação. [Informação ocultada por questões de sigilo]. Então a gente... eu acompanhei essa questão do assédio moral, especificamente, com os servidores. Isso foi muito mais forte no Ibama. Porque o presidente do Ibama, ele tinha muito esse perfil. No ICMBio o que que aconteceu? O corregedor que colocaram lá era um corregedor ligado ainda a AGU, que não conhecia o cargo e eu dei... a gente deu a sorte dele colocar como substituta uma colega muito boa [informação ocultada por questões de sigilo]. Ela falou: “Mariana, você vai atrás do Ibama, eu vou pra Corregedoria” e aí ela filtrava muita coisa que chegava. Eles mandavam as denúncias, mas ela filtrava, ela segurava, ela engavetava e ela orientava, como ela é muito inteligente, muito capaz, assim, uma pessoa fora da média mesmo, [informação ocultada por questões de sigilo] e aí ela conseguia demonstrar como é que era o nosso trabalho, que aquilo que o cara fez não é errado, por exemplo, uma coisa comum que queriam abrir PAD contra a gente: a gente abastece a viatura e a gente enche galões de combustível, porque os postos que têm possibilidade de abastecer os

nossos carros pelos contratos do governo, são poucos na Amazônia e a gente pega ramais e ramais de terra, então a gente tem que carregar galões e eles falavam assim: “Olha aqui, o pessoal abastece em um posto cinco vezes mais do que a capacidade do tanque, isso aqui é corrupção de servidores e tal”, então aí, tinha que ter pessoas que conhecessem do nosso dia a dia pra explicar o que que isso: “Não, isso aqui é pro barco, isso aqui é por que eles vão ficar rodando em ramais e tal e não tem posto de gasolina e tal”, então eram coisas que a gente tinha que estar explicando pro corregedor. E aí paravam o processo. Teve isso. No Ibama o corregedor que foi pra lá, ele era mais alinhado, vamos dizer assim, com o presidente e perseguia e eles não conseguiram ter servidores da casa junto com esse corregedor, entendeu? Então a gente teve uma coisa muito mais afrontosa que a Asibama vira e mexe, inclusive teve ação da Asibama contra muitas das decisões do Ibama, mas que que aconteceu que o Salles fez com o ICMBio. Tinham alguns processos que na gestão passada, 2023, estavam para decisão do ministro, que virou o governo, tavam lá. Chegavam na mesa do Salles, que eram decisões assim, tipo, uma advertência pra um servidor, uma suspensão pra outro e, assim, acho que eram quatro processos e uma demissão pra o que realmente estava errado. E os outros, que estavam acusando eles, fizeram algumas coisas erradas no processo, tinha penas leves. O Salles olhou aquilo na mesa: “O servidor da área ambiental não, vamos demitir os quatro”. Ele nem leu o processo.

P: Meu Deus!

Mariana: E aí a gente teve ações na justiça desses servidores que foram demitidos, que depois a gente conseguiu que eles voltassem, mas foi quase dois anos a pessoa sem salário, né? Brigando e recorrendo, então tiveram casos de demissão desses que já tinham saído do ICMBio, tanto que uma das ações que a Marina fez assim que ela chegou, foi delegar ao presidente do ICMBio a demissão. Porque aí, se, tipo, mudar o governo, não vai ficar, por exemplo, parado o processo pro outro ministro demitir. Deu uma maior autonomia. Então hoje, o presidente do ICMBio e do Ibama, eles podem... porque antes eles só poderiam fazer penas mais leves. Hoje eles podem já fazer a demissão, entendeu?

P: Perfeito. Uhum. E agora, adentrando um pouco mais, talvez, você consiga falar sobre isso, né? Principalmente porque atua em fiscalização e tudo. Você tem notícia, Mariana, de atuação de milícias no Pará? Mais especificamente nessa regiões... assim, não estou falando de Belém capital, né, porque lá a gente sabe que tem uma milícia bem organizada, com até um *modus*

*operandi* um pouco parecido com o do Rio de Janeiro. Mas, assim, quando eu fao milícias é no sentido de atuação de policiais ou ex-policiais, entende? Atuando... eu já pesquisei, algumas pessoas, eles falam em segurança rural, segurança armada, enfim, mas que sempre tem essa característica que é a atuação de policiais ou ex-policiais, seja pra proteção de maquinários ou pra proteção de territórios ou pra expulsar pessoas, enfim. Então eu queria saber se você tem notícia da atuação desses grupos.

Mariana: Olha, eu, Mariana, não posso te dar essa informação, mas eu posso conversar com colegas que possam me... que podem me passar essa informação, e eles não vão querer te dar entrevista, porque estão em cargos na Amazônia hoje, que podem me dar isso com mais firmeza. Eu, do ponto de vista do meu dia a dia, eu trabalho muito mais com Acre do que com Pará. Então no Pará eu conheço casos, inclusive, que a Polícia Federal tem investigado de começando algumas milícias... no Acre, desculpe. No Acre eu conheço alguns casos, né, de milícias, assim, início de militarização de alguns locais, de algumas comunidades, né? Mas no Pará eu não tenho essa informação. Eu sei... porque que eu falo que tem colegas que possam ter? Porque eles falam assim: “Eu não trabalho com a Polícia Militar local, eu não confio. Eu gosto é de trabalhar com a Força Nacional, que são policiais que vem de fora e tal”, porque quem apoia a segurança do ICMBio hoje nas nossas operações é a Força Nacional. O Ibama trabalha muito com a Polícia Federal pras terras indígenas, o ICMBio trabalha com a Polícia Federal mais na parte mais final, depois do processo que é investigação dos autos, que é encaminhado pra lá alguns, quando a gente prende algum garimpeiro a gente manda pra eles. Em alguns momentos a Polícia Rodoviária Federal nos apoia, mas o mais forte nosso é a Força Nacional, que está muito enfraquecida de servidores, a Força Nacional. Então, a gente acaba dependendo de solicitar uma polícia local e lá no Pará o pessoal fala: “Não, não confio. Não dá pra confiar no trabalho deles”. Então assim, o que eu sei é isso. Mas assim, sobre milícias em si, eu não... realmente, eu não tenho nenhum dado passar não.

[Entrevista interrompida por questões pessoais]

P: Então, assim, eu queria saber se você acredita que... se durante esse governo, você acredita que de fato houve uma tentativa, nem que seja uma tentativa, talvez não uma concretização, mas uma tentativa de militarização mesmo principalmente dessa área, né? Do meio ambiente.

Mariana: Sem dúvida. Não, sem dúvida, sem dúvida. Na verdade, assim, eu acho que tudo que aconteceu no governo Bolsonaro, todas as tentativas, inclusive, o golpe é... a nossa sorte é que eles são muito ruins nas tentativas deles [risada].

P: Ainda bem, né? [Risada]

Mariana: Mas, assim, é muito clara a tentativa de que o que cabia ao exército cuidar da Amazônia com o Mourão, com os cargos distribuídos pra militares no Ibama. O ICMBio eles achavam que era menos importante, até por desconhecimento deles, então bastava colocar uns PM de São Paulo lá e tava tudo, né, resolvido, né? A gente sabe hoje, vendo como é que funciona a Polícia Militar de São Paulo. Talvez na época eu nem tinha tanta noção de como é uma polícia complicada, né? Em alguns estados. [Informação ocultada por questões de sigilo] a gente sabe que é uma polícia militar totalmente incontrolável, o governo não controla aquele grupo. Eles já têm uma força junto a setores da justiça, também, que são, né, corruptos, enfim, então a gente tem uma Polícia Militar terrível [informação ocultada por questões de sigilo], então a gente tem também em São Paulo uma Polícia Militar e que hoje, infelizmente, o governo tá... é um governo que deu continuidade àquele projeto de fortalecer as polícias. Então, sim, né? A ideia deles era, eu acredito que tendo um novo governo Bolsonaro, um novo governo de extrema direita, com certeza a tendência era a extinção do ICMBio, por isso que eles queriam colocar pessoas com menos conhecimento ali, e o enfraquecimento do Ibama, né? Porque existia um projeto de voltar a ter o Ibama junto com o ICMBio, então eu acredito que a política, ela não cria absolutamente nada, mas de área protegida não se criou, ficou seis anos sem criar nada, agora que a gente tá retomando a criação. E o esvaziamento mesmo dos órgãos, né?

P: Uhum. E aí só pra finalizar... pode continuar!

Mariana: Pode falar. Não, é isso e aí é isso. Muitos cargos, inclusive nas pontas, não só na sede, foram de militares, né? Tanto gerentes de regionais, algumas unidades de conservação estratégias e aí, muitas vezes, esses militares, tadinhos, assim, eles não viam que estavam, sendo bem sincera, com alguma intenção ruim não, entendeu? Eles achavam legal a oportunidade de ser chefe do Parque de Itatiaia, chefe do Parque da Tijuca, né? Eles ficavam encantados com um trabalho diferente do que eles vinham fazendo e pouco conhecimento e muitos deles, inclusive, eu ouço depoimentos dos colegas, deixavam os colegas trabalhar dentro do possível, né? Dentro do que eles tinham de ordem que eles recebiam, entendeu? Mas assim, do ponto de

vista do governo, do governo lá em cima, sim. A área ambiental, ela tem que ser do exército, ela tem que ser militarizada, isso sim.

P: Até porque os próprios militares na ideologia deles, né? E na forma como eles tratam a Amazônia, ela já vem muito enraizada naquela história de explorar a Amazônia economicamente e tal, então normalmente eles acham que estão fazendo um serviço muito bom, né?

Mariana: Isso, exatamente.

P: E aí, só pra finalizar, assim, você acha que essa militarização pode ter incentivado, mesmo que de forma indireta ou não também, a atuação de grupos criminosos na Amazônia?

Mariana: Olha, eu não consigo fazer uma relação muito direta, tá Luíza? Mas o que eu sei, é que de fato o que aconteceu foram as duas coisas de forma conjunta. A gente teve um enfraquecimento dos órgãos de fiscalização ambiental que tinham esse poder, um aumento da presença do exército e das forças militares nessa atuação e, em paralelo, um crescimento muito grande do crime ambiental em algumas regiões da Amazônia e, associado, ao crime organizado. A gente tem regiões da Amazônia que a gente não tinha garimpo, que o garimpo chegou muito forte. Tem unidades que eram tipo, assim, que a gente chama de Amazônia crua, Amazônia, né? Que não tinha nenhuma intervenção, que a gente chegou no início do governo e a gente pegou quarenta balsas de garimpo como ali perto da Cabeça do Cachorro, né? Então a gente teve, também, um aumento das ameaças, né? E os assassinatos a servidores públicos. E aí a gente teve o caso do Dom e do Bruno, a gente teve os... e aí a gente sabe que no caso do Dom e do Bruno, parece que tem algumas pessoas ligadas a policiais civis. A gente teve... eu peguei situações, quando começou o governo, de ter que trazer pra Brasília e proteger lideranças comunitárias ameaçadas de morte. Então, assim, isso foi... isso começou a enfraquecer agora. Mas a gente foi um dos primeiros trabalhos nossos foi proteção de lideranças ameaçadas e uma dificuldade muito grande e um medo muito grande dessas pessoas de ter a proteção das polícias. Então, assim, a gente sabe que teve esse combo. Agora, eu não posso lhe dizer que realmente a gente teve a formação de milícias e que isso está tudo associado. O que eu vejo são os números, né? Então o número que a gente sabe que aumentou o crime ambiental, aumentou a presença do crime organizado junto com o crime ambiental, aumentou a ameaça e morte de lideranças e

servidores públicos e, junto com isso, o medo das pessoas e a pouca confiança nas polícias locais.

P: Perfeito.

Mariana: Então são as informações que eu consigo te passar. Tá bom?

P: Perfeito, Mariana. Olha, eu queria te agradecer, por conceder essa entrevista pra mim. Muito, muito obrigada.